



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**PARA ALÉM DO “SIM, SENHOR”: A ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL
(ARENA) E A DITADURA MILITAR NA PARAÍBA (1964-1969)**

DMITRI DA SILVA BICHARA SOBREIRA

Orientador: Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes
Área de Concentração: História e Cultura Histórica
Linha de Pesquisa: História Regional

JOÃO PESSOA – PB

2016

**PARA ALÉM DO “SIM, SENHOR”: A ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL
(ARENA) E A DITADURA MILITAR NA PARAÍBA (1964-1969)**

DMITRI DA SILVA BICHARA SOBREIRA

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História do
Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes
da Universidade Federal da Paraíba –
UFPB, em cumprimento às exigências para
obtenção do título de Mestre em História,
Área de Concentração em História e
Cultura Histórica.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes
Área de Concentração: História e Cultura Histórica
Linha de Pesquisa: História Regional

JOÃO PESSOA – PB

2016

**PARA ALÉM DO “SIM, SENHOR”: A ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL
(ARENA) E A DITADURA MILITAR NA PARAÍBA (1964-1969)**

Dissertação de Mestrado avaliada em: ____/____/____ Com conceito_____

Professor Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes
Programa de Pós-Graduação em História – UFPB
Orientador

Professor Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos -UFPB
Examinador interno

Professora Dra. Lúcia Grinberg
Programa de Pós-Graduação em História – UNIRIO
Examinadora externa

Professora Dra. Lúcia de Fátima Guerra Ferreira
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos -UFPB
Suplente interno

Professor Dr. José Luciano de Queiroz Aires
Programa de Pós-Graduação em História – UFCG
Suplente externo

Aos meus pais e irmãos.
À minha avó Fri, que com pouco
estudo, coragem e um dicionário
debaixo do braço chegou longe
nessa vida.

AGRADECIMENTOS

Quando George R. R. Martin escreveu *As crônicas de gelo e fogo*, disse que “o diabo está nos detalhes”, sendo necessários muitos anjos para ajudar o autor na escrita de sua obra. Pois bem, essa dissertação não tem a metade do tamanho da obra de Martin, mas foi necessária a colaboração de alguns anjos para que ela ficasse pronta. E é a eles que eu venho agradecer.

Agradeço primeiramente à minha mãe, Ruth Sheilla, por ser minha sustentação, e ao meu pai, Marcelino, por seu meu porto seguro, os dois a quem eu sempre pude contar nos momentos mais difíceis. À minha avó Salete que sabe bem demais aproveitar a vida. Agradeço à minha avó Fri, tia Gleide e tia Márcia por estarem sempre presentes, cada uma ajudando à sua maneira, seja com um gesto simples, uma palavra de conforto ou com bons conselhos que só elas sabem dar.

Agradeço à Rebeca, minha namorada. Sempre linda, me suportou nos meus momentos de mau humor, ajudou nas dificuldades e acompanhou nas vitórias. E me ensinou que comer caranguejo é terapêutico e revigora as energias.

Ao professor Paulo Giovani, meu orientador, sempre paciente e sereno. Por mais de cinco anos em que me acompanhou academicamente, me ajudou a crescer como pesquisador e professor. Tenho muito orgulho de ser seu orientando.

Agradeço aos membros da banca de avaliação, professora Lúcia Grinberg e professor Rodrigo Freire, sempre solícitos, suas colaborações foram de grande ajuda no desenvolvimento desse trabalho.

Agradeço aos funcionários e professores do PPGH da UFPB, em especial àqueles com quem eu cursei disciplinas: Raimundo Barroso, Telma Fernandes, Carla Mary, Claudia Cury, Solange Rocha e Serioja Mariano. Assim como agradeço aos meus professores da graduação, também da UFPB, pois suas aulas foram de grande importância para minha formação como historiador.

Aos amigos, em especial, agradeço meus sogros, Joca e Teca, pelo apoio prestado e o sorriso no rosto que consumam preservar. Aos meus tios Otaviano e Auxiliadora, por sempre me acolherem em sua casa quando precisei, o Rio de Janeiro vale muito mais a pena com vocês. A todos os meus colegas da turma 2014 do PPGH, com quem compartilhei muitas dúvidas e obviedades. À Krisieli, não só pela revisão textual, mas por as nossas conversas reflexivas e construtivas. E a Matheus, Gabriela,

Áquila, Luciana, Daniel, Isla e Carla, amigos de – acho que já podemos dizer – longa data.

À todos os funcionários dos arquivos onde pesquisei, pois tive a sorte de ser bem recebido em todos eles: Alex e Chico, da Casa de José Américo; seu Pedro, do Arquivo Histórico; Jean, da Assembleia Legislativa; Nixon, do CPDOC; Laudereida e Kelly, do NIDHR; Rejane e Silvanira do Correio da Paraíba; e Vanessa e Ester, da Biblioteca Átila Almeida. Ao professor José Octávio de Arruda Mello, que me disponibilizou seu acervo pessoal de livros e documentos para essa pesquisa, e ao professor João Carlos, por me apresentar ao professor Zé Octávio.

Agradeço, por fim, à CAPES por me proporcionar o auxílio financeiro necessário para o desenvolvimento dessa pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação é fruto de pesquisa desenvolvida para a obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB). Nela estudamos a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido político criado pela ditadura militar instaurada no Brasil no ano de 1964. Através do Ato Institucional nº2 (AI-2) foram extintas as legendas criadas em 1945 e instaurado um sistema com apenas dois partidos: a Arena, apoiadora do regime autoritário, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição. Temos como objetivo verticalizar a análise da atuação da Arena na Paraíba, focando no seu Diretório Regional, na política estadual e, eventualmente, no âmbito municipal. Nosso recorte temporal são os anos de 1964 até 1969, neles analisaremos a atuação dos partidos no golpe civil-militar na Paraíba, a formação do Diretório Regional *arenista* nesse estado e nos municípios de Serra Branca e Sousa, buscando entender a distribuição das oligarquias locais no sistema bipartidário. Examinaremos o desempenho eleitoral do partido nas eleições ocorridas em 1966 e 1968, destacando os pleitos de senador e prefeito da cidade de Campina Grande, os quais nos ajudam a entender a relação entre as diferentes coalizões internas que o compunham. Por fim, analisaremos a atuação dos *arenistas* paraibanos representantes eleitos para cargos estaduais e federais, como intermediários políticos entre a sociedade civil e os militares comandantes do regime autoritário. Através de documentação previamente selecionada, buscamos entender como as diversas oligarquias distribuídas em um sistema pluripartidário, que, apesar de rivais eleitorais, partilhavam a mesma cultura política, conseguiram compor um único partido, bem como conceber a relação dos *arenistas* paraibanos com a ditadura, decifrando as razões para a criação da imagem do partido do “sim, senhor”.

Palavras-chaves: Arena; partido político; ditadura militar; Paraíba; história política.

ABSTRACT

This dissertation is the result of research carried out to obtain the title of Master by the Graduate Program in History at the Federal University of Paraíba (PPGH-UFPB). We studied the Aliança Renovadora Nacional (Arena), political party created by the military dictatorship established in Brazil in 1964. Through the Institutional Act #2 (AI-2) organizations created in 1945 was extinct and established a system with only two parties: Arena, supporter of the authoritarian regime, and the Movimento Democrático Brasileiro (MDB), opposition party. We aim verticalize the analysis of the Arena performance in Paraíba, focusing on its Regional Directory, in state politics and eventually at the municipal level. Our time frame are the years from 1964 to 1969 in them analyze the performance of the parties in the civil-military coup in Paraíba, the formation of the Arena party Regional Directorate in this state and in the municipalities of Serra Branca and Sousa, seeking to understand the distribution of local oligarchies in two-party system. We examine the electoral performance of the party in the elections held in 1966 and 1968, highlighting the elections of senator and mayor of Campina Grande city, which help us understand the relationship between different internal coalitions that composed it. Finally, we analyze the performance of ARENA in Paraíba elected representatives to state and federal positions, such as power brokers between civil society and the military commanders of the authoritarian regime. Through previously selected documentation, we seek to understand how the various oligarchies distributed in a multi-party system, which despite electoral rivals shared the same political culture, managed to compose a single party, and devise a list of ARENA with the dictatorship, deciphering the reasons for party image creation "Yes, sir."

Key words: Arena; political party; military dictatorship; Paraíba; political history.

LISTA DE ABREVIATURAS

ANL – Aliança Nacional Libertadora
AIB – Ação Integralista Brasileira
AMFNB – Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil
API – Associação Paraibana de Imprensa
Arena – Aliança Renovadora Nacional
CENIMAR – Centro de Informações da Marinha
CEPLAR – Campanha de Educação Popular
CEU – Centro dos Estudantes Universitários
CIE – Centro de Informações do Exército
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil
CPRP – Centro Paraibano de Relações Públicas
CSN – Conselho de Segurança Nacional
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
ESN – Estado de Segurança Nacional
FAFI – Faculdade de Filosofia
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM – Inquérito Policial Militar
MAFEP – Movimento de Arregimentação Feminina
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
NIDHR – Núcleo de Informação e Documentação Histórico e Regional
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDC – Partido Democrata Cristão
PFL – Partido da Frente Liberal
PL – Partido Libertador
PM – Polícia Militar
PR – Partido Republicano
PRP – Partido da Representação Popular
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSP – Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SNI – Serviço Nacional de Informações

STF – Tribunal Superior Federal

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UDN – União Democrática Nacional

UEEP – União Estadual dos Estudantes da Paraíba

UNE – União Nacional dos Estudantes

UPES – União Pessoaense dos Estudantes Secundaristas

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Partidos de origem dos membros do Diretório Nacional da Arena.....	57
Tabela 2. Divisão dos parlamentares entre os partidos na Câmara Federal.....	94
Tabela 3. Divisão dos parlamentares entre os partidos na Assembleia Legislativa.....	94
Tabela 4. Membros de cargos eletivos no Diretório Regional da Arena e suas ocupações.....	96
Tabela 5. Deputados federais eleitos pela Arena-PB em 1966.....	128
Tabela 6. Deputados estaduais eleitos pela Arena-PB em 1966.....	128
Tabela 7. Informações sobre os partidos nas eleições municipais em 1966 e 1968.....	155

SUMÁRIO

I.	ARENA: PARTIDO POLÍTICO E CULTURAS POLÍTICAS.....	13
1.1.	Para além do “sim, senhor”: a pesquisa sobre a Arena na Paraíba.....	13
1.2.	Cultura política e partido político: algumas indicações.....	18
1.3.	Arena: memória e formação do partido político da ditadura militar.....	36
1.3.1.	<i>Memória sobre a Arena</i>	37
1.3.2.	<i>Golpe civil-militar e formação da Arena Nacional</i>	40
II.	A ARENA NA PARAÍBA: DO GOLPE DE 1964 À ORGANIZAÇÃO DO DIRETÓRIO REGIONAL.....	60
2.1.	A política paraibana antes da Arena: o golpe de 1964 e as eleições de 1965.....	60
2.1.1.	<i>Partidos políticos e o golpe civil-militar na paraíba</i>	60
2.1.2.	<i>As eleições de 1965 e o sistema partidário na Paraíba</i>	75
2.2.	A Arena na Paraíba: a organização do Diretório Regional.....	84
2.3.	Oligarquias locais e o bipartidarismo: os casos de Serra Branca e Sousa.....	104
III.	A ARENA NAS ELEIÇÕES: AS ALAS E AS DISPUTAS NO INTERIOR DO PARTIDO.....	112
3.1.	O processo eleitoral durante a ditadura militar.....	113
3.2.	As eleições de 1966: a campanha senatorial e as disputas internas na Arena....	117
3.3.	As eleições de 1968: A tentativa de “pacificação” em Campina Grande, dissidências <i>arenistas</i> e as eleições municipais.....	137
IV.	A ARENA PARAIBANA ENTRE A SOCIEDADE CIVIL E O ESTADO AUTOTITÁRIO.....	158
4.1.	As cassações de 1966 e o caso Domingos Mendonça Netto.....	160
4.2.	A nova Constituição de 1967 e a adaptação da Carta estadual.....	167
4.3.	A cassação da autonomia política dos municípios em 1968.....	181

4.4.	As manifestações estudantis de 1968 e o caso Márcio Moreira Alves.....	184
4.5.	As cassações dos <i>arenistas</i> em 1969.....	202
V.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	215
VI.	REFERÊNCIAS.....	220

CAPÍTULO 1 – ARENA: PARTIDO POLÍTICO E CULTURA POLÍTICA

1.1. Para além do “*sim, senhor*”: a pesquisa sobre a Arena na Paraíba

ARENA não está no poder, quanto mais a UDN! A ARENA é apenas um instrumento constitucional, é um instrumento legal da Revolução. Quem está no poder é a Revolução, e eu espero que não saia tão cedo. Para mim, a Revolução é mais importante do que a ARENA. (Ernani Sátiro, 1978, p. 36)

Ernani Sátiro foi uma figura importante dentro da Aliança Renovadora Nacional (Arena)¹ da Paraíba. Entre os anos de 1966 a 1969 só não teve mais poder no partido que João Agripino, governador do Estado e principal liderança dessa secção estadual. Foi membro da União Democrática Nacional (UDN), fez oposição ao governo de João Goulart, entusiasta do golpe civil-militar de 1964 e apoiador da ditadura militar². Enquanto esteve no cargo de deputado federal manteve-se fiel aos princípios daquilo que chamavam de “Revolução”, assumindo cargos de liderança governista no Congresso Nacional e defendendo os interesses do Executivo no Legislativo. O paraibano Ernani Sátiro, assim como tantos outros, é um exemplo que traduz o estigma que a Arena carrega ao longo da história, o de partido do “sim, senhor”.

A Arena foi um partido político criado no ano de 1966, através do Ato Institucional nº2 (AI-2)³, pelo governo dos militares instaurado após um golpe de

¹ A sigla “Arena” pode ser escrita toda em letras maiúsculas: “ARENA”. Essa é a forma escrita em algumas fontes pesquisadas. Porém, optamos por utilizar a grafia “Arena”, apenas com a primeira letra maiúscula, por ser a forma como está escrita em algumas referências bibliográficas escolhidas para este trabalho, tal qual Lúcia Grinberg (2009).

² Consideramos o golpe um movimento civil-militar e a ditadura um governo militar. Seguimos a linha de raciocínio de Carlos Fico (2014). Esse historiador, que deu importantes contribuições para o estudo da temática acha louvável a preocupação dos pesquisados com as nomenclaturas: golpe e ditadura “militar” ou golpe e ditadura “civil-militar. Porém suas palavras servem à minha explicação: “[...] não é o apoio político que determina a natureza dos eventos da história, mas a efetiva participação dos agentes históricos em sua configuração.” (FICO, 2014; p. 9). Em meio ao movimento de 1964, militares cooptaram com a participação de lideranças civis: Igreja, estudantes, políticos e seus partidos, até mesmo os Estados Unidos. No entanto, o regime autoritário implantado posterior ao golpe foi militar. De certa forma a atuação dos civis nesse processo foi afastada ou foi minada por aqueles que comandaram o poder Executivo federal. Porém não se pode desprezá-la, a participação dos civis durante a ditadura militar tem sua importância para entender o período por completo.

³ O AI-2 foi um decreto baixado pelo governo federal que, além de extinguir os partidos políticos, continha uma série de medidas que limitava os poderes Judiciário e Legislativo, em contrapartida ao Executivo. Os Atos Institucionais foram sendo decretados ao longo da ditadura militar como medidas autoritárias para aumentar o poder de ação do governo, dando-lhe, muitas vezes prerrogativas para interferir em assuntos que não são de sua responsabilidade. Ao longo dessa dissertação falaremos mais tanto sobre o AI-2, como sobre os demais Atos institucionais baixados no período recortado.

Estado dado no dia primeiro de abril de 1964, que depôs um presidente legalmente eleito e instaurou um regime ditatorial. De 1966 a 1979 vigorou no Brasil um sistema político bipartidário, no qual existiam a Arena, legenda que dava apoio à ditadura e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que fazia uma oposição moderada e controlada ao governo. Aderiram à Arena os políticos da grande maioria dos partidos extintos depois do AI-2, identificados com o movimento golpista de 1964, ou que, devido às circunstâncias do momento, mantiveram-se alinhado ao novo regime para não sofrer repressão política. Por outro lado, filiaram-se ao MDB os políticos contrários ao governo militar, ou àqueles que foram para a oposição devido aos variados contextos políticos do momento.

Ao longo de anos, a Arena foi rotulada como o partido do “sim, senhor”. Isso devido a sua postura de adesão e apoio ao regime ditatorial no qual estava inserido, atuando como um “braço civil” dos militares. Porém, quando pesquisamos de forma mais profunda, notamos que essa imagem não era absoluta. Em alguns momentos o partido posicionou-se contra o governo, adotando postura distinta aos interesses do Executivo. Portanto, nosso objetivo principal nesse trabalho é entender a trajetória da Arena na Paraíba: sua formação, dinâmica e organização interna, relação com o eleitorado, a sociedade civil e com o regime militar. De forma que, buscaremos romper com a simplificação da memória sobre esse partido, entendendo os motivos pelos quais seus membros não só apoiaram o golpe civil-militar, mas também aderiram ao partido criado pelo regime militar subsequente, indo além da ideia simplista no estigma de partido do “sim, senhor”.

Não vamos nesse trabalho romper com a ideia de que a Arena foi um partido adesista da ditadura militar, ou “justificar” a atuação de seus membros. Ir além do “sim, senhor” significa que vamos tentar entender o partido como um meio de continuísmo das práticas políticas de antes do golpe de 1964 e da estrutura política que domina o estado da Paraíba desde o século XIX.

Francamente, pesquisar e escrever sobre aqueles que apoiaram um regime autoritário é uma tarefa difícil para o pesquisador. Temos de deixar nossas ideologias de lado para tratar da forma menos apaixonada possível o nosso objeto de pesquisa. Por vezes confunde-se nosso ofício com as opiniões pessoais, fazendo mal juízo de valor das pesquisas realizadas. Nesse sentido, vale a ressalva para Denise Rollemberg e

Samantha Viz Quadrat (2010), que, ao escrever sobre a construção social dos regimes autoritários, ponderaram:

Em determinados meios – mesmo acadêmicos – ainda sobrevive a crença segundo a qual afirmar a legitimidade de um regime autoritário ou ditatorial, o apoio de significativas parcelas da sociedade, sobretudo quando se trata de camadas populares, é o mesmo que defendê-lo. Não compartilhamos dessas posições. Afirmar que um tirano foi amado pelo seu povo não significa concordar com a tirania, apoiar suas ideias e práticas. Tampouco o falseamento das relações da sociedade com o autoritarismo deve ser um instrumento válido para combatê-lo. Ao contrário. Conhecer-las é o primeiro passo para transformá-las. São os valores e as referências, as culturas políticas que marcam as escolhas, sinalizando relações de identidade e consentimento, criando consensos, ainda que com o autoritarismo. Aliás, a deturpação da informação, do conhecimento, não seria também autoritário? (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010, p. 14)

Dito isso, podemos adentrar em alguns aspectos mais técnicos da pesquisa. O primeiro deles é o recorte espacial. Como mencionado anteriormente, nosso objetivo é analisar a Arena paraibana, e para isso nos basearemos pela sua seção estadual. Essa servirá como uma linha mestra, e quando necessário iremos abranger para o contexto nacional ou verticalizar para o âmbito municipal, mantendo nossa finalidade de explicar a atuação do partido e de seus membros.

Destacamos também nosso recorte temporal. A Arena existiu de 1966 até 1979, 13 anos de atuação política. Esse é um período bastante extenso para ser discutido em uma dissertação de mestrado. Dessa forma, escolhemos trabalhar nessa pesquisa o período de 1964 até 1969. Recuamos até o ano de 1964 para entender a atuação dos partidos políticos e de seus membros durante o golpe civil-militar, e escolhemos ir até 1969, por ser o ano posterior ao Ato Institucional nº 5 (AI-5), um dos principais marcos cronológicos da ditadura militar.

Para execução dessa dissertação, escolhemos uma série de documentos que nos serviram como fontes de informações para esse trabalho. O primeiro deles são os jornais que circulavam no estado na década de 1960: o *A União*, *O Norte*, *Correio da Paraíba* e *Diário da Borborema*. Os jornais aparecem como fontes cruciais de pesquisa por relatarem informações importantes da política estadual, como a atuação dos representantes eleitos e da vida cotidiana dos partidos políticos. Os periódicos são entendidos por Tânia Regina de Lucca (2008), não apenas como fontes confirmadoras, mas como meios de problematizar o objeto de pesquisa. De acordo com a autora:

[...] a luz do percurso epistemológico da disciplina e sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso de jornais e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno no chegar até o público. (LUCCA, 2008; p. 139)

Assim sendo, torna-se necessário melhor referenciá-los para o leitor. Seguindo as informações de Fátima Araújo (1983), o *A União* é o periódico oficial do Estado, tornando-se por vezes porta voz do governador, expressando suas ideias e propagandeando suas ações. Na década de 1960 seus diretores foram os jornalistas Hélio Zenaide e Antônio Brayner. O jornal *O Norte* pertencia nos anos 1960 ao grupo de comunicação *Diários Associados*, de propriedade de Assis Chateaubriand, durante o recorte temporal dessa dissertação destacam-se como colunistas políticos José Souto, Gonzaga Rodrigues e Hélio Zenaide. O *Correio da Paraíba* foi um jornal fundado por Teotônio Neto, empresário, que na década de 1960 exercia o cargo de deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD). Seu principal colunista político era J. Soares Madruga, que assinou a coluna *Diário de Política* por 16 anos. Vale ressaltar que o colunista filiou-se à Arena logo após a fundação do partido. E por fim, o *Diário da Borborema* é o único jornal dos selecionados oriundo de fora da capital do estado. Fundado em Campina Grande, também pertencia ao conglomerado dos *Diários Associados*.

Utilizaremos também o acervo do Diretório Nacional da Arena, locado no arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro. Nele contém documentos de organização partidária, eleitorais, de assuntos constitucionais, discursos e correspondências⁴. Ainda no CPDOC constam uma série de entrevistas com políticos paraibanos que atuaram na ditadura militar, feitas em parceria com o Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional (NIDHR), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Apontamos também como fontes de pesquisa para esse trabalho as atas de eleição localizadas no arquivo do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB)⁵.

⁴ Guia dos documentos disponíveis in <http://www.fgv.br/cpdoc/guia/detalhesfundo.aspx?sigla=ARENA> (acesso em 28/04/2014).

⁵ Algumas informações se encontram disponíveis no site: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes> (acesso em 28/04/2014).

Nelas constam informações sobre os candidatos e os partidos que disputaram determinada eleição, bem como informações sobre o resultado das votações. Há também os *Diários do Congresso Nacional*, disponíveis no site da Câmara dos Deputados⁶. Neles são reproduzidos discursos dos deputados federais no plenário. E por fim, outra fonte para essa pesquisa são as atas do Conselho de Segurança Nacional (CSN), que trazem importantes informações sobre as cassações de mandatos *arenistas*. Elas estão disponíveis no acervo da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba (CEV-PB).

Dito isso, dando prosseguimento ao primeiro capítulo, serão abordadas questões teóricas que guiam a escrita desse trabalho. Discutiremos o conceito de “cultura política” e sua trajetória na renovação dos estudos da história política, e o conceito de “partido político”, sua operacionalização pela história através do intercâmbio com as teorias da ciência política. Posteriormente, discorreremos sobre a historiografia da Arena e as questões trabalhadas por ela, a memória sobre o partido e a formação nacional do partido. Para além, apontaremos as culturas políticas compartilhadas pelos membros da legenda.

No segundo capítulo adentraremos na criação da Arena paraibana. Inicialmente entendendo as culturas políticas compartilhadas pelos seus membros antes da formação do Diretório Regional, nos episódios do golpe de 1964 e nas eleições para governador em 1965. Em seguida, analisaremos a reorganização do sistema pluripartidário através da formação da Arena estadual, as disputas políticas durante a formação e a estrutura interna do partido. Em terceiro lugar, verticalizaremos a formação partidária nos municípios de Serra Branca e Sousa, a fim de compreender como as disputas internas entre PSD e UDN se resolveram depois da criação do bipartidarismo no âmbito municipal.

No terceiro capítulo faremos uma análise do desempenho eleitoral da Arena na Paraíba. Discutiremos a partir das eleições a relação entre as alas que o compunham, como foi feita a escolha dos candidatos e como foi sua performance contra o MDB nas eleições majoritárias e proporcionais que ele disputou. Analisaremos as eleições para senador, deputado federal e estadual, ocorridas em 1966, e as eleições para prefeito nos

⁶ Os exemplares encontram-se no site: <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas> (acesso em 24/01/2016).

anos de 1966 e 1968, destacando o pleito para a prefeitura da cidade de Campina Grande, um dos principais polos político e econômico do estado.

E, por fim, no quarto capítulo, analisaremos o papel dos *arenistas*⁷ como intermediários políticos entre a sociedade civil e o estado autoritário. A partir de seus representantes eleitos tanto no Executivo, como no Legislativo, procuramos discorrer sobre como se desenvolveram os problemas políticos locais durante a ditadura, relatando se houve alguma alteração com a instituição do bipartidarismo, e como o Legislativo estadual se posicionava perante a repressão da ditadura como representantes da sociedade. E por fim, tentaremos entender os fatores que levaram os militares a cassarem os mandatos de membros da Arena paraibana, teoricamente indivíduos de sua base aliada.

1.2. Cultura política e partido político: algumas indicações

Antes de iniciar essa análise sobre a Arena, é preciso delimitar o campo teórico ao qual ela pertencerá. Por mais que alguém possa dizer que delimitações signifiquem reduções no plano de visão histórica do pesquisador sobre um determinado objeto, elas servem para guiar, direcionar e fundamentar a análise sobre aquilo que será estudado. Se tratando de uma organização partidária, primeiramente inserimos esse trabalho no campo da nova história política. Ao refazer sua trajetória, entenderemos o que isso significa.

Ao longo do percurso da historiografia ocidental, a compreensão da política sofreu uma série mudanças e significações até chegar ao entendimento da corrente historiográfica do século XIX denominada Escola Metódica, ou Positivista⁸. Os

⁷ Entendemos o termo “*arenista*” como um adjetivo, por atribuir qualidade ou característica a alguém, assim como também é um neologismo, por ser uma palavra/expressão derivada de uma outra. Dessa forma ela virá nessa dissertação com sua grafia em itálico, assim como outros termos similares, como “*udenista*”, “*pessedista*”, “*lacerdista*”, “*agripinista*”, etc.

⁸ De acordo com Francisco Falcon (1995), até o século XIX, A política e o poder dentro da história tinha uma função de mestra da vida (*magistra vitae*). Elas aparecem como referências na história na Antiguidade Clássica, mais especificamente na Grécia, quando eram feitas narrativas mitológicas dos feitos heroicos dos seres humanos que eram dignos de serem lembradas. Esta historiografia da antiguidade clássica reflete bastante na produzida no período do medievo, em que se escreviam narrativas históricas de características míticas da fé cristã. Nesses períodos, os aspectos ligados às crenças religiosas tinham funções importantes nas instituições de poder. No Renascimento, com o surgimento da modernidade, não houveram muitas mudanças, de significativo apenas a crítica às fontes e a eliminação dos milagres e dos aspectos fantasiosos da narrativa histórica. A história era feita nos antiquários, pelos eruditos e servia aos príncipes que queriam através dela reforçar seu poder sobre aqueles que o serviam. E da metade para o final do século XIX, dois grandes movimentos intelectuais modificaram o pensamento

historiadores metódicos possuíam posição de prestígio na sociedade e tinham estreitas ligações com Estado, fazendo com que eles atrelassem os estudos históricos ao poder estatal. Designada posteriormente de velha – ou tradicional – história política, para Jacques Julliard (1995) ela ganhou má reputação entre os historiadores franceses no início do século XX, os quais buscavam outras formas para explicação dos acontecimentos históricos. Em suas palavras:

A história política é psicológica e ignora os condicionamentos; é elitista, talvez biográfica, e ignora a sociedade global e as massas que a compõem; é qualitativa e ignora as séries; o seu objetivo é o particular e, portanto, ignora a comparação; é narrativa, e ignora a análise; é idealista e ignora o material; é ideológica e não tem consciência de sê-lo; é parcial e não o sabe; prende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa os pontos precisos, e ignora o longo prazo; em uma palavra, uma vez que essa palavra tudo resume na linguagem dos historiadores, é uma história *factual*. (JULLIARD, 1995, p. 180)

Para um grupo de historiadores franceses pertencentes à Escola dos *Annales*⁹, o *factualismo* não seria mais a fórmula ideal para analisar a história. Influenciados pelo pensamento marxista, eles tinham como pretensão ultrapassar a metodologia dos Positivistas, se desfazendo do conceito de política, considerado elitista, pois mostrava apenas a superfície do real. Em sua interpretação, os aspectos políticos seriam meros reflexos da ação das estruturas sociais e econômicas, ligados a uma visão quantitativa das coisas. No meio a tantas mudanças e contribuições, destaca-se no legado dos *Annales* a introdução dos indivíduos de classes subalternas na história.

Paralelo aos *Annales*, outro grupo de historiadores franceses continuaram a pensar a história através da política¹⁰. Locados na Universidade de Nanterre, mais

político na história, o Iluminismo e o Romantismo, que é a partir delas que surge o pensamento positivista, o ápice na tentativa de criar um pensamento histórico de caráter científico.

⁹ No final da década de 1920, com advento da democracia política, o crescimento da ação política do movimento operário e do socialismo, que dirigiu o olhar às massas, foi o contexto no qual a Escola dos *Annales* foi fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre. Um movimento historiográfico constituído em torno do periódico acadêmico *Annales d'histoire, économique et sociale*. Voltados para a economia e sociedade, assim como outras áreas do conhecimento, eram orientados pela visão marxista das coisas (JULLIARD, 1995, p. 182). Interdisciplinar, foi um movimento que sempre buscou renovações, como na década de 1950, quando passou a ser liderada por Fernand Braudel, e no final da década de 1960, quando ocorreu nova renovação de seus métodos e a migração da base econômica para as manifestações culturais. Marcada pela fragmentação, essa geração não teve um protagonista, mas vários historiadores, os quais pode se destacar Jacques Le Goff e Pierre Nora.

¹⁰ Vale a ressalva para Jacques Le Goff (1983). O autor, importante figura dos *Annales*, reforça que a crítica que essa corrente historiográfica fazia à história política era os seus aspectos narrativista, episódico e crônico. Porém isso não impediu que os *Annales* revisassem o conceito de política na história. Apesar de considerar a política algo superficial, daquilo que eles chamavam de *pseudo-história*, o conceito de poder foi bem aceito pelos historiadores, pois era algo que estava presente em todas as sociedades,

especificamente no Instituto de Estudos Políticos de Paris, liderados pelo historiador René Rémond, influenciados pela conjuntura política da segunda metade do século XX, tais pesquisadores recolocaram a política como objeto de estudo do historiador.

O próprio René Rémond (2003a) nos ajuda a entender esse processo, que aconteceu de forma exógena e endógena. Entre os fatores externos ele nos apresenta: 1) os acontecimentos de 1968¹¹; 2) a experiência adquirida durante as duas grandes guerras, a qual mostrou que fatores econômicos não se sustentam por si só; 3) a crise na economia neoliberal, que obrigou o Estado a entrar em outras esferas; 4) e as políticas públicas estatais, que mostraram como a relação entre política e economia não é uma via de mão única. Assim:

À medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram, uns após os outros, para os domínios da história política. (RÉMOND, 2003a, 24)

Apesar de o Estado continuar presente nos novos estudos da política, suas fronteiras foram rompidas por essa corrente historiográfica. As organizações da sociedade civil, como sindicatos, Igreja e imprensa, nas quais sua finalidade não é propriamente a política estatal, também passaram a ser objetos de estudos do político. Para a nova história política, todos esses espaços possuem disputas políticas e, de alguma forma, influenciam o poder convencional do Estado.

Mas esse retorno da política não ocorreu apenas pela influência externa. No aspecto interno da disciplina, Rémond fala de uma rediscussão de conceitos e de métodos de pesquisa. A nova história política também utilizou-se da interdisciplinaridade para realizar sua renovação, buscando conceitos, vocabulário e técnicas de pesquisa de outras áreas do conhecimento. Da matemática vieram os

independente do período histórico em quem elas estão. O conceito de poder que foi apropriado foi o da antropologia e sociologia, que via o poder como algo central, indo além do “Estado” e da “Nação”. Le Goff utiliza os trabalhos sobre a história medieval para discutir essa significação do poder por esses historiadores. Como exemplos utilizados pelo autor podemos destacar os estudos que atrelam os aspectos religiosos à política, e aqueles que buscam significados nos objetos atrelados ao poder (coroas, cedros, tronos) para além deles próprios, incorporando rituais entre quem tem o poder e quem está subjugado à esse poder. Sobre a política e o poder na historiografia ver também: Vavy Pacheco Borges (1997), Pierre Rosanvalon (2010) e José D’Assunção Barros (2012)

¹¹ Entre os acontecimentos na França e no mundo podem ser destacados: a Revolução de maio de 1968, a Primavera de Praga, a Guerra do Vietnã e a influência da derrota americana no contexto geopolítico global, a invasão da Tchecoslováquia pela União Soviética, os assassinatos de Marthin Luther King Jr. Che Guevara e John F. Kennedy e o lançamento da nave espacial tripulada Apollo 8.

métodos estatísticos; da linguística foram apropriadas as técnicas de análise do discurso; as técnicas de pesquisa de opinião e de análise de comportamento foram emprestadas pela psicologia; e da ciência política e da sociologia foram reelaboradas perguntas e reorganizadas as análises de perspectiva (RÉMOND, 2003a, p. 29)¹².

Dessa interdisciplinaridade, a nova história política importou um valioso conceito utilizado para o entendimento da atuação da Arena paraibana nessa dissertação: a cultura política. Ela passou a ser apropriada pela historiografia na segunda metade do século XX, com a ascensão do paradigma *culturalista*, tornando-se popular neste meio por fornecer suporte para o entendimento das representações, tradições e ideologias em uma sociedade.

Para entender o conceito é necessário refazer sua trajetória nas ciências sociais. Rodrigo Patto Sá Motta (2009) relata sua utilização desde o início no século XIX, através de pensadores do político, como Alexis de Tocqueville, apesar de tratar a relação entre cultura e política sem utilizar-se do termo “cultura política”. Foi nesse mesmo período que os filósofos alemães cunharam o conceito de *kultur*, que formulava uma hierarquização cultural, havendo culturas políticas superiores umas das outras.

Nos Estados Unidos, já nas décadas de 1950 e 1960, o termo foi utilizado para entender o surgimento dos regimes autoritários e fortalecer a imagem da democracia liberal promovida por eles, em contrapartida ao comunismo soviético. Os cientistas políticos norte-americanos Gabriel Almond e Sidney Verba criaram um esquema para enquadrar os diversos modelos de culturas políticas existentes nas sociedades. Para eles existiriam culturas políticas paroquiais, culturas políticas de sujeição e culturas políticas participativas. Era um modelo que pregava a hierarquização das culturas políticas, sendo o modelo de participação um estágio mais avançado, equivalente à estrutura política democrática. Cientes da existência de mais de uma cultura política, eles criaram o termo *sub-cultura política*, que serviu enquadrar culturas políticas menos representativas em um meio social.

¹² Sobre a questão da interdisciplinaridade, vale ressaltar o apontamento de Ângela de Castro Gomes (1996). A historiadora também elabora um raciocínio acerca do diálogo entre a história com outras disciplinas, como a ciência política, proporcionado pela renovação da história política. Privilegiando o intercâmbio disciplinar na produção do conhecimento no Brasil, a autora chama atenção para os fatores que resultaram nessa aproximação: as mudanças ocorridas na sociedade ao longo do século XX, que trouxe um sentimento maior da presença da política no cotidiano das pessoas, a busca por novas interpretações de acontecimentos históricos como o golpe de 1964, as novas instituições arquivistas (CPDOC e Arquivo Edgard Lourenço, por exemplo), além de novas interpretações para atores históricos importantes para o entendimento do político, como os partidos, as organizações sindicais e os intelectuais.

Em meados da década de 1960, influenciados pelas teses evolucionistas, os norte-americanos foram os primeiros a utilizarem o conceito pela história. Mas foi na França, nas décadas de 1970 e 1980, que o conceito de cultura política ganhou maior espaço nos estudos históricos. Em meio à renovação da história política, os historiadores liderados por René Rémond elaboraram o livro *Por uma história política*, que, apesar de não dispor de um capítulo para discutir o termo, faz várias menções à cultura política ao longo do texto.

Já no Brasil, o termo cultura política já havia sido utilizado no período do Estado Novo de Getúlio Vargas. Através da revista *Cultura Política* que circulou entre os anos de 1941 a 1945, seu objetivo era construir uma cultura política para o povo inculto. Após o fechamento da revista, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) nos anos 1950 se apropriou do tema como subtítulo de uma importante publicação teórica, *Problemas – Revista Mensal de Cultura Política*, que difundia valores comunistas (MOTTA, 2009, p. 15). Já o conceito de cultura política, como relata Ângela de Castro Gomes (2005), passou a ser apropriado pelos historiadores brasileiros nas décadas de 1970 e 1980, junto com os trabalhos voltados para as análises políticas e culturais. A partir da expansão dos programas de pós-graduação, no governo Ernesto Geisel (1974-1979), esses estudos eram influenciados pela reabertura política após o período da ditadura militar, com a Lei da Anistia (1980) e o movimento das Diretas Já (1984).

Alguns anos depois, no livro *Para uma História cultural*, organizado por Jean-François Sirinelli e Jean-Pierre Rioux, o historiador Serge Berstein (1998) procura ampliar a discussão da utilização do conceito de cultura política pela historiografia. Em um texto curto, Berstein conseguiu dar grande contribuição para o trabalho dos historiadores, ajudando a sistematizar a operacionalidade do conceito.

Para ele, esse é um termo que, apesar de antigo, ainda está pouco desenvolvido, não sendo possível elaborar uma definição à época em que escrevera seu texto. Foi nos escritos de Jean-François Sirinelli em que ele se inspirou para desenvolver uma definição completa, considerando-o “*Uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio do partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas.*” (BERSTEIN, 1998, p.350). A cultura política, de acordo com Berstein, se torna importante para os historiadores por ser um meio de compreender as representações, tradições e ideologias, fornecendo suporte para a compreensão de uma sociedade em seus entrelaces políticos.

Berstein busca uma explicação pluralista, ressaltando a variedade de culturas políticas em um espaço social. Ele ressalta que sua proposta difere daquela criada por Almond e Verba. Para ele, por mais que existisse uma diversidade de culturas políticas em um determinado espaço social e que algumas delas pudessem atingir uma maior quantidade de indivíduos, é inapropriada uma classificação que aponte uma hierarquização (*sub-cultura política*) ou isolamento de uma das demais. Ao indicar a existência de uma relação de disputa ou colaboração, ele afirma que aquelas que estão à margem de uma sociedade podem ascender ao posto de predominância. Ao citar como exemplo a cultura política republicana, Bernstein consegue problematizar uma série de outras culturas políticas emergentes:

A cultura política socialista sonha com uma revolução proletária que levaria ao aparecimento de uma sociedade sem classes, a cultura política nacionalista preconiza a criação de um Estado autoritário, eventualmente monárquico, que assentaria as comunidades naturais, a cultura política católica procura vias da realização do cristianismo na cidade, através de organizações políticas diversas e por vezes opostas. [...] A cultura republicana favorece a emergência, no seio da nebulosa católica, de uma democracia cristã que retém alguns dos seus princípios, mas não a totalidade. (BERSTEIN, 1998, p. 354)

Mas de onde surge uma cultura política? Para o autor, uma cultura política é uma resposta dada por uma sociedade a uma determinada crise política. Essas culturas políticas-solução propõem resolver os problemas no intuito de transformar a sociedade. O que levaria um tempo, cerca de duas ou três gerações, devendo o historiador pensar o seu estudo na média e longa duração.

Ao atravessar gerações, as culturas políticas deixam de ser algo imóvel. Elas evoluem e se modificam junto com a sociedade na qual estão inseridas, não sobrevivendo quando se encontram demasiadamente descontextualizada de sua conjuntura. Caso não tenha muitos meios de se propagar, determinadas culturas políticas podem declinar e cair no esquecimento social. Assim, para ter uma longa perpetuação no tempo, as culturas políticas tendem a adaptar-se às transformações sociais, e, não sendo dependentes de si mesmas, devem manter relações com as culturas políticas que as cerca.

Para se difundirem em uma sociedade, elas precisam de vetores: meios pelos quais possam sair do campo ideológico para o prático. Bernstein cita algumas instituições que servem a tal propósito, a exemplo da família, da escola (ou universidades), locais de

trabalho, igrejas, exército, sindicatos e partidos políticos. Ao analisar objetos de estudo a partir do viés da cultura política, devemos evitar uma análise de condicionamento simplista, pois um indivíduo pode participar de espaços sociais com culturas políticas contraditórias, ou ser levado a participar de um meio em consequência da sua entrada em outro.

Não obstante, a sua multiplicidade proíbe pensar que se exerce sobre um dado indivíduo uma influência exclusiva. A ação é variada, por vezes contraditória, e é a composição de influências diversas que acaba por dar ao homem uma cultura política, a qual é mais uma resultante do que uma mensagem unívoca. Esta adquire-se no seio do clima cultural em que mergulha cada indivíduo pela difusão de temas, de modelos, de normas, de modos de raciocínio que, com a repetição, acabam por ser interiorizados e que o tornam sensível à recepção de ideias ou à adoção de comportamentos convenientes. Que a cultura prepara o terreno do político aparece desde já como uma evidência de que alguns retiram estratégias. (BERSTEIN, 1998, p. 357)

Assim, o estudo de uma cultura política auxiliam o historiador compreender o porquê um indivíduo, ou um grupo de indivíduos, adota determinado comportamento político, como também:

Permite, [...] pelo discurso, o argumentário, o gestual, descobrir as raízes e as filiações dos indivíduos, restituí-las à coerência dos seus comportamentos graças à descoberta das suas motivações, em resumo, estabelecer uma lógica a partir de uma reunião de parâmetros solidários, que respeitam ao homem por uma adesão profunda, no que a explicação pela sociologia, pelo interesse, pela adesão racional a um programa se revela insuficiente, porque parcial, determinista e, portanto, superficial. Mas [...] passando da dimensão individual à dimensão coletiva da cultura política, esta fornece uma chave que permite compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura. Fator de comunhão dos seus membros, ela fá-los tomar parte coletivamente numa visão comum do mundo, numa leitura partilhada do passado, de uma perspectiva de futuro, em normas, crenças, valores que constituem um patrimônio indiviso, fornecendo-lhes, para exprimir tudo isto, um vocabulário, símbolos, gestos, até canções que constituem um verdadeiro ritual. (BERSTEIN, 1998, p. 362)

Posterior ao texto de Berstein, Motta consegue elaborar um conceito satisfatório e consistente para definir a cultura política, sendo:

Conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como

fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (MOTTA, 2009, p.21)

Motta ainda discorre uma série de reflexões sobre o conceito em seu texto¹³, mas sua definição, assim como as diretrizes apresentadas por Berstein, retratam bem aquilo que a cultura política representa para esse trabalho.

Alguns anos após a formulação desse conceito de cultura política, o mesmo Motta (2013) discute a apropriação da cultura política para entender o processo do golpe civil-militar de 1964 e a ditadura militar. Para ele, esse conceito ajuda a conceber o fenômeno autoritário na longa duração, como fruto de fatores estruturais, mostrando como os comportamentos compartilhados por determinados grupos políticos brasileiros influenciaram nesse processo¹⁴.

É preciso entender o conceito de cultura política de um modo plural, porém sem banaliza-lo. A partir disso, Motta enxerga a possibilidade de aplicação do conceito a partir dos conjuntos nacionais, apontando para a existência de uma cultura política brasileira, que evoluiu ao longo da formação do Estado nacional.

Desde o século XIX vários pensadores da nossa sociedade apontaram aspectos que compõem essa cultura política em questão (Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Oliveira Vianna, Raymundo Faoro e Roberto da Matta – apesar de nenhum deles utilizar-se do conceito nem ao menos do termo para sua formulação). A proposta de Motta é entender que uma série comportamentos, valores, representações, etc. políticos juntos formam a cultura política brasileira.

¹³ Para Motta a cultura política é um fenômeno que pode ser estudado a partir do *comparativismo* de casos específicos, e as culturas políticas em um mesmo espaço e tempo podem estabelecer relações de troca de valores (MOTTA, 2009; p. 22). Elas não se restringem apenas a representações, porém, o historiador deve estabelecer relações entre a prática e aquilo que ela representa (MOTTA, 2009, p. 23). Para Motta existe uma relação entre o conceito de cultura política e o marxismo. Apesar de a tradição marxista dar maior valor ao econômico e ao social, seus novos teóricos, como Antônio Gramsci, Edward Thompson e Raymond Williams, ofereceram novas possibilidades de estudos que ultrapassaram o marxismo original. “[...] cujas reflexões ofereceram compreensão mais sofisticada sobre o papel da cultura.” (MOTTA, 2009, p. 26). A cultura política foi peculiarmente apropriada ao conceito de cultura de classe, porém esses estudos levam a generalizações, como toda a classe operária tivesse as mesmas práticas e costumes.

¹⁴ A utilização do conceito de cultura política também serve para entender as peculiaridades do autoritarismo brasileiro em relação às experiências vividas pelos países vizinhos. Algumas características que distinguem a ditadura brasileira são apontadas por Motta: 1) projeto econômico nacional-desenvolvimentista; 2) manutenção do funcionamento (embora de modo precário) das instituições liberais; 3) menor número de mortes e desaparecimentos provocados pela repressão política; 4) elevada taxa de absolvições nos julgamentos de crimes políticos; 4) maior tolerância com os valores culturais da esquerda (que continuavam a circular durante a ditadura) (MOTTA, 2013, p. 9).

Para entendê-la, primeiramente deve-se reconhecer a existência de um imaginário político nacional, ou seja, um conjunto de representações que faz as pessoas se identificarem com atores políticos do passado, classificando-os como heróis ou vilões, ou estabelecendo importância em eventos marcantes, como batalhas ou guerras.

Nessa cultura política identifica-se a presença de valores e comportamentos típicos de grupos políticos (principalmente entre aqueles que controlam ou almejam controlar instâncias no Estado), como o patrimonialismo, clientelismo, privatismo, elitismo e o personalismo. Essas são condutas políticas que privilegiam os laços de parentesco, amizade ou compadrio nas ações políticas, desconsiderando normas oficiais em função de um projeto político por vezes pessoal.

Outra importante característica da cultura política brasileira apontada por Motta é a tendência à flexibilidade, ou negociação de conflitos. Há um longo histórico de conciliações na política brasileira – alguns eventos ocorridos ao longo da história nacional servem de exemplo, como os verificados nos anos de 1822, 1853, 1889, 1961, 1979, 1985 – que foram arranjos políticos com a função de evitar conflitos, encontrando uma saída satisfatória para todos os lados envolvidos. Vale salientar que essa é uma tendência que não envolve setores sociais subalternos, mas um aspecto que prevalece nas disputas entre elites. Quando os polos de um conflito são setores subalternos e elites políticas, a tendência é o uso de violência contra aqueles desfavorecidos economicamente (MOTTA, 2013, p. 18).

As últimas características apontadas acerca cultura política brasileira são a pouca identificação da população com os partidos políticos e sua fraca participação nos espaços públicos de poder. As constantes intervenções no sistema partidário brasileiro podem ser encaradas como fatores que pesam nesses aspectos. Desde o período imperial, quando surgiram as primeiras organizações partidárias, até o golpe de 1964, foram quatro mudanças. A quinta mudança ocorreu durante a ditadura militar, que extinguiu os partidos políticos com maior identificação popular até então. Provando que não haviam condições até então de haver uma identificação partidária mais profunda no Brasil¹⁵.

¹⁵ Na tese de Antônio Lavareda (1991), o cientista político avalia o sistema partidário que vigorou entre 1945-1964 no Brasil. Além de elaborar a tese da “consolidação” para avaliar o desenvolvimento do pluripartidarismo brasileiro, o autor apreciou o grau de identificação do eleitorado com os partidos daquela época. Utilizando as pesquisas estatísticas do IBGE, ele relata que, de forma geral, havia um processo de identificação dos partidos juntamente com a consolidação daquelas agremiações. Apesar de alguns acontecimentos gerarem uma inflexão nessa afinidade eleitores-partidos (exemplo do suicídio de

Em relação à escassa participação da população, Motta ressalta que esse aspecto não é resultado de uma ignorância das camadas baixas da sociedade. Seria errado falar em um sentimento de conformismo dos cidadãos de baixa renda em relação a sua situação excludente. Ao contrário, existe a percepção da população de que há uma tendência elitista na ocupação dos cargos das instituições públicas brasileiras. A melhor forma de entender esse aspecto é como uma tendência estrutural, com raízes sólidas nas relações de poder. Um olhar mais atento na história pode provar que houveram várias tentativas de romper com essa estrutura, mas que foram duramente reprimidas pelo próprio Estado (a Guerra de Canudos, ocorrida no sertão baiano no ano de 1896, é um bom exemplo).

Falar de uma cultura política brasileira não se trata de algo absoluto, compartilhada por toda a sociedade. É mais correto falar que essa é uma cultura política majoritária, uma linha mestra que guia o comportamento político de boa parte daqueles que estão no poder, ou o almejam. A cultura política brasileira convive e interage com outras culturas políticas (ex.: socialismo, liberalismo e anticomunismo), estabelecendo relações que por vezes podem ser influenciadas pela cultura política nacional (MOTTA, 2013, p. 12)¹⁶.

Essas características da cultura política nacional fazem-se presentes tanto no golpe de 1964, como durante a ditadura instalada subsequentemente. E a Arena é uma forma de compreendê-los. O partido político abrigou majoritariamente uma série de grupos políticos que apoiaram o golpe civil-militar, que podem ser considerados conservadores ou de direita¹⁷, apesar de terem existido casos que desviaram desse perfil predominante.

Getúlio Vargas), foi algo momentâneo. A participação do eleitorado nos pleitos para presidente da República, a duração desses partidos no tempo, a rede de comunicação entre as esferas regionais e nacionais e o quadro legal-institucionais são pontos que favoreceram essa identificação. Por outro lado, interferiram nesse processo aspectos como a proibição de partidos ideológicos e a não coincidência nas datas dos pleitos majoritários e proporcionais (LAVAREDA, 1991, p. 160).

¹⁶ O autor faz uma advertência, na qual deve-se evitar uma excepcionalidade da cultura política brasileira, pois alguns elementos característicos de nossa cultura política são encontrados em outros espaços nacionais (MOTTA, 2013, p. 13).

¹⁷ Entendo que nos dias atuais as terminologias direita e esquerda vem sendo consideradas problemáticas, que, necessitam de uma explicação quando utilizadas. Norberto Bobbio (1995) relata a existência de novos estudos que tentam contestar essa distinção política, visto crises ideológicas ou mudanças ocorridas na política global. Mesmo diante de tentativas de formular novas formas de mapear posicionamentos políticos, o autor ainda considera válida a utilização dos termos direita e esquerda. Direita-esquerda é uma díade, de características opostas, mas dependentes entre si. São campos da política bastante amplos, comportando moderados e radicais em ambos os lados, o que traz um aspecto plural para dentro de cada um deles. Existem, portanto, várias esquerdas e várias direitas. A díade existe não só no sentido horizontal, como conservadores e progressistas, mas também no vertical, se olharmos para as

Sendo a Arena um partido político é preciso conceituá-la como tal. Para Max Weber (1999) os partidos políticos são parte importante da vida política de uma sociedade, sendo “[...] organizações voluntariamente criadas e baseadas em livre recrutamento, necessariamente sempre renovado, em oposição a todas as corporações fixamente delimitadas pela lei, ou por comportamento.” (WEBER, 1999, p. 544). São instrumentos de acesso ao poder, e têm como outros objetivo obter votos para as disputas eleitorais, buscar ajuda financeira ou resolver questões burocráticas para os grupos políticos nele inseridos.

O partido substituiu a facção política, que prevaleceu ao longo do século XIX nas democracias europeias. De acordo com Weber, essas facções eram grupos de indivíduos que se organizavam de forma episódica lideradas por um chefe político. O líder de uma facção era um cidadão de notoriedade intelectual e/ou econômica em uma cidade. Já os indivíduos que integravam uma facção tinham como meta alçar seu chefe político ao poder, recebendo, em troca pelo trabalho prestado, cargos na burocracia estatal, caracterizando assim uma política de patronagem de cargos públicos. Com o advento da democracia e do sufrágio universal na Europa, houve a necessidade de regular e organizar as massas que iriam participar do jogo político, a estrutura da facção evoluiu, tornando-se o partido político moderno.

Para Weber, os partidos políticos modernos podem ser organizações de patronagem de cargos, ou entidades portadoras de ideologias que defendam a realização de políticas baseadas nessas doutrinas. Assim como pode ser os dois, “[...] ter fins políticos objetivos, transmitidos pela tradição e, devido a esta última, apenas lentamente modificáveis, mas também aspirar a patronagem de cargos.” (WEBER, 1999, p. 546). Os partidos são agora instituições burocratizadas, dotadas de um aparato de funcionários remunerados, divididos em várias instâncias, mantendo-se distante do personalismo. São meios pelos quais os indivíduos dispõem para levar seus pensamentos e práticas políticas para o Estado. Seguindo a designação de Weber, nós entendemos a Arena como um partido de patronagem, pois ecoou entre grande parte de

classificações de patrão e proletário. Para este trabalho entenderemos como esquerda os grupos progressistas, que de alguma forma tentam romper com uma estrutura elitista e arcaica vigente, identificada no contexto histórico abordado como os grupos de trabalhadores organizados ou àqueles que são simpáticos à sua causa. Já a direita era composta pelos grupos conservadores, aqueles que querem manter, ou conservar, uma estrutura elitista, e utilizam-se de sua atuação política para tal. Dessa forma a Arena seria um partido que poderia ser rotulado como de direita, por ter recebido uma leva de políticos conservadores. No decorrer do texto tentarei utilizar os termos “conservadores” e “progressistas”, mas não me sentirei acuado em fazer uso da diáde direita-esquerda como forma de marcar posicionamentos políticos.

seus membros práticas daquilo que consideramos cultura política brasileira: clientelismo, patrimonialismo, elitismo etc., como forma de manter o controle do Estado. Porém, apesar de não carregar uma bandeira ideológica concreta (comparada aos partidos comunistas, por exemplo), a Arena também tem sua base de ideologia, pois para apoiar um regime autoritário é necessária uma carga de identificação, que vai além do apoio relativo ao atendimento de interesses materiais.

Para a história, os partidos políticos refletiam o descrédito que a disciplina tinha pela política e o poder. De acordo com Serge Berstein (2003), as obras lançadas sobre a temática se caracterizavam por terem aspectos *factualistas*, ou por se enviesavam pela dimensão ideológica do partido, sendo este seu fim único. Com o desenvolvimento da nova história política, houve um intercâmbio dessa com a ciência política, a qual os historiadores incorporaram conceitos para se trabalhar com essas organizações. Os estudos desenvolvidos sobre essa temática no século XX revelavam a riqueza de um domínio que mesclava longa duração com acontecimentos singulares que são recorrentes na explicação das ações dos indivíduos, através de dados múltiplos, desencadeando na ação dos partidos¹⁸. De forma geral, são obras que falam sobre a experiência dessas organizações na Europa, mas sua discussão é importante para fomentar a pesquisa de partidos em contextos como o brasileiro.

Berstein, fazendo uma interlocução com os cientistas políticos que desenvolveram estudo acerca dos partidos políticos, procura sistematizar uma forma como o historiador deve enxergar um partido em sua pesquisa, discutindo sua natureza e função na sociedade. O autor faz uma revisão de cientistas políticos e sociais que pensaram a história dos partidos que julgamos ser importante para compreender nosso objeto de estudo.

Aos olhos dos historiadores, um partido político deve ser entendido como um lugar onde se opera a mediação política em uma sociedade. De acordo com Berstein, existem dois domínios: um é o da realidade vivida, o cotidiano que abarcam os problemas, as necessidades e aspirações (não apenas materiais) dos indivíduos, e outro que é o do discurso, no qual se opera a representação política. É no espaço entre esses dois campos que se encontra a mediação política. O partido político seria o mediador,

¹⁸ Essa virada, para Berstein (2003, p. 59) se deu com a produção de obras como *La droite en France (A direita na França)*, de René Rémond, publicada em 1954. Rémond, após o lançamento de novas edições de sua pesquisa, revisou sua explicação sobre a direita francesa, entendendo que não existe apenas uma direita na França, mas uma variedade de *direitas*. Tanto que, na edição de 1982, mudou o título para o plural, ficando *Les droites em France (As direitas na França)*.

traduzindo aquilo que é do cotidiano das pessoas para a linguagem política (BERSTEIN, 2003, p. 60).

Porém, as necessidades cotidianas de uma sociedade são mais antigas que um partido, assim como são os articuladores dessas premências, a exemplo das facções. Para Berstein, o que distingue os partidos políticos das facções é: sua duração no tempo, que deve ser maior que seus fundadores; uma extensão por um espaço nacional, dotada de uma organização em rede de forma hierarquizada, tendo diferenciações entre instâncias locais e nacionais; a aspiração ao exercício do poder através de um projeto global, que seja conveniente à nação em seu conjunto; além de buscarem apoio populacional, seja através de militantes ou eleitores, o que é indispensável para o objetivo anterior.

Tais condições foram preenchidas em diferentes momentos nos países onde os partidos se desenvolveram¹⁹. Constatase, portanto, que o nascimento dos partidos é um fenômeno tardio, tendo poucas explicações apresentadas pelos cientistas políticos. A primeira explicação para o surgimento dos partidos problematizada pelo autor é a de Maurice Duverger (1957), produzida antes da Primeira Grande Guerra. Nela, o partido político é fenômeno associado à democracia, vinculado à instituição parlamentar. Para o autor, é impossível falar sobre os partidos políticos sem nos remetermos à sua origem.

O nascimento dos partidos encontra-se, portanto, ligado aos dos grupos parlamentares e comitês eleitorais. Não obstante, alguns manifestam uma natureza mais ou menos aberrante em relação ao esquema geral: sua gênese situa-se fora do ciclo eleitoral e parlamentar, formando essa exterioridade, aliás, seu caráter comum mais nítido. (DUVERGER, 1957, p. 20);

Ele nos apresenta uma tipologia de partidos políticos formada por duas qualidades: os partidos de quadros e os partidos de massas. Vale ressaltar que a concepção de Duverger é formulada com base nos partidos europeus e sua utilização para classificar partidos em conjunturas diferentes àquelas deve ser ponderada.

O primeiro tipo, os de quadros (ou de criação interna ao parlamento), tem sua formação atrelada às eleições ou ao parlamento. Nascido na iniciativa dos eleitos, na

¹⁹ Berstein (2003, p. 63) relata que tais condições ocorreram em países como a Grã-Bretanha, o qual desde a reforma eleitoral de 1832, que criou as “sociedades de registro”, que inseriam nas listas novos eleitores, e posteriormente em 1837, quando criou-se comitês locais para recrutar eleitores. Ou nos Estados Unidos, com a eleição de Andrew Jackson, em 1828, que representou uma virada democrática para a criação dos partidos políticos modernos. E na França, esse fenômeno só foi alcançado na Terceira República, inaugurada em 1870, quando foi alcançado o sufrágio universal.

tentativa de controlar os comitês e os eleitores, sua finalidade principal é assegurar a reeleição dos parlamentares. Sua imagem está estreitamente ligada ao grupo parlamentar que o compõe e sua atividade acentua-se no período eleitoral. No esquema de sua criação, primeiro formam-se os grupos de políticos dentro do parlamento, depois os comitês eleitorais, a partir disso se estabelecem ligações entre os elegíveis e os eleitores.

O surgimento dos grupos parlamentares tem a doutrina política como sendo o motor essencial para sua formação. Depois se apresentam as demais variantes, como a geográfica e a defesa de interesses pessoais. Já a formação dos comitês eleitorais está ligada à extensão do sufrágio popular. Os mecanismos para sua criação são difíceis de serem descritos: um candidato pode-se ater a um grupo de eleitores ou o contrário, eleitores agruparem-se para lançar/ajudar um candidato. Existem os casos de uma associação já existente se transformar em comitê. Depois de nascidas essas duas *células-máter*, estabelecem-se uma cooperação permanente entre eles, sempre voltada para a reeleição dos grupos parlamentares (DUVERGER, 1957, p. 25).

Já os partidos de massa (ou de formação externa) são criados fora do parlamento, através de grupos sociais (sindicatos, Igrejas, organizações de militares etc.). Sua militância é representada no parlamento, no qual primeiro se organizam as bases sociais e só depois se escolhem seus representantes para disputa dos pleitos (DUVERGER, 1957, p. 27). Seu surgimento foi mais tardio que os da primeira categoria, pois as massas se organizaram politicamente no final do século XIX, enquanto que as facções parlamentares já existiam há algum tempo antes.

Para Berstein, independente do pertencimento a um dos lados da tipologia de Duverger, esse modelo ajuda a historicizar essas organizações. Portanto, os partidos são produtos do estágio evolutivo de um Estado. Esse evolucionismo destacado por Berstein, está ligado à corrente da ciência política norte-americana denominada “*developmentismo*”, na qual “[...], os partidos só podem surgir quando a sociedade atinge um determinado estágio de desenvolvimento.” (BERSTEIN; 2003, p. 66).

Na ótica de Berstein, para o surgimento dos partidos modernos, o Estado geralmente atingiu um grau de evolução, cumprindo condições como: existência de especialização profissional; formação de um conjunto nacional; avanço do processo de urbanização; interdependência do setor educacional; pleno desenvolvimento do poder no Estado e autonomia do poder público em relação à aspectos como as religiões.

Assim, um partido pode ser um meio de análise do desenvolvimento de uma sociedade, pois sua existência depende de fenômenos estruturais, inscritos na longa duração.

Porém, apesar de um quadro necessário, esse estágio evolucionário não seria suficiente para surgir um partido. Berstein discuti a tese levantada por Joseph La Palombara e Myron Weiner, na qual eles apontam a necessidade de uma crise dentro de uma sociedade para o surgimento dos partidos. Uma ruptura profunda que justificasse a criação de uma organização partidária. Essa crise não seria necessariamente um acontecimento histórico, pode ser um fenômeno estrutural que abale, por exemplo, a economia de um país. Para La Palombara e Weiner, existem três modelos de crises: de legitimidade, de participação e de integração. O historiador deve entender que um partido político não nasce apenas da decisão de seus criadores, é fruto de uma conjuntura e só sobrevive se responder de alguma maneira um problema pelo qual a sociedade atravessa. (BERSTEIN, 2003, p. 67)

Mas existiria a adequação total de um partido em uma conjuntura política? Para Berstein, apenas no momento de sua criação. Posteriormente ele se torna um organismo vivo, dono de sua própria existência, produzindo formas para obter duração em uma sociedade, num fenômeno chamado pelo autor de “inércia do político” (BERSTEIN, 2003, p. 69). Conseguindo permanecer em atividade, torna-se depositário de culturas políticas as quais seus membros comungam, dando origem às tradições, atravessadas por gerações. Como vetor de cultura política:

[...] o partido político está em condições de fornecer ao historiador uma considerável quantidade de informações sobre os grupos que se esforçam por reunir os homens tendo em vista uma ação comum sobre o poder ou a organização da sociedade. Informações de ordens diversas, que esclarecem singularidade, por menos que se formulem as perguntas certas, o comportamento do homem na política, e, além disso, o jogo complexo das forças que condicionam e motivam seus atos. (BERSTEIN, 2003, p. 71).

Organização que se encaixa na média e longa duração o partido torna-se um lugar onde estão presentes diversas gerações²⁰. Seu estudo em uma agremiação partidária permite entender o comportamento político e as atitudes concretas de um

²⁰ O autor considera o conceito de “geração” dos sociólogos, caracteriza-a por indivíduos que viveram em uma mesma época, no mesmo ambiente cultural e foram submetidos às mesmas experiências (BERSTEIN, 2003, p. 72).

indivíduo em sua vida partidária. Bem como o comportamento social do partido como um todo.

É a partir do comportamento de um partido político e de seus indivíduos que o historiador vai analisar a imagem que essa organização procura passar de si mesma para a sociedade, qual a clientela (militantes e eleitorado) para quem ele vai direcionar suas ações. Nesse estudo sociológico do partido são abarcadas quais as camadas sociais que participam da vida partidária e quem essa legenda busca atingir ao angariar votos. Para Berstein, essas são duas categorias complementares: as estruturas sociológicas do eleitorado de um partido indicam, em porcentagem, as categorias profissionais que o formam; e como esse partido penetra nas categorias sócio profissionais indica a porcentagem de cada uma delas no partido. Assim, pode-se saber se o pertencimento social domina ou condiciona o voto. Isso rompe com a ideia marxista de um partido como representante de uma classe (BERSTEIN, 2003, p. 75).

Os partidos não são um reflexo nítido das categorias profissionais que pretendem atingir, assim como não atingem apenas as categorias pautadas em sua atuação. Portanto, os partidos são interclassistas. Os dados sociológicos constituem um fator explicativo, mas não absoluto.

A organização interna do partido, assim como sua abordagem sociológica, constitui outro fato explicativo dos partidos. O modelo de Duverger, que explica o surgimento dos partidos, de acordo com Berstein, também explica sua organização interna. Os partidos de quadros têm a sua atuação primeiramente focada nos períodos eleitorais, apenas posteriormente vai haver uma continuidade da vida do partido. Nesses partidos, entre o núcleo parlamentar e os comitês de base há pouca interação, só havendo um estreitamento na relação com a criação e aperfeiçoamento das federações departamentais. Diferente dos partidos de base, organizados em forma de seções, tinham uma vida política fora do período eleitoral mais ativa.

Em sua organização interna o partido convive não só com seus membros e militantes, ele se relaciona com outras instancias, em especial as que contribuem financeiramente com o partido. A forma como uma legenda prevê suas necessidades é um meio de analisar não só sua organização e composição interna, mas de entender sua atuação política. Os partidos que recebem ajuda financeira de empresários, tendem a direcionar seus posicionamentos em função deles.

Outro ponto que ajuda a entender a organização interna de um partido é a existência de democracia em seu interior. Esse tipo de análise não se limita apenas em distinguir partidos modernos dos fascistas, em qualquer organização partidária pode haver a falta de uma estrutura democrática. Nesse sentido, Berstein discute a obra de Robert Michels. Nela constatou-se a existência de uma tendência oligarquizadora, a “Lei de Ferro da Oligarquia”, imposta por dirigentes profissionais que, não só representam o partido diante da opinião pública, como tornam-se praticamente incontestáveis e inamovíveis em seu comando. Ao estudar o Partido Social-Democrata alemão, Michels concluiu que a própria militância venerava e tinha o desejo de serem dirigidos pela oligarquia comandante.

A oligarquia era consolidada por suas atuações tanto dentro como fora do partido. Ela é uma espécie de casta superior que confundia seus interesses particulares com os do partido, sendo este um fato que compromete sua democracia. De acordo com Berstein (2003, p. 84), *“Se seguirmos Robert Michels, o poder dentro do partido político pertencerá então sempre à elite dirigente, e a existência de um partido, mesmo que se o suponha democrático, é incompatível com a democracia”*.

Berstein aponta uma série de exemplos de partidos que se adéquam à tendência oligarquizadora²¹. Mas cada caso deve ser analisado ressaltando as especificidades. Em alguns partidos, por mais que uma oligarquia esteja presente, ela precisa de seus militantes, podendo assim haver uma corrente democrática que atravesse a concentração de poder na oligarquia.

Se um grupo dirigente tem a função de externar as opiniões de seus membros, é preciso entender o papel da ideologia dentro de um partido. Para Berstein, ela é uma coluna vertebral, forma opiniões e indica quais ações o partido e seus filiados devem tomar em virtude dos problemas que possam aparecer. Uma ideologia constitui um sistema de crenças compartilhado por todos os que dizem pertencer ao partido. Uma ideologia partilhada nos partidos modernos não precisa ser baseada diretamente em uma doutrina com bases filosóficas, como acontece nos partidos de sociedades totalitárias. Não sendo algo evidente, a ideologia aparece na forma de cultura política. Para Berstein, a cultura política se manifesta dentro de uma organização partidária:

²¹ Ele cita exemplos de estudos sobre partidos que comprovam uma tendência oligarquizadora. O Partido Comunista Francês, através do trabalho de Annie Kriegel, o estudo de Jean Charlot sobre os partidos nascidos em torno do movimento gaulista na França, a RPF e UNR, no qual o General Charles De Gaulle era o líder e comandante desses partidos (BERSTEIN, 2003, p. 84).

[...] como linguagem comum simplificada (da qual o rito é a forma mais sumária) dos membros de uma formação, que desse modo fazem profissão de ideologia sem precisar necessariamente exprimi-la explicitamente, mas com a certeza de serem facilmente compreendidos por todos os membros do grupo. (BERSTEIN, 2003, p. 89).

Podemos afirmar que – quase – todos os membros da Arena são identificados como “revolucionários” de 1964, isso é resultado da cultura política partilhada por eles, dotada de práticas e ideias conservadoras. O golpe civil-militar, como veremos mais adiante, é fruto do conservadorismo de nossa sociedade contra os movimentos progressistas na década de 1960. Assim, essa identidade “revolucionária”, ou golpista, é uma forma pela qual se manifestou a cultura política fundada nas características da cultura política brasileira apresentadas anteriormente.

Berstein, ao longo de seu texto, problematiza conceitos e metodologias formuladas por estudiosos da temática dos partidos políticos, e sua discussão ajuda muito no entendimento do conceito de partido político para esse trabalho. Porém, existem novas problematizações sobre o estudo dos partidos políticos. Destacamos para esse trabalho o livro de Ângelo Panebianco (2005). Referenciado em obras clássicas, o autor sistematiza o uso de instrumentos interpretativos de várias disciplinas para explicar a política partidária, tanto para entender o papel dessa organização na sociedade, como a dinâmica de sua organização interna.

O modelo de Panebianco pensa uma explicação paralela à todas até então formuladas. Rompendo com tipologias dicotômicas, que formulam modelos para o qual o pesquisador previamente encaixa seu objeto de estudo. O autor não descarta as referências clássicas, mas elabora uma escala entre os modelos, na qual uma agremiação pode transitar, aproximando-se mais de um ou de outro tipo de partido.

Panebianco leva o pesquisador a tirar o seu objeto de estudo do laboratório, inserindo-o em seu contexto, ou seu ambiente externo. Pensando o partido a partir de sua história, ele faz com que o entendamos como uma organização em movimento, que reage à possíveis mudanças em seu ambiente externo, evoluindo ou sofrendo modificações para manter sua estabilidade. Dessa forma, na medida em que formos discutindo a formação da Arena serão pensadas suas características a partir desse modelo evolutivo elaborado pelo autor.

Para finalizar essa reflexão inicial, consideraremos aquilo que afirma Antônio Gramsci (1984) sobre a importância do estudo dessas organizações. Para ele, escrever a história de um partido político é ir além da narrativa de sua vida interna, sua formação, os primeiros grupos a constituí-lo e as primeiras diretrizes dos programas por eles elaborados. É necessário entender todo o grupo social que compõe o partido e qual grupo social esse partido busca atingir. Assim:

Só do quadro complexo de todo o conjunto social e estatal (e frequentemente com interferências internacionais) resultará a história de um determinado partido. Assim, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando seu aspecto característico. (GRAMSCI, 1984, p. 24)

Diante do que foi exposto a Arena pode ser entendida como um partido de patronagem, formado a partir de grupos políticos já existentes, através de um casuísmo do governo militar que extinguiu nas antigas legendas. Apesar de sua criação arbitrária e de sua curta duração no tempo (13 anos), ele se caracterizou como uma continuidade das práticas políticas das legendas extintas. Foi mediador político entre a sociedade e o governo militar, no qual aderiu – em grande parte de seus membros – ao projeto autoritário imposto pelas forças armadas.

Abarcou todo o território nacional, exercendo a competição pelo poder nas instancias estatais que continuaram a ter eleição direta ou mesmo indireta, sempre buscando o apoio da população, através do voto ou da atuação dos parlamentares. Ao identificar sua configuração interna em sua seção paraibana, o quadro de membros que o compõe, assim como a atuação política desses, será analisado como é a relação entre seus membros, se há uma estrutura hierárquica fundada em oligarquias. Bem como, buscaremos apreender a formação ideológica da Arena paraibana de acordo com a cultura política nele disposta.

1.3. Arena: Memória e formação do partido da ditadura militar

Passados os apontamentos teóricos, é hora de adentrar à temática da Arena. O partido político criado pela ditadura militar tem poucos trabalhos dentro da historiografia que o discutam. Diversas podem ser as razões apontadas para justificar o “desinteresse” dos historiadores pelo tema. A proximidade do objeto de estudo com o

presente ou a recusa em pesquisar aqueles que estiveram junto aos militares que comandaram a ditadura, sendo este um passado considerado nefasto pela nossa sociedade, são apenas dois exemplos.

Porém, essa realidade vem mudando. Aquilo que era apenas objeto de estudo de outras disciplinas, como a ciência política, vem ganhando espaço dentro da pesquisa histórica nacional. Se antes os historiadores privilegiavam o estudo das oposições à ditadura militar, agora vem ganhando força o estudo daqueles que a apoiaram. A Arena passou a figurar nesses novos estudos históricos, e um trabalho em específico tem sua importância assegurada nesse processo. *Partido político ou bode expiatório*, da historiadora Lúcia Grinberg, não é só referência bibliográfica desta pesquisa, é também fonte de inspiração. Assim como deve ter sido para outros estudos que analisam os casos da Arena em seus recortes regionais.

Discutiremos nesse tópico aspectos da obra de Grinberg e de outros historiadores. Analisaremos o que diz a memória sobre a Arena e de que forma ocorreu o processo de formação do partido da ditadura militar.

1.3.1. *Memória sobre a Arena*

Em seu trabalho, Lúcia Grinberg (2009) ultrapassou dois preconceitos: o que questionava a importância e a representatividade dos partidos para o processo político brasileiro e o que desqualificava a Arena simplesmente por ter sido a legenda de apoio ao regime militar. A Arena não sofria preconceito apenas por ser um partido político em um país onde essas agremiações não dispunham de muita credibilidade²², ela era vítima de uma memória por vezes jocosa, por vezes renegadora de seu legado por parte de jornalistas, políticos e humoristas. A autora elenca alguns aspectos dessa imagem criada sobre o partido da ditadura militar, importantes para situarmos a Arena em sua visão nos tempos mais próximos.

²² E nem teria condições de ter. Desde a formação dos primeiros partidos políticos no século XIX, as agremiações sofreram com intervenções ao longo de toda a história política nacional. Em menos de um século foram seis intervenções no sistema partidário brasileiro. Houve tempos em que as legendas eram regionais, depois foram extintas, posteriormente criadas novas agremiações de caráter nacional, em seguida substituída por apenas dois partidos e por fim reorganizado um sistema pluripartidarista. Os partidos, que tem a função de representar parte da sociedade, por não terem durabilidade é incapaz de criar identificação com seus eleitores. Em poucos períodos de nossa história os eleitores criaram vínculos de representatividade com as legendas existentes, uma exceção foi o sistema desmantelado pelos militares após o golpe de 1964.

O final da ditadura deixou uma imagem conturbada, porém justa, sobre os governantes daquele período. Na década de 1990, seus apoiadores, *arenistas* de outrora, agora em outras legendas, para não serem atingidos por essa imagem negativa, buscaram de todas as formas desvincularem-se de sua atuação política na ditadura, mesmo que essa tenha sido cabal para a legitimação daquele regime autoritário.

De acordo com a Grinberg, em 1995 o jornal *Folha de São Paulo* publica um texto no qual relata que assessores de políticos do Partido da Frente Liberal (PFL), reduto de *ex-arenistas*, estavam intercedendo junto aos jornalistas para evitar a utilização do apelido “Arenão” para designar os congressistas que pertenceram ao partido. O termo estava popularizado nos corredores do Congresso Nacional, e tal atitude mostrava que ninguém queria ser identificado com aquele partido, carregado por um estigma negativo de adesismo e subordinação aos militares:

Tal imagem da Arena, que já estava consolidada nos anos 1990, tem como pressuposto a generalização de que os políticos arenistas foram adesistas e totalmente subservientes ao Executivo. O adesismo, aliás, é um fenômeno estudado pelos cientistas políticos, sendo evidenciado por um crescimento acelerado dos partidos políticos que chegam ao governo, quando políticos eleitos por outras siglas trocam de partido após as eleições. Isso ocorre, principalmente, pela prática de relações clientelísticas entre políticos e seus eleitores, o que exige do político proximidade com o governo para poder atender às demandas de sua clientela. (GRINGBERG, 2009, p. 25)

O clientelismo é uma prática da cultura política presente no Brasil durante toda sua formação. O problema é que sua presença na Arena veio atrelada de um perfil adesista de seus membros ao regime autoritário.

Outro caso que marcou na memória da Arena descrito pela autora foi a “antológica” definição do jornalista Villas-Bôas Corrêa. Em uma entrevista dada para *O Pasquim*, periódico da imprensa alternativa brasileira, Corrêa disse que “a Arena é a filha da UDN que caiu na zona” (GRINGERG, 2009, p. 26). Segundo a autora, nessa definição contém uma visão de que a União Democrática Nacional (UDN) era um partido de perfil golpista, porém “decente”, ou disfarçado. Diferente da Arena, que seria um partido que reconheceu o legado *udenista*, mas de forma mais explícita, sem nenhuma compostura.

Esse exemplo ilustra bem como as comparações entre as identidades partidárias forjadas pelos próprios políticos, por militantes ou

atribuídas por jornalistas são temas recorrentes na história da Arena. Como na história de todas as organizações partidárias, há disputas pela memória, procurando-se dotá-la de determinada identidade. Nesse sentido, a história da Arena envolve uma disputa pela memória tanto da UDN quanto do PSD. (GRINBERG, 2009, p. 26).

A Arena durante a ditadura sempre fora associada à UDN, e o MDB ao Partido Social Democrático (PSD). De fato, como veremos mais adiante, o partido situacionista formou-se a partir de grande parte dos quadros *udenistas*, e por outro lado os *pessedistas* ganharam espaço dentro da legenda oposicionista. Grinber relata a entrevista que Tancredo Neves referiu-se ao regime militar como o “Estado Novo da UDN”, poderia ser outro indício que confirma a tese. Mas isso vem sendo problematizado. Para a historiadora essa imagem não é nítida, pois não traz à tona os membros do PSD – que não foram poucos – apoiadores do movimento de 1964 e que posteriormente migraram para a Arena.

Em uma análise minuciosa, nota-se uma disputa entre os ex-membros da UDN e do PSD dentro da Arena. O partido realmente foi formado pelas bases do partido da tocha²³, mas não é difícil encontrar *pessedistas* e autoridades do Estado Novo militando nos quadros da Arena: Filinto Müller, chefe de polícia do Distrito Federal; Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde; Benedito Valladares, interventor do Estado Novo em Minas Gerais; e do marechal Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra e liderança histórica do varguismo (GRINBERG, 2009, p. 27). Os nomes vão muito além dos exemplificados acima e longas devem ser as listas de lideranças locais do *pessedismo* que aderiram à Arena. Juntos, ex-*udenistas* e ex-*pessedistas*, formaram uma rede de poder dotada de valioso capital político que sustentou o Executivo no Legislativo. “*A perspectiva da Arena como herdeira do PSD reafirma sua condição de partido ligado ao Estado, ao governo e mostra que a Arena foi um partido da continuidade, daqueles que estavam ligados ao governo há décadas*” (GRINBERG, 2009, p. 27).

Outra referência feita em tom de deboche sobre a Arena, relatada por Grinberg, é a frase do deputado federal Francelino Pereira, que considera a legenda como “o maior partido do ocidente”. O comentário, de fato, relata muito bem o partido, que seria uma grande cisão das legendas extintas, sendo alto seu número de membros.

²³ A tocha foi um dos grandes símbolos da UDN, assim como o lema da “Eterna vigilância”.

Como será relatado posteriormente, havia disputas internas nos diretórios *arenistas* devido à convivência das oligarquias políticas, principalmente da UDN e PSD, ferrenhos adversários políticos desde 1945. Essa grande quantidade de filiados é explicada pelo fato do partido constituir diretórios em praticamente todos os municípios do país, demonstrando além de um grande esforço organizacional, uma vontade dos políticos de filiarem-se ao partido do governo (GRINBERG, 2009, p. 27).

Sobre a memória *arenista* há a afirmação do escritor Luís Fernando Veríssimo, na qual ele diz que “O PRI brasileiro, quem diria, acabou sendo a Arena”. O partido ao qual Veríssimo compara a Arena é o Partido Revolucionário Institucional fundado após a Revolução Mexicana de 1910, que reuniu todos os grupos políticos que apoiaram aquele movimento revolucionário. De acordo com Grinberg, essa não era uma alusão desconexa, pois, segundo o jornalista político Carlos Castello Branco, o PRI foi de fato um modelo seguido pelo governo militar (GRINBERG, 2009, p. 28).

Assim como Grinberg fez em seu trabalho, a intenção desta pesquisa não é reproduzir ou desqualificar essas imagens criadas sobre a Arena. Tentaremos elaborar um pensamento crítico, que não vise cooptar ou justificar a ação política de seus membros, mas que não busque renegá-los de forma simples. Desconstruir uma imagem da Arena pautada pelo ridículo é entender os motivos pelos quais aqueles políticos não só aderiram a um movimento golpista que depôs um presidente legalmente eleito, mas também aderiam a um partido de apoio a um regime que praticava violências e arbitrariedades contra quem julgasse necessário. Tendo como objetivo historicizar o processo que resultou na Arena, não apenas entendê-la como fenômeno isolado.

1.3.2. *Golpe civil-militar e a formação da Arena nacional*

Para entender a formação da Arena é necessário retroceder um pouco e entender os partidos que a precederam. As instituições partidárias sofreram uma série de intervenções ao longo da história do Brasil. As agremiações fundadas no início da República, em 1889, tiveram como principal característica sua limitação local. Como o movimento republicano não conseguiu ter um alcance unificado em toda a nação, criaram-se organizações locais, os PR (Partidos Republicanos), que beneficiaram apenas

as oligarquias estaduais²⁴. Após a Revolução de 1930, novas organizações políticas apareceram, mas logo foram extintas através do golpe de Estado dado por Getúlio Vargas que implantou o Estado Novo²⁵. Que, apesar de semelhante aos movimentos fascistas europeus, não formou um partido que o apoiasse. Enquanto vigorou o Estado Novo, o Brasil não dispôs de agremiações partidárias.

Em meados da década de 1940 o Estado Novo dava sinais de esgotamento. No cenário mundial a vitória das nações Aliadas na Segunda Guerra Mundial dava força às democracias liberais. Assim, a ditadura comandada por Vargas passou a sofrer forte oposição de setores da sociedade civil brasileira, como bacharéis, empresários, militares de alta patente e intelectuais comprometidos com o liberalismo econômico.

No ano de 1945, uma série de protestos contra o Estado Novo acabou desgastando o regime autoritário de Getúlio Vargas, colocando-o em uma encruzilhada: como o país que foi à guerra junto aos Estados Unidos, maior democracia liberal do mundo, mantinha um governo baseado em práticas autoritárias? Diante desse paradoxo, Vargas passou a acenar para uma abertura política, tomando ele as rédeas da transição.

Ainda em 1945, Vargas deu anistia e liberdade aos exilados e presos políticos e marcou eleições para presidência. Para esse pleito, os grupos de oposição ao Estado Novo lançaram o nome do Brigadeiro Eduardo Gomes, um constitucionalista liberal, herdeiro político de Armando Salles de Oliveira, liberal histórico exilado em 1937. Já Vargas, que abriu mão de concorrer nessa eleição presidencial, indicou o General Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra durante o Estado Novo, para concorrer à presidência. Assim, aqueles que estavam ligados ao governo varguista passaram a

²⁴ De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2008, p. 38) o movimento republicano se caracterizou pelo combate ao centralismo do Império. Influenciados pela democracia norte-americana, a palavra chave dos republicanos brasileiros passou a ser o federalismo. Cada Estado da Federação acabou adotando seu PR. Eles eram coalizões de grupos políticos locais dominados por coronéis e seus clãs familiares que atuavam na política local desde o período imperial. Ou seja, poucas foram as mudanças no controle político das ex-províncias.

²⁵ Motta (2008, p. 51) descreve uma série de novos atores políticos que entraram em cena após o movimento de 1930. Eram setores da sociedade que foram mantidos excluídos do processo político, que viram nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1932 uma oportunidade de participação política. Dessa Constituinte conseguiu-se formar duas organizações políticas, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB). A ANL foi uma frente de esquerda formada pela base do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que se mantivera na ilegalidade. Os setores anticomunistas, com receio da força que a ANL estava ganhando pressionou o governo que, a partir de um decreto federal, fecha a legenda. Já os integralistas tinham uma doutrina semelhante aos grupos fascistas europeus, criticavam os movimentos modernistas e almejavam uma maior intervenção do Estado na política nacional. Aliás, o intervencionismo estatal e a crítica ao liberalismo foram características que se sobressaíam nas duas organizações.

apoiar Dutra na corrida presidencial. Foi a partir da aglutinação dos grupos políticos em torno desse pleito que surgiram os novos partidos políticos²⁶.

A partir do decreto nº 7586 de 1945, elaborado pelo Ministro da Justiça Agamenon Magalhães, conhecido como “Lei Agamenon”, foram traçadas as diretrizes para o retorno dos partidos políticos no Brasil²⁷. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2008) a Lei Agamenon previa que para os grupos políticos se tornarem partidos eram necessários: 1) ter assinaturas de, no mínimo, dez mil eleitores, distribuído em, pelo menos, cinco estados, com nenhum estado tendo menos de 500 assinaturas; 2) possuir personalidade jurídica de acordo com o Código Civil; 3) ter atuação em âmbito nacional. Esse último um fato inédito na história do país.

Quatro partidos foram fundados em 1945 merecem destaque: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Comunista

²⁶ Sobre o fim do Estado Novo, Jorge Ferreira (2013a) relata os ocorridos entre fevereiro e outubro de 1945. No mês de fevereiro José Américo de Almeida conseguiu romper com a censura e veicular entrevista na qual criticava a ditadura *varguista* e exaltava a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes. Depois dessa entrevista a censura tornou-se mais branda e as manifestações nas ruas contra o Estado Novo mais recorrentes. Em algumas delas era usual aparecerem centenas de populares repudiando o posicionamento dos manifestantes. Eram trabalhadores, pessoas humildes que declaravam sua opinião favorável ao governo de Vargas, com o lema “queremos Getúlio”, o *queremismo*. Eles compartilhavam o medo de que com a redemocratização, perderiam os direitos trabalhistas adquiridos durante o governo de Getúlio. Essa cultura política trabalhista ia além da manipulação da propaganda política realizada pelo Estado Novo. Os trabalhadores tinham interesses materiais e simbólicos adquiridos durante o governo de Getúlio, e o *queremismo* manifestava essa identidade coletiva dos trabalhadores que lutava por direitos. Posteriormente o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o Ministério do Trabalho passaram a influenciar o movimento *queremista*, fazendo-o crescer e tomar a forma de uma organização política. Após setores políticos, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), se manifestarem favorável a realização de uma Assembleia Constituinte, o movimento *queremista* mudou o tom para “Constituinte com Getúlio”. A força do *queremismo*, e o perigo da continuidade de Vargas no governo, fez com que os membros da União Democrática Nacional (UDN) recorresse aos militares para resolver o impasse político. Vargas acabou deposto e a presidência entregue ao ministro do Superior Tribunal Federal, como queria os *udenistas*. Posteriormente, Dutra acabou eleito presidente na coligação entre os partidos derivados do Estado Novo, o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

²⁷ De acordo com Maria do Carmo Campello de Souza (1983, p. 114), a Lei Agamenon, apesar de instrumento de continuidade do grupo dirigente do Estado Novo, foi fundamental para a regulação do alistamento de eleitores e candidatos no processo eleitoral. Além de dar as diretrizes para a organização de agremiações partidárias, seus conceitos principais eram: 1) estabelecimento de tribunais (TSE e tribunais eleitorais regionais) para impedir fraudes nas eleições; 2) voto obrigatório, adulto e universal (inclusive feminino) secreto e alfabetizado; 3) adoção de princípios majoritários na eleição presidencial, de governadores e senadores, e proporcional para a Câmara Federal e Assembleias Legislativas. Alguns outros aspectos da Lei Agamenon devem ser destacados. Só poderiam concorrer candidatos registrados pelos partidos ou por alianças de partidos. Para os cargos majoritários um candidato poderia concorrer por mais de um partido, para os cargos de princípio proporcional, somente por um partido ou por coligação. Um candidato poderia concorrer simultaneamente para senador, presidente e deputado federal num mesmo estado ou em mais de um estado. Na representação proporcional, o coeficiente eleitoral seria denominado pela divisão do número de votos válidos, mais votos em branco, pelo número de cadeiras a serem preenchidas. A representação de cada partido seria obtida dividindo-se a votação pelo coeficiente eleitoral. Os lugares não preenchidos por esse critério seriam dados ao partido que obtivesse o maior número de votos na eleição, o que na Paraíba beneficiariam os grupos políticos tradicionais (SOUZA, 1983, p. 118).

Brasileiro (PCB) e a União Democrática Nacional (UDN). O interessante é que mesmo fora do governo, a sombra de Getúlio Vargas de forma diversas pairou a criação dessas agremiações. Todas foram fundadas em apoio ou contra seu legado político.

O PTB foi formado pelos trabalhistas, dos quadros de funcionários do Ministério do Trabalho e pelos sindicatos regularizados pelo Estado Novo. O PCB foi reorganizado após sua legalização sob a liderança de Luís Carlos Prestes e formado pelos demais comunistas. Chegou a ter bons resultados eleitorais, mas um Decreto-lei baixado em maio de 1946 cassou o registro do partido. A justificativa para sua extinção foi o fato do partido não ser uma organização nacional, mas sim uma célula de uma organização internacional, recebendo fundos do exterior, o que não era aceitável pela Constituição da época. A ilegalidade do PCB foi uma forma de controlar os princípios democráticos dentro do país e de acalmar a opinião pública dos demais países liberais, visto a existência de um clima tenso no cenário mundial pós-guerra entre a União Soviética e os Estados Unidos.

A UDN e o PSD, apesar de terem se tornado rivais, apresentavam semelhanças. De características conservadoras, ambos estavam ligados à elite econômica dominante que precisava estar no poder para manter suas práticas políticas. No perfil traçado por Motta (2008, p. 76), de modo geral, a UDN tinha um perfil geral mais urbano, identificada com as classes médias e com ligações com o empresariado modernizante; já o PSD tinha um perfil mais rural, vinculado ao forte setor agrário brasileiro²⁸. Em análise do perfil ideológico dessas agremiações, Motta descreve que:

A UDN tendia a ser mais doutrinária, defendendo majoritariamente posturas liberais. Criticava o excesso de intervencionismo estatal, adotando em nome da proteção da economia e dos interesses nacionais, e posicionava-se a favor da abertura aos investimentos estrangeiros e à entrada do capital externo. [...] o PSD tinha posturas mais pragmáticas, mais flexíveis, evitando adotar posições doutrinárias rígidas. Esta opção se adequava melhor a outra característica importante do pessedismo, a constante predisposição a negociar com as diversas correntes de opinião. (MOTTA, 2008, p. 77)

Outros partidos de menor expressão foram fundados no Brasil em 1945: o Partido Social Progressista (PSP), fundado pelo político paulista e interventor federal Adhemar de Barros; o Partido Republicano (PR), fundado em Minas Gerais pelo grupo

²⁸ Essa é uma descrição generalizada desses dois partidos, uma visão no plano nacional. Como veremos mais adiante, quando olhamos para o âmbito regional, os partidos aparecem com ter perfis distintos.

liderado pelo ex-presidente Artur Bernardes; o Partido Libertador (PL), liderado pelo gaúcho ex-membro da Aliança Libertadora, Raul Pilla; o Partido Democrata Cristão (PDC), legenda que posteriormente elegeria Jânio Quadros para a presidência da República; o Partido Socialista Brasileiro (PSB), formado pela Esquerda Democrática, grupo que abandonou a UDN um ano após sua formação; além do Partido da Representação Popular (PRP), liderado por Plínio Salgado e herdeiro da AIB.

As instituições partidárias tiveram significativa influência no processo político que levou ao golpe civil-militar de 1964. Para entender o contexto da década de 1960 no Brasil é preciso estar a par de toda uma conjuntura global. Para Daniel Aarão Reis (2014) a influência da orientação política nacional-estatista no Brasil é fundamental para o desenrolar do processo que culminou com o golpe civil-militar²⁹. O nacional estatismo se tornou presente principalmente no chamado terceiro mundo³⁰. Na América Latina ele ganhou força nas décadas de 1930 e 1940. Mesmo após o fim da Segunda Guerra e o aumento da influência do liberalismo econômico norte-americano e a abertura para o capital internacional na América Latina, nas décadas de 1940 e 1950, essa orientação política persistia entre alguns grupos políticos latino-americanos.

No ano de 1959 um acontecimento deu um novo ânimo para os grupos nacionalistas na América Latina. A Revolução Cubana, liderada por Fidel e Raul Castro e pelo militante comunista argentino Ernesto “Che” Guevara, afetou o panorama político no continente. Tal acontecimento é entendido por Reis como um elo entre o nacionalismo e os movimentos radicais de esquerda, que buscavam uma autonomia política que ia além daquela vertente nacional-estatista. Houve o crescimento da influência do comunismo soviético no continente, que entrelaçou o nacional-estatismo com o socialismo e o comunismo. (REIS, 2014, p. 24).

Esse fervor nacionalista que alimentava os sonhos daqueles que nutriam ideologias comunistas e socialistas ligou o botão de alerta na política externa norte-

²⁹ O autor considera o nacional-estatismo uma cultura política, aqui preferimos utilizar a nomenclatura “orientação política” para designá-la. Ao pensarmos esse conceito como orientação, consideramos que essa tendência de valorização nacional da economia pode estar presente em outras conjunturas políticas nacionais, interagindo com sua cultura política dominante.

³⁰ Apesar de estar em desuso, o termo terceiro mundo foi uma forma de explicar a conjuntura política da época. Com o fim da Segunda Guerra mundial e o início da Guerra Fria, com as disputas de dois modelos políticos econômicos encabeçados pelas duas maiores potências mundiais, as potências capitalistas capitaneadas pelos Estados Unidos ficaram conhecidas como os países de primeiro mundo, os países de segundo mundo eram as nações que aderiram ao projeto comunista da União Soviética, e os países de terceiro mundo eram as nações que não se enquadravam em nenhum dos grupos, a exemplo dos países africanos, da América Latina, do Oriente Médio e alguns países asiáticos.

americana. O movimento revolucionário cubano foi considerado uma ousadia pelos norte-americanos e transformou-se num exemplo a ser seguido pelos nacionalistas latino-americanos.

Os Estados Unidos investiram em medidas que ajudaram no crescimento da cultura política anticomunista na América Latina. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2002), o anticomunismo baseava-se no medo das nações capitalistas de suas sociedades serem atraídas pela ideologia comunista. O comunismo ao qual geralmente fazem referência os anticomunistas é o bolchevismo baseado nas teorias marxista-leninista. Por meio de discursos e propagandas, criou-se uma imagem negativa do comunismo que entrou na mitologia política como algo danoso e maléfico que destruiria as instituições democráticas, assim como valores tradicionais de nossa sociedade, como a fé e a família³¹.

No Brasil o anticomunismo esteve presente ao longo de quase todo o século XX. Mas, de acordo com Motta, existiram duas grandes ondas anticomunistas, momentos no qual se acreditava viver um perigo maior de haver uma revolução comunista no país. A primeira delas foi durante a chamada Era Vargas e a segunda ocorreu após a ascensão de João Goulart, o Jango, ao cargo de presidente em 1962, mesmo em um sistema parlamentarista³². A posse de Jango reatualizava o legado de Vargas. Em uma condição internacional favorável, Jango poderia, através do apoio popular, reorganizar o nacional-estatismo brasileiro. Nesse novo cenário político, essa

³¹ Motta descreve que o anticomunismo brasileiro estava alicerçado em três matrizes: 1) a liberal, que engloba o liberalismo econômico, voltado para a defesa da propriedade privada, como um direito individual e inalienável, e o liberalismo político, que colocava a democracia e o comunismo como uma antítese (MOTTA, 2002, p. 37). 2) a matriz nacionalista, utilizava-se o termo “nacionalismo” para perseguir os indivíduos ligados à organizações de esquerda, pois eles seriam agentes de organizações comunistas internacionais que visavam confiscar os bens brasileiros e entregá-los à União Soviética (MOTTA, 2002, p. 28). 3) e a última matriz é o catolicismo. A Igreja Católica via o comunismo como um inimigo da fé cristã, por suas críticas aos dogmas religiosos. Além disso, o comunismo era um inimigo interno da Igreja Católica, devido o surgimento de correntes católicas progressistas. O anticomunismo católico estava presente desde as Cartas Encíclicas, documentos elaborados pelo Papa, até nas organizações criadas pelos cristãos comuns (MOTTA, 2002, p. 18).

³² De acordo com Motta (2002, p. 234) Goulart, que foi Ministro do Trabalho durante o Estado Novo, era o grande responsável por transformar o PTB de *getulhista* à aliado do PCB. Quando estava sobre o controle de Getúlio Vargas, o PTB era um “dique” para o combate ao comunismo, buscando os trabalhadores sindicais para seus quadros, afastando-os do PCB. Com a ascensão de Jango como principal líder do partido, cerraram-se as fileiras entre o partido trabalhista com os comunistas, visto a trajetória do político gaúcho desde a época em que era ministro de Vargas. Goulart foi eleito vice-presidente de Jânio Quadros no ano de 1960 e ascendeu a presidência em 1961, após Jânio renunciar ao cargo de presidente. Na época, Jango estava em viagem oficial à China e os Ministros Militares articularam-se para impedir que ele assumisse a presidência. Porém, não houve a adesão esperada pelos militares àquele golpe. Ao contrário, organizou-se uma ofensiva legalista liderada pelo político gaúcho Leonel Brizola e membros do 3º Exército para garantir a posse de Jango. Após muitas negociações, Jango assume ainda em 1961, mas sem plenos poderes presidenciais. Vigorava no Brasil um regime parlamentarista.

cultura política mudou o tom do discurso, adotando a radicalidade das esquerdas. Mas esse não foi um processo linear e unificado.

Diante de uma variedade de esquerdas, Jango organizou um projeto, denominado reformas de base, que tinha como objetivo modificar a estrutura social, política e econômica do país³³. Esse não foi unânime e acirrou o debate político no Brasil. A eleição de um Congresso conservador em 1962 dificultou a aprovação dessas medidas. Assim como a eleição de governadores conservadores, a exemplo de Ildo Meneghetti (PSD) no Rio Grande do Sul, Carlos Lacerda (UDN) na Guanabara e Adhemar de Barros (PSP) em São Paulo, não trouxe o apoio e a visibilidade que o projeto reformista necessitava.

Para articular as reformas era necessário restabelecer plenos poderes presidenciais a Goulart. Com o parlamentarismo em crise, no qual em pouco mais de um ano cinco Primeiros Ministros se sucederam, foi feito um plebiscito em 1962, no qual se decidiu pela volta do presidencialismo. Após recuperar plenos poderes presidenciais, o governo Jango pronunciou-se apresentando medidas voltadas para o desenvolvimento econômico e domínio da inflação. Com o objetivo de atender os interesses do maior número de setores da sociedade, o plano não agradou a ninguém.

As direitas não aceitavam medidas que consideravam “distributivistas” e “inflacionárias”. As esquerdas reclamavam do ônus que recairiam sobre os ombros dos trabalhadores, obrigados a suportar o peso do controle da inflação e das políticas de “austeridade” e de “saneamento”. Para os de baixo, eram pouco. Para os de cima, demais. (REIS, 2014, p. 36)

Diante de uma crise governamental que só aumentava, a sociedade brasileira dividiu-se. De um lado trabalhadores rurais e urbanos (principalmente dos setores estatais), estudantes e militares de baixa patente lutavam pelas reformas de base, pois seu sucesso traria benefícios materiais e simbólicos à classe trabalhadora. Com a não concretização das reformas, acentuaram-se as pressões a Jango, pois queriam que ele

³³ Na pauta das reformas estavam: 1) reforma agrária: pretendia redistribuir a terra, criando uma numerosa classe de pequenos proprietários, rompendo com o latifúndio, ampliando o mercado interno; 2) reforma urbana: discutir planejamento das cidades, em seu crescimento, evitando a especulação imobiliária; 3) reforma bancária: criar um sistema controlado pelo Estado para financiar atividades voltadas para o crescimento nacional; 4) reforma eleitoral: incorporar o voto dos analfabetos (maioria da população nacional); 5) reforma do estatuto do capital estrangeiro: disciplinar o investimento estrangeiro, limitando a remessa de lucros para o exterior, estatizando setores estratégicos; 6) reforma universitária: na qual ensino e pesquisa, sob controle de professores e alunos, fossem voltados para o atendimento de demandas sociais e nacionais (REIS, 2014, p. 33).

saísse da política de conciliação e agisse de maneira enfática. Os grupos que compartilhavam da cultura política nacional-estatista que lutaram pela sua posse, agora evoluíram (pelo menos parte deles) e tomaram posições ofensivas revolucionárias.

Do outro lado haviam as frentes de oposição às reformas, formadas pelas elites tradicionais (de políticos reacionários a empresários modernizantes), frentes sociais composta por setores das classes média e populares, como pequenos proprietários, profissionais liberais, estudantes e intelectuais engajados no liberalismo econômico. Ambos os lados eram bastante heterogêneos, havendo desde os mais moderados até os mais radicais.

Especificamente nos setores de direita conservadora, muitos enriqueceram no processo nacional-estatista, mas não suportavam o crescimento das lideranças populares e criticavam o processo de redistribuição de riquezas que atingiria suas posições de poder. Nutria-se no meio conservador o medo de que insurgisse no país tempos de “desordem” e “subversão” dos valores políticos e morais, alimentado pelo espectro do comunismo. Alertados pela propaganda anticomunista, os conservadores cerraram fileiras contra todos aqueles que estivessem ao lado das propostas de reformas estruturais no Brasil, entendidas como um caminho sem volta para o comunismo.

Alguns acontecimentos de repercussão nacional tiraram Goulart da posição de diálogo e conciliação, colocando-o na ofensiva. Organizou-se uma série de comícios para reafirmar o compromisso do governo com as causas nacionais em especial à reforma de base. O primeiro ficou marcado para acontecer no Rio de Janeiro no mês de março, e o último no dia 1º de maio em São Paulo. No dia 13 de março de 1964, uma sexta-feira, no centro do Rio de Janeiro o Presidente da República falou para mais de 350 mil pessoas. Reuniram-se todas as esquerdas para ouvi-lo. No Comício da Central, como ficou conhecido o episódio, o presidente anunciou a assinatura de dois decretos: a expropriação de pequenas refinarias particulares e a desapropriação das terras ao longo dos trechos rodoferroviários visando a reforma agrária. Sua fala alimentou a esperança daqueles acreditavam que as reformas de base eram uma forma de mudar a estrutura social brasileira.

A fala enfática do presidente e das lideranças nacionalistas e de esquerda, como Leonel Brizola, juntamente com aquela multidão que empunhava bandeiras vermelhas, assustou as classes conservadoras. Em resposta, a direita organizou no dia 19 do mesmo mês a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, na qual lideranças da

Igreja Católica e setores da classe média utilizaram-se de símbolos religiosos contra aquilo que parecia ser o início de uma revolução comunista no país. Essa marcha contou com o apoio de diversos governadores de oposição ao governo federal que, para facilitar a ida das pessoas às marchas, decretaram ponto facultativo nas repartições públicas e liberaram as catracas dos trens (REIS, 2014, p. 41).

Mas o estopim que deu início ao processo golpista foi um episódio envolvendo as forças militares brasileiras. Através da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), os marinheiros organizaram uma assembleia para reivindicar melhores condições de trabalho. Esse ato de cidadania foi considerado quebra de hierarquia pelo Ministro da Marinha. A crise nos setores militares mudou o foco da disputa política. Não era mais entre reformistas e nacionalistas contra antirreformistas, mas entre os considerados subversivos (todos eles) contra aqueles que defendiam a disciplina e da hierarquia.

Em discurso no dia 30 de março, ocorrido no Automóvel Clube, Jango não só declarou apoio à manifestação dos marinheiros, como anunciou a demissão do Ministro da Marinha. Foi quando, na noite do dia 31 de março, tropas militares sediadas em Juiz de Fora (MG), comandadas pelo General Olympio Mourão Filho, marcharam em direção ao Rio de Janeiro para depor o Presidente da República. Ao saber do movimento, Goulart dirigiu-se ao Rio Grande do Sul e depois exilou-se no Uruguai. Mesmo com a possibilidade de organização de uma frente de resistência, Jango preferiu evitar a possibilidade de uma guerra civil.

Apesar da iniciativa militar, não se pode negar a participação de grande parte da sociedade civil no desenrolar do golpe. A classe média engajada em manifestações juntamente com a Igreja Católica, a atuação de organizações como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), o apoio do governo norte-americano – apesar de algumas interpretações do golpe superestimá-las –, além de partidos e políticos engajados na oposição não só às políticas reformistas de Goulart, mas também na manutenção da estrutura social brasileira, torna o movimento de 1964 um golpe civil-militar.

Os partidos políticos também participaram do golpe de 1964. Para Grinberg, havia uma relação estreita entre muitos líderes políticos e as autoridades das Forças Armadas, sem contar que muitas legendas contavam com militares em seus quadros. A UDN foi o partido que teve maior participação no golpe civil-militar de 1964. Os

udenistas já apresentavam tendências golpistas desde 1954 com Getúlio Vargas, 1955 com Juscelino Kubitschek ou em 1961, quando tentaram impedir que o então vice-presidente da República João Goulart assumisse o cargo de presidente que Jânio Quadros renunciou.

A conspiração entre udenistas e altos militares da Escola Superior de Guerra (ESG) não envolvia apenas os “duros” da UDN, mas também os “liberais” ou “bacharéis históricos”, como Afonso Arinos, Adauto Cardoso, Aliomar Baleeiro e Daniel Krieger. Em depoimentos prestados nos anos 1990, militares como Octávio Costa, tenente-coronel em 1964, lembram o fascínio que essas lideranças exerciam sobre eles. Na Presidência da República, Castelo Branco nomeou vários udenistas para trabalhar no governo. (GRINBERG, 2009, p. 50)

Durante todo o governo de Goulart os *udenistas* guiados pelos sentimentos anticomunistas e antinacionalistas criticavam a atuação do presidente junto aos movimentos sociais. Vários foram os parlamentares que fizeram críticas à política *janguista*. Grinberg (2009, p. 51) destaca a fala de Adauto Lúcio Cardoso nas vésperas do golpe, na qual o deputado federal demonstrava sua insatisfação contra as atitudes do presidente da República: “*Na história do Brasil nunca houve presidentes que fizessem comícios...*”. Ferrenho opositor de Goulart, desde 1963 fazia ataques a sua pessoa e ao PTB, acreditando que o presidente estava em guerra com o Legislativo. De acordo com a autora, para o pensamento do *udenista* “*Nessa guerra, a alternativa escolhida foi o abandono dos princípios democráticos em nome das próprias instituições liberais*” (GRINBERG, 2009, p. 51).

Outras grandes figuras da UDN, como Carlos Lacerda, governador da Guanabara, e Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, participaram da articulação civil do golpe de 1964. Mas a participação dos partidos no golpe de 1964 não se limita à UDN. O governador de São Paulo, Adhemar de Barros do PSP, foi outro que esteve envolvido na formulação do golpe, assim como membros do PR, PL, PDC e todos os partidos que eventualmente coligavam-se à UDN³⁴.

³⁴ Em seu estudo sobre a UDN, Maria Victória de Mesquita Benevides (1981) relata que durante o governo de João Goulart, os *udenistas* voltaram à oposição depois de um curto período sendo situação do governo de Jânio Quadros. À época, o partido estava dividido em duas correntes: a “bossa nova”, grupo mais progressista de teses nacionalistas, e a “banda de música”, ala mais conservadora, defensora de uma política econômica atrelada aos interesses das nações liberais e submissa ao FMI. Esta última tinha como principal líder Carlos Lacerda, e seus membros eram chamados *lacerdistas*. Durante o governo Goulart seu golpismo foi redivivo, o antigetulhismo foi transformado teses anticomunistas e antinacionalistas. A atuação política do partido foi além de seus membros, para a autora existiu naquela época o “para-

Por outro lado, o PSD, por mais que tenha sido aliado do PTB desde 1945, teve muitos de seus membros posicionando-se contra o presidente *trabalhista* nas vésperas do golpe. De acordo com Lúcia Hippólito (2012) o senador *pessedista* Auro de Moura Andrade participava de grupos conspiradores no estado de São Paulo, liderados por militares e pelo governador Adhemar de Barros. Durante o governo Goulart vários parlamentares do PSD foram influenciados por grupos políticos ligados a Magalhães Pinto e a Carlos Lacerda a fazerem oposição ao Executivo. Depois do Comício da Central, a cúpula do partido decide pelo rompimento com o governo Federal, motivo considerado importante pela autora para o processo golpista. Para Hippólito, “*O rompimento do PSD é o sinal esperado pelos vários grupos de conspiradores civis e militares. O governo já não conta sequer com a colaboração constrangida do PSD.*” (HIPPOLITO, 2012, p. 294).

Na convenção nacional do PSD, em 1964, Juscelino Kubitschek após o rompimento oficial da aliança PSD-PTB e a homologação de seu nome como próximo candidato do partido à presidência da República, declara oposição ao governo *petebista* e repudia o comunismo em defesa da democracia e dos valores cristãos (HIPPOLITO, 2012, p. 297). Após a retirada do presidente João Goulart, o Congresso declara vaga a cadeira presidencial mesmo com a presença do presidente em solo nacional, designando o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili (PSD), presidente interino.

Após o golpe civil-militar, para legitimar a repressão e a violência instaurada contra os opositores, foi promulgado o primeiro Ato Institucional (AI). Na época não ganhou numeração, só ficando conhecido como AI-1 após a edição do segundo Ato Institucional em 1965. Esse dispositivo foi uma forma que o novo governo militar encontrou para alterar provisoriamente a Constituição. Segundo Maria Helena Moreira Alves (2005) a partir dele foram elaboradas as bases do Estado de Segurança Nacional (ESN). De acordo com Alves, o AI-1 limitava o poder do Legislativo e do Judiciário,

udenismo”, que foi uma matriz política fundada a partir daquela legenda que atraía outros políticos não filiados ao partido ou eleitores de outros partidos, mas que identificavam-se com a política *udenista*. O anticomunismo da UDN trouxe, inclusive, financiamento eleitoral de instituições como o IBAD, vinculada a interesses de empresários norte-americanos. Após o golpe, a UDN tomou para si parte da vitória sobre os comunistas, sendo considerada a imagem da “revolução”, e tendo vários membros integrantes do governo de Castelo Branco. Benevides utiliza uma passagem do economista Celso Furtado para designar a aventura golpista da UDN junto aos militares: “[...] *uma aliança dos grupos oligárquicos com as classes médias urbanas e as Forças Armadas, sob a proteção e a assistência técnica dos agentes imperialistas. O compromisso foi feito em nome de uma concepção liberal, na essência, porém autoritária na forma. As medidas contra a “estatização” significaram voltar à política monetarista de controle da inflação, restabelecer um “clima atraente” para o investimento estrangeiro e impor uma disciplina rígida à classe assalariada*” (FURTADO apud BENEVIDES, 1981, p. 129).

transferindo parte de seus poderes para o executivo, lançava as bases legais para a investigação dos crimes cometidos contra o Estado, os Inquéritos Policiais Militares (IPM), sendo a primeira tentativa de institucionalizar os organismos de transferência indireta do poder Executivo federal. Visava-se fazer uma varredura na burocracia estatal, organizações de classe, universidades e partidos políticos, punindo aqueles considerados comunistas e subversivos.

Em seu artigo 10º, o AI-1 dava àquilo que se autodenominou “Comando Revolucionário” o direito de cassar mandatos de políticos eleitos em todas as instâncias do poder e de suspender os direitos políticos (candidaturas eleitorais e atividades político-partidárias) por dez anos.

Grinberg relata que logo após o golpe o debate no Congresso Nacional girava em torno das cassações dos mandatos políticos. Muitos parlamentares defenderam abertamente as punições e elaboravam listas com nomes a serem punidos. Havia também aqueles que apoiavam o golpe, mas se opunham às cassações por ferir as prerrogativas democráticas. Na ótica dos militares, os políticos que deveriam perder os direitos políticos eram aqueles que participaram do governo Goulart ou se identificassem com ideologias consideradas subversivas. No dia 10 de abril foi divulgada uma lista com os nomes de 102 políticos que seriam cassados, sendo 40 deles deputados federais. Houve um alvoroço no Congresso:

[...] os deputados do PTB protestaram, o presidente da Câmara, Leonir Vargas (PSD-RS), quase foi agredido, e a bancada da UDN permaneceu em silêncio, com a exceção de Aliomar Baleeiro (UDN-BA), que declarou sentir “um odor de Estado Novo no Ato Institucional”. (GRINBERG, 2009; p. 53)

Vários foram os debates sobre a legalidade jurídica dessas cassações. Mas o que ficou visível foi o recado que o novo comando do Executivo quis passar com essa medida:

Desse modo, a política de cassações teve duas importantes funções: intimidou o Congresso com o “efeito demonstrativo” do que poderia acontecer aos que se rebelassem e reduziu significativamente as possibilidades de coalizão parlamentar entre os dois principais partidos, o PTB e o PSD. Nota-se que a UDN foi totalmente poupada dos expurgos. Como partido extremamente conservador, ela fornecia a principal base político parlamentar do novo Estado. (ALVES, 2005, p. 76)

Se por um lado o Executivo cassava mandatos de políticos, intimidando o Legislativo com tais sanções, por outro tentava governar negociando com o parlamento. Procedia-se junto ao Congresso buscando apoio para emendas constitucionais e reformas políticas. O governo militar trabalhava visando formar uma ampla base de apoio parlamentar. Dos partidos que tinham representação no Congresso, apenas o PTB não compunha o bloco governista (apesar de haver aqueles que apoiavam os militares individualmente, os chamados “bigorrilhos”).

Um desses pontos de diálogo era sobre a prorrogação do mandato do presidente Castelo Branco. Essa ideia encontrava grande apoio nas lideranças da UDN, pois alguns de seus membros não demonstravam satisfação com a possibilidade de Carlos Lacerda sair candidato àquele cargo. Lacerda era próximo dos militares “linha dura” e tinha oposição do grupo nacionalista da UDN. Os senadores João Agripino (UDN-PB) e Daniel Krieger (UDN-RS) foram lideranças dentro do partido que articularam a prorrogação. *“Nenhum deles via com bons olhos a possibilidade de vitória de Lacerda, acreditando, inclusive, que ele se tornaria um ditador se chegasse à Presidência”* (GRINBERG, 2009, p. 56). Tal medida foi aprovada em junho de 1964 pelo Congresso como Emenda Constitucional nº 9, prorrogando os mandatos do presidente e de seu vice até o ano de 1967. Além do apoio da bancada da UDN, havia também o apoio do PSD, que devido a cassação de Juscelino Kubitschek, seu candidato à presidência, não dispunha de outro nome forte para um possível pleito.

De toda forma, o sistema partidário seria um problema para o Executivo, caso ele quisesse prosseguir governando através de negociações com o Legislativo. Escutavam-se rumores de reforma partidária desde 1964. Em julho de 1965, tendo em vista as eleições de outubro, o governo militar já indicava a criação de uma nova edição da Lei Orgânica dos Partidos. Seu objetivo não era extinguir os partidos, mas modificar o sistema, reduzindo o número de legendas.

Porém, os resultados das eleições daquele ano fizeram os militares anteciparem essa reforma partidária. As eleições de 1965 foram realizadas mesmo com a pressão dos grupos militares da “linha dura”, que pediam o cancelamento do pleito³⁵. Naquela época

³⁵ De acordo com Alves (2005, p. 102) os setores da linha dura estavam receosos com a candidatura de políticos que não haviam sido atingidos pelos mecanismos do AI-1. Sendo criada a Lei da Inelegibilidade, que eliminou candidaturas de políticos considerados inaptos para a disputa eleitoral. Através desse mecanismo os militares barraram as candidaturas de Henrique Teixeira Lott e Hélio de Almeida ambos do

as eleições para os governos estaduais eram divididas: em metade dos estados ocorreriam em 1965 e a outra em 1966. Em 1965 ocorreram eleições em 11 estados da federação³⁶, e apesar do governo ter saído vitorioso, a oposição venceu em três estados: Guanabara, Minas Gerais e Santa Catarina.

A vitória da oposição nesses estados causou uma preocupação no governo militar, fazendo com que a “linha dura” voltasse à ofensiva, defendendo que o Executivo adotasse medidas de intervenção nesses estados. Após longa negociação, os candidatos vitoriosos conseguiram tomar posse com a condição de que os militares do *Comando Revolucionário* indicariam os secretários de Segurança e as polícias militares seriam dirigidas por um general indicado pelo governo.

Diante dessas derrotas eleitorais, o governo militar optou pela elaboração de um novo Ato Institucional, o segundo. O AI-2, elaborado por lideranças civis e militares, foi baixado pelo presidente da República no final de outubro. Ele aumentava ainda mais o poder do presidente, transferindo responsabilidades do Legislativo e do Judiciário para o Executivo. Nele haviam medidas exclusivas para o Congresso, a exemplo da redução de maioria simples para a aprovação de ementa constitucional pelo Executivo e transferia para o Executivo a competência sobre questões orçamentárias das Forças Armadas³⁷. Para o Judiciário, o AI-2 apontava o aumento para 16 o número de ministros do Supremo Tribunal Federal, a serem indicados pelo presidente da República, estipulava que os juízes federais também seriam nomeados pelos militares e determinava que os crimes políticos só fossem ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal se não estivessem sob jurisdição dos Tribunais Militares³⁸. O AI-2 também

PTB, para o governo da Guanabara e de Paes de Almeida (PSD) em Minas Gerais. No lugar dos políticos impedidos de disputarem o pleito, os partidos lançaram os nomes de Negrão de Lima (PTB) para o governo da Guanabara e Israel Pinheiro (PSD) em Minas.

³⁶ Houve pleitos eleitorais nos estados do Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Minas Gerais, Guanabara, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás. Em Alagoas nenhum candidato conseguiu maioria absoluta e o presidente acabou indicando um interventor.

³⁷ Alves (2005, p. 111) lista outras competências do AI-2 para o legislativo: limitação de 45 dias o prazo para discussão no Congresso de qualquer projeto de lei de iniciativa do Presidente da República, e mantinha o mecanismo do decurso de prazo, pelo qual os projetos urgentes apresentados pelo Executivo deviam ser considerados em prazo de 30 dias ou seriam automaticamente aprovados; transferência para o Executivo a decretação de “estado de sítio”; transferência para o Executivo o direito de baixar atos complementares e decretos-leis; O Executivo passou a ter o poder decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de vereadores.

³⁸ Alves (2005, p. 112) descreve outras restrições ao judiciário: os civis acusados de crimes contra a segurança nacional seriam processados em Tribunais Militares, sendo eliminado o foro especial para governadores e secretários de Estado, sendo estes também julgados pelo Superior Tribunal Militar. Suspensão das garantias constitucionais dos juízes, como vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade. E determinação de passividade de apreciação judicial os atos e resoluções baseados no AI-2.

impôs eleições indiretas para o presidente e governadores estaduais, além de extinguir os partidos políticos.

A extinção do sistema pluripartidário veio a calhar, pois esse acabou se tornando um entrave para Executivo, tanto em sua relação com o Legislativo, como na questão eleitoral. Mesmo com as cassações, a aliança PTB-PSD ainda demonstrava força em alguns estados.

Nessa perspectiva, através do AI-2, mais uma vez, a UDN procurava artifícios autoritários para combater as vitórias eleitorais do PSD e do PTB, tentando impedir a posse de presidentes eleitos, quer pelo questionamento quanto à inexistência de maioria absoluta – não prevista constitucionalmente (caso de Vargas, em 1950) –, quer pelo artifício do incentivo à conspiração militar (caso de JK, em 1955). (GRINBERG, 2009; p. 59)

Grinberg relata que quando se analisa de forma mais profunda a reação dos partidos no que diz respeito ao AI-2, não existe um consenso. No meio *udenista* a posição que ganhou mais respaldo foi a de compreensão e contentamento com a medida do governo. Porém, posicionamentos como o do deputado Ernani Sátiro (UDN-PB) último presidente do Diretório Nacional do partido, acaba destoando desse perfil conformista. Ele teria lançado nota se mostrando “chocado” e considerando uma medida “excessiva” a extinção das legendas partidárias (GRINBERG, 2009, p. 60). Dentro dos quadros do PSD e PTB havia um grande apreço pelas siglas partidárias, consideradas um patrimônio consolidado em mais de vinte anos de atuação política. Diferente da UDN, que entendia que seu “patrimônio” e seu “espírito” iam além da legenda. Logo após saberem da extinção, os *udenistas* já articulavam a criação de um novo partido.

Para a ditadura militar, o fim do sistema pluripartidário e a extinção das legendas foi uma forma de desconstruir a identidade entre os grupos políticos locados nos partidos e seus eleitores, abalar os alicerces de articulação políticos construídos ao longo de anos, e encerrar o processo de institucionalização daquelas organizações. Tal intenção é captada por Grinberg de forma precisa:

Percebe-se, assim, que a dissolução do sistema partidário existente entre os anos de 1945 e 1965 não foi resultado de uma espécie de evolução “natural” advinda do enfraquecimento do sistema, mas uma intervenção autoritária e casuística que contou com resistências consideráveis. Tal intervenção foi realizada imediatamente após as eleições de 1965, quando os partidos e o eleitorado demonstraram que

o movimento de 1964 não havia superado a autonomia e a força das legendas junto ao eleitorado e que outro poderia ter sido o curso da política se os “antigos” partidos não tivessem sido destruídos como foram. (GRINBERG, 2009, p. 62)

Foi no dia 20 de novembro de 1965, a partir do Ato Complementar nº 4 (AC-4), que a ditadura indicou a formação do novo sistema partidário. Regulamentou-se a criação de organizações provisórias, com atribuições de partidos políticos, de uma forma que impediu a reestruturação dos partidos existentes. As novas instituições partidárias deveriam ser organizadas a partir dos membros do Congresso Nacional, em número não inferior a 20 senadores e 120 deputados federais, isso limitaria bastante o número de partidos: não haveria nem um sistema pluripartidário amplo, nem um sistema de partido único. Estava arquitetado um sistema com dois partidos: um de situação e outro de oposição.

Esse esquema não foi muito bem digerido pelos grupos políticos, inclusive por aqueles que apoiaram o golpe. Segundo Grinberg, houve quem pensasse em outro esquema, composto por partidos regionais, ou quem preferisse um sistema com, ao menos, três legendas. Essa discussão surgiu pela dificuldade de reorganizar um sistema político em apenas duas organizações. Como resolução para esse problema, existia a possibilidade das sublegendas, na qual cada partido poderia lançar mais de um candidato nas eleições majoritárias, fragmentados em até três sublegendas (sublegenda 1, 2 e 3). Isso permitia que lideranças municipais, anteriormente em partidos distintos, pudessem disputar eleições sem alterar a dinâmica política local.

Diante das novas regras para o sistema bipartidário, os políticos passaram a estruturar as novas organizações: a estrutura política da UDN tornou-se base do partido da situação e a maioria dos políticos sobreviventes do PTB, a base da oposição. O maior impasse sobre a nova organização partidária se deu no PSD. Os *pessedistas*, apoiadores do golpe civil-militar, porém rivais da UDN, tentaram a criação de um partido independente. O que não se concretizou, pois a máquina política do partido era considerada importante para os anseios do governo militar, que pretendia criar um grande partido composto por apoiadores das mais variadas legendas. Um dos receios dos *pessedistas* era a possibilidade de perder o controle do partido, mesmo quando configurassem maioria, por saber que os *udenistas* tinham a preferência dos militares.

No dia 30 de novembro de 1965 parlamentares do Congresso Nacional subscreveram o Documento Constitutivo da Aliança Renovadora Nacional. Segundo

Grinberg, tal documento constava o objetivo do partido de “apoiar o Governo da Revolução”, lutar “por todas as medidas que visem à consolidação dos ideais saneadores e progressistas que inspiraram a Revolução de Março de 1964” e buscar o “aperfeiçoamento da democracia representativa e, conseqüentemente, contra a fraude, a influência do poder econômico nas eleições e os abusos do poder político”³⁹ (GRINBERG, 2009, p. 67). De acordo com a autora, esse documento não traduz de forma direta o perfil do partido do governo, pois seus objetivos parecem muito óbvios, sem um direcionamento político mais incisivo:

Alguns pontos parecem muito gerais e pouco reveladores do matriz político dessa nova agremiação. Mas uma das características da maneira como foi estruturada a Arena é justamente a ausência de cores fortes e a manutenção de perspectivas tradicionais sobre os problemas brasileiros. Quer dizer, a Arena afirmava seu compromisso com a “revolução de 1964”, mas nenhum de seus objetivos era, de fato, revolucionário. (GRINBERG, 2009, p. 68)

A organização interna da Arena apresenta-se da seguinte maneira: o partido era dirigido por uma Comissão Diretora Nacional, e nos estados eram geridos por Comissões Diretoras Regionais, compostas por membros parlamentares ou não. Entre as atribuições das Comissões Diretoras Regionais, destacam-se: convocar convenções regionais para escolha dos candidatos a senador, deputados federais e estaduais, governador e vice do estado. Nos municípios havia Comissões Diretoras Municipais

³⁹ Outros objetivos presentes no documento, a autora relata: 1) “democratização das oportunidades”; 2) “reforma administrativa, com... a estrita observância do sistema do mérito”; 3) “fortalecimento econômico-financeiro dos estados e municípios e a eliminação dos desequilíbrios regionais”; 4) “desenvolvimento planejado e autossustentável, sem inflação e com fortalecimento das infraestruturas econômicas”; 5) “expansão do ensino em todos os graus, especialmente do ensino elementar obrigatório e do técnico-profissional”; 6) “combate às endemias e ao pauperismo”; 7) “por um sistema tributário justo, instrumento de desenvolvimento econômico e de redistribuição de renda social, através da crescente utilização dos impostos pessoais e diretos, de caráter progressivo, e observância de critério de essencialidade na escolha dos produtos sujeitos à tributação indireta”; 8) “crescente aperfeiçoamento da previdência social e da organização sindical, como instrumento de equilíbrio social e defesa dos legítimos interesses dos trabalhadores”; 9) “incentivo à iniciativa privada, como elemento básico do desenvolvimento econômico e fator indispensável à plenitude do regime democrático”; 10) “execução de uma política exterior que procure atingir os objetivos nacionais de desenvolvimento, segurança e bem-estar do povo brasileiro”; 11) “adoção de trabalho constante e fecundo em favor da paz e do entendimento, da aproximação e da cooperação internacionais, e apoio à Carta das Nações Unidas”; 12) “crescente vinculação entre o comércio mundial e o desenvolvimento econômico dos povos, com a adoção de medidas que corrijam os efeitos da deterioração dos termos de troca”; 13) “pela manutenção e consolidação de uma política de efetiva participação do Brasil no sistema de vida e de valores da civilização ocidental e no mecanismo de segurança continental, com o pleno cumprimento de seus compromissos internacionais e, sobretudo, com o fortalecimento da integração econômica latino-americana” (GRINBERG, 2009, p. 67).

que também desempenhavam competência de escolha dos candidatos a prefeito e vice, vereadores e juízes de paz. Haviam também as convenções nacionais, das quais participavam senadores, deputados federais e três representantes de cada uma das Comissões Regionais. De modo geral a estrutura *arenista* manteve aspectos fundamentais da tradição política brasileira: a importância dos estados e municípios na composição política (GRINBERG, 2009, p. 69).

Essa importância dos estados e municípios na tradição política brasileira corrobora com o tópico que versa sobre as sublegendas. Esse era um aspecto da legislação eleitoral fundamental para a vida interna da Arena.

Mais do que um artifício para vencer o MDB, a sublegenda era uma maneira de garantir as candidaturas de todos os membros da Arena que por longos anos tinham sido adversários em campanhas eleitorais. As sublegendas eram uma garantia de modificar o mínimo possível as relações de poder nos municípios, mantendo-se a realização das disputas entre os grupos locais através das eleições. (GRINBERG, 2009, p. 70)

Por fim, no Documento Constitutivo, apresentam-se os membros que compõem a Comissão Executiva Nacional. O triênio 1965-1968 foi formado por políticos escolhidos pelo General Castelo Branco, tendo como presidente o ex-*udenista* Daniel Krieger. No geral a Comissão foi composta por onze membros: quatro ex-membros da UDN, quatro ex-membros do PSD, um ex-membro do PSP, um ex-membro do PTB e um militar. Esses quatro partidos, juntamente com outros quatro constituíram a base da formação do primeiro Diretório Nacional, como aponta Grinberg (2009; p. 75):

TABELA 1. Partidos de origem dos membros do Diretório Nacional da Arena

UDN	PSD	PSP	PRP	PDC	PTB	PR	PL	PTN	Total
22	20	5	3	2	2	1	1	1	56

Fonte: Grinberg (2009)

Grinberg traça um perfil que vai além das antigas siglas. A partir dos dados coletados, todos os componentes do Diretório Nacional da Arena eram políticos profissionais que atuaram ao longo de o período democrático iniciado em 1945 ocupando sucessivos cargos eletivos, ou desempenharam papel importante no Estado Novo. Aqueles que exerceram funções no Diretório Nacional ou comandaram o partido no âmbito regional eram lideranças escolhidas a dedo por terem poder político

consolidado dentro de seu estado. Assim como, o presidente Castelo Branco buscou agregar todos os governadores eleitos em 1965 como forma de consolidar o partido junto ao Estado (GRINBERG, 2009, p. 77).

A autora faz ainda um balanço das bancadas *arenistas* no Senado e no Congresso. Assim como no Diretório Nacional, a maioria era políticos que tinham em seus currículos consecutivos mandatos eleitorais, assim como, pertenciam a clãs familiares tradicionais, mantendo um padrão no perfil político dos membros do partido. Ao discorrer sobre esse aspecto oligárquico do partido, Grinberg ressalta que:

As origens oligárquicas tem sido analisadas comumente como um aspecto negativo de muitos partidos políticos brasileiros. Essa é uma das razões para serem considerados apenas como organizações baseadas em disputas familiares e não como partidos marcadamente ideológicos, no entanto, vários autores como Max Weber, Pierre Bourdieu e Michel Offerlé mostram que a representação política, classicamente, é uma extensão da autoridade social. Apenas, ao longo do tempo, principalmente durante o século XX, outros setores sociais organizaram-se politicamente e passaram a ter na política uma profissão.

Além disso, as disputas políticas da Arena sempre são tratadas como disputas regionais. Quer dizer, e mais uma vez, não seriam disputas ideológicas, mas disputas pessoais pelo poder. (GRINBERG, 2009; p. 82-83)

Diante desse aspecto oligárquico apontado por Grinberg, o pesquisador que for discutir a Arena em seus vários recortes espaciais terá de regressar ao período pré-*arenista* para compreender plenamente os embates que surgiram dentro do partido. Muitas disputas que se desenvolveram no período de 1945 a 1964 permaneceram após a mudança do sistema partidário. Se por um lado a criação da Arena uniu rivais históricos, por outro possibilitou a manutenção de suas disputas locais pelo poder.

A forma como foi reorganizado o sistema partidário após o AI-2 não alterou a atuação das oligarquias dentro dos partidos, pelo contrário, montou-se um esquema no qual beneficiava-se a manutenção da disputa entre os grupos políticos já consolidados. O governo militar respeitou o esquema oligárquico especialmente por serem esses grupos os principais apoiadores do golpe e do regime autoritário, como relata Grinberg:

É fundamental perceber que essa base oligárquica, em quase todos os estados, revela o amplo respaldo social conquistado por um partido governista em um regime autoritário – o que nos mostra como diferentes fatores estão presentes na composição da Arena. A

negociação entre os membros dos partidos extintos (na qual as sublegendas possuem um papel fundamental a nível local) possibilitou a conquista de um amplo respaldo social. Quer dizer, os arranjos institucionais estabelecidos durante a ditadura civil-militar compreenderam importantes negociações com as elites regionais. Considerando o histórico da formação da UDN e do PSD, e tendo em vista que, na Arena, a maior parte desses grupos reuniu-se, temos praticamente um consenso entre as elites brasileiras. (GRINBERG, 2009; p. 82)

O que levou essa base oligárquica a aderir à Arena foi a identidade com a “revolução” de 1964. Portanto, base oligárquica e a afinidade com o movimento golpista podem ser entendidos como o lastro principal do partido do governo.

De acordo com Maria D'alva Gil Kinzo (1988), o sistema partidário brasileiro criado pela ditadura militar foi produto de uma fracassada tentativa do regime autoritário de se institucionalizar como um sistema híbrido. Quando se estuda a Arena e o sistema bipartidário a ideia é entender o porquê aqueles “revolucionários” de 1964, militares e civis, constituíram esse sistema bipartidário anormal? (KINZO, 1988, p. 17).

E para entender esse sistema de forma plena é necessário verticalizar para os espaços regionais. O estudo das experiências *arenistas* pelo Brasil é a melhor fórmula de entender como as variadas conjunturas políticas do país se readaptaram, enxergando suas semelhanças e peculiaridades, criando uma imagem da Arena mais completa

CAPÍTULO 2 – A ARENA NA PARAÍBA: DO GOLPE DE 1964 À ORGANIZAÇÃO DO DIRETÓRIO REGIONAL

2.1 – A política paraibana antes da Arena: o golpe de 1964 e as eleições de 1965

O nascimento da Arena paraibana ocorreu em meio a uma conjuntura política, social e econômica, comum em praticamente todo o Brasil, porém acentuada no território nordestino: a de um sistema político fundado no poder de oligarquias. A Paraíba está localizada na região nordeste do território brasileiro, um estado de dimensões territoriais pequenas (56.469,744 km² de área)⁴⁰. Quando analisamos a bibliografia problematizada nesse capítulo, percebemos que a Paraíba era predominantemente rural na década de 1960. Os setores urbanos, apesar de apresentarem significativo crescimento, tinham relativa importância no cenário político. Seu setor industrial era embrionário e o motor de sua economia era a agricultura e a pecuária. Comportava uma alta concentração de terra nas mãos de uma pequena elite agrária – os latifundiários, e esse fator gerou além de poder econômico, poder político para esse grupo.

Nesse tópico discutiremos sobre a vida partidária que precedeu a Arena. Historicizar nosso objeto de estudo é uma forma de entendê-lo de forma plena, enxergando-o conectado ao processo histórico ao qual ele está inserido. Analisaremos como os partidos políticos e seus membros se comportaram nas vésperas do golpe, e entenderemos como era sua dinâmica interna, a partir das eleições de 1965, para o cargo de governador do estado, última ocorrida de forma democrática durante a ditadura militar.

2.1.1 – Partidos políticos e golpe civil-militar na Paraíba

Na Paraíba, no final da década de 1950, a ascensão de Pedro Gondim (PSD) ao poder estadual ajudou no crescimento dos movimentos sociais de esquerda. Gondim era um político de características populistas⁴¹ que ganhava seu espaço na política local. A

⁴⁰ De acordo com as informações apresentadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponíveis em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pb> (acesso em 27/01/2016).

⁴¹ O Populismo é um conceito que vem sofrendo críticas e reinterpretações por historiadores ao longo dos anos. O populismo está presente na política brasileira desde o século XX. Jorge Ferreira (2013b) fez uma

narrativa de sua ascensão ao poder estadual em alguns pontos confunde-se com a do golpe civil-militar de 1964 na Paraíba.

De acordo com Monique Cittadino (1998), em 1958, final do governo de José Américo de Almeida (PL), os grupos políticos do PSD e da UDN passavam por uma crise e não havia condições de uma nova disputa eleitoral entre esses partidos. Assim, José Américo organizou uma manobra política que ficou conhecida como “pacificação”. Os principais líderes políticos entraram em um acordo no qual a UDN escolheria um candidato para o governador, formando a chapa com um candidato a vice-governador indicado pela coligação PSD-PL. Elegeram-se Flavio Ribeiro Coutinho (UDN) como governador e Pedro Gondim (PSD) como vice.

Durante seu governo, Ribeiro Coutinho precisou se afastar do cargo para tratar de problemas de saúde, assumindo como interino seu vice. Durante o período como interino, Gondim manteve proximidade com as massas populares e com a classe operária, intercedendo em favor dos trabalhadores nas disputas entre sindicatos e patrões. Isso fez criar um sentimento favorável à candidatura de Gondim ao governo do Estado, o “queremismo”⁴² (CITTADINO, 1998, p. 96).

A possibilidade de falecimento de Ribeiro Coutinho, fez Pedro Gondim abandonar o cargo de interino para formalizar sua candidatura ao governo estadual nas eleições de 1960⁴³. Porém, já havia um acordo no interior do PSD, no qual estava estabelecido que Janduhy Carneiro, irmão de Ruy Carneiro, principal chefe político do partido, fosse o candidato do PSD. Gondim tentou convencer a cúpula partidária da viabilidade de sua candidatura, porém essa manteve-se irredutível quanto à indicação do nome de Janduhy Carneiro. Diante do impasse Gondim sai do PSD levando junto todos os seus correligionários, e ingressa no PDC, o qual lança seu nome para o governo do Estado. Naquele pleito Gondim e o PDC receberam o apoio da UDN, que diante de

recapitulação da trajetória do conceito, analisando sua utilização por intelectuais da História e de outras áreas das Ciências Sociais. Aqui a consideraremos uma tradição política brasileira, oriunda das deficiências do Estado junto às classes trabalhadoras, na qual líderes políticos intercediam em favor da classe operária, ao mesmo tempo que a limitavam suas possibilidades de organização política, mantendo o *status quo* da elite econômica. Essa tradição criou lideranças políticas carismáticas, e a popularidade desses indivíduos era mal vista pelo regime militar pois remetiam a figuras consagradas no imaginário político nacional, como Getúlio Vargas e João Goulart, o primeiro atrelado ao nacionalismo econômico e o segundo vinculado às esquerdas.

⁴² O movimento quemista paraibano era inspirado naquele ocorrido no final do Estado Novo, que tentou manter Getúlio Vargas no poder.

⁴³ Caso houvesse o falecimento de Flávio Ribeiro Coutinho enquanto Pedro Gondim estivesse no cargo de governador interino, este assumiria como governador efetivo, impossibilitando-o de se candidatar novamente para o cargo na eleição seguinte.

divergências internas, não tinha condições de lançar um candidato, e do PSB, configurando-se numa contradição, pois a UDN era majoritariamente composta por membros da classe dominante e o PSB era reduto de políticos defensores das causas dos trabalhadores⁴⁴. O *ex-pessedista* saiu vitorioso do pleito, vencendo Janduhy Carneiro, candidato de sua antiga legenda⁴⁵.

Ao longo de todo seu mandato Gondim viveu “entre a cruz e a espada”, tentando governar para a população que o elegeu, mas vigiado e pressionado por seus novos correligionários. Nesse período houve a expansão e fortalecimento dos movimentos de base, como sindicatos urbanos, organizações de estudantes e, em especial, as Ligas Camponesas. Segundo César Benevides (1985), esta última foi o maior movimento social de trabalhadores rurais do estado da época. As Ligas tinham como finalidade a defesa dos interesses e a prestação de assistência aos trabalhadores rurais da região⁴⁶.

A Liga Camponesa de Sapé destacou-se dentre as demais pela sua dimensão e sua impactante atuação política denunciando os abusos e as arbitrariedades cometidos por latifundiários e usineiros, rompendo a cortina de fumaça criada pelos proprietários rurais e ganhando a simpatia dos movimentos sociais urbanos. Bem como Benevides (1985, p. 80) aponta: “*Os proprietários viam agora seus sagrados nomes de família arrolados nos Anais da Justiça e denunciados na Assembleia Legislativa, na imprensa e na Câmara dos Deputados*”.

A atuação da Liga Camponesa de Sapé gerou a revolta de um importante setor político e econômico da região, o Grupo da Várzea, ou o bloco agroindustrial. Um

⁴⁴ Vale aqui ressaltar que o PSB paraibano foi fundado por grupos políticos identificados com a mesma cultura política prevalecente nas demais agremiações locais. O partido só veio a se firmar como força progressista na segunda metade da década de 1950, com o ingresso do *ex-pessedista* José Jóffily e a atuação dos parlamentares vinculados aos movimentos sociais de esquerda.

⁴⁵ Sobre a eleição de Pedro Gondim e seu governo ver também a dissertação de mestrado de Railane Martins de Araújo (2009).

⁴⁶ Para Benevides, as Ligas Camponesas despontaram do asfixiamento do trabalhador rural perante uma estrutura agrária elitista que sugava seu trabalho sem a devida remuneração financeira, e limitava sua participação política através de práticas de controle eleitoral. Elas surgiram na Paraíba em 1958 com o nome de Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, mas ficou conhecida como Liga Camponesa de Sapé, em analogia à Liga Camponesa da Galileia do estado de Pernambuco, que já dispunha de um grande quadro de membros e reconhecida atuação política. Sapé é um município localizado na zona da mata paraibana, uma mesorregião do estado, a mais próxima do oceano atlântico.

fenômeno político que surgiu dos latifundiários criadores de bovinos e cultivadores de cana-de-açúcar, abacaxi e outras culturas para a exportação⁴⁷.

A região da várzea do Rio Paraíba, grande produtora de açúcar e álcool do estado, comportava vários grupos de usinas de cana-de-açúcar, estágio modernizado dos antigos engenhos. Elas pertenciam a troncos familiares importantes na política estadual, como as famílias Ribeiro Coutinho e Veloso Borges. Essas oligarquias controlavam suas propriedades e do capital gerado por elas através do sistema de hereditariedade e dos casamentos interfamiliares. Foi na zona da várzea que ocorreu o maior número de conflitos entre as Ligas Camponesas e os latifundiários. Os camponeses almejavam condições melhores de trabalho e o Grupo da Várzea a proteção do projeto capitalista exportador, assim, se fortalecia o latifúndio a partir do apoio do sistema político vigente.

Esse fenômeno extrapolava a relação proprietário-empregado, sendo o Estado envolvido nesse esquema através da representação das oligarquias nos espaços de poder. A família Ribeiro Coutinho, por exemplo, conseguiu manter parlamentares eleitos nos legislativos estadual e federal desde 1945. Na legislatura iniciada em 1962, podem ser citados os nomes de Flaviano Ribeiro Coutinho (UDN), eleito deputado federal, Luís Ignácio Ribeiro Coutinho (PDC), Marcos Odilon Ribeiro Coutinho (PDC), Batista Brandão (PDC) e Joacil de Brito Pereira (UDN), eleitos deputados estaduais, como representantes daquela oligarquia (BENEVIDES, 1985, p. 30).

As representações políticas do Grupo da Várzea não se limitavam apenas a um partido ou a um grupo político, estando distribuídas em várias legendas. Como então conciliar os interesses em comum com as pretensões de poder partidárias? Segundo Benevides, havia um pacto conservador denominado “paz agrária” caracterizado por um jogo político entre as oligarquias da região. Sua prática era baseada na dominação máxima do campesinato, mantendo o monopólio das terras através do coronelismo. Um sistema baseado na violência privada e do Estado (através de suas instituições jurídicas). Os partidos políticos entravam no esquema da seguinte maneira:

As agremiações partidárias polarizadas na UDN e no PSD eram antagônicas, mas, quando se tratava da expulsão do camponês da terra, desapareciam totalmente suas divergências. A ação drástica do

⁴⁷ O grupo da várzea controlava a região da várzea do Rio Paraíba, que atravessa a zona da mata paraibana, nela estão presentes os municípios de Sapé, Marí, Mamanguape, Araçagi, Pilar, São Miguel de Taipu, Santa Rita, Cruz do Espírito Santo e Caldas Brandão.

proprietário, por si só respaldada pela autoridade policial, recebia sempre a aprovação tácita da corrente política adversária. (BENEVIDES, 1985; p. 33)

Diante da sobrecarga do trabalho mal remunerado, exclusão do processo político e completo desamparo estatal, os camponeses organizados nas Ligas Camponesas foram à luta, perturbando a ordem estabelecida pela “paz agrária”. Em meio a uma sociedade temerosa com a possibilidade de uma revolução comunista pelos movimentos sociais de esquerda, os parlamentares ligados às oligarquias conservadoras utilizaram-se do plenário para proferir o discurso anticomunista em defesa da propriedade privada, desconstruindo a luta dos movimentos sociais.

No ano de 1964 dois acontecimentos ressaltam essa crise entre a elite política e os movimentos sociais⁴⁸. O primeiro foi um conflito entre camponeses e pessoas ligadas ao Grupo da Várzea, ocorrido em janeiro na cidade de Marí, vizinha ao município de Sapé, em uma propriedade de pequeno/médio porte. Trabalhadores rurais encontravam-se iniciando o preparo da terra quando um grupo composto por policiais militares à paisana e funcionários da Usina São João, pertencente ao Grupo Ribeiro Coutinho, invadiram o local e iniciaram o conflito, por acreditarem que os camponeses estavam invadindo aquela propriedade. Essa atitude configura-se num exemplo nítido de utilização do poder das forças repressivas do Estado em favor de interesses privados⁴⁹.

O conflito resultou em uma série de mortes, em sua maioria homens pertencentes ao grupo da várzea, que abalou o Estado e a sociedade. A tragédia foi veiculada como “Chacina de Marí”, pelos grandes jornais do estado que criticaram e culpavam as Ligas Camponesas pelo ocorrido.

⁴⁸ Decidimos ressaltar aqueles ocorridos no ano de 1964 pela proximidade ao golpe civil-militar, mas outros acontecimentos podem ser destacados nesse conflito entre conservadores e progressistas. O primeiro deles foi o assassinato do líder das Ligas Camponesas João Pedro Teixeira, ocorrido no ano de 1962. De acordo com Benevides (1985, p. 98), em uma emboscada armada na estrada de Café do Vendo, saída da cidade de Sapé, dois pistoleiros atiraram em Teixeira quando este dirigia-se ao sítio em que residia. Depois das investigações da polícia militar, descobriu-se o envolvimento de Agnaldo Veloso Borges (PL), suplente de deputado estadual e membro da família Veloso Borges. Para evitar ser julgado com réu comum, o deputado Joacil de Brito Pereira (UDN) armou uma troca na Assembleia Legislativa, fazendo com que Veloso Borges deixasse de ser suplente e se tornasse deputado, ganhando imunidade parlamentar. A outra foi uma manifestação estudantil contra o desrespeito a lei da meia passagem, em 1963. De acordo com Cittadino (1998, p. 135), estudantes apoiados por movimentos operários urbanos, organizaram uma manifestação na frente do Palácio da Redenção, sede do executivo estadual. O resultado foi um conflito envolvendo os manifestantes e a guarda policial do governo. Depois do tumulto, o protesto que visava só o cumprimento da meia passagem virou manifestação política-ideológica contra o governo, acusado de repressor às aspirações populares.

⁴⁹ Sobre a tragédia de Marí ver também Nelson Coelho (2004).

As classes conservadoras saíram em praça pública inflamando palavras de ordem contra as Ligas Camponesas. Essa situação deixou Pedro Gondim em uma encruzilhada. O governador dava espaço para as causas trabalhistas e os movimentos sociais, mas foi eleito por uma coligação com o apoio político e financeiro da UDN e do Grupo da Várzea. Tendo de optar por um lado da disputa, Gondim escolhe o dos conservadores. O governador abre inquérito para investigar o ocorrido e monta um forte esquema de repressão aos camponeses, enviando para a região de Marí e Sapé um numeroso contingente policial comandado pelo coronel Luís de Barros, conhecido pelo perfil agressivo aos movimentos sociais. Se por um lado vieram as críticas dos setores de esquerda a Gondim, por outro, ele recebeu as congratulações dos grupos de direita (CITTADINO, 1998, p. 139).

Os políticos paraibanos que pertenciam ou tinham ligações com as oligarquias da várzea foram enfáticos no apoio ao governador. Ressaltando que o problema agrário era uma questão oriunda dos desajustes sociais e do desequilíbrio econômico em que se encontrava o país, o deputado Otávio Mariz Maia, líder da UDN na Assembleia Legislativa, enfatizou o apoio do partido a Pedro Gondim. Nas palavras do *udenista*:

Vemos sangue a derramar-se na Paraíba. Esta é a responsabilidade que pesa sobre o homem público que pede que a paz reine em nosso Estado. Tenho sentido a maior sensibilidade e o maior interesse por parte do Chefe do Executivo em adotar medidas acauteladoras, medidas saneadoras, medidas corretoras para pôr fim a esta crise [...] Apoio o governo Pedro Gondim tentando ajudar ao povo paraibano a restabelecer a ordem pública e a paz social. Este é o meu dever. E quanto mais apertarem o cerco contra eles mais perto de sua pessoa me encontrarão. (A União, 21 de jan. de 1964, p. 3)

Outro que defendeu a repressão policial enviada por Gondim à região de Marí foi o deputado estadual *pedecista* Batista Brandão. Em sua fala, veiculada pelo jornal *A União*, o deputado afirmou:

[...] que os proprietários não desejam ensopar o solo paraibano com o sangue dos camponeses. O que querem é trabalhar e produzir. O proprietário precisa do trabalhador tanto quanto este daquele. Cabe ao Governo Federal olhar com mais interesses para as necessidades do campo, fornecendo créditos suficientes para a aquisição de tratores, ferramentas e outras utilidades indispensáveis. (A União, 22 de jan. de 1964, p. 8)

Ambos os deputados eram da base governista (UDN-PDC), porém, o apoio das atitudes de repressão aos camponeses organizados não se limitavam à situação. Membros da oposição (PSD-PTB) também externaram apoio às medidas do governador, a exemplo do deputado estadual Nivaldo Brito (PSD). Em uma notícia que relata uma discussão ocorrida na Assembleia sobre o problema agrário na Paraíba, é destacada a fala do deputado: “[...] dizendo que tudo estava normatizado e camponeses e proprietários deviam agora pensar em seus filhos e em seu país, voltando ao trabalho e deixando a coragem para quando precisarmos de defender a pátria.” (A União, 22 de jan. de 1964, p. 8). Ou quando respondeu ao posicionamento do deputado Figueiredo Agra (PSB), que relatava a versão dos camponeses do ocorrido e criticava a repressão policial comandada pelo cel. Luís de Barros, na qual “[...] elogiava a sua ação preventiva como uma necessidade para que não se repetisse em outras zonas os incidentes lamentáveis que ocorreram recentemente em Mari.” (A União, 26 de fev. de 1964, p. 8).

Um dos principais nomes da UDN paraibana no cenário nacional, o senador João Agripino, também comentou a tragédia de Marí. Em suas declarações, disse que o problema agrário é uma “questão social”, e sua resolução não está ao alcance apenas do governo estadual. Em suas palavras:

Assim, compete aos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo unirem-se para resolver o problema. Não adianta é usar o poder da força para reprimir um fato de origem social. Isso seria incompreensível quando se defende o desenvolvimento econômico do país. Acredito que se o Governo Federal quizesse de fato resolver esse problema já o teria feito, pois mesmo que houvesse reação de todos, mais tarde, haveria de reconhecer que a solução tinha sido imperativa e benéfica, a exemplo do que aconteceu com a legislação trabalhista do ex-presidente Getúlio Vargas. (A União, 28 de jan. de 1964, p. 8)

Apesar do discurso progressista, que serviu apenas para responsabilizar o Presidente da República pela questão agrária, Agripino ressalta o lado dos latifundiários:

Por outro lado, como a lei assegura o direito de propriedade, o proprietário entende que é dever da autoridade estadual assegurar esse direito através da ação da polícia. [...] O governador Pedro Gondim em todos esses episódios tem feito sentir a presença da ação policial na manutenção da ordem e preservação dos direitos assegurados. O que falta [...] é condições de impedir que os crimes sejam cometidos.

Lembro aqui que não há direito mais sagrado, porque universalmente defendido, que o direito à vida. (A União, 28 de jan. de 1964, p. 8)

E termina sua análise da violência no campo enfatizando a responsabilidade das Ligas Camponesas naquele conflito: *“Admito, porém, que as ligas camponesas deveriam ser encaminhadas para suas reivindicações legítimas, sem apelar para a violência.”* (A União, 28 de jan. de 1964, p. 8).

Ao tomar parte dos grupos conservadores no conflito agrário, usando a polícia para reprimir as Ligas Camponesas, Pedro Gondim não só se afasta dos grupos populares que ajudaram a elegê-lo, como dá força para a velha política oligárquica dentro do Estado. Esse setor social, que pregava a paz e ordem no campo para proteger uma estrutura agrária elitista e excludente, aplaudia Gondim por dar ao seu governo a forma violenta que reprimia o trabalhador engajado nas lutas sociais. Ao ser elogiado pela sua base aliada e pelos grupos de oposição, vemos a “paz agrária” pregada pelo Grupo da Várzea tomando conta de seu governo.

O outro acontecimento que acirrou os ânimos entre conservadores e progressistas foi a ocupação da Faculdade de Direito, ocorrida em três de março de 1964. Em decorrência do anúncio da visita do governador da Guanabara, Carlos Lacerda (UDN), estudantes e militantes de esquerda ocuparam o prédio da Faculdade de Direito, localizado na Praça João Pessoa, no centro da capital, local onde estaria programado um discurso de Lacerda. Essa manifestação dos grupos de esquerda tinham o intuito tanto de protestar contra a visita de Lacerda à Paraíba, ferrenho opositor do governo João Goulart, como também de demonstrar a insatisfação com as recentes atitudes do governador Pedro Gondim.

Em meio à ocupação, chegou à Praça João Pessoa grupos de pessoas simpatizantes de Carlos Lacerda. Liderados pelos deputados *lacerdistas* Joacil de Brito Pereira e Marcos Odilon Ribeiro Coutinho, eles tentaram invadir o prédio da Faculdade para retirarem os manifestantes à força. Para evitar o conflito entre os grupos rivais, soldados do 15º Regimento de Infantaria (15º RI) e policiais militares intervieram no local, retirando e levando presos os estudantes que ocuparam a Faculdade de Direito (CITTADINO, 1998, p. 137).

O conflito entre ideologias antagônicas reverberou na Assembleia Legislativa. A oposição criticou a atitude do governador Pedro Gondim pela uso de força policial contra os estudantes. Em defesa à Gondim, falou o líder do governo no legislativo,

Valdir dos Santos Lima (PDC) “[...] dizendo que a intervenção da polícia não teve a finalidade de arrancar cartazes e impedir manifestação, mas evitar que a multidão enfurecida penetrasse na Faculdade de Direito e atacasse os estudantes ali sitiados” (A União, 5 de mar. de 1964, p. 8).

Foram dos deputados que lideraram a tentativa de invasão que manifestaram as opiniões mais exacerbadas contra os estudantes. Nas palavras do deputado Marcus Odilon Ribeiro Coutinho: “[...] não foram os estudantes da Faculdade de Direito, mas uma pequena e isolada minoria em conluio com os profissionais da baderna, os responsáveis pelos lamentáveis acontecimentos da terça-feira” (A União, 5 de mar. de 1964, p. 8). Assim como Joacil de Brito Pereira, ao explicar sua intervenção Faculdade de Direito, dizendo que foi a pedido de um grupo de pessoas que foram até a sua casa naquela noite. O parlamentar *udenista* condenou a atitude dos estudantes:

[...] lembrando que o Senador Juscelino Kubitschek, o Governador Miguel Arraes e outros políticos já estiveram em João Pessoa e os estudantes não se empiriquetaram para reprimi-los. Só o governador Lacerda, símbolo de coragem e bravura na luta contra o comunismo no Brasil, merecera tratamento tão descortês. (A União, 5 de mar. de 1964, p. 8)

Joacil de Brito Pereira falou ainda que sua luta não é contra os estudantes, mas contra quem discorde de sua ideologia liberal: “*É a luta de um liberal contra libericidas [...] se há estudantes que estão comprometidos com os libericidas, então, sim, a minha luta é contra eles.*” (A União, 11 de mar de 1964, p. 8). Todos esses acontecimentos não só serviram de termômetro para medir a disputa política no estado, como também estimular as forças dos conservadores para o golpe que estava por vir.

De acordo com Paulo Giovani Antonino Nunes (2014a) a articulação para o golpe de 1964 na Paraíba contou com a participação conjunta de políticos da UDN e do PSD. O autor apresenta uma narrativa feita pelo deputado Joacil de Brito Pereira na qual mostra a ligação dos políticos do grupo da várzea com militares, jornalistas, profissionais liberais e membros do judiciário para, caso houvesse resistência, serem defendidos os princípios golpistas:

Estávamos prontos para enfrentar o pior. Adquirimos armamento e munição em São Paulo. O Coronel Roberto Pessoa fez nossa ligação com o Governador Ademar – e o auxiliar do Governo paulista, ele nos levou no Governador Ademar – e o resto nós fizemos: eu, Agnaldo

Veloso Borges, Antônio Ribeiro Pessoa, João Batista de Lima Brandão, Sindulfo Guedes Santiago, Marcos Odilon. Flaviano Ribeiro Coutinho e Luiz Ribeiro Coutinho.

A essa altura, não estávamos sós os proprietários rurais. Homens de todas as classes passaram a ajudá-lo, e apoiá-los. Jornalistas como Antônio Barroso Pontes, Archimedes Cavalcanti, Antônio de Arruda Brayner, José Leal e Otinaldo Lourenço formavam decididamente conosco. O General reformado do Exército Furtado; o médico João Gonçalves Toscano de Medeiros; o sargento reformado do Exército, Reinaldo de Melo Celani; o Sargento Lira e vários outros, como outro Tenente reformado do Exército, Fontenele. Finalmente, uma plêiade de paraibanos de todos os segmentos sociais.

Em Campina Grande, formamos poderoso núcleo. O juiz aposentado Manoel Casado Nobre, e o empresário Juarez Barreto, o advogado Rui Barbosa, o Dr. Ermínio Leite, os irmãos Paulo e Enivaldo Ribeiro, Luismar Resende e tantos outros cidadãos livres ficaram ao nosso lado.

Em Areia, Severino Teixeira de Brito Lira, o Coronel José Maria da Cunha Lima e o seu sobrinho, Roberto Cunha Lima, João Barreto e seu filho, Haroldo Barreto, o professor Manoel Gouveia, o proprietário José Rufino de Almeida e muita gente mais. (PEREIRA, *apud* NUNES, 2014a, p. 88)

A deposição de João Goulart surpreendeu as organizações de esquerda na Paraíba. Apesar das tentativas de resistência, como o comício no bairro de Cruz das Armas ou a paralisação da Fábrica de Tecidos de Rio Tinto, essas foram seguidas por forte repressão militar. Políticos demonstraram descontentamento com o golpe. A exemplo do prefeito da cidade de Sousa, Antônio Mariz (PTB), primo do senador João Agripino, que realizou comício em praça pública contra o golpe e acabou preso, mas posteriormente liberado. Assim como Newton Rique (PTB), prefeito de Campina Grande e presidente do Diretório Estadual *petebista*, que deu declarações contrárias ao golpe e acabou posteriormente cassado⁵⁰. Após o golpe houve imediata repressão aos movimentos sociais⁵¹.

⁵⁰ De acordo com o Relatório Parcial da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba, Newton Rique foi eleito prefeito de Campina Grande em 1963 e teve sua cassação publicada no Diário Oficial do Estado no dia 13 de junho de 1964. No Inquérito Policial Militar (IPM) que investigou sua administração são listadas ações como: a tentativa de desapropriação de terras rurais em nome da SUPRA; teria decretado feriado no dia 13 de março de 1964 em apoio ao presidente João Goulart; distribuiu jornal “brizolista” através da Prefeitura de Campina Grande, entre outras acusações (Relatório Parcial da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba, 2014, p. 68-69).

⁵¹ Nunes (2014a, p. 94) relata que a Associação Paraibana de Imprensa (API) e a Companhia de Educação Popular (CEPLAR) foram invadidas respectivamente pelo Exército e por civis engajados no golpe. As Ligas Camponesas foram aniquiladas pela repressão militar. Dois dos principais líderes dessa organização camponesa, João Alfredo, conhecido como “Nego Fuba”, e Pedro Ignácio de Araújo, o “Pedro Fazendeiro”, foram presos e depois assassinados. Organizações estudantis universitárias e secundaristas sofreram intervenções, assim como a Universidade Federal da Paraíba teve seu reitor, professor Mario Moacyr Porto, afastado, sendo nomeado um interventor para o cargo.

A repressão também atingiu os políticos paraibanos considerados subversivos, Nunes relata que, após o golpe, através do Ato Institucional nº1 (AI-1), foi cassado o mandato do deputado federal e Ministro da Justiça do governo Goulart, Abelardo Jurema (PSD). A partir de projetos de resoluções da Assembleia Legislativa e das Câmaras de Vereadores, antes mesmo do Ato Institucional, foram cassados os mandatos de três prefeitos, dois vice-prefeitos, oito vereadores, sete suplentes de vereadores, dois deputados estaduais e dois suplentes de deputado estadual (NUNES, 2014a, p. 97).

Do outro lado, vários setores da sociedade civil paraibana aderiram ao golpe. De acordo com Nunes (2014a, p. 113), a Arquidiocese Paraibana congratulou-se com os militares através de mensagem veiculada em seu periódico oficial. Setores da imprensa conservadora, que desestabilizaram o governo de João Goulart e os movimentos sociais, e organizações estudantis, como a União Pessoaense dos Estudantes Secundaristas (UPES) parabenizaram os militares pela iniciativa⁵². Segundo Cittadino (1998, p. 1967), clubes e associações da classe média, como o Rotary Club, o Lions Club e o Centro Paraibano de Relações Públicas (CPRP) manifestaram apoio ao movimento militar oferecendo jantares aos oficiais das Forças Armadas. Organizada pelo Movimento de Arregimentação Feminina (MAFEP) e pela Igreja Católica, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade ocorreu em João Pessoa logo após o golpe, estando presentes nela mais de vinte mil pessoas. Posteriormente, ocorreram manifestações similares em cada pequena cidade do estado.

Na política institucional, o Governador Pedro Gondim também foi pego de surpresa. Apesar da sintonia com os grupos conservadores, não houve participação do governo do Estado em articulações golpistas na Paraíba. Parte do seu secretariado era a favor das causas trabalhistas e outra parte defendia o rompimento com o governo federal. Gondim só tomou posição um dia depois do golpe. Após reunião com membros do Governo estadual e seus correligionários, ele decide aderir ao movimento golpista, vendo que era algo irreversível. Com ajuda do deputado federal Antônio Vital do Rêgo (UDN) e de seu secretário Silvio Porto (PDC), Gondim elabora uma nota de apoio, transmitida através da Rádio Tabajara para todo o estado.

Não posso e não devo, neste instante de tanta inquietação nacional, deixar de definir minha posição, na qualidade de governador dos

⁵² A adesão ao movimento golpista ocorreu após a diretoria dessas instituições ser composta por interventores.

paraibanos. Reafirmo, preliminarmente, todos os pronunciamentos que expendi em favor das reformas essenciais, por saber que elas constituem instrumentos legais de adequação aos novos problemas do povo. E neste sentido nunca faltei com o meu estímulo e apreço ao governo central. Os últimos acontecimentos, verificados no Estado da Guanabara, envolvendo marinheiros e fuzileiros navais, denunciaram, porém, inequívoca e grave ruptura na disciplina em destacado setor das classes armadas, com desprezo às linhas hierárquicas e completa alienação às prerrogativas da autoridade, sustentáculo autêntico da segurança nacional. O movimento que eclodiu nestas últimas horas em Minas Gerais, com repercussão em outros Estados, não é mais nem menos do que a projeção de acontecimentos anteriores, numa tentativa de recolocar o país no suporte de sua estrutura legal, propiciando clima de tranquilidade – indispensável ao processo desenvolvimentista que vivemos. (GONDIM *apud* Nunes, 2014a, p. 91).

Ao comentar a nota de Gondim, Vital do Rêgo afirma que:

A Paraíba, sempre na vanguarda dos grandes acontecimentos nacionais, está pronta, sob o comando resolutivo e forte do governador Pedro Gondim, a defender as instituições e nunca de braços cruzados entregá-las à sanha dos agitadores, ao clima de anarquia, a perpetuação do poder nas mãos dos maus, que só queriam, personalisticamente, o egoísmo, a vaidade, o ódio e o desrespeito à família, à pátria e à paz social. (A União, 2 de abr. de 1964, p. 8)

Nos dias posteriores ao golpe novas mensagens ao governador e aos militares vão se tornando públicas. Telegramas são enviados pelos líderes políticos municipais parabenizando os militares pela iniciativa e Pedro Gondim por ter aderido ao golpe de Estado. A Assembleia Legislativa, em nota oficial assinada pelo seu presidente, Clóvis Bezerra (UDN), declara apoio ao movimento golpista. De acordo com a referida nota:

A Assembleia Legislativa da Paraíba, conhecedora da grave situação que comove a nação brasileira e fiel à sua missão de poder estatal e institucional encarnando a vontade do povo paraibano torna pública sua posição ao lado da legalidade constitucional e seu propósito de sustentar a defesa das grandes tradições brasileiras tocantes à liberdade, à religião, à família, à propriedade, embasamentos do nosso regime democrático. A nossa esperança neste instante agudo de provação da nossa resistência democrática, está em que as nossas gloriosas Forças Armadas, irmanadas e coesas, mantenham firmes sua posição de sustentáculos da lei e do regime. Pode o povo paraibano ficar certo de que os seus representantes, sem dissensões partidárias e ponto a sua confiança em Deus, supremo dirigente dos destinos dos povos, apoiam como deve e como podem os pronunciamentos dos comandos e das chefias, das autoridades e dos cidadãos que se identificam na defesa da Constituição da República, contra a subversão e a anarquia. Até que se defina a situação nacional, a

Assembleia Legislativa, ficará em Sessão Permanente. (A União, 2 de abr. de 1964, p. 8)

Novamente na pessoa de seu presidente, a Assembleia Legislativa envia telegrama ao general Justino Alves de Bastos, comandante do IV Exército em Recife, congratulando os militares:

A Assembleia Legislativa da Paraíba [...] congratula-se com vossência pela brilhante vitória das Forças Armadas pacificando segundo a melhor tradição do Grande Caxias a família brasileira livre agora de ameaça comunista. Digne-se o eminente compatriota em estender aos chefes vinculados a esse Comando os aplausos cívicos e veemênte dos legisladores paraibanos (O Norte, 4 de abr. de 1964, p. 8)

Separadamente, os partidos políticos também declararam apoio ao movimento golpista. A UDN, através de seu presidente estadual, Clóvis Bezerra, em mensagem endereçada ao governador, parabenizou-o pelo posicionamento favorável ao movimento militar:

Em nome da União Democrática Nacional que tenho a honra de presidir, congratulo-me com V. Excia. pela posição inequívoca assumida por seu honrado governo, pronunciando-se favorável decididamente ao movimento encetado em Minas e pelas gloriosas Forças Armadas, com o fim de restauração dos princípios democráticos e preservação dos primados de autoridade de nossa pátria. Com a renovação de nossa insuspeita solidariedade, cordiais abraços de CLÓVIS BEZERRA. (A União, 7 de abr. de 1964, p. 1)

O *udenista* João Agripino, na tribuna do Senado, comentou os acontecimentos pré-golpe e manifestou seu apoio aos militares que depuseram um presidente legalmente eleito. Para ele:

O Sr. João Goulart entrará na História do país, levando-o à Guerra Civil, porque não imagina S. Exa. que poderá ficar no poder impunemente, sem derramamento de sangue. E S. Exa. aumentava a esperança de poder desmoralizar as Forças Armadas, desmoralizar o Congresso, humilhando tantos quanto quis, grandes ou pequenos. E depois se plantar no poder ditatorialmente, enganou-se redondamente: mas é característica de sua personalidade recuar ou saber recuar. Pois resta-lhe ainda isto, que saiba recuar e poupar o sangue de muitos brasileiros. Não estaremos dispostos a capitular sem luta. Pois se S. Excia. entende seu dever comandar a luta, nos democratas entendemos também nosso dever de postarmo-nos do outro lado e toparmos a luta. Veremos se este Brasil estará dominado pelos fascistas ou pelos

comunistas sequiosos de ditadura ou pelos democratas amantes da liberdade. (A União, 2 de abr. de 1964, p. 1)

O bloco agroindustrial presente no interior do PSD também aderiu ao movimento. Cittadino (1998, p. 148) relata os nomes de políticos do PSD que participaram dos esquemas golpistas na Paraíba, como os deputados José Gayoso, José Fernandes de Lima, Aluísio Pereira e Carlos Pessoa Filho. Dos partidos paraibanos, apenas o PTB manifestou publicamente, mas de forma bastante tímida, apoio ao presidente deposto. O líder da bancada *petebista* na Assembleia, o deputado Ronaldo Cunha Lima, endereçou telegrama ao presidente do partido na Paraíba, o senador Argemiro de Figueiredo, pedindo “*que transmita ao ‘presidente’ João Goulart nosso pensamento de lealdade partidária*” (SOUTO. O Norte, 3 de abr. de 1964, p. 2).

Os políticos paraibanos não só legitimaram o golpe, como iniciaram um movimento para eliminar seus adversários políticos. Inicialmente consideraram necessário o expurgo daqueles que buscavam a modificação da estrutura social, considerados comunistas. A Assembleia Legislativa antecipou-se às determinações estabelecidas pelo governo federal no AI-1 e procedeu ela mesma à cassação dos políticos vinculados aos movimentos sociais. Em um discurso proferido dias após o golpe, o engajado deputado estadual Joacil de Brito Pereira louva a atitude dos militares, pois no Brasil, “*Tramava-se a implantação de uma ditadura comunista*” (A União, 8 de abr. de 1964, p. 8).

Ainda falando do caso paraibano, o *udenista* criticou os deputados estaduais Assis Lemos e Langstein de Almeida, e os suplentes Figueiredo Agra e Agassis de Almeida, todos do PSB. Para Brito Pereira, esses deputados por terem identificação com os movimentos sociais eram “*Porta-vozes da revolução abortada pela vigilância de nossas Forças Armadas*” e estavam “[...] *à serviço de ideologia estrangeira*”. Fazendo uma retrospectiva dos acontecimentos na Paraíba desde a ascensão de João Goulart ao poder, como o caso da Tragédia de Marí, o *udenista* tenta incompatibilizar a atuação daqueles deputados com o decoro parlamentar. Para ele “*O que é público e notório não necessita de provas. Quem, dentre nós, não sabe que esses homens são comunistas?*” (A União, 8 de abr. de 1964, p. 8). O deputado lê um Projeto de Resolução escrito por ele mesmo que visa à cassação dos parlamentares envolvidos com atividades e ideologias consideradas subversivas.

O Projeto de Resolução do deputado Joacil de Brito Pereira não sofreu rejeição dentro da Assembleia. Sua aprovação seguiu-se com a criação de uma Comissão Especial, composta pelos deputados José Fernandes e José Gayoso (PSD), Antônio Gadelha e Francisco Pereira (UDN), Ronaldo Cunha Lima e Inácio Feitosa (PTB), Valdir dos Santos Lima e Francisco Souto (PDC) e Otacílio Jurema e José Lima (PSB), para a análise das cassações, e decidiram por unanimidade pela perda do mandato dos quatro parlamentares considerados subversivos (O Norte, 11 de abr. de 1964, p. 8).

O golpe civil-militar de 1964 foi um movimento que uniu todos aqueles que possam ser considerados de direita, ou mais especificamente, políticos conservadores que comungavam de aspectos da cultura política brasileira. Se havia uma pluralidade de projetos e diretrizes dentro da esquerda, o mesmo pode-se dizer da direita. O ponto em comum entre os golpistas era o pensamento contrário à organização da classe trabalhadora e sua pretensão à mudanças radicais na estrutura econômica e social do país.

A variedade de projetos políticos tomava conta do movimento golpista. Seja naqueles voltados para a economia, havia os liberais e os que defendiam políticas de fortalecimento do capital estatal; de projetos políticos, os que defendiam a legalidade do movimento, respeitando as instituições do Estado brasileiro, ou os que visavam que o movimento denominado revolucionário estava acima de tudo e de todos.

Na Paraíba o que prevaleceu foi a defesa da propriedade privada. Como principal classe econômica no estado, os latifundiários impulsionaram e sustentaram o movimento golpista. Através de uma rede de organizações, entre elas os partidos políticos, eles fizeram representar seus interesses contra os movimentos sociais que contestavam sua hegemonia econômica e política. O discurso anticomunista proferido por políticos vinculados aos latifundiários, como o grupo da várzea, serviu para denegrir a luta do trabalhador por seus direitos, mantendo a estrutura social que preservava interesses da elite política.

Mas, mesmo no âmbito local, esta classe conservadora que tem um perfil homogêneo, guarda a pluralidade nas entrelinhas políticas. Dentro do Estado não cabiam todas as oligarquias existentes, a disputa entre elas era acirrada e constante. Mesmo em momentos de entendimento entre os grupos políticos, como nos casos de “pacificação” política, ou na “paz agrária”, estes eram apenas momentâneos visando a defesa dos interesses comuns contra as forças progressistas. Os grupos oligárquicos

eram personalistas, tinham chefes que almejavam o controle estatal como forma de aumentar o poder político e econômico dentro de seu nicho.

Após o golpe, a questão que se apresenta é: como todos esses grupos, apesar de serem homogêneos em terem um interesse conservador comum, mas que viviam uma histórica disputa pelo poder, conseguem aderir ao mesmo projeto de governo? Ou mais especificamente, como esses grupos que mal conseguiam conviver em um sistema dotado de uma variedade de partidos, vão adaptar-se a um sistema bipartidário em que de um lado estariam os apoiadores do golpe de Estado encenado como “gloriosa revolução democrática”, congregados na Arena, e de outro estariam seus opositores, atuantes no MDB? Entender a composição da Arena na Paraíba é mais que dar continuidade à narrativa histórica das elites conservadoras após o golpe, é compreender a reorganização de forças após um importante acontecimento histórico.

2.1.2. As eleições de 1965 e o sistema partidário na Paraíba

Passada a movimentação golpista, a política paraibana voltou sua atenção para as eleições de 1965, da qual a Paraíba era um dos onze estados que escolheriam seus governadores naquele ano. Essa foi mais uma disputa na qual estavam presentes os partidos de maior representação no estado, a UDN e o PSD. A análise desse pleito se faz necessária pois é parte importante para entender o processo de formação da Arena na Paraíba, pois serve para mapear os grupos políticos no estado, assim como nos oferece margem para compreender a organização interna dos partidos políticos locais.

Para compreender a dinâmica eleitoral de 1965 é preciso regressar a 1945 e entender a organização das secções paraibanas dos novos partidos. Quando se apontava para o fim do Estado Novo e os partidos voltavam a se organizar, podemos perceber que o novo sistema partidário na Paraíba, seguiria a linha das oligarquias, que se dividiram entre o PSD e a UDN.

Segundo Cittadino, a UDN foi formada por Argemiro de Figueiredo e José Américo de Almeida. O primeiro foi governador da Paraíba entre 1935 e 1940, e, após o golpe de 1937, terminou seu mandato como interventor federal. O segundo, intelectual romancista, participou do governo Getúlio Vargas após o movimento de 1930, mas afastou-se do presidente após o golpe do Estado Novo, tornando-se porta-voz dos

liberais de oposição ao final do regime autoritário varguista. Essas lideranças dividiram o poder dentro do partido durante os primeiros anos (CITTADINO, 1998, p. 29).

Para a formação da UDN paraibana, Argemiro de Figueiredo e José Américo percorreram o interior do estado convencendo os chefes das oligarquias locais a aderirem ao partido. Muitos daqueles que ingressaram na legenda eram antigos *perrepistas* (ex-filiados ao Partido Republicano da Paraíba), que não tiveram espaço na política estadual durante o governo Vargas⁵³.

Já o PSD paraibano foi formado por Ruy Carneiro, que havia sido nomeado por Getúlio Vargas em 1940 interventor federal do Estado Novo na Paraíba. Carneiro que, ao longo de sua interventoria, montou uma forte base política em seu favor.

Para a construção do diretório estadual do PSD, Ruy Carneiro buscou a vinculação de todos aqueles que, de alguma forma, foram beneficiados pelo aparelho burocrático do Estado Novo e acolheu as oligarquias municipais não contempladas pelo esquema montado por José Américo e Argemiro de Figueiredo. Ruy Carneiro comandou o PSD até sua extinção, em 1965. Os demais partidos locais tiveram uma atuação mais significativa quando estavam coligados à UDN ou ao PSD⁵⁴.

Os dois principais partidos tinham perfis bastante parecidos, ambos eram formados por indivíduos de origens social e política semelhantes. Seus membros viam as organizações partidárias como uma forma de ascender ao poder (CITTADINO, 1998, p. 31). Mas ao analisar a estrutura interna aparecem diferenças no perfil dos partidos.

Sobre a UDN, Maria Victória de Mesquita Benevides (1981) ressalta sua autonomia regional. Na organização interna do partido, embora coubesse ao Diretório Nacional o registro das candidaturas para cargos estaduais, as seções regionais gozavam de liberdade para escolher seus candidatos, fazer alianças e angariar recursos

⁵³ Entre os grupos familiares que filiaram-se à UDN destacam-se os Bezerra Cavalcanti em Bananeiras, os Gaudêncio em São João do Cariri, os Ribeiro Coutinho na Várzea, os Maroja em Itabaiana, os Mariz Maia em Catolé do Rocha, os Gadelha em Sousa, os Lyra em Pilões, os Miranda Cavalcanti em Alagoa Grande. (CITTADINO, 1998, p. 30)

⁵⁴ Para Cittadino (1998, p. 37) o PTB só vai ter alguma expressão política na Paraíba a partir de 1951, quando passa a receber membros de outras legendas. O trabalhismo, apesar de ganhar notoriedade no cenário nacional, fica relegado ao segundo plano na política paraibana em virtude da conjuntura político-econômica mantida desde a República Velha. Para a autora, o PTB estava em meio a um jogo político em que hora era aliado à UDN, hora ao PSD. O PCB paraibano foi formado por pequenos burgueses e trabalhadores urbanos. De significativo, conseguiram eleger o deputado estadual João Santa Cruz em 1946. Com a cassação do registro partido, os comunistas se espalharam pelas mais variadas legendas, sendo o PSB o partido que mais recebeu seus membros. Sobre o PCB na Paraíba ver a dissertação de mestrado de Rodrigo Freire de Carvalho e Silva (2002) e Waldir Porfírio (2003). O PL desempenhou um protagonismo na política estadual quando José Américo foi eleito governador pela legenda, assim como o PDC, quando Pedro Gondim foi eleito pelo partido.

para organizar campanhas eleitorais. O Diretório Nacional só interviria na secção estadual em caso de corrupção administrativa ou desvio da linha política do partido. Os Diretórios Regionais, através do sistema político das oligarquias locais, eram o motor da máquina eleitoral *udenista*.

Sempre liderada por duas figuras de grande importância no cenário político paraibano, a UDN esteve no comando do poder estadual durante boa parte do período entre 1945 a 1964. O poder político de seus chefes era proveniente de alianças com as oligarquias locais, prática que fez da legenda uma poderosa máquina política⁵⁵. Essa pluralidade de mandatários na UDN gerou problemas de organização interna, pois o partido sempre acabava dividindo-se em alas. Isso resultou em uma série de cisões durante a existência do Diretório Regional: a saída de José Américo em 1949 e de Argemiro de Figueiredo em 1958. Essas divergências internas farão com que o partido dependa de alianças políticas com seus partidos satélites para chegar ao poder. Na análise de Benevides:

A cisão José Américo – Argemiro de Figueiredo (que se repetiria depois com João Agripino - Ernani Sátiro) enfraquece o partido, obrigado a se coligar com o PDC ou o PL para enfrentar a forte aliança PSD-PTB, liderada pelo cacique pessedista Ruy Carneiro. A UDN paraibana mantém, todavia, o comando sucessório no governo estadual, de 1945 até 1965 [...] Representantes da Paraíba sempre integraram o Diretório Nacional da UDN, e Ernani Sátiro – governador nomeado em 1970 – foi o último presidente udenista, apoiado por Carlos Lacerda. Oswaldo Trigueiro estaria no grupo dos liberais históricos; João Agripino entre os adeptos da linha nacionalista, comprovada em sua gestão como Ministro de Minas e Energia do governo Jânio Quadros, e na linha de apoio à vanguarda udenista, tendo defendido a Reforma Agrária com emenda constitucional. (BENEVIDES, 1981, p. 234)

Do outro lado estava o PSD. Para Lúcia Hippólito (2012), ele era o partido de centro no contexto nacional, “fiador” da estabilidade política do período. Apesar de ser

⁵⁵ De acordo com Cittadino (1998, p. 39) em 1945 o partido elegeu dois senadores, colocou um maior número de deputados federais (obtendo 52% dos votos contra 39% do PSD), além do Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato a presidência, ter tido mais votos na Paraíba, apesar de não ter saído vitorioso. Nas eleições de 1947, os dois caciques *udenistas* preferiram lançar um terceiro nome para o governo estadual, Oswaldo Trigueiro do Vale, que se sagrou eleito. Ainda em 1947, José Américo venceu o pleito para o Senado e a UDN conseguiu sair vitoriosa em 28 dos 41 municípios que realizaram eleições naquele ano (sendo boa parte deles com mais de 10% de diferença na votação). Mesmo após a saída de José Américo, no final da década de 1940, o partido conseguiu se reorganizar e eleger dois senadores e a bancada majoritária na Assembleia Legislativa em 1951, além de eleger o governador do estado em 1958 após a pacificação política organizada por José Américo e eleger João Agripino para o Senado em 1962.

um partido nacional, optou por uma estrutura federativa, criando uma autonomia entre o Diretório Nacional e as secções estaduais. Para Hippólito, só possuía poder no diretório nacional quem tinha poder dentro do seu estado. Seus líderes locais ficaram conhecidos como “raposas *pessedistas*”⁵⁶. Uma boa raposa tinha de arquitetar coligações que permitissem o sucesso eleitoral do partido. Era necessário que o PSD controlasse o poder executivo em todas as instâncias possíveis, pois essa era a fonte de onde eram tirados os recursos para atender os membros do partido, mantendo-os fieis à legenda.

A “raposa” do PSD paraibano foi Ruy Carneiro. Embora tenha ficado de fora do poder executivo estadual durante todo o período 1945-1964, o nome de Ruy Carneiro já estava consolidado como força política no estado. Ele conseguiu manter a liderança dentro do partido controlando todos aqueles que apresentavam-se como ameaça à sua chefia dentro do Diretório Regional. Como foi o caso de Pedro Gondim, que almejava sair candidato ao governo estadual em 1960. Nesse ocasião, Ruy Carneiro preferiu lançar o nome de seu irmão, Janduhy Carneiro. Ruy venceu a quebra de braço com Gondim, fazendo com que esse tivesse de deixar a legenda para sair candidato. Para Cittadino:

Sem sombra de dúvidas, a fixação da chefia pessedista no nome de Janduhy Carneiro em detrimento da certeza de vitória com Pedro Gondim deveu-se ao temor de Ruy Carneiro de perder a sua posição como líder partidário para Gondim, um político em plena fase de ascensão. Esse temor era realmente procedente à medida que se vivia um momento no qual o exercício do poder político passava, indubitavelmente, pelas lideranças pessoais. (CITTADINO, 1998, p. 100)

Quando voltamos nossos olhares para as eleições de 1965 conseguimos enxergar na prática essas características da política local. O pleito foi disputado por duas chapas: do lado governista estavam UDN, PDC e PL, do lado da oposição estavam PSD, PTB e PR. Porém, ser de oposição ou situação algumas vezes não dependia apenas da legenda pela qual o político estava filiado.

⁵⁶ Para conquistar posição de chefia local no partido, era preciso que o indivíduo seguisse o manual da raposa *pessedista*, que tinha como principais tópicos: 1) força eleitoral para legitimar sua autoridade no diretório; 2) boa quantidade de recursos públicos para distribuir e barganhar; 3) habilidade para se relacionar com os líderes políticos locais; 4) controle sobre as bancadas do partido no parlamento; 5) poder de veto contra o surgimento de novos líderes, característica esta que freava a modernização do partido. A não renovação da elite partidária acabou impedindo a absorção de um eleitorado maior nas regiões urbanizadas e industrializadas (HIPPIÓLITO, 2012, p. 149).

No governismo agora a UDN seria a protagonista⁵⁷. Porém, existia uma cisão interna no Diretório Regional, como ocorrera durante toda sua existência na Paraíba. De um lado estavam àqueles ligados ao senador João Agripino, os *agripinistas*. Por ter desempenhado importantes cargos públicos em nível local e nacional (foi senador e ministro da Viação e Obras Públicas do governo de Jânio Quadros), era um nome bem cotado dentro da UDN para concorrer ao governo do Estado. Ele foi o principal responsável pelas articulações políticas do partido nos últimos anos, fiador da aliança com o PDC de Pedro Gondim. Identificado com a ala nacionalista da UDN, João Agripino entrou em conflito com Carlos Lacerda, principal liderança da ala liberal.

A linha política de Carlos Lacerda nutria seguidores em todo o país. O Grupo da Várzea, por exemplo, era uma das principais forças políticas do *lacerdismo* paraibano⁵⁸. Mas o seu principal nome era o do deputado federal Ernani Sátiro. Presente desde a fundação da secção paraibana do partido, ganhou relevância na política nacional exercendo sucessivos mandatos de deputado federal desde 1945, sendo o último presidente nacional do partido. À época, Ernani Sátiro tinha força política equiparada à de João Agripino, sendo cotado para disputar o pleito para governador naquele ano, criando uma disputa interna entre os dois principais líderes políticos da UDN paraibana.

As divergências no governismo não estavam apenas dentro da UDN. Se o PL desde o final da década de 1950 se tornou um parceiro indiscutível da UDN, por outro lado, a aliança entre com o PDC não era unanimidade entre membros dos dois partidos. Haviam integrantes da UDN que eram contrários ao acordo político entre os dois partidos por motivos diversos⁵⁹. Inclusive teve ocasiões em que *udenistas* e *pedecistas* chegaram às vias de fato, como no dia em que os deputados estaduais Joacil de Brito Pereira e Waldir dos Santos Lima trocaram socos na porta da Assembleia Legislativa (Correio da Paraíba, 12 de mar. de 1965, p. 8).

⁵⁷ Após eleger Oswaldo Trigueiro de Melo governador em 1947, Flávio Ribeiro Coutinho em 1956, o partido absteve-se de lançar candidato em 1960 por problemas internos, preferindo apoiar o nome de Pedro Gondim (PDC), voltando a lançar candidato naquele pleito.

⁵⁸ O anticomunismo que repreendeu as manifestações das Ligas Camponesas no período pré-golpe de 1964 e a diretriz econômica liberal pela qual definiam seus negócios nas usinas colocavam a linha desse tronco oligárquico próxima à de Lacerda. Sem contar com o frenesim golpista de Joacil de Brito Pereira, sempre presente nas articulações antidemocráticas.

⁵⁹ Quando Pedro Gondim deixou o PSD em 1959, levou consigo seus aliados políticos para o PDC. Muitos de seus correligionários eram adversários políticos da UDN em seus municípios, e quando trocaram o PSD pelo PDC mantiveram a rixa política local, sendo essa uma das explicações para o desgosto de *udenistas* com aquela coligação. Alguns exemplos de *udenistas* contrários à aliança do seu partido com o PDC e com Pedro Gondim eram o deputado federal Luíz Bronzeado (que chegou a declarar apoio ao candidato *pessedista* em 1965) e a família Feitosa da cidade de Monteiro (MADRUGA. Correio da Paraíba, 2 de fev. de 1965, p. 3).

A divisão dentro da UDN fazia com que a ala *agripinista* dependesse do apoio do PDC para ter força política, e esse apoio impedia o crescimento da ala *lacerdista*, liderada por Ernani Sátiro (MADRUGA. Correio da Paraíba, 25 de março de 1965, p. 3). Assim, os *lacerdistas* tentavam empurrar a candidatura de Sátiro para que eles ganhassem força dentro do partido, impedindo o fortalecimento da aliança UDN-PDC (MADRUGA. Correio da Paraíba, 2 de abr. de 1965, p. 3). Mas os *pedecistas* não eram totalmente subservientes à UDN, em vários momentos se aliaram ao PSD para derrubar medidas *udenistas* na Assembleia (MADRUGA. Correio da Paraíba, 26 de mai. de 1965, p. 3). Porém, mesmo com a queda de Silvio Porto, candidato a vice na chapa que compunha, manteve o apoio a UDN⁶⁰.

Em junho de 1965, o nome de João Agripino foi lançado pelo seu partido por decisão unânime de seus membros, em uma reunião que ocorreu na sede da UDN. Na reunião presidida pelo próprio Agripino, confirmou-se o apoio político do PDC, do PL e das dissidências do PTB e do PSD⁶¹ (A União, 8 de jun. de 1965, p. 8). Sendo seu candidato a vice indicado posteriormente por motivos políticos (primeiro foi indicado o nome de Silvio Porto, depois substituído pelo ex-prefeito de Campina Grande, Severino Cabral, da UDN).

Do lado do PSD, apesar de alguns membros do partido possuírem força política para competir com Ruy Carneiro, a exemplo dos deputados federais Humberto Lucena e Teotônio Neto, nenhum deles se posicionou contrário ao seu nome para a disputa do governo do estado. Ruy Carneiro, como boa raposa *pessedista*, conseguiu articular todo o partido em favor de seu nome.

Mesmo não tendo grandes problemas dentro do seu partido, as incertezas vinham de seu principal aliado, o PTB. Desde que Argemiro de Figueiredo saiu da UDN e entrou nessa legenda, assumindo sua chefia, teve de conviver com a oposição do

⁶⁰ O nome do *pedecista* Silvio Porto chegou a ser confirmado como candidato a vice-governador na chapa da UDN, indicado pela cúpula de seu partido na Assembleia, aprovado pelo líder do PDC, o governador Pedro Gondim (Correio da Paraíba, 11 de jun. de 1965, p. 8). Porém, setores da UDN manifestaram descontentamento com a escolha de Silvio Porto, os motivos apontados justificavam que ele não teria força política suficiente para dar a contribuição necessária a campanha *udenista*. Foi sugerido que o vice da coligação integrada por governista fosse uma liderança política da cidade de Campina Grande, segundo maior colégio eleitoral do estado (MADRUGA, Correio da Paraíba, 17 de jul. de 1965, p. 3). Apesar da divulgação de um manifesto assinado por *udenistas* e *pedecistas* apoiando o nome de Silvio Porto, a UDN resolveu trocar seu nome pelo ex-prefeito de Campina Grande, Severino Cabral (UDN).

⁶¹ Nesta reunião foram as dissidências do PTB nas cidades de Sousa, Antenor Navarro, Cajazeiras, Patos, Cabedelo, Cabaceiras e Pocinhos. Do PSD vieram o apoio do ex-prefeito de Santa Luzia e dos prefeitos de Olivedos, Seridó e Cubati, assim como o grupo político chefiado por Jacinto Dantas, influente nas cidades de Ouro Velho, Prata, Sumé e Monteiro (A União, 8 de jun. de 1965, p. 8).

grupo político vinculado às propostas políticas do ex-presidente João Goulart, os *janguistas*. O PTB ficou incumbido de indicar o nome do vice-governador para compor a chapa de Ruy Carneiro. Nas hostes do partido havia alguns nomes em disputa: Petrônio Figueiredo era preferido pelo seu pai, Argemiro de Figueiredo, já os *janguistas* queriam o deputado federal Arnaldo Lafayette ou o deputado estadual José Maranhão (MADRUGA. Correio da Paraíba, 24 de jun. de 1965, p. 3). Diante dessa disputa, os *petebistas* decidiram que Argemiro deveria escolher o nome do candidato a vice-governador na chapa oposicionista, que acaba escolhendo ele mesmo como candidato (Correio da Paraíba, 4 de jul. de 1965, p. 8).

Assim, Ruy Carneiro e Argemiro de Figueiredo lançam suas candidaturas em convenção do PSD no Cine Bella Vista, no bairro de Cruz das Armas, em João Pessoa. Além de representações de seus aliados, PTB e PR destacaram-se as presenças dos dissidentes da UDN, como Luiz Bronzeado e a família Gadelha, da cidade de Sousa, que mandou como representantes José e Antônio Gadelha, que, além de comparecerem, também discursaram. Ainda falaram ao público presente outros líderes do PSD paraibano, como Teotônio Neto e Humberto Lucena que reforçaram a união do partido em torno da campanha de Ruy Carneiro (Correio da Paraíba, 6 de julho de 1965, p. 8).

Nas eleições realizadas no dia três de outubro de 1965, João Agripino venceu o candidato da oposição, Ruy Carneiro, por uma estreita margem de aproximadamente três mil votos (168.712 votos, contra 165.782). Mesmo com todas as acusações jurídicas contra sua campanha, Agripino sagrou-se eleito e tomou posse como governador no ano seguinte⁶². Tanto a articulação das chapas que disputaram as eleições, como o resultado

⁶² Renato César Carneiro (2014) relata os dois casos jurídicos importantes desse período. O primeiro foi a cassação de Severino Cabral, vice de Agripino. De acordo com Carneiro, Cabral importante comerciante da cidade de Campina Grande, entrou na chapa *udenista* por ser detentor de prestígio político e econômico naquela cidade, considerada importante para a disputa de qualquer pleito estadual. Cabral era considerado pelos militares um líder populista por praticar assistencialismo quando prefeito de Campina Grande, característica que desagradava os líderes da “revolução”. Ele respondia a três Inquéritos Policiais Militares no 15º Regimento de Infantaria (15 RI) por corrupção e isso foi utilizado pelos oposicionistas para impugnar a eleição de Agripino, o que acabou não acontecendo em julgamento no Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB). Agripino e Cabral após a eleição foram diplomados governador e vice, respectivamente, e tomaram posse de seus cargos em março de 1966. Apenas depois do recurso da oposição no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em novembro daquele ano, o mandato de Cabral foi cassado. O mesmo entrou com recurso, mas este não foi reconhecido. Carneiro ressalta que o TSE cassou Cabral por considerá-lo um *político corrupto*, mas mantiveram o governador intocável em seu mandato, eleito pelos mesmos votos nulos que seu vice. De acordo com o autor, o fato de Agripino ter sido o principal porta-voz do golpe de 1964 na Paraíba pesou na decisão dos ministros do TSE (CARNEIRO, 2014, p. 111). O segundo foi a tentativa de *impeachment* do governador Pedro Gondim. Principal aliado de Agripino, Gondim foi acusado pelo PSD de utilizar a máquina administrativa estatal em favor da candidatura *agripinista*. Os *pessedistas* argumentava que Gondim às vésperas da eleição havia nomeado mais de quatro mil cargos públicos, realizado propaganda ostensiva de seu candidato nos órgãos públicos

das urnas em 1965 tiveram grande importância nos próximos passos do processo político local, na implantação do bipartidarismo e na formação da Arena na Paraíba, principalmente por mapear as alianças e divergências entre os grupos políticos presentes no mesmo partido ou em partidos opostos⁶³.

Vale destacar ainda o fato de João Agripino, e os demais governadores eleitos em 1965, serem os últimos governadores eleitos diretamente durante o regime militar. A partir de então os governadores passaram a ser indicados pelo governo federal e eleitos indiretamente pelas assembleias legislativas.

Diante do que foi exposto, ao analisarmos a estrutura partidária paraibana formada em 1945 presente 1965, nos deparamos com uma organização escassa, na qual destacavam-se líderes políticos. As agremiações estavam voltadas para resolver problemas burocráticos, estando o cotidiano político muito além delas. Jean Blondel (1995), cientista político francês que pesquisou sobre a vida política paraibana durante a década de 1950, escreveu um interessante relato sobre as organizações partidárias na Paraíba:

Os partidos políticos na Paraíba são ainda agora muito pouco organizados. Teoricamente, em princípio, em cada município deve ser eleito seu “diretório” municipal. Praticamente, não existe eleição, pois são os “chefes políticos” – os mais influentes do partido na região – que se reúnem para formar o grupo dirigente. Estes comitês não têm senão uma vida episódica no momento das eleições. São eles que escolhem os candidatos, mas a escolha é muito semelhante ao voto na sociedade, no sentido de que cada um tem tanto mais importância quanto mais tenha eleitores sob sua jurisdição. Nomeia-se, então, delegados para acompanhar a eleição em cada seção eleitoral. São eles que denunciam as fraudes de votação e o “chefe político” decide se se deve interpor recurso perante o juiz. Passada a eleição, o partido local adormece completamente. (BLONDEL, 1995, p. 131)

Essa frágil organização dos partidos é reflexo da estrutura de poder do Estado. Os líderes políticos geralmente surgem na esfera municipal, destacando-se por atividades realizadas em benefício da comuna ou, mais comumente, por serem

(jornal *A União e Rádio Tabajara*) e era responsabilizado por prática de violência por Delegados e Comissários de polícia na campanha eleitoral nos municípios de Ingá e Pirpirituba (CARNEIRO, 2014, p. 133). O julgamento de Gondim no TRE-PB foi marcado pela grande presença de cidadãos na frente do tribunal para demonstrar apoio ao governador. Depois de adiada a sessão, o TRE-PB, por unanimidade, declarou-se incompetente para julgar o caso. Os advogados do PSD entraram com recurso no TSE, este não os julgou pois, tanto o recurso como a decisão do TRE-PB foram posteriores ao AI-2 (CARNEIRO, 2014, p. 188).

⁶³ Para mais informações sobre o processo eleitoral de 1965 ver Monique Cittadino (2006) e Josué Sylvestre (2013).

proprietários de algum meio de produção. Em um estado com forte dependência da economia agrária, os políticos são proprietários de terras, que utilizam-se de seu latifúndio para ascender ao poder, ou eleger alguém que represente seus interesses. Dentro de uma estrutura política clientelista esses indivíduos usam do Estado para alavancar sua carreira política, distribuindo cargos em troca de apoio político (votos).

Esse líder municipal busca ascender politicamente ocupando cargos estaduais e federais através de alianças e coligações com outros líderes políticos. Nessa relação há troca cargos e influencia. Na medida em que sua carreira política cresce, ganha *status* dentro de seu partido, assumindo o papel de liderança dentro da organização. Um líder partidário não sobrevive se não tiver votos o suficiente para manter-se em cargos eletivos importantes. Esses votos vem de alianças com outras lideranças municipais com as quais mantem relações, seja por vínculo partidário seja por vínculo pessoal. Quanto mais alianças com lideranças municipais, mais voto e poder tem dentro do partido esse cacique político.

Essa estrutura política não é exclusiva da Paraíba ou do nordeste, é assim que comumente surgem os líderes políticos nacionais, os caciques partidários, ou formam-se as oligarquias em todo o país. É típico da estrutura política brasileira, que manifesta-se através de uma cultura política que visa manter elites econômicas no poder. Desde que surgiram no Brasil, os partidos políticos, salvo raras exceções, são organizações voltada para a patronagem de cargos, respondendo aos interesses dos grupos políticos dominantes.

Na Paraíba, em 1965, João Agripino e Rui Carneiro, as duas principais lideranças políticas locais e de seus partidos, disputaram uma das eleições mais acirradas da história política estadual. Ao longo da trajetória desse pleito percebe-se essa estrutura de poder entre os grupos políticos dentro dos partidos. Essa troca de interesse que por vezes rompe com o plano político das legendas, prevalecendo conveniências pessoais vai continuar mesmo após a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2. Analisar a formação da Arena e do novo sistema partidário, é entender a continuidade dessas práticas políticas.

2.2 – A Arena na Paraíba: a organização do Diretório Regional

No dia 27 de outubro de 1965, quase um mês após as eleições para governador do estado, o governo federal surpreende a todos e lança o Ato Institucional nº 2 (AI-2). Esse novo decreto era, assim como o seu antecessor, o AI-1, uma forma autoritária pela qual o Executivo, juntamente com membros de outras instancias do poder, pode alterar a Constituição de forma provisória, dando mais autoridade ao Executivo federal para agir. Entre as principais medidas do AI-2 estão a transferência de poderes do Legislativo e do Judiciário para o Executivo e a extinção de todos os partidos políticos⁶⁴.

Na Paraíba, nos primeiros momentos após sua divulgação, apenas políticos da situação se pronunciaram. O governador Pedro Gondim foi informado do AI-2 a partir de um telegrama enviado pelo ministro da Justiça, Juraci Magalhães. Logo após tomar ciência do ocorrido, Gondim enviou ao presidente Castelo Branco um telegrama no qual lhe prestava solidariedade por àquela medida, como mostra o trecho da mensagem:

Agora [...] não deve a Paraíba negar a sua solidariedade e apoio a Vossa Excelência e ao seu Governo, precisamente quando nossa pátria, mais do que nunca, necessita de um clima de ordem e tranquilidade para garantir a marcha de seu desenvolvimento, missão tão bem compreendida e executada pelo patriotismo de Vossa Excelência. É oportuno aduzir que reina em todo o território paraibano absoluta ordem. (O Norte, 28 de out. de 1965, p. 8)

Sobre o AI-2, João Agripino preferiu não se pronunciar. Por intermédio de Pedro Gondim, buscou desmentir boatos nos quais diziam que, em sessão no Senado, teria feito um pronunciamento violento durante discussão de emendas relacionadas ao Estatuto dos Cassados, e atacado com veemência o presidente da República devido às novas formas de intervenção federal nos estados. Segundo Gondim, diferente do que circulava, o senador João Agripino foi consultado com antecedência sobre o novo Ato Institucional, chegando a participar da elaboração de alguns pontos do documento editado pelo Executivo federal (O Norte, 29 de out. de 1965, p. 8)⁶⁵.

⁶⁴ Para mais detalhes os pontos do AI-2, ver primeiro capítulo.

⁶⁵ Sobre as demais lideranças políticas locais prevaleceu a compreensão ao novo decreto. Algumas delas, a exemplo do deputado federal Ernani Sátiro, tomaram atitudes concretas acerca do AI-2. Ele buscou articulação com seus correligionários da UDN, entre eles o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, para análise do AI-2 e da situação política nacional. Esses contatos, de acordo com o parlamentar, visavam também a formação de um novo partido a partir dos blocos parlamentares do Congresso, que seria integrado por ex-udenistas (O Norte, 30 de out. de 1965, p. 8).

Na Assembleia Legislativa prevaleceram as incertezas. Após tomarem conhecimento do AI-2, os líderes de bancadas das legendas extintas se pronunciaram lamentando o fim de seus partidos, mas não apresentaram posições muito bem definidas acerca do novo decreto. Eles adotaram a cautela, esperando maiores orientações dos chefes políticos de seus antigos partidos. Para acompanharem o andamento da situação política nacional, os parlamentares decretaram que a Assembleia permaneceria em sessão permanente até segunda ordem. Chamada de “vigília cívica”, essa durou cerca de vinte e quatro horas.

A única medida concreta que saiu daquela sessão foi a criação de uma Comissão Especial para analisar e adequar a Constituição Estadual ao novo Ato Institucional. Ela foi formada pelos deputados Joacil de Brito Pereira e Clóvis Bezerra (ex-UDN), José Fernandes de Lima e Mário Silveira (ex-PSD) e José Braz do Rêgo (ex-PTB) (O Norte, 29 de out. de 1965, p. 8).

Na verdade, não se esperava palavras e atitudes mais elaboradas em tão pouco tempo. Pegos de surpresa, a maioria dos deputados estava sem saber os rumos que a política nacional tomaria. A melhor estratégia naquele momento era se precaver para não tomar atitudes precipitadas. A classe política do estado ainda vivia a inquietação da última eleição: se, por um lado, a situação pensava na transição e estruturação do novo governo, por outro lado, a oposição destinava suas atenções para os processos judiciais que visavam reverter o resultado daquele pleito. Nesse ponto, um relato contado pelo jornalista José Souto retrata bem o desconhecimento dos políticos locais sobre o ocorrido.

Das quatorze e meia horas da quinta-feira já estava decretada a sessão da Assembleia, em caráter permanente [...] Aconteceu que o Sr. Orlando Cavalcanti [PSD] não ouviu rádio a partir do meio dia, e chegou à Casa do Povo, mais ou menos àquela hora (14,30), completamente inocente. De coisa alguma tivera conhecimento. Ao descer do carro Mário Silveira [PSD] fez-lhe do primeiro andar um aceno, para perguntar se já tivera ciência do Ato n. 2. Ergueu os dois dedos de uma das mãos, fazendo sem aperceber-se, o “V da vitória”, símbolo da campanha do Sr. João Agripino. E Orlando, lá de baixo: “Já aderiu, doutor Mário?” (SOUTO. O Norte, 29 de out. de 1965, p. 2)

Em meio às incertezas dos parlamentares, coube à imprensa local refletir sobre as consequências do AI-2 na política paraibana. Os jornais de maior circulação do estado já demonstraram-se favoráveis ao governo militar desde antes do golpe de 1964,

quando já veiculavam críticas às medidas reformistas do governo de João Goulart. Em 1965, os jornalistas buscaram enxergar os pontos positivos no novo Ato Institucional.

José Souto que escrevia uma coluna diária sobre política no *O Norte*, jornal que fazia parte do conglomerado de comunicação nacional *Diários Associados*, manifestou-se favorável à extinção dos partidos políticos, enxergando no AI-2 uma forma de superar as práticas políticas presente nas antigas legendas. De acordo com o autor, os partidos:

Não fizeram por onde atualizar-se, perseguindo unicamente um objetivo - ganhar eleições, estar no poder dando empregos, favorecendo afilhados. Permutando votos com chefes municipais, por intermédio de próceres seus, a fim de garantir eleições para o Parlamento. (SOUTO. O Norte, 30 de out. de 1965, p. 2)

Seguindo o raciocínio traçado por Souto, as novas agremiações partidárias seriam meios para novos indivíduos, que trouxessem novas ideias e novas práticas, participarem da política local. Esses, aos poucos, superariam as velhas lideranças, pois estariam mais atrelados ao pensamento político “revolucionário” do governo federal. Porém, no desenrolar do AI-2, vemos que tais renovações não aconteceriam, pois tanto a formulação desse decreto, como a formação dos novos partidos contaram com a participação daqueles que o autor considerou como velhas lideranças.

Quase um mês após a extinção dos partidos, os militares baixaram o Ato Complementar nº 4 (AC-4). Esse documento era parte do AI-2, e traçava diretrizes para a formação dos novos partidos. Nas coordenadas do AC-4, o novo sistema partidário brasileiro seria formado apenas por dois partidos, posteriormente designados como Arena, que representaria a situação, e MDB, que faria uma oposição controlada. Em resumo, a intenção do novo esquema partidário era congregar na situação todos os apoiadores do novo regime político que estavam dispersos em diversos partidos, principalmente na UDN e no PSD. Isso faria com que o governo militar tivesse no Legislativo uma bancada numerosa para dar-lhe apoio⁶⁶.

Para que o partido de situação controlasse também o poder nos estados, o presidente Castelo Branco convidou todos os governadores eleitos para que esses se encarregassem de formar o Diretório Regional da Arena em seus respectivos estados,

⁶⁶ Para ver as normas para a formação dos novos partidos pelo AC-4 e o contexto de sua formação, ver primeiro capítulo.

dessa forma a Arena seria situacionista também no plano estadual. Assim, esses governadores eleitos se encarregariam conciliar os grupos políticos até então rivais. Porém, a política local tem especificidades que vão além do contexto nacional, e Castelo Branco sabia que precisaria harmonizar muito bem o poder regional para conseguir ter seu partido da forma como desejava.

José Soares Madruga, jornalista que mantinha uma coluna sobre política no *Correio da Paraíba*, periódico de propriedade de uma forte liderança do extinto PSD, o deputado federal Teotônio Neto, analisou a formação da Arena da seguinte maneira: para ele, a organização do partido governista na Paraíba confundia-se com a composição do governo estadual de João Agripino. De acordo com o jornalista, Agripino:

[...] terá a sorte de começar quando tudo é início [...] não existindo mais PSD, UDN, PTB ou PDC, o governador eleito iniciará sem os espinhos de garganta com que lhe atravessariam os correligionários e adversários [...] e terá a oportunidade ideal para um período administrativo de responsabilidade conjunta e participação recíproca, formando uma união frustrada em outras ocasiões pelas inconveniências e impedimento do partidarismo extremado que não possibilitava instantes de colaboração nem espírito público em detrimento de interesses partidários. (MADRUGA. *Correio da Paraíba*, 12 de nov. de 1965, p. 3)

O pensamento traçado pelos analistas mencionados estava em sintonia com o dos formuladores do AI-2. Na análise dos jornalistas, junto com os partidos saíam de cena também suas ideologias e interesses que atrapalhavam o andamento da política nacional, permanecendo apenas as ideologias “pró-revolução”. O problema é que os interesses dos grupos políticos não se prendiam apenas às legendas partidárias. E quando se entende o desenrolar da política local como um processo, não é possível reiniciá-la, de forma que todos os problemas anteriores sejam deixados para trás. As disputas políticas que precedem à reformulação do sistema partidário continuaram influenciando na nova composição bipartidária.

Nesse sentido, José Souto relata que houve uma conversa entre Castelo Branco e João Agripino para planejar a organização da Arena na Paraíba. O general-presidente queria que o governador eleito considerasse a possibilidade de fazer de sua gestão uma composição interpartidária, juntando os opositores com os membros da situação. No planejamento de Castelo Branco, Agripino negociaria secretarias com políticos da

antiga coligação PSD-PTB-PR para que esses viessem a ingressar no partido do governo. Juntar-se-iam na Arena membros dos antigos partidos de sua coligação, com membros da chapa oposicionista. Segundo Souto, em resposta, Agripino:

[...] asseverou que não se opunha ao ingresso de nenhum dos seus adversários, na Paraíba, no partido governista - ARENA [...] [porém] disse que não via possibilidade alguma, no Estado, de aceitar a participação de correligionários do Sr. Ruy Carneiro no seu governo. Sobretudo, porque o líder do extinto Partido Social Democrático “sabe que a eleição no Estado foi limpa e é responsável por uma série de recursos visando a anulação do pleito, sob a alegação de que houve corrupção, suborno, etc”. (SOUTO. O Norte, 7 de dez. de 1965, p. 2)

Na narrativa traçada pelo colunista, depois de mais alguns argumentos, João Agripino teria se negado a negociar secretarias com a oposição em troca de apoio para a Arena, encerrando a conversa com algo como: “[...] *presidente, se o preço de minha posse no governo da Paraíba é um acordo na base das secretarias, já não sou governador, porque nestes termos não tomarei posse*” (SOUTO. O Norte, 7 de dez. de 1965, p. 2).

O clientelismo, com seu jogo de trocas, é uma prática política que consegue sobreviver a mudanças ocasionais no sistema político, a exemplo da extinção das legendas partidárias. Enquanto os analistas da política local acreditavam que com o AI-2 estava sendo inaugurado um tempo de novos rumos para o poder local, as práticas clientelísticas davam sinais de que permaneceria no meio político, arquitetada pelo próprio executivo.

Em meio a tantas especulações de tentativas de acordos políticos, o período que antecede a formação dos novos partidos ficou marcado pelo clima de cautela. Segundo a coluna de Soares Madrugá:

Na Paraíba não se opina, não se declara, não se informa. Ninguém fala, enquanto do alto não vier a voz mais autorizada. [...] E quem diabos vai falar agora, nessa transição? O melhor é silenciar, abrindo perspectivas, que em boca fechada não entra mosca. (MADRUGA. Correio da Paraíba, 3 de dez. de 1965, p. 3)

Mesmo que a extinção dos partidos políticos não tenha significado o desmantelamento da estrutura clientelista, a nova conjuntura não assegurava a mesma certeza de quem estava na situação ou na oposição. Na ótica de Soares Madrugá, depois

do AI-2, aqueles que eram situação calaram para não perder os benefícios conquistados, e os oposicionistas também calavam-se na esperança de tirar algum proveito do novo governo.

A bravura está de férias, e em vigília o medo de que desapareçam as posições conquistadas, militância na vida pública, na partidária; a oportunidade dos interesses sempre ajustáveis ao mandato popular. É uma dor de cabeça para os homens públicos da província a inovação presidencial de mandar todos se juntarem em dois partidos [...] É preciso uma fórmula que concilie o passado com o futuro, as posições de antes e depois. (MADRUGA. Correio da Paraíba, 3 de dez de 1965, p. 3)

Diante disto, o colunista “contesta” o novo esquema proposto pelo governo golpista:

Neste ponto todos condenam a decisão presidencial. E com que constrangimento, se todos estão com o presidente? Mas a dose do presidente foi cavalgar. S. Excia não se lembrou que a política regional tem peculiaridades diferentes da nacional. Que, por exemplo, na Paraíba, ninguém quer ficar contra a revolução, mas nem todos podem ingressar no mesmo partido. Isso parece maldade. E como pensam os nossos políticos, nos seus dilemas íntimos, enquanto o marechal Castelo não autoriza o ingresso no partido da revolução. Quando abrir a cancela, haverá um estouro da boiada. (MADRUGA. Correio da Paraíba, 3 de dez. de 1965, p. 3)

Quando a “cancela” se abriu e a lista para colher as assinaturas para ingresso nos novos partidos políticos foi disponibilizada no Congresso Nacional, houve muitas adesões dos políticos paraibanos à Arena. Diante dessa questão de liderança partidária, os chefes políticos aliados à João Agripino na eleição daquele ano poderiam contar com a garantia de seu lugar no governo e no partido. Por outro lado, aos políticos da oposição restou aderir à Arena, sem a certeza de participarem no governo, ou aderir à oposição, mantendo o apoio ao governo militar. Nessa perspectiva, nomes importantes da política local apareceram nas listas do MDB, como o do senador Argemiro de Figueiredo (ex-PTB) e do deputado federal Humberto Lucena (ex-PSD). Os demais “figurões” da chapa oposicionista apareciam nas listas da Arena, como o dos deputados federais Teotônio Neto, João Fernandes de Lima, Janduhy Carneiro (ex-PSD) e Luiz Bronzeado (dissidente da ex-UDN).

No primeiro momento, o nome do senador Ruy Carneiro, principal nome da chapa oposicionista em 1965, não apareceu em nenhuma das listas. De acordo com José

Octávio de Arruda Mello (2010), o líder do extinto PSD paraibano era um político que tinha um significativo prestígio junto ao presidente Castelo Branco, e esse contava com sua presença na Arena. Outros membros do governo federal, como Filinto Müller, acreditavam que o senador deveria ingressar no MDB, visto que seu nome era necessário para compor o número mínimo para a organização daquela legenda.

Em uma reunião na qual estavam presentes Ruy Carneiro, João Agripino e Castelo Branco, esse haveria indagado se Ruy aceitaria estar sob o comando partidário de Agripino. Ruy Carneiro alegou que seu problema não era necessariamente Agripino, mas a presença de Pedro Gondim na Arena. A presença de Gondim era imprescindível para Agripino, por ter sido um dos principais fiadores políticos de sua vitoriosa campanha nas eleições de 1965, visto o peso político da aliança da UDN com o PDC do qual Gondim era o principal líder. Dessa forma, Mello relata que:

Colocando a questão em termos mais pessoais que políticos, Carneiro declarou a Castelo e a Agripino que só não poderia aceitar, na ARENA, a convivência com Gondim, que era seu compadre e o traíra, ao romper com ele, em 1960, e derrotar seu irmão, Janduhy Carneiro, para o Governo do Estado. (MELLO, 2010, p. 53)

A indecisão de Ruy Carneiro durou ainda alguns meses. Só em março de 1966 ele veio a publicar um manifesto no qual confirmava seu ingresso no MDB e declarava oposição ao governador João Agripino. Junto com ele vieram os deputados federais Janduhy Carneiro e João Fernandes de Lima, que haviam assinado lista da Arena, mas voltado atrás. Ruy decidiu-se pelo partido de oposição visto a falta de espaço para o peso de sua liderança na situação, e pela já adiantada estruturação do MDB paraibano, liderada por Humberto Lucena. Caso demorasse mais tempo para decidir-se, poderia perder também a chefia daquele partido (MELLO, 2010, p. 60)⁶⁷.

⁶⁷ De acordo com Mello, o MDB paraibano foi formado a partir do PSD, do PTB, do PR e do PSB. Visto a pouca quantidade de políticos paraibanos dispostos a ingressar no partido da oposição, o Diretório Regional *emedebista* teve bastante dificuldade para ser formado. Humberto Lucena e seu irmão Haroldo Lucena foram os articuladores políticos daquele partido, que formou uma comissão especial para sua formação: Janson Guedes, encarregado da questão jurídica do partido, Renaldo e Rômulo Rangel, tesoureiros, e Mazureik Moraes, que articulou os Diretórios Municipais no interior do estado. Os problemas financeiros também foram resolvidos com as ligações políticas de Lucena com alguns empresários e políticos da Paraíba e da região nordeste, como Inácio Pedrosa, da região de João Pessoa e Sapé, Álvaro Magliano, à época vereador de família abastada da região de Mussurê, de Ney Suassuna, empresário internacional do ramo educacional, do usineiro Odilon Ribeiro Coutinho, liderança do MDB potiguar, e da empresa paulista Klabin, que crescera no governo de Juscelino Kubitschek (MELLO, 2010, p. 47).

Posteriormente, em entrevista concedida no ano de 1977 ao projeto conjunto do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC) e do Núcleo de Documentação e Informação Histórico e Regional (NIDHR) da UFPB acerca da memória das personalidades políticas paraibanas, Ruy Carneiro relatou como foi o processo de transição para o MDB. De acordo com seu relato, tudo acabou em um amigável acordo político no qual ingressaria na oposição, mas não incomodaria o governo militar:

Quando houve a destruição dos partidos, no governo do saudoso marechal Castelo Branco, eu não poderia pertencer à ARENA; o meu partido teria que ser um Partido que se assemelhasse... Muitos elementos do PSD foram fazer parte da ARENA, mas grande parte ficou no MDB, como eu, por exemplo. Eu não poderia pertencer à ARENA, por maior que fosse a minha consideração pelo presidente Castelo Branco [...] Eu sempre cultivo as minhas amizades com muito carinho, com muito respeito, e Castelo me distinguia muito.

Quando houve a formação dos novos partidos, ele fazia questão de que eu fosse para a ARENA, e Filinto Müller, um dos meus maiores amigos, que era o presidente da ARENA, disse a ele: “Castelo, tenha paciência, mas Rui Carneiro é um chefe político e, na Paraíba, ele não se pode submeter à chefia dos atuais dirigentes da ARENA. Tenha paciência, mas ele terá que ficar no MDB”. E eu fiquei no MDB. Conduzo-me muito bem, porque não vou incomodar o governo. Sou amigo, por exemplo, do presidente Geisel, visito-o... (Entrevista: Ruy Carneiro. Acervo NIDHR, 1977, p. 42)

Se por um lado alguns dos *ex-pessedistas* titubeavam mas acabavam ingressando no MDB, outros revelavam sua adesão à Arena. Como foi o caso do deputado federal Teotônio Neto. Quando saiu a lista para aderir ao partido do governo lançou sua assinatura, a de número 44. Não escondendo suas intenções, buscou dar explicações sobre sua filiação àquela agremiação. Em entrevista acerca da formação da Arena, publicada no jornal de sua propriedade, ele ressalta que a adesão dos políticos de oposição ao governador eleito a essa legenda tem como ponto importante a possibilidade de formação de sublegendas. De acordo com Teotônio Neto:

Tem sido constante preocupação nossa criar condições para que os estatutos da Arena, sob a forma de sub-legendas da Aliança Renovadora Nacional, se abriguem diversas correntes de opinião em choque, sem que haja adesismos aos governos locais, muito embora todos integrem o mesmo partido [...] Pelo exposto nenhum *ex-pessedista*, *ex-trabalhista*, *ex-udenista*, etc. deve ter constrangimento de ingressar na ARENA. Poderá ele continuar sob liderança do

senador Ruy, do governador Agripino, do Sr. Pedro Gondim, ou de outros. (Correio da Paraíba, 12 de dez. de 1965, p. 1)

A declaração de Teotônio Neto a respeito das sublegendas é uma evidente demonstração de uma das principais características da Arena: a continuidade da estrutura política local, fundada em oligarquias. O *ex-pessedista*, por sinal, fez do periódico de sua propriedade um meio de divulgação de sua sublegenda da Arena. Em entrevista ao programa de rádio *Antena Política*, reproduzida no *Correio da Paraíba*, Teotônio deixou claro que ele e seus correligionários pertencem ao que se denominou “bloco revolucionário”, mesmo aqueles que migraram para o MDB, como os deputados João Fernandes de Lima e Janduhy Carneiro. Apesar de ingressar na Arena comandada por João Agripino, Teotônio deixou claro que:

Não iremos [ele e seus correligionários] para o governo do eminente governador João Agripino, nem pretendemos fazer-lhe oposição sistemática. Viveremos numa mesma casa, ele de um lado, com seu bloco, nós, o deputado Luiz Bronzeado e eu [...] do outro. É de nossa intenção manter diálogos com o governo, o que faremos com qualquer adversário, desde que esse diálogo seja dirigido no sentido de desenvolvimento do Estado, do bem estar de sua gente, porque um homem que trabalha e vive com sua preocupação voltada para o desenvolvimento... (Correio da Paraíba. 19 de fev. de 1966, p. 1)

Teotônio Neto foi o responsável pela organização da transição dos *ex-pessedistas* e *ex-petebistas* para a Arena. O deputado federal passou uma manhã inteira reunido com João Agripino repassando toda a lista dos quadros do PSD que pudessem ingressar no partido do governo (O Norte, 26 de jan. de 1965, p. 1).

As sublegendas podem ser apontadas como o principal meio de continuísmo das disputas na política local. Logo quando ingressaram no partido, os membros não integrantes da antiga coligação situacionista, mostravam que tinham conhecimento de que não pertenceriam ao governo de Agripino, mas ao partido da “revolução”. As sublegendas seriam o caminho para que houvesse uma conciliação do “futuro com o passado” (como um colunista retratou em uma citação anterior)⁶⁸.

⁶⁸ A possibilidade de uma sublegenda, no entanto, deve seguir uma hierarquia dentro do partido, de modo que esta deve respeitar regras. De acordo com o documento constitutivo da Arena, na parte referente às sublegendas, só é permitido serem organizadas sublegendas nas eleições para senador, deputado federal, deputado estadual, prefeito e vereador. Para as sublegendas nas eleições para deputados federais e estaduais, essas só serão instituídas mediante a deliberação de um terço (1/3) da Comissão Diretora Regional, ou por deliberação de candidatos que tenha alcançado, na eleição anterior, no mínimo, 10% dos votos válidos obtidos por todos os candidatos que tenham disputado aquele cargo. Na eleição para

Chegado janeiro de 1966, Agripino tomou as rédeas da organização do Diretório Regional da Arena na Paraíba. Dividindo sua atenção com a política administrativa estadual, reuniu-se com figuras políticas para traçar as diretrizes da fundação da Arena estadual. Em almoço com o ex-governador Pedro Gondim, designaram uma comissão de deputados para arregimentação de políticos e organização daquele partido. A comissão foi composta pelos deputados Waldir dos Santos Lima, Sílvio Porto e Joacil de Brito Pereira. Eles viajariam pelo interior do estado consultando as bases rurais da política local para que aderissem àquele partido. O objetivo era coordenar a filiação dos membros da antiga chapa situacionista e agregar as dissidências dos antigos partidos de oposição. Depois de formada, a comissão reuniu-se na sala de reuniões da bancada governista na Assembleia para organizar os trabalhos que se intensificariam após o período de carnaval.

Após o carnaval os trabalhos da comissão formadora da Arena foram bastante proveitosos. Em poucos dias, seus membros já relatavam a adesão de 78 prefeitos de cidades do interior do estado (O Norte, 18 de fev. de 1966, p. 8). O alto número de ingressos na Arena resultou em uma reflexão de José Souto. O jornalista relata que entre os adesistas, havia grandes quantidades de indivíduos com significativo prestígio político, e muitos deles eram inimigos em seus domicílios eleitorais. Assim, deve ser destacado o papel que João Agripino desempenhará como conciliador desses grupos políticos:

Não está o líder da ARENA na Paraíba, sem dúvida, desatento para essa filigrana e sobre os ombros pesa-lhe a grave responsabilidade de “juiz de causa”, não sendo fácil, também, a posição que tem de ocupar na qualidade de governador do Estado. Há os companheiros de uma campanha que se realizou ontem, apenas, quando as paixões avultaram, como existem agora, os neófitos, os que manifestam disponibilidade de ingressar no mesmo partido. Os políticos devem, entretanto, aperceber-se de que reina uma situação do país que pretende modificar radicalmente os costumes dominantes na vida

senador, só poderá ser pleiteada a sublegenda por, no mínimo, um quinto (1/5) da Comissão Diretora Regional, sendo o requerimento decidido pela Comissão Diretora Nacional. Para prefeito, a sublegenda poderá ser pleiteada por, no mínimo, um terço (1/3) dos membros da Comissão Diretora Municipal, precisando ser o requerimento decidido pela Comissão Diretora Regional. A elaboração do requerimento de uma sublegenda deve ser comunicado ao Tribunal Regional Eleitoral, e o registro dos candidatos deve ser feita pela Comissão Diretora Regional (no caso de uma sublegenda para eleição municipal deve ser comunicado ao Juiz Eleitoral e a solicitação à Comissão Diretora Municipal). Caso a sublegenda esteja instituída e a Comissão Diretora ou o Gabinete Executivo Regional ou Municipal se recusar a requerer o registro dos candidatos ou procrastinar de modo que ponha em risco sua efetivação, poderão os requerentes das sublegendas eles próprios promover o registro de seus candidatos junto à Justiça Eleitoral (Normas Gerais. Acervo do Diretório Nacional da Arena. CPDOC/FGV).

pública, sendo inclusive necessário afogar mágoas e paixões de outrora. (SOUTO. O Norte, 19 de fev. de 1966, p. 2)

O grande número de indivíduos migrando para a Arena também se aparecem nos dados apresentados por José Octávio de Arruda Melo (2010, p. 45) e Celso Mariz (1987, p. 143):

TABELA 2. Divisão dos parlamentares entre os partidos na Câmara Federal

	PSD	UDN	PTB	Total
Total	5	6	2	13
Arena	1	6	1	8
MDB	4	0	1	5

Fonte: Mello (2010)

TABELA 3. Divisão dos parlamentares entre os partidos na Assembleia Legislativa

	PSD	UDN	PDC	PTB	PL	PSB	PR	Total
Total	10	6	8	6	2	4	1	37
Arena	1	5	8	3	2	3	1	24
MDB	9	1	0	3	0	1	0	13

Fonte: Mello (2010) e Mariz (1987)

Percebe-se o peso da eleição de 1965 na divisão das bancadas legislativas da Paraíba. Na Assembleia Legislativa e na Câmara Federal, quase todos os deputados da coligação situacionista aderiram à Arena. Destaque apenas para um único membro da UDN que aderiu a oposição. Já entre membros da antiga oposição, houve uma divisão maior entre os partidos. A maioria dos deputados federais e estaduais *ex-pessedistas* mantiveram sua fidelidade ao senador Ruy Carneiro, aderindo ao MDB, os *ex-petebistas* dividiram-se por igual entre os dois novos partidos.

A partir dessa grande quantidade de indivíduos que aderiram Arena, tornou-se possível a organização do Diretório Regional. Este era o órgão responsável pela administração do partido no estado. De acordo com o documento constitutivo da Arena, as secções regionais poderiam ser integradas por membros parlamentares ou não. Eram atribuições do Diretório Regional: a) dirigir a organização no estado; b) constituir e destituir Comissões Diretoras Municipais, bem como prover as vagas que nelas se verificarem; c) requerer o registro de delegados perante a Justiça Eleitoral; d) requerer o registro das Comissões Diretoras Municipais na Justiça Eleitoral; e) Convocar convenções regionais para a escolha de candidatos a governador e vice-governador do

Estado; f) escolher candidatos a senador, deputados federais e estaduais; g) requerer registro dos candidatos ao Governo do Estado, ao Congresso Nacional e à Assembleia Legislativa; h) representar a Organização, no âmbito regional, tanto na Justiça Eleitoral como fora dela; i) aplicar medidas disciplinares aos seus membros e aos membros das Comissões Diretoras Municipais; j) criar, no âmbito regional, as comissões técnicas e departamentos que julgar necessário; l) homologar as escolhas de candidatos a pleitos eleitorais, feitas pelas Comissões Diretoras Municipais (Normas Gerais. Acervo do Diretório Nacional da Arena. CPDOC/FGV).

A reunião que estabeleceu a formação do Diretório Regional da Arena ocorreu no dia primeiro de março de 1966, às nove horas da manhã, na sede da extinta UDN, localizada em um prédio na Rua Duque de Caxias, no centro de João Pessoa. Nessa reunião João Agripino foi designado presidente daqueles trabalhos e Joacil de Brito Pereira, secretário. Foram lidos os Estatutos da Arena Nacional a fim de serem propostas os critérios que seriam adotados para a composição daquele órgão regional. Ficou estabelecido que os membros com cargos de representação estadual e federal juntamente com a representação mínima de um terço de membros classistas (classes patronais e operários, representantes estudantis e profissionais liberais) iriam compor o Diretório Regional. Essa secção da Arena foi composta por 65 membros e igual número de suplentes (Ata de reunião. Acervo do Diretório Nacional da Arena. CPDOC/FGV, 1 de mai. de 1966).

Definida a posse de todos os 65 membros do Diretório, foi marcada outra reunião para às 20 horas daquele mesmo dia, no intuito de serem eleitos os membros do Gabinete Executivo Regional, Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes. Feita a eleição, o Gabinete Executivo Regional foi formado por: Clóvis Bezerra (presidente), Sílvio Porto (vice-presidente), Antônio Nominando Diniz (vice-presidente), Lauro Wanderley (vice-presidente), Otávio Mariz Maia (secretário geral) e Joacil de Brito Pereira (tesoureiro); tendo como vogais: Pedro Gondim, Euvaldo da Silva Brito, Romeu Gonçalves Abrantes, Francisco Souto e Antônio Santiago. Os suplentes do Gabinete Executivo, pela ordem de colocação são: Carlos Pessoa Filho, Francisco Souto Neto, Sigismundo Souto Maior, Zacarias Sitônio, Clóvis Sátiro, Robson Duarte Espíndola, Waldir dos Santos Lima, Gil Galdino da Silva, José Braz do Rêgo, Salvino Leite e Manoel Ângelo da Silva. Já o Conselho Fiscal foi composto por: Renato Ribeiro

Coutinho (presidente), Álvaro de Sá Vasconcelos e Severino Cabral de Sousa; tendo como suplentes: Luiz Ribeiro Coutinho, José Targino e Expedito Rodrigues de Holanda.

Os membros do Diretório Regional que assumiram cargos eram indivíduos dotados de vida pública que exerciam cargos eletivos e/ou profissões de respaldo na sociedade, como mostra a tabela a seguir:

TABELA 4. Membros de cargos eletivos do Diretório Regional da Arena e suas ocupações

Nome	Ocupação
Álvaro de Sá Vasconcelos	-
Antônio Nominando Diniz	Deputado estadual e advogado
Antônio Santiago	Médico
Carlos Pessoa Filho	Agrônomo
Clóvis Bezerra Cavalcanti	Deputado estadual e médico
Clóvis Sátiro	-
Euvaldo da Silva Brito	Advogado
Expedito Rodrigues de Holanda	Prefeito e comerciante
Francisco Pereira	-
Francisco Souto Neto	Deputado estadual e tabelião
Gil Galdino da Silva	Prefeito e comerciante
Joacil de Brito Pereira	Deputado estadual e advogado
José Braz do Rêgo	Deputado estadual e advogado
José Targino	-
Lauro Wanderley	Médico
Luiz Ignácio Ribeiro Coutinho	Deputado estadual e agrônomo
Manoel Ângelo da Silva	-
Otávio Mariz Maia	Deputado estadual e médico
Pedro Moreno Gondim	Advogado e professor
Renato Ribeiro Coutinho	Industrial
Robson Soares Espíndola	-
Romeu Gonçalves Abrantes	Deputado estadual e advogado
Salviano Leite	-
Severino Cabral de Souza	Advogado
Sigismundo Souto Maior	-
Sílvio Pélico Pôrto	Deputado estadual e advogado
Waldir dos Santos Lima	Deputado estadual e advogado
Zacarias Sitônio	Tabelião

Fonte: Acervo do Diretório Nacional da Arena

Após a formação do Diretório Regional da Arena-PB, o deputado Sílvio Porto admitiu à imprensa algumas dificuldades para a formação do partido na Paraíba. Esses obstáculos apareceram especialmente na formação dos Diretórios Municipais. De acordo com o deputado havia a intenção dos correligionários do governador João

Agripino em participar dos órgãos dirigentes das seções municipais da Arena. Devido a entrada de adversários políticos na Arena, a preocupação desses indivíduos era manter o controle partidário dentro de suas comunas para garantir o poder de decisão dentro da organização, na esperança de assumir posições mais relevantes no Diretório Regional (Correio da Paraíba, 10 de mar de 1966, p. 8)⁶⁹.

As querelas municipais apareceram logo após a formação da Arena paraibana. O prefeito da cidade de Patos, José Cavalcanti, telegrafou ao presidente da Arena, deputado Clóvis Bezerra, protestando contra o tratamento dado aos correligionários de João Agripino no partido⁷⁰.

Diante de um quadro de revolta entre seus aliados políticos, o governador reuniu seus correligionários em um jantar no Palácio da Redenção, sede do poder Executivo estadual, para explanar suas intenções acerca do novo partido político. Respalçado pelas premissas do governo federal, João Agripino explicou em seu discurso que sua perspectiva era a de congregar as principais lideranças políticas paraibanas, unindo todos aqueles que desejassem compor com aquilo que chamavam de “governo revolucionário”. Tentando convencer seus aliados da importância de aceitar rivais históricos no partido, João Agripino encerrou seu discurso relatando que, quando consultado pelo presidente Castelo Branco se havia restrições em aceitar adversários políticos na Arena, respondeu que não haveria dificuldade alguma:

Quero, pois, falar, precisamente, aos que vieram compor conosco, com o partido do Governo Federal, a ARENA do Estado da Paraíba, para lhes dizer que quando fomos consultados pelo Presidente da República sobre se tínhamos restrições ou dificuldades a aceitar

⁶⁹ Segundo as normas para a formação das Comissões Diretoras Municipais, essas organizações devem: 1) ser formadas com um mínimo de sete integrantes, variando de acordo com as necessidades locais. Nesses casos específicos deve-se levar em conta o número de vereadores para estipular uma quantidade mínima de integrantes; 2) A constituição da seção municipal da Arena devem ser atendidos, tanto quanto possível, as correntes de opinião existentes no município; 3) Esse órgão pode contar com a participação de Congressistas e deputados estaduais vinculados ao município em suas atividades; 4) Orienta-se para o esforço de uma composição pacífica nos Diretórios Municipais; 5) Caso não haja acordo entre os envolvidos na formação da seção municipal, deve-se dar o direito aos grupos políticos pleitearem sublegendas; 6) A Comissão Executiva da Arena regional ficará encarregada de supervisão partidária da seção municipal; 7) Os casos omissos deverão ser resolvidos pelo Gabinete Executivo do partido (Acervo do Diretório Nacional da Arena, CPDOC/FGV).

⁷⁰ De acordo Cittadino (2006), correligionários do governador João Agripino também manifestaram descontentamento com o tratamento recebido pelo partido do governo, a exemplo dos grupos políticos das cidades de: Água Branca, Condado, Malta, Paulista, Juru, Caiana, Ibiara, Santana dos Garrotes, Pirpirituba, Guarabira, Sumé, Curral Velho, Nova Olinda, Olho d'Água, Aguiar, Boqueirão dos Cochos, Carrapateira, Catingueiras, Emas, Coremas, Santa Helena, Triunfo, Uiraúna, Santa Cruz, Pedra Lavrada, Cubati, Lagoa Seca, Cabaceiras, São Sebastião do Umbuzeiro, Imaculada, Quixaba, Boa Ventura e Bonito de Santa Fé (CITTADINO, 2006, p. 308)

adversários nesse novo partido, respondendo que nenhuma dificuldade tínhamos e nenhuma objeção ao ingresso de qualquer dos adversários de última luta. A nossa afirmativa foi da mais absoluta sinceridade. (A União, 20 de mar. De 1966, p. 4)

Jornal porta-voz do governo do Estado, o *A União* fez coro ao discurso agregador de João Agripino. A partir de um comentário dito por um determinado político em um programa de rádio acerca do novo esquema partidário no estado, em especial à formação da Arena, o jornalista Antônio Brayner, responsável pelo texto editorial, fez a seguinte narrativa:

Dizia que certa figura da vida política paraibana discordara da opinião de companheiro de antigo esquema partidário, quando este, se referindo à formação da “ARENA”, dissera que: “agora somos todos tripulantes do mesmo navio”... E para que isso acontecesse ao entrevistado do programa referido, tinha ele necessidade de antes de tudo, identificar-se com a “tripulação” e conhecer de perto seu “comandante”. Tudo por medida de precaução, de sobrevivência, pois estava lembrado das estórias marinhas: não raro certos comandantes jogavam aos tubarões, em alto mar, tripulantes que não fossem do agrado... (EDITORIAL. A União, 5 de mar. de 1966, p. 3)

Aparentemente o comentário acima exposto foi de um membro da chapa oposicionista ao governador João Agripino no pleito de 1965. Esse então oposicionista relatava o cuidado que antigos membros da oposição deveriam tomar ao “embarcar” junto à “tripulação” do novo esquema partidário chefiado pelo “comandante” João Agripino. Respondendo ao comentário proferido pelo oposicionista, Brayner afirma:

Embora sem preocupação, o pretendido reparo ao “aprendiz de marinho”: deixa o temor de lado, e engaja logo no “navio” que acolheu teu companheiro e há lugar para todos! O “barco” é sólido, bem calafetado, sem perigo de ir “d’água abaixo”... A “tripulação” é de primeira linha, disciplinada e eficiente... E finalmente o “comandante” é um experimentado “capitão de longo curso”, conhecedor de abrolhos e acostumado a vencer tempestades... Ele há de levar a todos - “barco” e “tripulação” - a um porto seguro. (EDITORIAL. A União, 5 de mar. de 1966, p. 3)

Na Arena, entre os membros da chapa situacionista estavam muitos oposicionistas ao seu chefe, João Agripino. Em sua maioria eram políticos conservadores, que se posicionavam contra as propostas de reformas políticas e sociais. Poderia ser considerada a “embarcação” mais segura da política nacional pós-golpe de

1964. Sua segurança tinha um motivo muito bem apresentado: era o partido da chamada “revolução”. Estar junto ao consolidado governo militar poderia trazer tranquilidade para os políticos que queriam manter suas práticas conservadoras e elitistas. Porém, a conjuntura local fez com que nem todos os políticos que partilhassem daquelas culturas políticas conservadoras se filiassem à Arena.

A formação do Diretório Regional da Arena foi obra principalmente de João Agripino. Sua arquitetura política conseguiu reunir vários membros não só da classe política, mas de outros setores da sociedade. Mesmo reunindo políticos de diversos partidos, conseguiu manter o controle na formação da Arena, dando a ela seu perfil, como mostra o programa político elaborado pela Comissão Executiva Regional. Tal documento indicou nomes para a sucessão presidencial e apontou um programa mínimo de governo a ser seguido pelo futuro presidente. Agripino era um político conhecido por ser engajado nas causas nacionalistas, principalmente quando exerceu cargos na política nacional. O *A União*, periódico oficial do governo do Estado, fez de suas páginas panfleto para divulgação do programa elaborado pela Arena. De acordo com notícia veiculada pelo jornal:

O referido documento caracterizava-se pelo teor nacionalista e apoio à planificação regional operada pela Sudene, consagrando, por isso mesmo, conhecidos postulados do governador João Agripino, para querer o problema da sucessão presidencial não é só uma questão de nomes, mas de programas a cumprir e soluções a encaminhar. (*A União*, 26 de abr. de 1966, p. 3)

O documento que foi encaminhado para o senador Daniel Krieger, presidente nacional da Arena, continha os nomes dos indicados para a sucessão presidencial: o Gal. Adhemar de Queiroz, Gal. Costa e Silva, Cordeiro de Farias, Ney Braga e Daniel Krieger, sendo os dois últimos nomes indicações do próprio João Agripino, e os demais escolhidos pela Comissão Executiva (*A União*, 26 de abr. de 1966, p. 3).

Já as indicações para o programa de governo do sucessor de Castelo Branco estava dividido em duas partes. A primeira referia-se em termos gerais para uma política de desenvolvimento econômico e social: a) evolução da economia nacional visando atingir taxa de crescimento superior à 6% ao ano; b) consideração especial aos problemas regionais de desenvolvimento de modo a eliminar progressivamente as diferenças existentes dentro do país; c) combate à inflação, sem restrição ao desenvolvimento das atividades produtivas, que compreenda a aplicação selecionada e

ordenada dos recursos governamentais, a eliminação progressiva dos déficits das empresas públicas e a sua gradual submissão a critérios privados de administração, a melhoria do sistema geral de transporte, o estímulo à elevação da produtividade em setores essenciais, à arrecadação rigorosa dos tributos realmente devidos, a administração de crédito por faixas de prioridades e equilíbrio orçamentário sem sacrifício aos investimentos básicos ao desenvolvimento; d) prioridade absoluta à redução dos problemas de reforma agrária, respeitando-se as peculiaridades de cada área ou zona e facilitando o acesso à terra; e) execução de programas realísticos e efetivos de reforma agrária; f) fortalecimento da empresa nacional, e preservação em poder dos empresários brasileiros dos centros de decisão da economia nacional; g) manutenção da política do monopólio estatal do petróleo, fortalecendo-se a Petrobrás; h) exploração dos recursos naturais do país, preferencialmente através de empresas com maioria de capital nacional; i) formulação e execução de política educacional pela qual, ao mesmo tempo, se possa eliminar o analfabetismo e preparar a população para tarefas comuns ao processo de desenvolvimento econômico, através de ensino médio e superior adaptado à realidade e às necessidades brasileiras; j) formulação e execução de uma política habitacional compatível aos níveis de renda da população, respeitada as condições próprias de cada região do Brasil; k) adoção de uma política creditícia que estimule o desenvolvimento de produção da agricultura, da pecuária e da indústria, desencorajando a intermediação desnecessária; l) eliminação da pesada carga tributária, direta ou indireta, que recai sobre as classes de renda baixa; m) unificação e melhora da previdência social, de modo a evitar o desperdício de recursos e a proporcionar a assistência efetiva aos contribuintes dos atuais instintos de previdência; n) elaboração de política administrativa em que se elimine os privilégios e se assegurem estímulos adequados e inarredáveis aos servidores públicos capazes e efetivamente vinculados à necessária melhoria da eficiência da máquina governamental (A União, 26 de abr. de 1966, p. 3).

A segunda parte focava em uma programação relativa ao nordeste. E seus tópicos versavam sobre: a) considerar a Sudene como órgão efetivo de planejamento, coordenação, encaminhamento, e controle do investimento do governo federal na região; b) caracterização dos programas e projetos aprovados pela Sudene como de absoluta prioridade, inclusive para o fim de concessão oportuna, dos recursos federais necessários à sua execução, cabendo à Sudene a proposição dos respectivos calendários

de desembolso; c) manutenção do sistema de incentivos à iniciativa privada através da Sudene e órgãos regionais de fomento; d) manutenção da Sudene e do BNB fora de injunções políticas; e) entrosamento efetivo entre os órgãos federais do nordeste, inclusive a Sudene, e os governos estaduais para a formulação, execução e controle dos programas relativos com desenvolvimento regional; f) manutenção dos incentivos compensatórios das atuais desvantagens locacionais do nordeste, inclusive no que respeita às tarifas dos serviços públicos (A União, 26 de abr. de 1966, p. 3).

Em seu editorial, o *A União* falou sobre aquela medida da Comissão Executiva da Arena paraibana, que a considerou como algo inédito na nova conjuntura partidária (na verdade, o Diretório Regional de São Paulo havia feito algo semelhante). De acordo com o editorial:

Contendo as teses nacionalistas - de autêntico interesse do País - pode ser apontado, por igual, como uma sùmula das mais justas e prementes reivindicações do Nordeste, incluída, obviamente, a Paraíba. O oportuno e conciso documento revela clarividente espírito público, acuidade administrativa e, sobretudo, perfeita identificação com os grandes problemas da atualidade brasileira e da região nordestina. (EDITORIAL. A União, 29 de abr. de 1966, p. 3)

O programa elaborado pela Comissão Executiva da Arena, além de ser marcado pela defesa da propriedade privada, ressalta a valorização das organizações nacionais, a exemplo da Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste (SUDENE). Principal gestora dos recursos federais destinados ao nordeste, a SUDENE foi criada por Juscelino Kubitschek e Celso Furtado na década de 1950 para promover e coordenar o desenvolvimento dessa região. Ela terá importante função no projeto de modernização conservadora implementado pelo governo federal, também chamado de Pacto Autoritário-Modernizante.

Outro organismo da Arena paraibana criado logo após a fundação do partido que ganhou destaque nos jornais foi a Juventude Popular Renovadora (Arena Jovem). Foi formada pelos bacharéis Edme Tavares Albuquerque, Roberto Sá, Antônio Carlos Carneiro, Antônio Lima e Wellington Aguiar, pelos jornalistas José Octávio e Otinaldo Lourenço e pelo universitário João Agripino Neto (A União, 1 de mai. de 1966, p. 8). Apesar da pouca informação divulgada sobre a juventude *arenista*, notamos que ela foi criada por rapazes da classe média, alguns deles parentes de políticos importantes, como João Agripino Neto, filho do governador João Agripino, e foi formada para alimentar a

esperança de quem via no novo sistema partidário uma forma de renovação dos quadros políticos.

Responsável por elaborar um manifesto e encaminhá-lo ao presidente Castelo Branco, a Arena Jovem paraibana não se considera, de acordo com o documento, uma organização política apenas no sentido partidário. De acordo com seus organizadores, eles seriam: *“Antes de mais nada, pretendemos construir uma chama, uma inspiração, uma vivência - a vivência da mocidade embalada ao ritmo de suas mais belas contribuições libertárias e humanas”* (A União, 1 de mai. de 1966, p. 8).

Ao individualizarmos a formação da Arena analisando sua trajetória percebemos que, em sua gênese, é um partido mais próximo ao modelo de quadros na tipologia elaborada por Maurice Duverger, a partir da escala proposta por Ângelo Panebianco. Foi um partido criado por meio de penetração territorial, no qual havia um centro que controlava, estimulava e dirigia a formação das secções regionais. Apesar dos grupos políticos que compuseram o Diretório Regional da Arena já existirem no cenário político a longo tempo, não se pode subestimar o papel dos indivíduos no Congresso Nacional, que definiram a organização daquele partido. Foram dos deputados federais e senadores que determinaram quais grupos políticos locais integrariam o partido, e em qual sublegenda ela se encaixaria.

Apesar dos militares terem papel fundamental na constituição da Arena (inclusive muitos tornando-se filiados do partido), não se pode dizer que o Exército tenha sido uma instituição financiadora da Arena. Apesar dos militares influenciarem em alguns aspectos da organização interna do partido, os civis filiados à legenda tinham uma significativa independência em relação aos membros do “comando revolucionário”. Além de que, para ser financiadora, a instituição tem de dar origem ao partido: como os partidos trabalhistas que surgiram dos sindicatos, ou partidos cristãos oriundos da Igreja (PANEBIANCO, 2005, p. 97).

A secção regional da Arena paraibana tinha uma coalizão dominante, formada por políticos aliados ao seu principal líder, o governador João Agripino, que formava uma oligarquia, ou uma coalizão dominante dentro do partido. Entre seus principais nomes estavam aqueles que compuseram os cargos eletivos do Diretório Regional. Mas essa oligarquia não era absoluta, como explica Panebianco, entre uma coalizão dominante e os demais membros exerciam-se relações de troca. Essas trocas não eram equivalentes, um dos lados ganhava mais – geralmente a coalizão dominante –, mas

essa não exercia o poder sem dar algo em troca. Dessa forma, o poder é relacional, assimétrico, mas recíproco (PANEBIANCO, 2005, p. 45).

Quando formado o Diretório Regional da Arena, a coalizão dominante comandava uma série de zonas de incertezas, que são definidas como âmbitos de imprevisibilidade organizativa de um partido⁷¹. João Agripino, como principal líder do partido, tinha de negociar com os outros membros. Como não existia uma militância engajada na Arena, não havia relação vertical nessas negociações, mas horizontais, na qual a coalizão dominante negociava com outras coalizões similares. A principal zona de incerteza que se apresenta nas fontes pesquisadas sobre a Arena é o voto. Dentro de uma política municipalista, a liderança partidária relacionava-se com outros grupos no intuito de obter quantidades satisfatórias de votos para permanecer no poder.

Nesse primeiro momento a liderança de João Agripino na Arena é nítida. Apesar de não ser o presidente do Diretório Regional, todas as decisões daquele órgão teriam de ser aprovadas por ele. Isso é resultado do caráter personalista dos partidos paraibanos que perdurou após a reforma partidária. E Agripino, como um bom líder político, sabia que para se formar um partido da forma como almejavam os militares, era necessário juntar uma grande quantidade de oligarquias na Arena. E assim o fez. A Arena conseguiu unir uma série de políticos rivais em seus domicílios eleitorais, com a possibilidade de fragmentar-se em sublegendas.

O que nos resta saber é se essas oligarquias têm capacidade de deixar as desavenças eleitorais de lado e almejarem um projeto político que não comporta à todos. O Estado não tem condições de provir moedas de trocas, como cargos públicos e controle de pastas, para todos aqueles que ingressaram na Arena. Será que aqueles que eram historicamente vinculados à chefia de políticos que não se vincularam à Arena, como o senador Ruy Carneiro, vão, a partir de agora, agir politicamente em prol do líder *arenista*? E, caso não ajam, irão ser “jogados aos tubarões em alto mar” pelo “comandante” do partido, como na alusão do político retratado pelo *A União*?

De forma geral a palavra que nos vem à cabeça quando analisamos a formação do Diretório Regional da Arena na Paraíba é a continuidade. A cultura política fundada

⁷¹ De acordo com Panebianco, as zonas de incertezas podem ser setores ou funções dentro de um partido que caso deixem de funcionar, interrompem atividades fundamentais dentro de um partido. Algumas delas apontadas pelo autor: 1) trabalho especializado; 2) relações com o ambiente externo à organização; 3) comunicação, ou circulação interna de informações; 4) conhecimento das regras formais/organizativas; 5) ligações com financiadores; 6) poder sobre o recrutamento (PANEBIANCO, 2005, p. 67).

em bases oligárquicas, personalistas e clientelistas, não foi extinta junto com os partidos surgidos em 1945. A arquitetura política do novo sistema partidário conseguiu, em sua medida, assentar todos os grupos políticos sem causar grande estrago na estrutura elitista historicamente montada. Não houve a entrada de novas camadas sociais que possam ser consideradas significativas no jogo político.

Ao analisarmos outros aspectos da Arena, como a implantação do bipartidarismo em alguns municípios, o fator eleitoral e a atuação parlamentar, conseguiremos responder a essas perguntas.

2.3 – As oligarquias locais e o bipartidarismo: Os casos de Serra Branca e Sousa

Visto a formação do Diretório Regional, entendemos que a formação da Arena vai muito além dos padrões estabelecidos na formação de sua secção paraibana. O partido transcende a composição seu núcleo estadual, estando no meio municipal de forma variada, dependendo da conjuntura de cada localidade. Infelizmente não é possível analisar a formação de cada Diretório Municipal *arenista* na Paraíba, pois seria preciso revisar as trajetórias políticas, analisando a relação entre os grupos políticos em cada um deles.

Sendo assim, escolhemos dois municípios para serem analisados: Serra Branca e Sousa. O primeiro por ter uma disputa política histórica entre duas oligarquias, divididas no período democrático de 1945 a 1964 entre UDN e PSD, e que ambas, quando instaurado o sistema bipartidário, migraram para a Arena. O segundo por ser um caso típico de influência das relações familiares na política local, no qual um grupo político filiado ao PTB aderiu à Arena e outro, pertencente à UDN, ao MDB.

A análise de Serra Branca será guiada pela dissertação de mestrado de Márcio Macedo Moreira (2012). Serra Branca é uma cidade de clima semiárido, localizada na região dos Cariris Velhos, a 220 km da capital João Pessoa. No período recortado pelo autor (1930-1960), Serra Branca era um dos onze distritos da cidade de São João do Cariri, porém, mesmo nessa condição, tinha população maior que sua cidade sede. É nesse espaço onde se inserem duas poderosas famílias políticas paraibanas, os Brito e os Gaudêncio.

Essas duas oligarquias são caracterizadas pela disputa de poder naquela região, na qual compartilham práticas como o mandonismo e clientelismo. A atuação política

dessa famílias resultou na criação de identidades locais junto à população dessas cidades: Serra Branca, identificou-se aos Gaudêncio, e São João do Cariri, aos Brito.

Apesar de serem originárias do mesmo tronco familiar no século XIX, desde o período da República Velha, essas oligarquias já viviam em embates políticos. Nessa época, os Gaudêncio eram *perrepistas*, apoiados no esquema do então presidente da República, Epitácio Pessoa⁷², e os Brito passaram grande parte desse período como oposição em Serra Branca. Após a ascensão de João Pessoa como presidente do Estado da Paraíba em 1928 houve o desmantelamento do esquema das oligarquias *perrepistas*, e os Brito assumiram o poder naquela região, destacando-se a atuação do jovem Gratuliano de Brito junto ao governo de João Pessoa (os Brito posteriormente tornaram-se apoiadores da Aliança Liberal na Paraíba). O período da República Velha ficou marcado pela “gangorra do poder”⁷³ entre as oligarquias, em que ora uma estava no poder, ora outra.

Após o movimento de 1930 que, supostamente, liquidou o esquema das oligarquias, houve um novo rearranjo no poder na Paraíba e em Serra Branca. Os Brito foram quem melhor se adaptaram ao esquema político do período de Getúlio Vargas. Liderados por Gratuliano de Brito, nomeado interventor federal em 1932, os membros daquela família tiveram maior prestígio eleitoral por estarem atrelados ao novo esquema do governo federal. Porém, mesmo no período no qual um Brito estava no governo estadual, a economia que mais cresceu foi a do distrito de Serra Branca, através da cultura algodoeira comandada pelos Gaudêncio, gerando um fortalecimento do comércio na região. Isso fortaleceu o poder político daquela família, mantendo a acirrada a disputa política.

Após o fim do Estado Novo, em 1945, as duas oligarquias se adaptaram ao jogo político com a volta dos partidos. De acordo com Moreira, a família Gaudêncio, atrelada à política dos *perrepistas* da época da República Velha, se vinculou à UDN, sob a tutela de Argemiro de Figueiredo. Já a família Brito, identificada com a política pós-movimento de 1930, seguiu o esquema de Ruy Carneiro e vinculou-se ao PSD

⁷² Devido ao esquema de combate às secas montado por Epitácio Pessoa, através da Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS), os Gaudêncio, recebendo verbas federais para investimento em açudes, barragens e outras obras do tipo, conseguiram capital para manterem-se no poder durante longo período (MOREIRA, 2012, p. 54). Esse fato pode ser tido como um exemplo de circulação do capital federal entre as elites políticas locais que beneficiavam unicamente a elite que comandava o poder municipal, um esquema de trocas que, além de limitar a participação da população nas decisões políticas, limitava o poder dos grupos oposicionistas.

⁷³ Termo utilizado pela historiadora Inês Caminha Lopes Rodrigues, em seu livro *A gangorra do poder: Paraíba (1989-1930)*, utilizado por Moreira em seu trabalho como referência à esse livro.

(MOREIRA, 2012, p. 116). Durante o período democrático iniciado em 1945, houve uma mudança nas regras do jogo político. No processo eleitoral brasileiro, as novas leis buscaram impedir as velhas práticas políticas de controle total do eleitorado, sendo necessário ganhar a simpatia do eleitor através de trocas de benefícios materiais e simbólicos. Essas inovações aumentaram ainda mais a disputa política naquela região.

Quando veio o golpe civil-militar de 1964, Britos e Gaudêncios tinham um representante na Assembleia Legislativa cada, Nivaldo Brito (PSD) e Álvaro Gaudêncio (UDN). Quando houve formação do bipartidarismo, ambas as famílias migraram para a Arena e os dois deputados estaduais compuseram os quadros do Diretório Regional. Nessa rápida passagem pela história política dessas duas famílias podemos perceber que a disputa política existiu durante todo o período republicano. Moreira, ao narrar a trajetória política eleitoral dessas famílias, relata que em muitos pleitos, eram comuns as práticas de irregularidades, como fraude de células de votação, compra de votos, sabotagem de material de campanha do adversário e eleições que terminaram em tiroteios e mortes.

Ambas as famílias eram fiéis a práticas políticas como mandonismo, troca de favores políticos, patriarcalismo, etc. sendo, dessa forma identificadas pela mesma cultura política fundada no clientelismo. Ao longo da história, devido à acirrada disputa naquela região, Britos e Gaudêncios mantiveram-se em organizações políticas distintas. Porém, com a reforma partidária implantada pela ditadura militar, não houve constrangimento de grupos políticos rivais estarem sob a mesma legenda. Para o governo militar, era mais vantajoso ter duas fortes oligarquias políticas dentro de seu partido, e devido isso, criou o esquema das sublegendas. Nas primeiras eleições pós-AI-2, os Gaudêncio representaram-se como Arena-1, e os Brito como Arena-2.

Para melhor avaliar a situação política em Serra Branca durante a ditadura militar seria preciso um estudo muito maior, como foi o trabalho de Moreira. Nele deveriam ser analisadas as relações daquelas famílias com o estado autoritário dos militares, além de enfatizar o jogo político entre essas duas oligarquias na Arena. Isso é algo que não é possível para esse trabalho, mas deixamos aqui a indicação. De toda forma, o município de Serra Branca é uma boa forma de entender a influência do contexto político local na organização do sistema bipartidário.

A cidade de Sousa, localizada no alto sertão do estado, há 374 km de João Pessoa, era um dos principais redutos políticos da Paraíba, terceiro maior colégio

eleitoral do estado (atrás apenas de Campina Grande e João Pessoa). De acordo com as informações colhidas no livro de Paulo Gadelha (2007) – político pertencente à tradicional família Gadelha daquela cidade – Sousa, após o fim do Estado Novo, dividiu suas principais famílias políticas da seguinte maneira: a UDN foi formada pelos Gadelha, Mariz, Pinto de Oliveira e Abrantes; e o PSD foi formado pelos Pires de Sá.

Entre os anos de 1945 e 1960 a composição familiar nos partidos sofreu algumas modificações. Devido algumas cisões, novas legendas foram fundadas na cidade e a divisão entre as famílias e os partidos ficou da seguinte forma: a UDN passou a ser liderado pela família Gadelha, assim como PSD, comandado pelos Pires de Sá, e o PTB foi formado pelos Gonçalves Abrantes, dissidentes da UDN (2007, p. 8).

Dominada por práticas oligárquicas de controle familiar, a cidade mudou seu panorama político na década de 1960 com a entrada de Antônio Mariz na vida pública. Filho de José Mariz, político sousense que foi por muitos anos deputado federal, sua família pertencia ao clã Mariz Maia, que tinha como principal reduto político a cidade de Catolé do Rocha, também no sertão do estado, e que tivera como seu principal expoente político o governador João Agripino, primo de Antônio Mariz.

De acordo com Eilzo Matos (2014), durante a juventude, Mariz passou muitos anos longe de Sousa. Residiu em João Pessoa, onde a família fixou residência devido os cargos políticos que seu pai exerceu. Também residiu no Rio de Janeiro, onde realizou estudos de Direito. O tempo que passou fora de Sousa resultou em um amadurecimento do seu pensamento político:

Ainda adolescente, identificava-se com as lutas progressistas, e participou da campanha nacional pela criação da Petrobrás [...] Egresso do Centro Acadêmico 11 de Agosto, da Escola Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, mostrava-se decidido e impetuoso. (MATOS, 2014, p. 65)

Quando regressou a Sousa no início da década de 1960, já bacharel em Direito, foi aprovado em concurso público para a Promotoria Pública do município de Antenor Navarro, vizinho a Sousa. Mesmo trabalhando em outra cidade, passou a visitar sua terra natal com frequência. Engajado na política da região, não encontrou espaço político para suas ideias na UDN *gadelhista*, incorporando-se ao PTB dos Gonçalves Abrantes, antigos correligionários de seu pai.

Segundo Matos (2014, p. 65), Mariz também era funcionário de uma importante multinacional que atuava no comércio algodoeiro, a Anderson Cayton. Nesse período ele reunia-se periodicamente com os trabalhadores locais para divulgar e comentar os direitos trabalhistas que eram ignorados pelos patrões. Isso fez com que ele adquirisse grande popularidade e respaldo político, bem como trouxe muitos desafetos.

A ascensão política de Mariz em Sousa foi rápida, e em 1963 foi eleito prefeito daquela cidade, em uma campanha bastante disputada. De acordo com Gadelha (2007, p. 90), naquele pleito as três facções políticas lançaram candidatos. A UDN lançou o nome de Felinto Gadelha, que já havia sido prefeito em 1955, tendo como principal motor de sua campanha o desempenho daquela família nas últimas eleições (os Gadelha elegeram o prefeito de Sousa em 1955 e 1959). O PSD lança o nome do médico Laércio Pires. Conhecido como “o médico do povo”, pautou sua campanha em um discurso humanista. Já o PTB homologou a chapa com o nome de Antônio Mariz para prefeito, que trouxe uma proposta reformista para a administração municipal. Por uma diferença de apenas dez votos, o candidato do *petebista* venceu o *udenista*, segundo colocado.

Matos relata que a administração de Antônio Mariz foi um marco para a política paraibana: “*Em Sousa, vigorosa atividade de proselitismo promovia a divulgação de princípios de uma política de cunho social, trabalhista, nacionalista*” (MATOS, 2014, p. 66). Segundo a descrição do autor, Mariz encontrava-se alinhado ao pensamento político de João Goulart. E foi durante sua gestão que se ocorreu o golpe de Estado em 1964, que depôs o presidente da República.

Depois de consumado o golpe, no dia primeiro de abril, o prefeito Antônio Mariz, acompanhado dos vereadores Gilberto Nabor Vieira, João Gonçalves de Abrantes e do funcionário público Edvar Matos, convocou a população sousense para comparecer à frente do estúdio de uma difusora local onde proferiu um discurso contra o golpe e em defesa do presidente Goulart. De acordo com a narrativa de Matos:

Falaram os oradores em pé na carroceria de um caminhão, observados do lado oposto da mesma rua, pelo Delegado de Polícia e os militares do destacamento local.

Finda a manifestação com gritos de “Viva a democracia! Viva o Brasil! Posse ao presidente João Goulart! Abaixo os gorilas golpistas!” e mais expressões de ódio e desagrado, a multidão saiu em passeata para levar o prefeito até a sua residência na Rua Emílio Pires. (MATOS, 2014, p. 68)

A onda de prisões que ocorreu em 1964 levou prefeito detido ao quartel militar do Grupamento de Engenharia na capital. A prisão de Mariz resultou na suspensão do seu mandato e subsequentemente realizou-se investigação nos documentos administrativos da prefeitura de Sousa na tentativa de encontrar alguma irregularidade. Como nada que o incriminasse foi encontrado, Mariz foi liberado e reempossado no cargo por militares do Exército.

Quando decretada a prisão de Mariz, quem assumiu o cargo de prefeito foi seu vice, Geraldo Sarmento, eleito pela chapa *udenista*. A posse de um correligionário dos Gadelha foi marcada por passeatas em comemoração pelo retorno daquela família ao poder. A UDN sousense comandada pelos Gadelha, ficou marcada pela permanência na chefia municipal durante praticamente toda o período democrático entre 1945 a 1964, exceto a partir de 1963. Fiéis ao esquema *udenista* de captação de votos nos “currais” eleitorais, os Gadelha sempre rezaram a cartilha do partido, apoiando seus candidatos em todas as eleições que disputavam.

Segundo Paulo Gadelha, em todas as dissidências ocorridas no Diretório Regional *udenista*, a família Gadelha seguiu apoiando o partido. Em 1947, na dissidência de José Américo e na eleição para o governo do Estado em 1950 os Pinto de Oliveira declararam apoio ao PL de José Américo, enquanto os Gadelha continuaram apoiaram Argemiro de Figueiredo da UDN (GADELHA, 2007, p. 41). Posteriormente, na disputa interna entre João Agripino e Argemiro de Figueiredo, que resultou na dissidência do último, apesar de historicamente enquadrada no esquema *argemirista*, os Gadelha mantiveram-se fiéis ao partido, apoiando Agripino⁷⁴.

Apesar de lançarem candidatos próprios ao legislativo estadual e federal, os Gadelha nunca negaram apoio a João Agripino em Sousa. Porém, na eleição municipal de 1963 criou-se um ressentimento daquela família com o líder *udenista*. Dividido entre o apoio ao seu partido e ao seu parente, Agripino decretou neutralidade em Sousa,

⁷⁴ A UDN, após perder a eleição de 1950 para sua antiga liderança, dava sinais de recuperação política através de três lideranças: Argemiro de Figueiredo na região do litoral e da Borborema; Ernani Sátiro no cariri, Vale dos Espinharas, Sabugi e Piancó; e João Agripino na região do alto sertão. Eles conseguiram levar o partido a vitórias eleitorais em várias cidades do estado. Em uma reunião ocorrida em 1958 na cidade de Campina Grande, que contou com a presença das principais lideranças *udenistas* João Agripino queria aumentar ainda mais o crescimento do partido, com uma aproximação com o PL *americista*. Não aceitando a estratégia de Agripino, que tinha maioria dentro do partido, restou a Argemiro retirar-se da UDN. Após a dissidência de Argemiro, a UDN sousense se reuniu e decidiu manter-se ao lado de João Agripino (GADELHA, 2007, p. 63).

inclusive não chegou nem mesmo a ir à cidade durante a campanha para não influenciar na decisão dos eleitores.

Porém, aquela oligarquia não via os fatos da mesma forma de Agripino. Gadelha (2007, p. 98), relata a ida de José Gadelha à Brasília em 1965, conversar com o então senador João Agripino. Dizendo que Agripino não havia honrado seus compromissos, o político sousense listou uma série de amigos seus que mudaram o voto por influência do chefe estadual da UDN. Magoado, o *udenista* de Sousa rompe com Agripino e declara apoio à Ruy Carneiro no pleito de 1965.

Outras fontes descrevem a animosidade dos Gadelha com João Agripino. Segundo coluna do jornal *Correio da Paraíba*, na reunião entre principais membros do partido na casa do deputado Luiz Ribeiro Coutinho para discutir as eleições de 1965, o representante dos Gadelha afirmou que não iriam trabalhar na campanha de Agripino. De acordo com o colunista:

A família Gadelha não vai trabalhar para o senador, assumindo a mesma posição que ele, quando no pleito municipal de Sousa. Agripino ficou indiferente, segundo afirmam os gadelhas, a candidatura udenista, porque seu parente, Antônio Mariz era concorrente também. Agora está recebendo na mesma moeda. (MADRUGA. *Correio da Paraíba*, 2 de fev. de 1965, p. 3)

O rompimento com a chapa de Agripino, levou a família Gadelha a apoiar a chapa de Ruy Carneiro pelo PSD (*Correio da Paraíba*, 6 de julho de 1965; p. 8). No sentido contrário, o PTB sousense assinou manifesto em favor da candidatura de João Agripino (MADRUGA. *Correio da Paraíba*, 30 de mar. de 1965, p. 3).

Essa situação, agravada com a vitória de Agripino, mexeu com as possibilidades dos Gadelha seguirem na UDN. Antes deles tomarem qualquer decisão de deixarem o partido, houve a extinção das legendas através do AI-2. A formação do sistema bipartidário e a liderança que Agripino desempenhou na formação da Arena mudou a configuração política em Sousa. O governador trouxe para o partido da situação o grupo político que compunha o PTB sousense que lhe apoiara nas eleições de 1965. Junto veio seu primo Antônio Mariz, que na ocasião do golpe civil-militar, manifestou-se veementemente contra a deposição de Goulart. Assim, os Gadelha não tiveram outra opção a não ser integrar o MDB. Se olharmos a configuração da Assembleia Legislativa estadual, Antônio de Paiva Gadelha foi o único parlamentar *udenista* a figurar nos quadros da oposição.

Na análise da formação do bipartidarismo em Sousa vemos não só a influência do esquema de coligações das eleições de 1965 na transição, mas também a ação das relações familiares no processo.

A análise do sistema bipartidário em Sousa não para por aqui. Seria necessário um trabalho de fôlego maior para compreender as relações entre oligarquias e partidos políticos, assim como entender o comportamento dos Gadelha, oligarquia de tradição política que se ajustaria muito bem ao regime militar, como oposição⁷⁵.

Discutido o processo de implantação do bipartidarismo nesses dois municípios, chegamos à conclusão de que não há um modelo único para entender a transição desencadeada pelo AI-2. Cada caso merece um olhar mais atento que não cabe nesta dissertação. No que diz respeito à Arena, podemos perceber que o partido em que deveriam caber todos os apoiadores do regime, por motivos específicos deixou de fora alguns grupos políticos que poderiam ser importantes aliados ao governo militar. De todo modo, esses casos são formas de perceber influência de aspectos da cultura política local na transição.

⁷⁵ Vale a ressalva para Marcondes Gadelha, membro daquela oligarquia que se tornou deputado federal pelo MDB e teve notória atuação junto ao grupo político dos Autênticos do MDB. No livro de Ana Beatriz Nader, *Os autênticos do MDB*, há um capítulo sobre ele, mas não há uma análise complexa sobre sua atuação no MDB e seu passado oligárquico.

CAPÍTULO 3 – A ARENA NAS ELEIÇÕES: AS ALAS E AS DISPUTAS NO INTERIOR DO PARTIDO

Examinada a transição do sistema pluripartidário para o bipartidário, bem como a formação do Diretório Regional da Arena na Paraíba e a formação do bipartidarismo em dois municípios específicos (Serra Branca e Sousa). Dessa forma, apontamos como outro ponto importante para o estudo da Arena nesse trabalho a análise do desempenho eleitoral desse partido.

O processo eleitoral já foi observado por esse trabalho, quando no segundo capítulo abordamos o pleito eleitoral para governador do Estado em 1965. A análise da eleição estadual daquele ano, última com a composição pluripartidária, serviu principalmente para mapear os partidos paraibanos e os grupos políticos existentes dentro deles, auxiliando o entendimento da formação do bipartidarismo. A partir de agora, o exame do processo eleitoral servirá para compreender a organização interna do partido, especialmente como conduziam-se os diversos grupos políticos que aderiram à Arena no momento da disputa de cargos eleitorais.

Na formação do Diretório Regional da Arena na Paraíba ficou evidente a integração ao partido governista uma soma de grupos políticos distribuídos pelo sistema pluripartidário anterior, tanto em partidos distintos, como em um mesmo partido. Esses grupos, por vezes, eram rivais eleitorais em seus municípios ou disputavam o controle de seus partidos.

Algumas divisões dentro da Arena paraibana ficaram mais perceptíveis, a exemplo da sublegenda formada pelo deputado federal *ex-pessedista* Teotônio Neto, que trouxe seus correligionários para o partido liderado pelo até então rival político, João Agripino. Teotônio deixou claro que sua intenção era aderir ao partido do governo “revolucionário”, não ao governo João Agripino, como apresentamos no capítulo anterior. Já outras divisões dentro do Diretório Regional *arenista* não ficaram claras no primeiro momento, aparecendo na medida em que os desafios eleitorais foram surgindo.

Pelo viés eleitoral conseguimos compreender as disputas internas entre as alas que compunham a Arena paraibana. Esses grupos políticos que tinham suas lideranças bem definidas, por vezes entraram em conflito em função de processos eleitorais ou em decorrência deles. Esses embates acabavam por influenciar na estrutura interna do partido, especialmente na coesão de seus membros em torno do bem comum da

agregação. Destarte, através das eleições também pode ser analisada a disputa pelo poder por meio do partido.

Dessa forma, nesse capítulo será, primeiramente, feita uma discussão sobre como as eleições aconteceram durante a ditadura militar. Posteriormente, analisaremos como elas ocorreram na Paraíba nos anos em que estudamos a Arena nesse trabalho: 1966 e 1968. Em 1966 houve disputa para os cargos de senador, deputado federal, deputado estadual, prefeito e vereador de 64 dos 171 municípios paraibanos. Nesse pleito será enfatizado as eleições para o Senado, na qual apenas uma vaga estava em disputa. Já em 1968 ocorreram eleições para prefeito e vereador nos 106 municípios restantes. Entre esses municípios destacaremos a eleição para prefeito da cidade de Campina Grande, segundo maior colégio eleitoral do estado.

3.1 – O processo eleitoral durante a ditadura militar

Os eventos eleitorais também foram aspectos revistos pela renovação da história política. Para René Rémond (2003b), as eleições são fenômenos há muitos anos estudados pelos historiadores. De acordo com o autor, elas têm um papel decisivo na manutenção dos regimes políticos, assim como na representação da opinião pública. Os estudos eleitorais perduraram em todas as modificações da história política e, a partir de sua renovação, na segunda metade do século XX, trouxeram métodos de outras disciplinas, assim como revisaram técnicas utilizados por historiadores e cientistas sociais para suas análises. Nos novos estudos da história política, as eleições não se limitam apenas ao seu ato e às consequências de seus resultados na sociedade, a exemplo da forma de manutenção ou transformação do poder. Outros tipos de eleições passaram a fazer parte do leque de objetos de estudo do historiador, assim como outras etapas desse processo. As campanhas eleitorais, por exemplo, trazem informações como: a escolha dos candidatos e o projeto político deles e de seus partidos, bem como suas estratégias e como elas se modificam com a repercussão junto à opinião pública (RÉMOND, 2003b, p. 49). Aqui, um ponto que será bastante problematizado é o processo de escolha dos candidatos que representaram seus partidos.

Antes de analisar o desenvolvimento eleitoral da Arena paraibana é necessário discutir sobre a forma como ocorriam as eleições durante o regime militar. Para Maria D'alva Gil Kinzo (1988), dois aspectos devem ser levados em consideração sobre o

sistema eleitoral durante esse período autoritário: 1) a natureza sob a qual as eleições se realizavam; 2) o caráter distorcido do sistema eleitoral, para a autora, uma herança do período pré-1964 (KINZO, 1988, p. 65).

Quando examinamos a trajetória do sistema eleitoral durante a ditadura, percebe-se uma série de intervenções ao longo do período autoritário. Em 1964 foi vetada a eleição presidencial, em 1965, através do AI-2, foi decretada eleições indiretas para governadores estaduais e prefeito das capitais dos estados e das cidades consideradas “zonas de segurança nacional” (que passaram a ser nomeados pelo governador). Posteriormente, no ano de 1977 um terço das cadeiras do Senado passaram a ser eleitas por um colégio eleitoral, não mais de forma direta, através do chamado “Pacote de Abril”⁷⁶. Ainda nesse sentido, Kinzo aponta que os candidatos oposicionistas sofriam intimidações durante o período eleitoral, havendo restrições à sua propaganda em rádio e televisão, sem contar que não existiu a imunidade parlamentar durante muitos anos, deixando políticos em constante possibilidade de cassação de seus mandatos (KINZO, 1988, p. 66).

À vista disso, o que se apresentava era um sistema retalhado pelo governo autoritário sob a justificativa de que tais medidas eram necessárias para segurança nacional. Apesar de todas as normas que limitavam o sistema eleitoral, esse, por vezes foi legitimado pelos próprios políticos. Desde o início da ditadura, os militares chamados convencionalmente de “comando revolucionário”, dialogaram com as representações políticas medidas antidemocráticas. Essas passaram a ser conhecidas como casuísmos eleitorais, e perpassaram todo o período ditatorial.

Por outro lado, há aspectos que geravam desequilíbrio no processo eleitoral que não foram instaurados pós golpe de 1964, mas são heranças do sistema eleitoral criado em 1945. O primeiro deles é que o voto era um direito apenas para alfabetizados

⁷⁶ Segundo Maria Helena Moreira Alves (2005), após as eleições de 1976 o governo militar tentou emplacar no Congresso Nacional uma série de medidas para fortalecer os setores conservadores civis e militares no regime. Rejeitado pelos deputados, o governo fechou o Legislativo e formou uma Assembleia Constituinte para rediscutir tais medidas, a partir disso foi lançado no dia 13/04 a emenda constitucional nº 7, conhecida como “pacote de abril”. Nele constavam medidas que alteravam as determinações do judiciário, fiscais, sobre os órgãos de imprensa e, especificamente questões eleitorais. A partir dele tornavam-se permanentes as eleições indiretas para governador; alterava o número de deputados para cada estado, determinados não mais pela proporção de eleitores cadastrados, mas de acordo com a população geral; e mudava o processo eleitoral para o Senado, no qual apenas dois terços dos senadores seriam eleitos por voto direto, sendo o terceiro senador de cada estado eleito de forma indireta, o chamado “senador biônico”. Tais medidas tinham como finalidade estancar o crescimento da oposição para não haver interferência dessa na escolha do presidente (ALVES, 2005, p, 231-236).

maiores de 18 anos. Vale ressaltar que no Brasil daquela época as taxas de analfabetismo eram bastante altas, ficando um elevado número de pessoas marginalizadas do processo eleitoral.

O segundo ponto são os mecanismos do sistema eleitoral que influenciavam na distorção da representação no Legislativo: se por um lado as eleições para o Senado eram feitas sob o sistema majoritário, para a Câmara dos Deputados vigorava o sistema proporcional. Essa diferença de métodos eleitorais acaba alterando o princípio da representação por Estado.

A representação majoritária é utilizada geralmente em eleições na qual há apenas uma vaga a ser preenchida (presidente, governador e prefeito). Nesse sistema, ganha quem obtiver a maioria dos votos (50% mais um). Já a representação proporcional, comumente utilizada em eleições legislativas, está baseada no cociente eleitoral e partidário, além do método de “maiores médias” na distribuição das sobras (KINZO, 1988, p. 68)⁷⁷.

Para a autora, o problema do sistema proporcional é que ele não assegura a proporcionalidade, pois as cadeiras que são alocadas aos partidos não são necessariamente equivalentes ao voto que obtiveram. Ou seja, há um benefício aos partidos maiores contra os menores. As legendas menores que não atingiram o cociente eleitoral são excluídas da distribuição das sobras. Nessa estrutura, na maioria das vezes, os partidos maiores têm a média de cadeira por voto inferior a muitos partidos pequenos, que obtiveram quantidade significativa de votos, mas não atingiram o cociente eleitoral (KINZO, 1988, p. 68).

Porém, Kinzo relata que a desproporcionalidade do sistema proporcional brasileiro é resultado de outros problemas além do relatado acima. A questão da distribuição das cadeiras entre os estados gera um distúrbio maior para o sistema proporcional brasileiro. Nesse sentido, o número de cadeiras destinada a cada estado deveria ser proporcional à sua população. Porém, nesse caso, o princípio da

⁷⁷ Kinzo explica o que é o cociente eleitoral e partidário. O primeiro é a divisão do número de votos válidos (inclusive votos em branco) pelo número de cadeiras estabelecidas para cada estado. Já o cociente partidário é determinado pela divisão do número de votos de cada partido pelo cociente eleitoral. O Código Eleitoral também determina que as sobras devem ser distribuídas apenas entre os partidos que tiverem alcançado o cociente eleitoral, segundo os seguintes procedimentos: 1) o número de votos de cada partido é dividido pelo número de cadeiras que esse obteve mais um, sendo que a cadeira adicional será designada para a legenda que tiver a maior média; 2) esta operação repetir-se-á para a distribuição das cadeiras restantes (KINZO, 1988, p. 68).

proporcionalidade gerou uma irregularidade. Se no Senado prevaleceu a norma federalista (igual número de senadores para cada estado), na Câmara respeitou-se a proporcionalidade. Essa medida acaba prejudicando os estados de população mais densa, favorecendo os menos populosos.

Mesmo que a legislação sobre a representação tenha sido alterada diversas vezes desde 1945, esse critério permaneceu. Para a autora:

A distribuição proporcionalmente desigual do número de cadeiras por Estado, somada à distorção na representação que beneficia os grandes partidos na Câmara Federal, fazem com que a representação partidária no Congresso não reflita acuradamente o apoio eleitoral obtido pelos partidos políticos. (KINZO, 1988, p. 70)

Teoricamente, privilegiar partidos “maiores” significa dar mais representatividade às organizações que são interlocutoras políticas de uma maior parcela da população, geralmente por envergar uma bandeira ideológica com a qual uma maioria se identifique. Porém, essa perspectiva não se encaixa quando se analisa os grandes partidos brasileiros daquela época. Geralmente os partidos maiores eram uma reunião de políticos que almejavam assumir cargos eletivos para manter um *status* de poder através de um jogo de troca de bens materiais e simbólicos com seus aliados. O sistema proporcional, portanto, privilegiava grandes partidos e suas representações políticas.

Partindo dessa premissa do sistema eleitoral brasileiro, Kinzo, em sua pesquisa sobre o MDB, chegou à conclusão que o partido de oposição se saiu mais vitorioso em eleições para o Senado e a Arena conseguiu ocupar mais cadeiras na Câmara e nas Assembleias Legislativas estaduais. Segundo a autora, as eleições para o Senado acabaram se tornando mais políticas comparada à Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativas, pelo fato que não haviam eleições majoritárias para os cargos de presidente e governador ao longo da ditadura, a escolha do senador por vezes serviu como forma de protesto da população contra o governo.

Em outras palavras, o sistema de representação proporcional em extensas circunstâncias eleitorais, adotando nas eleições para a Câmara Federal e Assembleias estaduais, tem feito com que os eleitores escolham um entre várias centenas de candidatos. Com isso, a decisão do eleitor torna-se em grande parte casual, devido à falta de informação a respeito de tantos candidatos, ou por vezes baseada em vínculos pessoais com chefes políticos locais, cujo estilo clientelista

continua sendo uma prática comum de captação de votos. (KINZO, 1988, p. 71)

Como a Arena foi um partido maior que o MDB, esse critério de representatividade proporcional acabou favorecendo-o na formação de bancadas numerosas na Câmara Federal e nas Assembleias Legislativas. Por outro lado, perdeu espaço para o MDB no Senado, precisando o governo militar apelar para os famosos casuísmos eleitorais.

Essa discussão inicial serve para apresentarmos o sistema eleitoral brasileiro que vigorou durante a ditadura militar, como forma de introduzir o leitor nesse aspecto da pesquisa. A partir dos próximos dois tópicos entenderemos na prática como a questão eleitoral influenciou na organização interna da Arena paraibana.

3.2 – As Eleições de 1966: a campanha senatorial e as disputas internas dentro da Arena

Nas eleições de 1966 foram disputados os cargos de senador, deputado federal, deputado estadual, prefeito e vereador. Neste tópico analisaremos em destaque como foi a disputa para o cargo de senador entre os partidos paraibanos. Veremos a forma pela qual ocorreu a escolha do candidato pela Arena, analisaremos seu desempenho no pleito eleitoral e quais as suas consequências na organização interna do partido. Do mesmo modo que analisaremos os resultados eleitorais para o Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa. A análise das eleições para o cargo de prefeito será feita no tópico seguinte, juntando as eleições ocorridas em 1966 com as realizadas em 1968.

O pleito de 1966 visava a renovação de um terço do Senado Federal. Nesse caso, cada estado elegeria apenas um candidato através de eleições majoritárias. Com relação à escolha dos postulantes ao cargo de senador, os Diretórios Regionais da Arena e do MDB paraibano tiveram processos bastante distintos. No MDB o processo foi mais inteligível. A liderança partidária exercida por Ruy Carneiro fez com que ele se tornasse favorito dentro partido. Como não havia outro nome com condições de disputar internamente pela candidatura, Carneiro teve seu nome homologado pelo partido. Além dele, sua chapa era composta por Antônio Pereira Diniz, candidato à suplente.

Do outro lado, a escolha do candidato para disputar a eleição senatorial pela Arena não foi tão simples. O partido via naquele pleito a oportunidade de mostrar que a estrutura organizacional montada pelo governador João Agripino, fundada na reunião de

forças políticas apoiadoras do golpe de 1964, dispersas nos partidos extintos, se apresentaria coesa para sua primeira eleição majoritária estadual. Porém, a união de grupos políticos distintos em um único partido não teve o resultado esperado.

Ao fazer a análise do conjunto de notícias e artigos publicados pelos jornais paraibanos desde a fundação da Arena, percebe-se que haviam dois candidatos com condições e disposição para concorrerem àquela eleição: Pedro Gondim e Ernani Sátiro.

Pedro Gondim estava em ascensão política quando desfilou-se do PSD para disputar o pleito de governador do Estado pelo PDC em 1959. Naquela eleição formou chapa com a UDN, num acordo firmado com João Agripino. Com o apoio *udenista* Gondim elegeu-se governador em 1960 e, posteriormente, em 1965, repetindo a coligação PDC-UDN, fez de Agripino seu sucessor no governo estadual. Inclusive, a colaboração de Gondim à campanha *agripinista* terminou com investigação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por utilização da máquina estatal em prol da campanha de Agripino⁷⁸.

A popularidade de Pedro Gondim nas eleições em 1960 dava sustentação para que ele almejasse a disputa senatorial seis anos depois. Além disso, de acordo com o próprio Gondim, haveria uma “tradição política” que aludia sobre o governador eleito fazer de seu antecessor, caso fosse seu aliado, senador no pleito subsequente. Em entrevista na qual declarou seu desejo de concorrer a uma cadeira no Senado, o *arenista* afirmou:

Em nenhuma oportunidade, fui candidato de mim mesmo. A sugestão do meu nome nasceu nas ruas, dentro da memorável campanha [para governador em 1960]. Cresceu na convivência interpartidária e devotamento extremo à causa pública e às forças que me apoiaram e elegeram. [...] Tudo isso, naturalmente, coadjuvado tradição de o governador eleito no mesmo sistema político contribuir para levar ao Senado o seu antecessor. (Correio da Paraíba, 22 de mar. De 1966, p. 8)

Porém, após a fundação da Arena paraibana, surge o nome de Ernani Sátiro para competir com Pedro Gondim na disputa interna pela candidatura ao Senado. Último presidente do Diretório Nacional da UDN, na Paraíba dividiu a liderança do Diretório Regional com João Agripino. Chegou a ser cogitado para disputar o cargo de

⁷⁸ Sobre as investigações acerca das irregularidades da campanha para governador do Estado em 1965 ver no capítulo dois, nota de rodapé número 62.

governador em 1965, mas foi preterido por seus correligionários. Após a fundação da Arena, Sátiro passou a acreditar que tinha força suficiente para pleitear a candidatura ao Senado.

Assim como seu companheiro de partido, Ernani Sátiro também declarou em entrevista sua intenção de concorrer ao Senado pela Arena:

Sou candidato a Senador. Por enquanto, a minha candidatura está lançada perante o partido. Reconheço que existem muitos outros homens públicos paraibanos em condições de aspirar ao elevado mandato de Senador Federal. Se me candidato é porque considero que minha longa vida pública também me habilita a isso. [...] Coloco entretanto, o problema em termos democráticos. Ao partido é que cabe decidir se minha aspiração é ou não justa e legítima. (Correio da Paraíba, 25 de mai. de 1966, p. 8)

Em contrapartida, Pedro Gondim esperava a retribuição política por parte de João Agripino, que em agradecimento ao seu correligionário o apoiaria ao pleito senatorial. Por outro, Ernani Sátiro via o novo sistema partidário favorável à sua candidatura. Caso não tivesse ocorrido a extinção dos partidos pelo Ato Institucional nº 2, ele tinha condições de ser o candidato da UDN na disputa senatorial de 1966. No novo esquema partidário, Sátiro considerou-se em condições de galgar sua candidatura pela Arena, visto que ele tinha prestígio junto aos militares devido seu entusiasmo ao movimento golpista de 1964, além do fato que a Arena na Paraíba foi formada majoritariamente pelos quadros da UDN, do qual era um dos líderes locais.

Dessa forma, os *gondinistas* esperavam que João Agripino, empregando sua liderança na Arena, tomasse as rédeas dentro do partido para a escolha do candidato ao Senado, algo que ele não fez no primeiro momento. Em sua coluna no *Correio da Paraíba*, J. Soares Madruga, jornalista que era filiado à Arena, relata a situação nas hostes situacionistas:

Nas suas apreciações e análises sobre o problema, os *gondinistas* enchem-se de pavor ante a viabilidade de o Chefe do Executivo cruzar os braços e deixar que a solução venha pela lei da gravidade, furtando-se a qualquer compromisso ou pronunciamento que apresse o desfecho dessa crise subterrânea vivida entre as lideranças das duas tendências atuais do situacionismo. Sabem eles que se o governador não tomar para si a condução do problema o sr. Pedro Gondim perderá, em escala crescente, as vantagens que vinha somando às suas condições pessoais, porque o *agripinismo* é mais receptível às aspirações do deputado Ernany, cuja vida pública tem os moldes

partidários do bloco e que, porisso, sensibiliza aquela área onde o ex-governador deixou ressaibos que somente à pulso forte de João Agripino poderá superá-los. (MADRUGA. Correio da Paraíba, 19 de mar. de 1966, p. 3)

Diante do impasse criado, foram pensadas formas para contornar tal situação sem causar muitos danos à estabilidade interna da Arena. A primeira alternativa foi lançar os dois candidatos para a disputa senatorial através do esquema das sublegendas. Nesse pleito, as sublegendas apresentavam-se como uma faca de dois gumes: ter dois candidatos poderia dividir os votos do partido entre suas chapas, porém essa seria uma forma mais efetiva de obter a vitória da Arena sob Ruy Carneiro, único candidato do MDB⁷⁹.

Nessas condições, Pedro Gondim não demonstrou interesse em sair candidato. Disputar um pleito majoritário por uma sublegenda poderia fazer com que ele servisse de escada para o outro candidato de seu partido. Assim, ele lança manifesto abrindo mão de concorrer ao Senado, mostrando-se satisfeito em disputar um cargo de deputado federal (Diário da Borborema, 24 de ago. de 1966, p. 8).

Sua decisão acaba não sendo a melhor para o partido, pois apenas a candidatura de Ernani Sátiro não seria suficiente para vencer Ruy Carneiro. Especulava-se outro nome para entrar na disputa senatorial por uma sublegenda *arenista*, e ventilou-se o nome do ex-*pessedista* Teotônio Neto. Sua entrada poderia resolver dois problemas para a Arena: o primeiro era equiparar a disputa eleitoral com Ruy Carneiro, e o segundo era conter a evasão dos votos dos ex-*pessedistas* integrantes da sublegenda *arenista* montada por ele. A transferência de votos da Arena para o MDB foi relatada pelo colunista Hélio Zenaide, do *O Norte*:

O deputado Nivaldo Brito, ex-PSD e hoje na sublegenda da ARENA, sob a coordenação política do deputado Teotônio Neto, não irá mobilizar o eleitorado pessebista de São João do Cariri e Serra Branca em favor de Ernani.

O pessedismo ali votará mesmo no senador Ruy Carneiro.

⁷⁹ Jairo Nicolau (2012) explica como ocorriam as eleições em caso de sublegendas: em uma determinada disputa eleitoral concorrem três candidatos da Arena (A, B e C) divididos em sublegendas e um único candidato do MDB (D). Os três candidatos da Arena obtém a seguinte votação: A – quinhentos votos, B – trezentos, C – duzentos. O candidato do MDB, D – novecentos votos. O somatório dos votos da Arena é de mil votos, superando a votação do *emedebista*. Dessa forma, o candidato A, mais votado pela Arena seria eleito (NICOLAU, 2012, p. 108).

O mesmo fenômeno, aliás, repetir-se-á em outros municípios onde ex-líderes do PSD ingressaram na ARENA.

Embora na ARENA, voto que é bom só para Ruy. (ZENAIDE. O Norte, 20 de ago. de 1966, p. 2)

Porém, Teotônio Neto não aceitou a proposta de concorrer ao Senado junto com Ernani Sátiro através de uma sublegenda da Arena, e essa hipótese de lançar dois candidatos ao Senado acabou não se concretizando.

Uma segunda maneira de contornar o impasse dentro da Arena foi escolher um outro nome para a disputa senatorial pelo partido. Esperava-se que esse novo candidato tivesse poder de conciliar e reagrupar as alas divergentes que insurgiam na organização. Deveria ser um cacique político importante, que tivesse poder para conciliar as disputas internas. O único político disponível que acumulava tais características era o do ex-governador José Américo de Almeida.

Apesar de estar afastado da política desde o final da década de 1950, para dedicar-se à suas atividades literárias e descansar em sua residência na praia do Cabo Branco em João Pessoa, o nome de José Américo era bem aceito dentro da Arena. Pedro Gondim e Ernani Sátiro, especialmente, viam com bons olhos a possibilidade de ele sair de sua “aposentadoria” para disputar uma cadeira ao Senado pela Arena, pois como tratava-se de liderança já consolidada não se tornaria uma ameaça à suas pretensões eleitorais futuras. Porém, José Américo relutava em não participar, nem ao menos expressar opinião sobre a situação política paraibana, fazendo com que a possibilidade de sua candidatura acabasse deixada de lado (Correio da Paraíba, 11 de mai. de 1966, p. 8).

Entre as declarações dos *arenistas* e a especulação da imprensa, o governador João Agripino assumiu que só iria resolver o problema da candidatura *arenista* para o Senado no segundo semestre de 1966. Chegado o mês de julho, Ernani Sátiro anuncia uma nova vinda à Paraíba para arquitetar o lançamento de seu nome como candidato ao Senado. Sua intenção era buscar apoio nos círculos políticos *arenistas* para a homologação de seu nome na convenção partidária que ocorreria em setembro. Em entrevista concedida ainda no aeroporto, Sátiro reafirmou sua intenção de ser candidato:

Como sabe toda a Paraíba, sou candidato a Senador. Se meu nome, como espero, for realmente escolhido pelos arenistas paraibanos, não pouparei esforços no sentido de fazer vitoriosa minha candidatura e

também as chapas de deputados federais e estaduais. (O Norte, 5 de jul. de 1966; p. 8)

O fato de Ernani Sátiro manifestar-se apto a disputar o pleito contra Ruy Carneiro resultou em provocações por parte dos políticos *emedebistas*. O deputado estadual José Gayoso chegou a dizer que ele era o melhor adversário para Ruy dentro da Arena, pois era “*Ruim de urna*” (ZENAIDE. O Norte, 26 de mar. de 1966; p. 2). Mas para Sátiro disputar contra Ruy Carneiro nas eleições, teria de convencer uma boa quantidade de políticos dentro da Arena de que seria um bom nome para o partido naquelas eleições.

No segundo semestre de 1966 aconteceram várias reuniões entre as principais lideranças da Arena paraibana, João Agripino, Pedro Gondim, Ernani Sátiro e Teotônio Neto, no Palácio da Redenção, sede do governo do Estado. Além da escolha do candidato ao Senado, o partido teria de encontrar um nome para compor a chapa como suplente e traçar uma estratégia para vencer o pleito.

Ao longo das reuniões, Ernani Sátiro viu uma série de dificuldades para conseguir que o partido chegasse a um acordo sobre a homologação de seu nome como candidato ao cargo de senador. Dentro do próprio grupo político que se manteve desde as eleições de 1965 (coligação UDN-PDC-PL) não havia um consenso sobre seu nome, visto que muitos ainda queriam que Pedro Gondim disputasse aquela eleição. Além desse problema, a situação ficou mais difícil para Sátiro com a entrada na Arena de membros de outros grupos políticos, como os antigos *pessedistas*, ex-companheiros de partido de seu principal adversário, o senador Ruy Carneiro.

Os membros da sublegenda Arena-2 informaram em reunião sua posição de não sufragarem o nome de Sátiro, pois já haviam firmado compromisso com Ruy Carneiro. Diante da situação, Sátiro organizou uma comissão de deputados incumbidos de convencer Pedro Gondim a se candidatar ao Senado pela Arena. Já era agosto e, nessa altura do campeonato, faltando exatos dois meses para a eleição, Gondim diz não haver condições de desistir de sua candidatura à deputado federal. Diante da falta de apoio suficiente para a homologação de seu nome dentro da Arena, Sátiro decide pelo afastamento de sua campanha senatorial (O Norte, 14 de set. de 1966; p. 8)⁸⁰.

⁸⁰ Uma outra explicação para a desistência de Ernani Sátiro de sua candidatura ao Senado foi relatada por Cittadino (2006, p. 315). De acordo com a autora, a campanha senatorial de Sátiro estaria orçada em cem milhões de cruzeiros, valor do qual ele não dispunha.

Assim, após novas confabulações, os líderes da Arena decidem pelo nome de Aluísio Afonso Campos para concorrer ao Senado. Economista, funcionário do Banco do Brasil, duas vezes deputado estadual e candidato a senador contra Argemiro de Figueiredo em 1954. No período democrático integrou os quadros do PSB, sendo um dos fundadores da secção estadual paraibana. Campos pertencia ao grupo socialista que era oriundo da UDN de Campina Grande, próximo à João Agripino, diferente de muitos políticos daquele partido que foram cassados no ato do golpe, ele não se indispôs com o novo governo militar. Poderia não ter força política própria para concorrer ao cargo de senador contra um cacique político como Ruy Carneiro, mas tinha capital financeiro o suficiente para sustentar sua campanha. Além disso, contava com o apoio e a influência política de João Agripino.

O nome de Aluísio Afonso Campos foi homologado por unanimidade na convenção da Arena ocorrida no dia 17 de setembro no Cine Metrôpole, localizado no bairro da Torre em João Pessoa, evento no qual estavam presente as principais lideranças *arenistas* da Paraíba. Coordenada pelo presidente do Diretório Regional, Clóvis Bezerra, o início da convenção se deu com a leitura de uma carta escrita por Ernani Sátiro explicando os motivos da sua desistência da candidatura. Nela, o deputado relata a existência de muitas dificuldades enfrentadas dentro do partido, e que, por razão de interesse comum, optou pela desistência de sua candidatura:

Percebo que existem áreas do partido que não sufragaram meu nome. A resistência resulta, ora da marca de lutas passadas, ora das circunstâncias em que surgiu minha candidatura. [...] Não tenho dúvidas de que, dentro dos quadros da ARENA paraibana, não faltarão nomes capazes de despertar entusiasmo que não pude acender e de superar obstáculos que não consegui transpor. (O Norte, 18 de set. de 1966, p. 8)

Como suplente de senador na chapa de Aluísio Afonso Campos foi homologado o nome do deputado estadual padre Américo Sergio Maia, primo legítimo de João Agripino.

Após a convenção da Arena, Ernani Sátiro voltou à Brasília insatisfeito com o desfecho de sua candidatura para o Senado. Contatando militares e os líderes nacionais do partido, o deputado federal queria encontrar um meio de reverter a decisão tomada pelo Diretório Regional. De acordo com as informações do colunista Hélio Zenaide, tanto o presidente Castelo Branco quanto o marechal Artur da Costa e Silva, recém-

eleito presidente da República, demonstraram-se insatisfeitos com o afastamento da candidatura de Sátiro, chamada pela imprensa local de “degola” (O Norte, 5 de out. de 1966, p. 8).

Circulava a informação de que os militares do comando federal poderiam intervir na escolha do Diretório Regional, retirando a candidatura de Aluísio Afonso Campos. Para contornar a situação, João Agripino enviou carta a Castelo Branco explicando o caso. O presidente da República respondeu a mensagem de Agripino demonstrando entendimento e disponibilidade para o diálogo: *“Recebi ontem sua carta sobre a candidatura senatorial pela Paraíba. Reconheço sua correção pessoal e equilibrada cooperação política”* (O Norte, 11 de out. de 1966, p. 8). A resposta de Castelo Branco serviu para desmentir os boatos sobre divergências entre o Diretório Regional e o governo federal.

Para resolver o problema da “degola” de Ernani Sátiro, João Agripino viajou ao Rio de Janeiro com o objetivo planejar junto ao Diretório Nacional uma solução para a campanha *arenista* nas eleições de 1966. Chegaram à conclusão de que manter-se-ia a candidatura de Aluísio Afonso Campos e Sátiro disputaria uma cadeira para a Câmara dos Deputados. Como todas as vagas da Arena para eleição de deputado federal estavam ocupadas, foi necessário que alguém retirasse sua candidatura para que Sátiro pudesse concorrer. O *gondinista* Silvio Porto foi quem abriu mão da vaga, passando a disputar a reeleição para deputado estadual. Esta foi a segunda vez num espaço de um ano que ele deixa uma disputa eleitoral para dar lugar a outro candidato por pressão partidária⁸¹. Em nota veiculada no *O Norte*, Porto explica que abriu mão do cargo em colaboração ao partido:

Na qualidade de presidente em exercício da ARENA e de líder do governo, eu mesmo tomei a iniciativa de prestar ao meu partido mais uma decisiva colaboração. A integração do deputado Ernani Sátiro na futura chapa federal é a resposta mais concreta de que a ARENA pode oferecer contra o argumento de que nossas forças não estão solidamente unidas para o próximo pleito de 15 de novembro. (O Norte, 14 de out. de 1966; p. 8)

⁸¹ Vale lembrar que em 1965 seu nome estava confirmado como candidato a vice-governador na chapa de João Agripino, mas precisou dar lugar a Severino Cabral pela logística eleitoral: Cabral tinha mais votos em Campina Grande.

Na mensagem, Silvio Porto demonstrou sua disponibilidade em ajudar o partido naquele momento difícil, deixando de lado suas pretensões particulares para manter a estabilidade de sua organização partidária.

Definidos os candidatos, sobrou pouco mais de um mês para a eleição, período que foi de intensa campanha, principalmente para Aluísio Afonso Campos. João Agripino, que bancou a candidatura de Campos, utilizou-se de sua influência política para alavancar a campanha *arenista* ao Senado, mas os comícios não empolgavam e, em alguns deles, até acidentes aconteciam, como ocorreu no bairro de Cruz das Armas, na capital. Ao anunciarem a chegada de Campos, foram lançados foguetões que acabaram caindo em três casas de palha, sendo preciso chamar os bombeiros. No caminho para apagar o incêndio, o caminhão virou e quase matou todos que estavam dentro. Segundo Hélio Zenaide, sua campanha ficou marcada pelo azar e pelo agouro. O candidato que se denominava “barra-limpa”, a chacota tratou de mudar para “barra-suja” (ZENAIDE. O Norte, 8 de nov. de 1966, p. 2).

Os resultados nas urnas foram o reflexo da desarranjada campanha *arenista* para o Senado. Segundo as atas do TRE-PB, Ruy Carneiro foi eleito senador da República com 192497 votos (51,22%), contra 183320 (48,72%) de Aluísio Afonso Campos (Atas de eleições. Acervo do TRE-PB). Uma diferença de pouco mais de nove mil votos, que pode parecer muito, se comparada ao resultado da última eleição majoritária, na qual João Agripino ganhou de Ruy Carneiro por pouco mais de dois mil votos, mas essa foi uma vitória magra, especialmente se compararmos o peso de cada um dos candidatos na política local.

Sobre a análise do pleito senatorial podemos fazer algumas observações. A vitória de Ruy Carneiro, candidato do MDB, não significou um repúdio do povo paraibano ao regime militar autoritário. Sua vitória deveu-se ao sistema político montado por ele que funcionou durante todo o período de 1945 a 1964, bem como por sua popularidade como uma das principais lideranças políticas do estado. Carneiro apoiou o golpe de 1964 e após o AI-2 migrou para a oposição por circunstâncias da conjuntura política local. Ao entrar no MDB acertou-se com o governo militar que integraria o partido de oposição, mas não incomodaria os planos do Executivo. Cittadino (2006, p. 312) relata que, nos comícios de sua campanha, Ruy Carneiro advertia correligionários que faziam críticas mais exaltadas ao governo militar puxando a manga de seus ternos, num gesto de censura àquela atitude.

No que diz respeito à escolha interna dos candidatos pelos dois partidos, o MDB saiu em vantagem contra a Arena. Na legenda oposicionista, a liderança exercida por Ruy Carneiro fez uma diferença significativa, pois todo o partido manteve-se coeso em torno de sua candidatura. Diferente do que aconteceu na Arena. Na coalizão situacionista, a Arena-1, chefiada por João Agripino, as duas principais lideranças abaixo do governador, Pedro Gondim e Ernani Sátiro, almejavam sair candidatos ao Senado, resultando em uma divisão interna daquela sublegenda.

A falta de controle daquela situação por parte de João Agripino resultou em um problema interno protelado durante meses, ocasionando um atraso da escolha do nome do candidato ao Senado. Quando começaram as reuniões efetivas para definição da campanha senatorial, Pedro Gondim já havia desistido de sua candidatura e não havia mais condições de manter o partido unido em torno do nome de Ernani Sátiro. Por fim, escolheu-se um terceiro nome que não sustentaria uma disputa eleitoral com um adversário com um currículo político de Ruy Carneiro. Ressalta-se ainda a Arena-2, apesar integrarem o situacionismo, mantiveram-se fieis à antiga liderança e apoiaram Ruy Carneiro na disputa senatorial. De acordo com as informações levantadas por José Octávio de Arruda Mello (2010):

Reafirmando o caráter litorâneo do antigo PSD, Ruy Carneiro vitoriou com boa margem em João Pessoa, Mamanguape, Itabaiana e Alagoa Grande, e ainda nas zonas industriais de Cabedelo, Bayeux, Santa Rita e Rio Tinto, antigos redutos das Ligas Camponesas (Sapé e Guarabira), e alguns dos maiores colégios eleitorais do Estado (Campina Grande, Patos e Sousa). Outra parte da maioria ruysta proveio de municípios de tradição pessedista, (como Teixeira, Malta, Juazeirinho, Itaporanga, Alagoinha, Ingá, Taperoá e Pombal) e trabalhista (Araruna/Cacimba de Dentro). (MELLO, 2010, p. 70-71)

Na primeira eleição majoritária disputada pela Arena prevaleceram as alianças e as disputas pelo poder do antigo sistema partidário. O partido que esteve nos primeiros anos sob a tutela de João Agripino, foi palco de disputas internas entre as alas que surgiram em seu interior. Vinculadas a líderes políticos de trajetória consolidada na política local, essas coalizões *arenistas* disputaram o controle da organização através da conquista de cargos eleitorais. Pedro Gondim e Ernani Sátiro pretendiam concorrer ao cargo senatorial para, ocupando importante posição dentro do Estado, conseguir moeda de troca para negociar com novos possíveis aliados. Essa concorrência interna

prejudicou não só as duas lideranças, como o próprio partido, que terminou escolhendo um nome menos competitivo para o pleito.

Em 1977, passados mais de dez anos após aquela campanha senatorial, Aluísio Afonso Campos relatou sua opinião sobre o processo de escolha do candidato ao Senado pela Arena em 1966. Em entrevista ao projeto conjunto do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC) e do Núcleo de Documentação e Informação Histórico e Regional (NDIHR) da UFPB acerca da memória das personalidades políticas paraibanas, Campos declarou que sua candidatura havia surgido como um meio para recompor o partido para aquela eleição, sendo bem aceita, inclusive por Pedro Gondim e Ernani Sátiro. Porém, o problema apontado por Campos estava nos correligionários dessas lideranças políticas:

Só que a vaidade política [...] mesmo num estado pequeno ou interior, as lideranças pessoais apaixonam os correligionários. Então os elementos diretamente ligados às lideranças do ex-governador Pedro Gondim, achavam que, ele não sendo candidato pelo partido, o partido estaria cometendo uma injustiça contra ele, uma injustiça que merecia punição. A mesma coisa pensavam os correligionários do deputado Ernani Sátiro [...] Então, embora eu tivesse surgido como candidato formalmente apresentado para conciliar... Na verdade muitos elementos vinculados ao ex-governador Pedro Gondim e [...] [à] Ernani Sátiro votaram no Rui Carneiro, como vingança. (Entrevista: Aluísio Afonso Campos. Acervo NIDHR, 1977, p. 148)

De acordo com Campos, a disputa entre as lideranças de Pedro Gondim e Ernani Sátiro prejudicaram sua campanha, levando muitos correligionários, por estarem magoados com a decisão do partido, votarem no candidato do MDB por vingança política.

Já na Câmara dos Deputados a Arena paraibana conseguiu uma boa quantidade de candidatos eleitos. Segundo as atas eleitorais do TRE-PB, sete *arenistas* foram eleitos, contra cinco candidatos do MDB. Esperava-se entre sete e oito eleitos, mas o que não se imaginava era que a Arena tivesse apenas o terceiro candidato mais votado: Pedro Gondim (24583 votos – 6,68%). Ernani Sátiro ficou apenas na oitava posição (18890 votos – 5,14%). Os dois primeiros foram os *emedebistas* Janduhy Carneiro (26909 votos – 7,32%) e Humberto Lucena (24778 votos – 6,74%). Alguns importantes nomes *arenistas*, a exemplo de Luiz Bronzeado e Jacob Frantz não conseguiram se eleger, já outros conseguiram apenas a suplência, como foram os casos de Joacil de

Brito Pereira e Plínio Lemos, esse último assumindo posteriormente a titularidade do cargo (Ver tabela 5).

Para a Assembleia Legislativa, a Arena fez 24 deputados: vinte eleitos pela sublegenda da Arena-1 e quatro pela Arena-2. O MDB fez quatorze, assim como teve o candidato mais votado, Ronaldo Cunha Lima (8871 votos – 2,37%). A diferença de bancadas era pequena, e se não contarmos a Arena-2 como apoio automático ao governo estadual, fica de apenas a diferença de dois parlamentares entre situação e oposição. João Agripino não conseguiu fazer uma bancada que lhe desse uma sossegada governabilidade, tendo dessa forma, de negociar bastante ao longo de seu mandato (Ver tabela 6).

Nas tabelas a seguir utilizamos os dados apresentados pelo TRE-PB e por Cittadino (2006, p. 318-320) para mapear os deputados federais e estaduais eleitos em 1966 pela Arena:

TABELA 5. Deputados federais eleitos pela Arena-PB em 1966

Nome	Área de atuação
Teotônio Neto	Piancó
Renato Ribeiro Coutinho	Várzea do Paraíba
Flaviano Ribeiro Coutinho	Várzea do Paraíba
Monsenhor Manoel Vieira	Patos
Ernani Sátiro	Patos
Pedro Gondim	Serraria/João Pessoa
Vital do Rêgo	Campina Grande
Wilson Braga	Conceição

Fonte: Cittadino (2006)

TABELA 6. Deputados estaduais eleitos pela Arena-PB em 1966

Nome	Área de atuação	Sublegenda
Clóvis Bezerra Cavalcanti	Bananeiras	Arena 1
Otávio Mariz Maia	Catolé do Rocha	Arena 1
Epitácio Leite Rolim	Cajazeiras	Arena 1
Álvaro Gaudêncio de Queiroz	São João do Cariri	Arena 1
Francisco Pereira Vieira	Pombal	Arena 1
José Braz do Rêgo	Cabaceiras/Campina Grande	Arena 1
José Pereira da Costa	Cuité/Picuí	Arena 1
Luiz Ferreira de Barros	Patos/Teixeira	Arena 1
Edvaldo Fernandes Mota	Patos	Arena 1
Inácio Bento de Moraes	Santa Luzia/São Mamede	Arena 1
Romeu Gonçalves Abrantes	Sousa	Arena 1
Agnaldo Veloso Borges	Pilar	Arena 1
Antônio de Araújo Quinho	Piancó	Arena 1
Antônio Batista Santiago	Itabaiana	Arena 1

Francisco Souto Neto	Esperança	Arena 1
Augusto Ferreira Ramos	-	Arena 1
Luís Ignácio Ribeiro Coutinho	Várzea do Paraíba	Arena 1
João Batista de Lima Brandão	Várzea do Paraíba	Arena 1
Robson Duarte Espínola	João Pessoa	Arena 1
Carlos Pessoa Filho	Umbuzeiro	Arena 2
José Lacerda Neto	São José de Piranhas	Arena 2
Jonas Leite Chaves	Vale do Piancó	Arena 2
Francisco de Assis Camelo	João Pessoa	Arena 2
Nivaldo de Farias Brito	São João do Cariri	Arena 2

Fonte: Cittadino (2006) e ata eleitoral do TRE-PB

Nas bancadas *arenistas* na Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa prevaleceram políticos provenientes de cidades da zona rural do estado, o que pode significar a permanência de uma tendência dos grupos ligados ao agronegócio na política local. A maioria dos nomes eleitos pela Arena nesse pleito são indivíduos com uma longa trajetória parlamentar, já havendo ocupado cargos legislativos em outras legislaturas. Na Câmara Federal entre os eleitos estavam três representantes da grande indústria no estado: Teotônio Neto, Flaviano Ribeiro Coutinho e Renato Ribeiro Coutinho; dois representantes do complexo algodoeiro de Patos: Monsenhor Manoel Vieira e Ernani Sátiro; e três políticos identificados com o populismo⁸²: Pedro Gondim, Vital do Rêgo e Wilson Braga (MELLO, 2010, p. 70).

Na Assembleia Legislativa alguns *arenistas* merecem destaque, por exemplo a eleição para deputado estadual de Luiz Ferreira de Barros. Coronel da Polícia Militar, foi responsável pela operação que reprimiu o movimento camponês na zona da Várzea do Paraíba após a “tragédia de Marí” em fevereiro de 1964. A violência contra o movimento camponês foi um dos principais focos dos grupos conservadores após o movimento golpista daquele ano na Paraíba. A eleição do coronel Luiz de Barros pode representar os benefícios que o golpe trouxe para os latifundiários locais.

Apesar da derrota na campanha senatorial, a Arena da Paraíba conseguiu eleger uma bancada numerosa para o partido na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa. Porém, o que nos resta saber é como se comportou essa bancada *arenista* paraibana tanto em relação ao governo militar, como no que diz respeito à política local.

As eleições de 1966 tiveram significativa influência na organização interna do Diretório Regional da Arena paraibana nos anos que se seguiram, especialmente na relação entre os principais grupos que compunham o partido. No que diz respeito às

⁸² Sobre o conceito de populismo ver nota de rodapé número 41.

quatro principais lideranças *arenistas* na Paraíba, Ernani Sátiro, Pedro Gondim, Teotônio Neto e João Agripino, é interessante fazer uma narrativa da organização interna do partido para melhor entendermos o pleito de 1968.

Em 1967 predominavam na Arena os grupos políticos oriundos da antiga UDN. João Agripino, em sua gestão no governo do Estado, privilegiava os *udenistas* que ingressaram na Arena. Apesar de preferir profissionais técnicos, muitas pastas no secretariado estadual foram ocupadas por seus antigos correligionários da UDN. Esse privilégio aos profissionais técnicos foi algo marcante no regime militar, porém, o fato de os profissionais técnicos não terem carreiras partidárias, não houve influência política em sua escolha⁸³. Agripino também se articulou politicamente para eleger Clóvis Bezerra, presidente do Diretório Regional da Arena, também ex-UDN, para o cargo de presidente da Assembleia Legislativa na legislatura que se iniciava naquele ano.

Outro ex-membro da UDN que se fortaleceu na Arena após as eleições de 1966 foi Ernani Sátiro. Apesar do fracasso de sua empreitada senatorial pelo partido, ele saiu com sua liderança política revigorada. Candidato a deputado federal praticamente por imposição do Executivo federal, quando eleito, logo assumiu cargos importantes no Congresso Nacional. Em 1967 foi cotado para ser presidente da Câmara dos deputados, mas foi preterido pelo deputado João Batista Ramos, da Arena de São Paulo⁸⁴. Sua boa relação com os milites, especialmente com o presidente recém-eleito, Costa e Silva, fez com que houvesse o convite para que ele assumisse o cargo de líder do governo na Câmara (A União, 3 de fev. de 1967, p. 1). Sátiro aceitou o convite, com a condição de que acumularia a liderança do governo com a da bancada do partido, pois a separação

⁸³ De acordo com Cittadino em seu discurso de posse, Agripino enfatizou um aspecto que se tornaria a diretriz fundamental de seu governo: a preocupação em mudar a cultura política local. Sua ideia era implantar um novo estilo de administração, uma plataforma voltada para a realização de obras fundamentais para o desenvolvimento econômico do estado. Para isso precisava romper com práticas políticas clientelistas, nas quais o apoio eleitoral era trocado por nomeação para cargos. Agripino não aceitou sugestões de seus correligionários, não se submetendo à intervenções partidárias. Dois aspectos fundamentais foram inseridos por ele em sua gestão: a introdução do planejamento como estratégia de ação e a montagem do governo em bases técnicas. (CITTADINO, 2006, p. 152-153). Algumas pastas da Secretaria do governo Agripino podem ser destacadas para exemplificar esse aspecto, nas quais, ao invés de nomear-se políticos, privilegiou-se profissionais técnicos do ramo: a Secretaria de Planejamento e Coordenação Econômica foi entregue ao economista Juarez Farias, técnico vinculado à Sudene. A Secretaria de Finanças foi entregue primeiramente à Cesar de Oliveira Lima, fiscal de consumo aposentado, e alguns meses depois para Otacílio Silveira, que fora assessor do Ministério da Fazenda. E a última foi a Secretaria de Administração, para a qual foi nomeado Antônio Carlos Escorel, bacharel em Direito que por muitos anos trabalhou na iniciativa privada (CITTADINO, 2006, p. 158).

⁸⁴ Ernani Sátiro desistiu de lançar seu nome pelo partido tendo em vista a rejeição de seu nome pelas bancadas *arenistas* de outros estados, especialmente no nordeste, tornando Batista Ramos candidato único do partido (A União, 3 de fev. de 1967, p. 1).

dos cargos impossibilitaria o exercício pleno do comando do bloco governista (O Norte, 22 de fev. de 1967, p. 8).

Apesar da maioria dos cargos importantes do governo estadual serem ocupados por profissionais técnicos e *ex-udenistas*, haviam em alguns casos, políticos de outras alas da Arena que desempenhavam papel importante na gestão de João Agripino. Esse foi o caso de Sílvio Porto. Ex-PDC, correligionário de Pedro Gondim, exerceu a função de líder da Arena na Assembleia Legislativa e representante do governador na Casa de Epitácio Pessoa⁸⁵. Ter um membro de outra ala política da Arena naquela posição ajudava o governador a controlar as coalizões políticas *arenistas* no Legislativo.

Devido essa predominância de *ex-udenistas* no governo estadual, outros grupos políticos dentro da Arena despertaram sua insatisfação em relação a João Agripino. O principal deles foi a coalizão liderada por Pedro Gondim, os *gondinistas*. Oriundo do extinto PDC estavam enfraquecidos, resultado das eleições de 1966. A aliança com João Agripino já não estava sendo vantajosa para essa coalizão política. Desde as eleições para governador em 1965, Gondim perdia espaço no sistema situacionista: viu Sílvio Porto ser preterido para o cargo de vice-governador, dando lugar ao *udenista* de Campina Grande, Severino Cabral; em 1966, considerava-se o candidato natural da Arena para a disputa para o Senado, mas João Agripino não mobilizou o partido em torno de seu nome; e quando lhe restava ao menos indicar o suplente na chapa *arenista*, Agripino preferiu um nome de sua família. Além dessa questão eleitoral, os *gondinistas* sentiam-se desprivilegiados em relação à composição do governo João Agripino o qual foram peças fundamentais para sua eleição.

O privilégio aos *udenistas* dentro da Arena era uma forma de João Agripino e Ernani Sátiro controlarem o crescimento da influência de Pedro Gondim no partido. Detentor de astúcia política e grande popularidade dentro do estado, a propagação política da ala *gondinista* dentro da Arena poderia ser um problema futuro para os interesses da coalização política identificada com a UDN.

O colunista Hélio Zenaide, do jornal *O Norte*, porta voz do *gondinismo* na imprensa, relata a fala do deputado Francisco Souto sobre a situação de sua ala dentro da Arena. Para ele, o que o governador João Agripino queria era que os *gondinistas* se subjugarem à sua liderança, e quem assim não fizer está fadado a “[...] ficar no sereno, contemplando o baile sem direito a dançar e beber.” (O Norte, 20 de jan. de 1967, p.

⁸⁵ Casa de Epitácio Pessoa é nome como também é conhecida a Assembleia Legislativa paraibana.

8). Ou seja, não usufruir dos benefícios fornecidos pelo Estado. Em virtude da perda de espaço da ala liderada por Pedro Gondim, muitos de seus membros previam sua diluição: os *gondinistas* passariam a ser cooptados pelo governador, deixando de subordinarem-se à liderança de Gondim. Por esse motivo, em fevereiro, o deputado estadual Waldir dos Santos Lima teve a iniciativa de formar um bloco parlamentar com os deputados que respondiam à Gondim no intuito de proteger os interesses daquele grupo (Correio da Paraíba, 22 de jan. de 1967, p. 12).

Para os *gondinistas*, o fortalecimento dos antigos *udenistas*, com João Agripino no governo estadual e Ernani Sátiro como líder do governo federal na Câmara dos Deputados, estaria minando as ações de Pedro Gondim no campo da política partidária. Com isso começaram a surgir declarações de que haveria um rompimento entre Pedro Gondim e o governador João Agripino. Inicialmente não se sabia se era um racha entre o grupo *gondinista* e o governo estadual ou se eles pretendiam desvincular-se da Arena.

Em março de 1967 houve o primeiro grande conflito entre as correntes *arenistas*. A situação de desentendimento entre os *gondinistas* e o governo estadual chegou ao ponto de que toda essa coalizão precisou reuniu-se para definir seus rumos. Em conferência em João Pessoa, Gondim e seus correligionários discutiram a possibilidade de quebra da aliança com o governo estadual. Entre os mais insatisfeitos estavam o deputado estadual Francisco Souto e o agora ex-deputado estadual Waldir dos Santos Lima, que sugeriram o rompimento imediato e a declaração de independência do grupo. A reunião resultou em uma nota na qual os *gondinistas* ratificariam o compromisso com o governo estadual, mediante um acordo a ser firmado entre os líderes da coalizão *gondinista* e o governador João Agripino:

Os componentes do antigo Partido Democrata Cristão e outros companheiros aliados do sistema hoje nos reunimos na residência do Deputado Robson Espínola, depois de amplos debates a respeito da atualidade da política brasileira e paraibana, e tendo em vista os entendimentos preliminares mantidos pelos Deputados Pedro Gondim e Vital do Rêgo em Brasília, com o Governador João Agripino, resolveram autorizar os referidos parlamentares a prosseguirem e concluírem aquelas conversações, o que se verificará nesta cidade tão logo regresse o governador do Estado, também com a participação do Deputado Sílvio Porto.

Por outro lado, os presentes, indiscrepantemente, votaram monção de absoluta coesão e mútua confiança. (O Norte, 22 de mar. de 1967, p. 8)

A reunião a qual a nota se refere ocorreu no Palácio da Redenção a portas fechadas. A Assessoria de Comunicação do governo estadual relatou à imprensa o caráter “ultrassecreto” do encontro, que varou à madrugada e serviu para o governador ouvir as mágoas do bloco *gondinista* (Correio da Paraíba, 28 de mar. de 1967, p. 1). O colunista do *Correio da Paraíba*, J. Soares Madruga, relata que, posteriormente, em conversa com Sílvio Porto, esse haveria afirmado que na reunião não houve súplicas, pedidos nem promessas, sem brigas, seu tom teria sido de cordialidades (MADRUGA. Correio da Paraíba, 30 de mar. de 1967, p. 3).

A situação de Pedro Gondim não era das mais fáceis. Perdia espaço dentro do seu partido e via seus correligionários desprestigiados e insatisfeitos com o governo que haviam ajudado a eleger. Porém, a hipótese de um rompimento de sua coalizão com o governo do Estado não era a mais viável, pois Gondim ainda pretendia ocupar cargos de maior expressão. Seu nome era especulado para concorrer ao cargo de governador em 1970 e sua permanência na Arena, mantendo a aliança com João Agripino, era fundamental para seus anseios políticos. Dessa forma, preferiu firmar um acordo de paz entre os conflitantes. Para os seus correligionários a orientação foi paciência e solidariedade com o governo estadual.

Apesar de estabelecido um pacto entre os líderes do *gondinismo* e o governo estadual, os ânimos não foram acalmados, pois os *gondinistas* continuaram insatisfeitos com a pouca participação no governo estadual. Meses após o acordo entre Pedro Gondim e João Agripino, voltaram as especulações de rompimento entre o *gondinismo* e o governo estadual, ou até mesmo uma dissidência de Gondim com a Arena.

À época, surgia no país um movimento político chamado Frente Ampla. Não se tratava de um partido político, mas de um grupo político que pretendia agregar tradicionais lideranças políticas e dialogar com diversos setores da sociedade para mobilizá-los contra o regime autoritário que comandava o país⁸⁶. Em meio aos

⁸⁶ De acordo com Alves (2005; p. 154-156), A Frente Ampla surgiu da iniciativa dos ex-governadores Magalhães Pinto de Minas Gerais e Carlos Lacerda da Guanabara. Esses políticos que em 1964 participaram ativamente do movimento golpista, pouco tempo depois iam se distanciando do regime militar. Em 1967 eles deram corpo à Frente Ampla e buscaram agregar tradicionais lideranças políticas. A principal delas foi o ex-presidente Juscelino Kubitschek. Juntamente com JK, os líderes da Frente Ampla foram ao Uruguai, encontrar com o ex-presidente João Goulart em seu exílio. Desse encontro surgiu o Pacto de Montevideu: além de firmar as bases do acordo entre as lideranças, constituiu o programa da Frente Ampla, que tinham como principais tópicos: a redemocratização do país, revogação de toda a legislação de controle, fim das diretrizes salariais, afirmação dos direitos dos trabalhadores (inclusive à greve). Diante do sucesso do movimento entre a sociedade, políticos, opinião pública e setores das Forças Armadas, em abril de 1968 foi baixado um decreto-lei que proibia a atuação política da Frente Ampla.

problemas internos na Arena, veiculava-se nos principais jornais do estado uma notícia da agência de comunicação *Radiopress* na qual afirmava-se o ingresso de Pedro Gondim na Frente Ampla, após esse ter assinado um documento que circulou no Congresso (O Norte, 6 de set. de 1967, p. 8). A notícia foi imediatamente desmentida por Vital do Rêgo. Também se propagava na imprensa a hipótese de Pedro Gondim trocar a Arena pelo MDB, mas essas especulações, apesar de nunca serem desmentidas, também não foram confirmadas.

Se por um lado o *gondinismo* negava a saída de seu líder da Arena, por outro anunciava a intenção de criar uma nova sublegenda do partido na Paraíba, a Arena-3. Nela ingressariam todos os correligionários de Pedro Gondim e, assim como a Arena-2, seria uma corrente *arenista* independente ao governo estadual (ZENAIDE. O Norte, 12 de set. de 1967, p. 2).

A possibilidade da criação da sublegenda trouxe um clima de animação ao *gondinistas*, inclusive porque já haviam condições de cumprir as normas estatutárias. Para a formação da Arena-3 era necessário $\frac{1}{4}$ (um quarto) dos membros eletivos titulares no Legislativo estadual e federal. Arena paraibana contava com 34 ocupantes de cargos eletivos (um senador, oito deputados federais e 25 deputados estaduais), nesse caso o *gondinismo* precisaria apenas de oito parlamentares. De acordo com o jornalista Hélio Zenaide, já estariam confirmados na Arena-3: os deputados federais Pedro Gondim, Vital do Rêgo, monsenhor Manoel Vieira e Wilson Braga, e os deputados estaduais Sílvio Porto, Francisco Souto, José Braz do Rêgo, Robson Espínola e José Pereira (ZENAIDE. 19 de set. de 1967, p. 2).

Porém, a criação de uma nova sublegenda na Arena paraibana não agradou a coalizão composta pelos antigos *udenistas*. Em conversa informal com jornalistas, o deputado Clóvis Bezerra disse que “[...] quem não estiver satisfeito [na Arena] que se retire” (O Norte, 23 de set. de 1967, p. 8). Pedro Gondim respondeu pessoalmente a Bezerra: “Um partido que ganhou apertado a eleição para governador e perdeu a outra para senador não pode ter luxo” (Correio da Paraíba, 26 de set. de 1967, p. 8). Apesar das declarações pesadas de seus correligionários, João Agripino preferiu um discurso mais ameno em relação à criação da Arena-3. O governador não criticou a iniciativa do *gondinismo*, preferiu expressar-se em favor da preservação da união do

Àquela organização foi proibido o direito de manifestação, seja por meio de comícios, reuniões e passeatas, e de divulgar ideias seja através de declarações ou de publicações de qualquer espécie.

partido: “*acredito, no entanto, que das sublegendas não surgirão dissidências do partido*” (O Norte, 24 de set. de 1967, p. 8).

A ideia de uma sublegenda era uma segurança para o *gondinismo*, não deixaria a Arena, nem se afastaria do governador João Agripino, porém permitiria àquela coalizão melhor desenvolver seus interesses dentro de um partido, principalmente no que diz respeito às próximas eleições. Em entrevista acerca da política eleitoral da Arena a partir da criação da nova sublegenda, o deputado Francisco Souto afirmou: “*Estou absolutamente certo de que nenhum candidato será eleito governador em 1970 sem contar com apoio efetivo de Pedro Gondim e seus amigos*” (Correio da Paraíba, 30 de set. de 1967, p. 8).

O deputado federal Wilson Braga também se manifestou animado com os rumos partidários da Arena após a sublegenda, que não precisaria conviver com os constantes rumores de dissidências:

Só entendo a sublegenda como um elemento aglutinador e de fortalecimento do sistema partidário que integramos [...] Criada a sublegenda, que conta com o assentimento da direção do partido, afugentaram-se os temores que vinham dominando alguns de nossos correligionários quanto a circunstâncias que determinassem seu entrosamento com as hostes adversárias. Assim, continuaria invulnerável o sistema de forças que deu formação inicial à ARENA. (Correio da Paraíba, 30 de set. de 1967, p. 8)

Apesar de bem encaminhada, a sublegenda da Arena-3 não foi imediatamente oficializada. Para sua constituição ainda seria necessário a elaboração de um projeto por uma comissão especial de deputados e senadores da Arena que seria encaminhada para averiguação e aprovação por parte do Diretório Nacional do partido. Até as eleições de 1968 não circulou na imprensa local novas notícias sobre o andamento dessa questão, porém, a formação da Arena-3, mesmo que ainda não tivesse caráter oficial, acabou sendo uma boa jogada política de Pedro Gondim, que em baixa no partido, mantivesse seus correligionários coesos em torno de sua liderança.

Mas não era apenas a coalizão liderada por Pedro Gondim que demonstrava desagrado com governador João Agripino. A Arena-2, comandada por Teotônio Neto também demonstrou insatisfação com governo estadual. *Ex-pessedista*, ingressou na Arena por apoiar o governo militar, mas desde a fundação de sua sublegenda declarou-se independente ao governo João Agripino, em especial ao seu secretariado. Tanto que,

em determinadas situações, Teotônio não se privou de criticar o governo do Estado, especialmente acerca do tratamento dado pelos secretários aos membros da Arena-2.

Em entrevista transmitida pela rede de televisão *Canal 9*, em Campina Grande, o líder da Arena-2 sugeriu a reformulação do secretariado por parte de João Agripino. Nas palavras de Teotônio Neto essa medida serviria: *“Para que se emprestasse ao governo um caráter mais político, sem contudo, subestimar-se a valiosa colaboração dos técnicos que serem à atual administração estadual.”* (O Norte, 9 de jul. de 1967, p. 8). O alvo dessa sugestão de Teotônio era mais especificamente o secretário da Saúde, Manoel Alceu Gaudêncio, irmão do ex-deputado estadual Álvaro Gaudêncio, da antiga UDN de Serra Branca. Os Gaudêncio daquela cidade eram adversários políticos da família Brito que integravam a sublegenda da Arena-2.

Quando propõe a reformulação do secretariado em função de uma proposta mais política, Teotônio Neto quer a saída dos adversários políticos de seus correligionários, trocando-os por indivíduos mais dispostos ao diálogo e à negociação com os membros do extinto PSD que integram a Arena.

Para finalizar esse tópico, cabe aqui discutir as palavras proferidas por João Agripino na abertura dos trabalhos políticos do poder Executivo estadual no ano de 1968. Falando para a imprensa sobre os projetos futuros de seu governo, Agripino foi questionado se ele pensava em fazer política partidária naquele ano. Sua resposta foi a seguinte:

Eu creio que estou fazendo política partidária desde que assumi o governo. Depende do que possamos entender por política partidária. Se política partidária é nomeações sem concurso, não posso fazer porque a Constituição me proibiu [...] Se política partidária é... que mais!? Dispensar favores com recursos do Estado? Não posso fazer. Mas se política partidária é introduzir financiamento à produção, distribuir silos, melhorar o ensino, a saúde, trazer indústrias, pavimentar estradas, estudar outras estradas, eu estou fazendo política partidária. (MADRUGA. Correio da Paraíba, 3 de jan. de 1968, p. 3)

Ao tentar romper com as práticas clientelistas, dando ao seu governo um caráter técnico, voltado para desenvolvimento do estado, Agripino entrou em conflito com muitos dos grupos que compunham à Arena, gerando uma instabilidade dentro do partido. Em um ambiente político no qual o processo eleitoral (alianças político partidárias e escolha de candidatos) era feito em função de nomeações para cargos públicos e apoio eleitoral recíproco no futuro, qualquer mudança nesse esquema gerava

desentendimentos. As coalizões de políticos que integravam o partido pareciam não se entender, especificamente em relação ao governador do Estado.

Por outro lado, esse modelo de gestão não era exercido de forma integral no governo de João Agripino. Apesar de privilegiar técnicos para ocupar cargos considerados importantes, em outros o governador nomeou seus correligionários, políticos profissionais. Na distribuição dos cargos, beneficiou seus antigos companheiros da UDN, esquecendo-se que foi eleito por uma chapa plural, composta por outros grupos políticos. Isso resultou em queixas em relação ao seu governo, bem como manifestações favoráveis a dissidências dentro da Arena paraibana.

A eleição de 1966 deixou um cenário de conflitos e incertezas dentro da Arena paraibana. E é com esse ambiente interno que o partido encara mais um ano eleitoral. O desenrolar da campanha eleitoral de 1968, especialmente para prefeito da cidade de Campina Grande, vai ser influenciada por todos esses problemas internos que o partido vivia na Paraíba, criando novos estigmas entre as coalizões *arenistas*.

3.3. As eleições de 1968: tentativa de “pacificação” em Campina Grande, dissidências *arenistas* e as eleições municipais

Além das eleições estaduais a Arena disputou eleições também em âmbito municipal. Excetuando-se a capital, João Pessoa, considerada zona de segurança nacional, ocorreram, nos anos de 1966 e 1968, eleições em 232 municípios paraibanos. Analisar como ocorreu o processo eleitoral nessas localidades também contribui para compreendermos a organização interna do partido. Sendo assim, nesse tópico discutiremos desempenho da Arena nas eleições municipais subsequentes à formação do bipartidarismo.

As eleições para prefeito e vereador das cidades paraibanas ocorreram de forma dividida: em 1966, 171 municípios escolheram seus representantes e em 1968 foi a vez dos outros 61. Como não é possível abordar todas as cidades de forma como achamos adequado, destacaremos uma em específico: Campina Grande.

O processo eleitoral campinense ocorreu em 1968 e tem grande importância para entender alguns desdobramentos na organização da Arena paraibana. Dessa forma, ao analisarmos como ocorreu o pleito naquele município, destacaremos alguns aspectos ocorridos anteriores à campanha, bem como a forma como desenvolveu-se a escolha

dos candidatos da Arena para concorrerem ao cargo de prefeito. Também faremos um balanço eleitoral dos municípios paraibanos no bipartidarismo, no qual analisaremos o desempenho *arenista*.

Campina Grande é uma cidade localizada no agreste paraibano, região entre o litoral e o sertão do estado, estando à 130km de João Pessoa. Na década de 1960 era um importante polo industrial e de comércio da região nordeste, tendo, naquela época, desenvolvimento econômico superior a capital do Estado⁸⁷. Politicamente, Campina Grande era o segundo maior colégio eleitoral da Paraíba, ficando atrás apenas da capital, João Pessoa. Muitas das principais lideranças políticas estaduais surgiram naquele município, ou ascenderam politicamente naquela região. Administrar Campina Grande, como muitos analistas políticos falavam, era “como controlar meio estado”.

As eleições de 1968 inicialmente estavam marcadas para ocorrerem em 1967. Porém, era um consenso entre a classe política paraibana de que não haviam condições de num espaço de tempo tão curto (um ano) haver outro pleito no estado, pois não dispunham de dinheiro para investir em campanha e tempo para as lideranças políticas participarem do processo político, influenciando eleitores em seus domicílios. Dessa forma, em virtude das mudanças constitucionais que ocorriam após a decretação do Ato Institucional nº 4, o governador João Agripino encaminhou para a Assembleia uma mensagem solicitando o adiamento das eleições daquele ano (O Norte, 10 de fev. 1967, p. 8).

Se havia a concordância em não se realizarem eleições em 1967, porém existia o impasse do que fazer com os mandatos. O governador queria que a Assembleia Legislativa lhe atribuisse poderes para nomear interventores, solução que recebeu apoio da bancada governista. Essa seria uma medida muito oportuna, que beneficiaria principalmente a Arena, pois sendo o governador um *arenista*, nomearia indivíduos desse partido para os cargos de prefeito. Essa prática política foi utilizada durante o regime militar para controlar as cidades consideradas de grande importância, o que o governador queria era a ampliação do seu poder de nomeação naquela conjuntura.

A bancada MDB demonstrou-se veementemente contra aquela posição, optando apenas pela prorrogação dos mandatos (O Norte, 11 de fev. de 1967, p. 8). O impasse foi resolvido por meio do Ato Complementar nº 37, instituído pelo governo federal, que adiou as eleições que aconteceriam em agosto de 1967 para novembro de

⁸⁷ Sobre a economia de Campina Grande durante a ditadura militar ver Damião de Lima (2012).

1968, prorrogando os mandatos de prefeitos e vereadores até o dia 31 de janeiro de 1968.

Dessa forma, Williams Arruda, prefeito de Campina Grande, teve seu mandato estendido. O então prefeito campinense era membro da Arena e assumiu o cargo em 1964, após a cassação de Newton Rique, em virtude do AI-1⁸⁸.

Além da prorrogação do mandato dos prefeitos em 1967, havia ainda a possibilidade de Campina Grande ser considerada zona de segurança nacional. Dessa forma não ocorreriam eleições diretas e o prefeito seria nomeado pelo governador do Estado. No início de 1968 os militares do Executivo federal enviaram ao Congresso Nacional uma mensagem na qual apresentavam um Projeto de Lei Complementar abordando as áreas consideradas importante para a segurança nacional. Nele, 234 municípios seriam considerados zona de segurança nacional, e de acordo com as informações que chegavam à Paraíba, Campina Grande estava entre as cidades atingidas (Correio da Paraíba, 3 de fev. de 1968, p. 8).

A notícia de que não haveriam mais eleições em Campina Grande movimentou os meios políticos estaduais, especialmente os membros do MDB, que criticaram veementemente o governo federal pela medida. Na Assembleia Legislativa, o deputado Sebastião Calisto (MDB) a considerou um golpe contra a democracia. (Correio da Paraíba, 6 de fev. de 1968, p. 8). Outro *emedebista* crítico dessa medida foi Ronaldo Cunha Lima. Ressaltando as palavras de Calisto, ele declarou:

Trata-se, isso sim, de mais um golpe contra a democracia, pois, segundo dados do deputado federal Mário Covas, líder do MDB na Câmara, o eleitorado das capitais somado ao das cidades consideradas Zonas de Segurança Nacional representam mais de 50 por cento do eleitorado do país. (Correio da Paraíba, 8 de fev. de 1968, p. 8)

De acordo com Cunha Lima, não haviam motivos para Campina ser enquadrada nessa lei. Na cidade não existiam mais guarnições militares, não ocorreram movimentos de contestação ao regime, chamados comumente de “agitação política”, bem como a Serra da Borborema, local onde a cidade se localizava, não era abrigo para guerrilheiros⁸⁹. Para ele, havia outra razão para Campina Grande ser incluída naquela lista: conveniências políticas do governo militar, que não queria opositoristas

⁸⁸ Sobre a cassação de Newton Rique ver no segundo capítulo, nota de rodapé número 51

⁸⁹ Sobre a luta armada na Paraíba, ver Paulo Giovani Antonino Nunes (2015).

controlando aqueles municípios. O parlamentar do MDB encaminhou à João Agripino um requerimento apelando para que ele usasse seu prestígio no cenário político nacional para influenciar o presidente da República a tirar a cidade daquele projeto (*Correio da Paraíba*, 9 de fev. de 1968, p. 8).

De acordo com uma notícia veiculada pelo *Correio da Paraíba*, em entrevista a um programa da Rádio *Arapuan*, João Agripino declarou que não foi consultado sobre tal projeto, não tendo relação com a indicação de Campina Grande à Zona de Segurança Nacional. Se houvesse sido, declarou Agripino, considerava-a uma cidade tão importante quanto Cajazeiras ou Patos, por serem centros comerciais importantes para o desenvolvimento da região (*Correio da Paraíba*, 11 de fev. de 1968, p. 8). Apesar de serem dois municípios de considerável valor econômico, Cajazeiras e Patos, ou qualquer outro município paraibano, não podem ser comparados à importância econômica campinense.

Diante da repercussão que esse assunto ganhou, Ernani Sátiro, na condição de líder do governo Costa e Silva na Câmara dos Deputados, enviou um telegrama à Paraíba explicando que não existiam interesses políticos em relação àquele projeto encaminhado pelo governo federal:

Tendo conversado ontem Presidente Costa et Silva posso assegurar problema eleições municipais está sendo examinado dentro rigoroso critério Segurança Nacional sem qualquer implicação política-eleitoral pt Fica assim desautorizado alarmante noticiário vem circulando desde alguns dias pt Nenhum político terá direito de incluir ou excluir qualquer município ao sabor de suas conveniências locais. (O Norte, 24 de fev. de 1968, p. 8)

Dias depois, em reunião com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Rondon Pacheco, o vice-presidente Pedro Aleixo e alguns deputados federais *arenistas*, João Agripino foi informado que Campina Grande e nenhum outro município paraibano entraria na relação dos considerados Zona de Segurança Nacional. Dessa forma estava confirmada a eleição para prefeito naquela cidade (O Norte, 19 de mar. de 1968, p. 8)⁹⁰.

Havendo eleições em Campina Grande, a Arena da Paraíba precisava organizar-se para lançar candidatos competitivos para concorrerem com Ronaldo Cunha

⁹⁰ A cassação da autonomia dos municípios, considerados pelo governo como áreas de segurança nacional será visto com mais profundidade no capítulo IV, no qual discorreremos sobre a relação entre os parlamentares *arenistas* paraibanos e o governo militar.

Lima, seu principal adversário pelo MDB. No início de 1968, dois *arenistas* já haviam manifestado publicamente a intenção de disputar aquela eleição pelo partido: Severino Cabral e Vital do Rêgo.

Severino Cabral, conhecido como “Pé de Chumbo”, era um político de tradições populistas⁹¹ em Campina Grande. Ex-*udenista*, era proprietário de importantes indústrias e comércios naquela cidade. Cabral elegeu-se prefeito no ano de 1959 e foi eleito vice-governador em 1965 compondo a chapa com João Agripino. Chegou a tomar posse, mas acabou com seu mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral em novembro de 1966. Sem mandato político em 1968, disponibilizou-se para concorrer pela Arena ao cargo de prefeito naquele ano.

Vital do Rêgo também era um ex-*udenista* de Campina Grande, aliado político de Pedro Gondim, de quem também era genro. Em 1968 exercia o cargo de deputado federal e era um dos membros mais importantes da coalização *gondinista* na Arena. Em 1967 o *gondinismo* estava às turras com João Agripino e o governo do Estado, causando grandes problemas para organização interna da Arena paraibana, pois haviam muitas especulações sobre possíveis dissidências do partido. Os *gondinistas* chegaram a anunciar a criação de uma sublegenda *arenista*, mas essa não havia sido regularizada em tempo hábil. A possível candidatura de Vital do Rêgo tornava-se um novo empecilho para a coesão partidária da Arena.

A campanha eleitoral daquele ano ficou marcada pela tentativa de uma manobra chamada “pacificação política”. Este tipo de jogada era feita através da união entre os partidos políticos concorrentes a um determinado pleito, no qual firmava-se um compromisso entre ambas as partes, sendo lançada uma chapa única, com candidatos previamente acordados.

A “pacificação política” era um recurso para esquivar o embate eleitoral, poupando os partidos políticos da disputa, no intuito dos candidatos preservarem-se de uma campanha na qual disputariam o eleitorado apresentando ideias políticas aperfeiçoadas para conquista-los. Em todo caso, a “pacificação política” inviabiliza a renovação, representa a continuidade dos mesmos estratos sociais na máquina estatal e a

⁹¹ Sobre o conceito de populismo, ver nota de rodapé número 41.

permanência do projeto político elitista, negando ao povo o direito de escolher candidatos em uma disputa democrática⁹².

Inicialmente, a “pacificação política” tinha em vista as eleições para o governo do Estado em 1970. João Agripino não dispunha de nenhum correligionário para alça-lo à uma campanha eleitoral para governador, ao tempo que se propagavam nomes pouco interessantes para seu grupo político, como o de Pedro Gondim e do *emedebista* Humberto Lucena. Nesse sentido, o plano de Agripino seria pacificar Campina Grande como um teste, repetindo a receita em 1970. Para a Arena a pacificação campinense contornava os problemas internos, bem como impossibilitava o MDB eleger o candidato naquela cidade. À vista disso, João Agripino passou a conversar com Argemiro de Figueiredo, senador do MDB, para elaborar um acordo entre os dois partidos.

O senador Argemiro de Figueiredo era a principal liderança do Diretório Municipal do MDB em Campina Grande, acertado politicamente com vários grupos políticos que atuavam naquela região. Durante o período democrático de 1945 a 1964 este chefiou dois partidos políticos na Paraíba, a UDN e o PTB. Deixou a UDN no ano de 1958 em virtude de divergências com o próprio João Agripino. Dentro do MDB, Argemiro perdia força devido à emergência de novas lideranças políticas, mais simpáticas ao programa de sua legenda. Uma articulação política com João Agripino e a Arena poderia renovar sua posição de liderança dentro do seu partido.

O intuito de pacificar Campina Grande tornou-se público no mês de junho. Em reunião com as elites econômicas locais, num evento organizado pela Associação Comercial de Campina Grande e a Federação das Indústrias da Paraíba, João Agripino foi solicitado por esse setor social para pacificar politicamente aquela cidade. Após receber o título de membro honorário da Associação Comercial, Agripino declarou aceitar a proposta, e nomeou Argemiro de Figueiredo o encarregado de encontrar um nome para disputar o pleito em chapa única:

Dou plenos poderes ao Senador Argemiro de Figueiredo a entrar em contato com seus liderados e líderes das demais correntes e procurar encontrar um entendimento capaz de conduzir ao governo de Campina

⁹² O último caso de pacificação política na Paraíba foi nas eleições para governador do Estado em 1958, a qual foi mencionada no início do segundo capítulo desse trabalho. Naquele ano, articulados pelo então governador em final de mandato, José Américo de Almeida, do extinto PL, lideranças políticas da UDN e PSD acordaram em disputar a eleição numa chapa única, na qual os *udenistas* indicariam o nome para o cargo de governador e os *pessedistas* escolheriam o candidato a vice-governador.

Grande um nome capaz de atender aos desejos e ambições do povo campinense. (O Norte, 26 de jun. de 1968, p. 8).

A “pacificação política” em Campina Grande ficou acordada da seguinte forma: os postulantes à disputa eleitoral, Severino Cabral, Vital do Rêgo e Ronaldo Cunha Lima, entregariam ao senador Argemiro de Figueiredo uma lista com nomes a serem indicados para compor a chapa pacificadora, e esse selecionaria alguns nomes a serem apresentados a João Agripino para a seleção dos candidatos a prefeito e vice.

No MDB a ideia da pacificação não foi bem aceita. O deputado federal Humberto Lucena, um dos nomes mais qualificados dentro da oposição para disputar o governo do estado em 1970, demonstrou-se contrário a qualquer acordo naquele sentido. Evocando os preceitos democráticos do partido de oposição, a ideia de pacificação não encontraria receptividade nas hostes *emedebistas*, pois:

Uma vez que nosso partido tem como preocupação predominante refletir a vontade do povo que não aceitou, pela sua esmagadora maioria, um comportamento de caráter conciliatório, justamente na hora em que se reclama dos políticos definições claras e autênticas dentro de posições decididas e firmes. (O Norte, 12 de jul. de 1968, p. 8)

Apesar de não concordar com a pacificação, Ronaldo Cunha Lima procurou manter a coerência partidária, não entrando em conflito com Argemiro de Figueiredo. Ele declarou que acataria a decisão de MDB, apesar de não acreditar que seu partido se submetesse à alianças com a Arena: *“Pacificar ou não, é um problema do partido e não meu. Acho difícil, entretanto, que o MDB venha conciliar sua luta com um candidato indicado pelo governo ou que a ele esteja ligado”* (RODRIGUES. O Norte, 9 de mai. de 1968, p. 2). Em forma de protesto, Cunha Lima não apresentou a lista solicitada (CARVALHO. O Norte, 14 de jul. de 1968, p. 2).

Na Arena, Pedro Gondim, principal companheiro político de Vital do Rêgo, demonstrou indiferença com a possibilidade de pacificação. Porém, disse estar surpreso com o acordo entre João Agripino e Argemiro de Figueiredo. Em carta endereçada ao *O Norte*, Gondim afirmou que ele e Vital do Rêgo não iriam se opor à tentativa de pacificação, colaborando com aquilo que lhes foi solicitado:

Evidentemente que a essas horas o deflagrado processo ou esforço de pacificação conta com a decisiva colaboração do postulante a

candidato Vital do Rêgo, através da grande e qualificada lista de nome que ofereceu ao desafio de composição interpartidária. (O Norte, 6 de julho de 1968, p. 8)

Apesar de não estar completamente satisfeita com a pacificação, a ala *gondinista* da Arena não se opôs a colaborar com o que o líder de seu partido definiu. Já Severino Cabral resolveu fazer sua crítica à pacificação de outra forma. De acordo com João Manoel de Carvalho, colunista do *O Norte*, Cabral não declarou publicamente que era contrário à pacificação, porém ele negou-se a elaborar a lista com os nomes solicitados. Sua alegação para não fornecer a lista foi de que, se assim o fizesse, estaria implicitamente queimando os candidatos já apresentados. Na interpretação do colunista, a atitude de Severino Cabral seria uma objeção ao esquema pacificador, a lista apresentada por Vital do Rêgo também era uma forma de resistência. Os vinte e dois nomes sugeridos pelo *gondinista* muito mais complicaram do que pacificaram (CARVALHO. O Norte, 14 de jul. 1968, p. 8).

A pacificação política em Campina Grande não dava sinais de grande aceitação. Em função da má repercussão do movimento, Argemiro de Figueiredo lançou manifesto no qual relatou a origem desse movimento, explicando os motivos que o levaram a assumir aquele compromisso:

Todos sabem e conhecem até com detalhes a origem da tentativa pacificadora. Ela não partiu de mim, nasceu de uma ideia respeitável das classes produtoras dessa terra, no momento em que era aqui homenageado o Governador João Agripino. Recebeu este, destas classes, o apoio para que influísse, no sentido de evitar a luta eleitoral de novembro próximo, escolhendo-se um candidato a Prefeito que harmonizasse os campinenses e se devotasse de corpo e alma ao trabalho de promover o progresso da cidade e o bem estar de seus filhos. (O Norte, 14 de jul. de 1968, p. 8)

Nessa mesma declaração, o senador *emedebista* assegurou que não houve problemas em relação aos candidatos que já tinham se lançado na corrida eleitoral: “Conferenciei com todos os candidatos que já arregimentavam o povo para o grande pleito, e nenhum deles se recusou a afastar seu nome da competição eleitoral” (O Norte, 14 de jul. de 1968, p. 8).

Dias depois, Argemiro de Figueiredo reuniu-se com João Agripino no Palácio da Redenção para que fosse apresentada e discutida a lista com os indicados para a disputar a Prefeitura campinense. Na relação divulgada pela imprensa estavam os nomes

de Patrício Leal (médico), José Lucas Gaudêncio (médico, presente na lista apresentada por Vital do Rêgo), José Ferreira Rique e Nivaldo Rique (banqueiros, pai e irmão do ex-prefeito Newton Rique), Humberto Almeida (médico, filho do ex-prefeito Elpídio de Almeida), Everaldo Lopes (médico), Samuel Figueiredo (advogado, irmão de Argemiro de Figueiredo) e Linaldo Carvalho de Albuquerque (engenheiro) (O Norte, 16 de jul. de 1968, p. 8). Ao final da reunião, João Agripino e Argemiro de Figueiredo deram entrevista coletiva na qual admitiram que a pacificação em Campina Grande era difícil, “[...] *mas não era impossível*” (O Norte, 17 de jul. de 1968, p. 8).

A reunião entre aquelas lideranças políticas não repercutiu positivamente entre os membros dos dois partidos. O deputado Mário Silveira (MDB) declarou que não era possível falar em pacificação política entre o partido de oposição e a Arena: “*O MDB desconhece totalmente a posição adotada pelo Senador porquê de nada foi cientificado, entende-se que sua atitude foi eminentemente pessoal*” (O Norte, 18 de jul. de 1968, p. 8). O deputado Francisco Souto da Arena, por sua vez, declarou: “*Pacificar Campina Grande por que? Não encontro razões. Considero aquela cidade como o maior celeiro de políticos de categoria moral e capazes de disputar a preferência do eleitorado*” (O Norte, 18 de jul. de 1968, p. 8).

Aos poucos a pacificação ia sucumbindo. A derrota da tentativa de um acordo político ocorreu no mês de agosto durante uma reunião entre João Agripino e Severino Cabral, na qual o político campinense declarou que não desistiria de sua candidatura. Em sua justificativa alegou estar sofrendo pressão de seus correligionários locais para ser candidato, e que a cassação de seu mandato o deixou sem nenhuma representatividade no estado. Em virtude da decisão de Cabral, Vital do Rêgo transmitiu ao governador que também não removeria sua candidatura, já que só aceitaria a pacificação se todos os pré-candidatos deixassem a disputa. Dessa forma, Agripino assumiu o fim das tentativas de acordo, e disse que manter-se-ia à margem do processo eleitoral, bem como não subiria nos palanques para pedir votos em prol de um candidato específico, apenas para partido (O Norte, 2 de ago. de 1968, p. 8).

Vários foram os motivos para o fracasso da pacificação política. Pensada pelas cúpulas dos dois partidos, o projeto pacificador não encontrou respaldo nos quadros tanto da oposição quanto da situação. Os três principais candidatos à prefeitura campinense não tinham razões para desistir do pleito: não apresentavam dificuldades financeiras, nem mesmo indisposição para ir às ruas angariar votos. Conquistar a

Prefeitura de Campina Grande era um bom meio de ascender politicamente, bem como assumir aspectos de controle dentro do partido.

Outro fator foi a pouca popularidade do processo junto aos eleitores. Se o esquema pacificador já é inoportuno numa democracia, o que se dirá em um regime autoritário? No aspecto eleitoral, o governo militar suprimia o direito da população eleger presidente, governador e os prefeitos das capitais e zonas de segurança nacional. Em meio a nomeações e eleições indiretas a população campinense não queria que lhes fosse tirado o direito de escolher seu prefeito através de uma jogada política como a pacificação. A importância política de Campina Grande não é apenas pela atuação das lideranças locais, mas também pela sua população que participa ativamente dos pleitos eleitorais, tirar o direito de escolher o prefeito dessa cidade seria um golpe muito duro para o povo.

Não se pode esquecer o papel que o empresariado local desempenhou como catalizador desse movimento. Elitista e conservadora, a pacificação política era um tratado entre as lideranças políticas partidárias com os setores sociais aos quais eles representavam, as elites econômicas. Vale ressaltar também os nomes apresentados para compor a chapa conciliadora: indivíduos que exerciam profissões bem remuneradas, como médicos, advogados e engenheiros, banqueiros e empresários, que eram em sua grande maioria familiares de políticos importantes daquela cidade.

Paralelo a todos os acontecimentos narrados desde a tentativa de pacificação, cresciam especulações de que Vital do Rêgo deixaria a Arena, devido à crescente insatisfação de seu grupo político dentro do partido. Em setembro, dois meses antes da eleição, Vital anuncia a desistência de sua candidatura pela Arena. De acordo com o noticiário, ele telefonou primeiramente para Pedro Gondim informando sua atitude, posteriormente comunicou ao Diretório Municipal que não seria mais candidato (O Norte, 15 de set. de 1968, p. 8).

Dias depois, Vital do Rêgo fez um pronunciamento na *Rádio Borborema*, de Campina Grande, revelando os motivos pelos quais renunciou sua candidatura. Segundo sua declaração, ele foi traído por membros do partido. Vital relatou que recebera em 1965 (ocasião da eleição de João Agripino para governador do Estado) um documento no qual Severino Cabral e Williams Arruda se comprometeriam em dar-lhe apoio nos pleitos que ele disputasse.

[...] o massacre começou com a quebra da palavra empenhada. Vale dizer com os mais tradicionais valores éticos! Em 1965, recebera eu das mãos do então Senador João Agripino um documento escrito do qual o governador de hoje era o fiador, o avalista. Uma carta assinada pelos sr. Williams Arruda e Severino Cabral contendo o compromisso expresso, peremptório e insofismável de apoio incondicional ao meu nome “nos pleitos que viesse a disputar”. Parti para a luta certo de que receberia o apoio decididamente comprometido. Em vez disso, eis que surge como candidato do meu partido, um dos signatários do documento. (O Norte, 17 de set. de 1968, p. 8)

Segundo seu relato, Vital vinha sofrendo com empecilhos dentro do partido: além da quebra do acordo firmado, a pacificação política proposta por João Agripino foi uma forma de atrapalhar sua candidatura, retardando o início de sua campanha. Outro ponto ao qual se queixou foi o tratamento privilegiado dado à Severino Cabral pela cúpula do partido. Em função da composição das sublegendas, quem tivesse maioria no Diretório Municipal teria direito a indicar 20, dos 30 vereadores do partido. Como Vital recebera o apoio de Plínio Lemos, ele teria direito à maioria dos candidatos do legislativo. Porém, a regra foi mudada, na qual dividiram-se pela metade a indicação dos vereadores: 15 para cada. Outro ponto destacado por Vital do Rêgo teria sido o retardamento da convenção do partido. O evento era necessário para que a campanha eleitoral (passeatas, comícios, etc.) ocorresse dentro dos parâmetros da lei. De acordo com Vital, essa deveria ter ocorrido ainda em agosto, mas foi protelada pela cúpula de seu partido para desmobilizar sua candidatura (O Norte, 17 de set. de 1968, p. 8).

Ao sair do prédio da emissora de rádio, Vital do Rêgo encontrou um grande número de apoiadores liderados pelos *emedebistas* Argemiro de Figueiredo, Ronaldo Cunha Lima e Osmar de Aquino, que o conduziram até sua residência, onde concedeu entrevista acerca das razões de sua desistência da candidatura pela Arena. Nela, Vital afirmou que sua campanha estaria pautada em uma ideia nova, distinta das velhas práticas políticas e que, baseado nos fatos que relatou no pronunciamento, a Arena não estava preocupado na renovação dos métodos de fazer política na Paraíba:

Estou certo, absolutamente convencido de que não interessava ao meu partido a renovação dos métodos políticos que nossa vitória inevitavelmente acarretaria. E arrolo, em testemunho dessa acertiva, menos os fatos locais, mas a conotação evidente com o meu comportamento no Congresso Nacional, sempre guardando fidelidade à minha formação doutrinária, da qual nunca me afastei, muitas vezes contrariando interesses expressos da Arena Nacional. (O Norte, 17 de set. de 1968, p. 8)

Quando perguntado sobre seu destino partidário, Vital do Rêgo negou que tivesse compromisso com o MDB, e que mantinha o vínculo com a Arena por entender que sua filiação a essa organização vai além das questões municipais. Mas afirmou que esse posicionamento poderia modificar-se, caso sofra represálias:

De minha parte, pessoalmente, continuo sem qualquer compromisso com o partido de oposição por entender que não estou vinculado à ARENA apenas em termos municipais. De outro lado, minha atual posição pessoal de renúncia e libertação dos meus amigos, poderá sofrer modificação se a tanto for levado por um gesto de represália ao meu comportamento que possa vitimar um campinense amigo meu ou comprometer os destinos de minha cidade com o risco de êxito daquela causa que entendemos profundamente nociva aos destinos de Campina. (O Norte, 17 de set. de 1968, p. 8)

Porém, já haviam indícios de que Vital ingressaria no MDB. Um dia antes de anunciar sua desistência, noticiou-se que um emissário do Diretório Nacional do MDB encontrara-se com ele no Aeroporto de Guararapes, na cidade de Recife, e o assunto seria a eleição em Campina Grande (O Norte, 10 de set. de 1968, p. 8). Outrossim, percebia-se uma aproximação entre ele e membros do Diretório Municipal oposicionista em Campina Grande, como quando Ronaldo Cunha Lima, Osmar de Aquino e Argemiro de Figueiredo acompanham-no após o anúncio do afastamento de sua candidatura. O último, inclusive, deu declarações de que o MDB estaria de portas abertas para Vital disputar a prefeitura:

O ingresso do deputado Vital do Rêgo no MDB é, no meu entender, uma questão de fôro íntimo. O MDB vive de portas abertas para os que quiserem ingressar nas suas fileiras. E não seria, portanto, por falta de legenda, que o deputado Vital do Rêgo deixaria de pleitear a Prefeitura Municipal. (O Norte, 17 de set. de 1968, p. 8)

A filiação de Vital do Rêgo no MDB ia ficando mais evidente no desenrolar dos acontecimentos. Seus correligionários, candidatos à vereador pela Arena, trocavam de partido para disputar a eleição pelo MDB (Correio da Paraíba, 15 de set. de 1968, p. 8). Como também aconteciam manifestações públicas de eleitores em Campina Grande pedindo sua candidatura à prefeito pela oposição (O Norte, 20 de set. de 1968, p. 8).

Dias depois a ida de Vital do Rêgo para o MDB foi confirmada no dia 23 de setembro em comício no centro da cidade, no qual estavam presentes as principais

lideranças *emedebistas* da cidade. Sob aplausos, Vital anunciou sua candidatura pelo partido de oposição e anunciou Langstein de Almeida como o candidato a vice-prefeito na sua chapa. Após o evento, Vital telegrafou a Daniel Krieger e José Bonifácio, presidentes do Diretório Nacional da Arena e da Câmara dos Deputados, respectivamente, comunicando-os de sua decisão (Diário da Borborema, 24 de set. de 1966, p. 8)

Logo após sua filiação ao MDB, o partido realizou convenção na qual lançou três candidatos à prefeitura de Campina Grande: MDB-1 – prefeito: Ronaldo Cunha Lima, vice: Orlando Almeida; MDB-2 – prefeito: Vital do Rêgo, vice: Langstein de Almeida; MDB-3 – prefeito: Osmar de Aquino, vice: Figueiredo Agra. Uma chapa forte, composta por políticos populares em Campina Grande⁹³.

A desistência da candidatura de Vital do Rêgo pela Arena e sua transferência para o MDB foi recebida de diversas formas entre os *arenistas*. Em entrevista, Pedro Gondim afirmou que não influenciou para a atitude de Vital, porém, afirmou que não quebraria o compromisso de apoio ao seu histórico aliado político. Gondim declarou que estava disposto a participar da campanha de Vital pelo MDB, estando presente em todos os eventos: *“Nada me levaria a renunciar um compromisso já firmado com um companheiro”* (RODRIGUES. O Norte, 29 de set, de 1968 p. 2). Apesar dessa atitude, Gondim afirmou que não deixará a Arena, tão pouco hostilizará seu partido. Disse que espera que sua legenda compreenda sua posição e se julgarem necessário que apliquem as devidas punições, mesmo que isso signifique a expulsão do partido: *“Eu é que não pedirei para sair da ARENA, mas se ela quiser me expulsar que o faça”* (Correio da Paraíba, 25 de set. de 1968, p. 8).

A atitude das duas principais lideranças, deixou a ala *gondinista* dividida. Enquanto muitos de seus correligionários seguiam o caminho de Vital do Rêgo, filiando-se ao MDB, outros não compactuaram com essa atitude, como foi o caso de Robson Espínola, apesar de poupar o ex-correligionário de críticas, o deputado estadual preferiu manter-se coeso com a Arena em função de sua eleição para presidente do Diretório Municipal de João Pessoa (O Norte, 25 de set. de 1968, p. 8).

⁹³ Vale o destaque para os candidatos à vice-prefeitos: Orlando de Almeida era engenheiro químico, técnico do Ministério de Minas e Energia, elegeu-se deputado estadual pelo MDB em 1966. Langstein Almeida e Figueiredo Agra foram cassados de seus mandatos de deputado estadual por decisão da Assembleia Legislativa da Paraíba logo após o golpe de 1964 por serem vinculados aos movimentos sociais, voltando a disputar um pleito eleitoral quatro anos depois.

Severino Cabral, por sua vez, demonstrou otimismo após a saída de Vital, pois sua candidatura agora contaria com o apoio de Plínio Lemos e a família Gaudêncio de Campina Grande: *“Se a vitória era certa antes de tudo isso, agora ela me parece tranquila”* (O Norte, 18 de set. de 1968, p. 8). Para Cabral, o acordo mencionado por Vital não existiu e esse estaria tentando se fazer de vítima na situação: *“[...] procurando explorar fatos inexistentes e irrelevantes sob todos os aspectos para se vestir com roupagens de cordeiro traído e de vítima de traição dos seus companheiros, o que não corresponde à verdade e disso estou certo”* (Correio da Paraíba, 20 de set. de 1968, p. 8).

No comício de lançamento da candidatura de Severino Cabral, João Agripino rebateu as acusações de Vital do Rêgo. Na versão apresentada pelo governador, Vital havia pedido uma série de regalias que não poderiam ser cumpridas: queria que lhe fosse assegurada a preferência do Diretório Municipal (metade dos membros mais um) e pediu o direito de disputar as eleições com metade dos candidatos a vereador. Como resposta, Agripino exaltou a força política de Cabral em Campina Grande como justificativa para não atender as exigências impostas:

Ninguém desconhece em Campina Grande que a força eleitoral do sr. Severino Cabral é maior, se por ser a maior, legítima seria, que ele tivesse maioria no diretório e também um maior número de vagas de vereador para disputar. A despeito disso, procurei Severino Cabral e obtive sua aquiescência para que Antônio Vital do Rêgo ficasse com a ARENA-1, além da metade dos candidatos a vereador. (Diário da Borborema, 1 de out. de 1968, p. 8)

João Agripino relatou ainda que Vital do Rêgo havia lhe pedido dinheiro do Estado para equiparar financeiramente sua campanha com a de Severino Cabral. E por fim contestou que a Arena estivesse adiando a convenção municipal para prejudicar a candidatura de Vital, para ele: *“A sua reclamação, de que a ARENA tramou contra ele, adiando a convenção para não permitir que ele fosse às ruas, ele mesmo desmente, quando veio as ruas pelo... MDB, antes da convenção daquele partido”* (Diário da Borborema, 1 de out. de 1968, p. 8). Como resposta às acusações de João Agripino, Vital do Rêgo mandou fazer cópias da carta que relatou na renúncia de sua candidatura para distribuí-la ao público de um de seus comícios (Diário da Borborema, 4 de out. de 1966, p. 8).

Em virtude da tomada de posição de Pedro Gondim de participar da campanha de Vital do Rêgo, João Agripino voltou atrás de sua decisão e passou a adotar uma postura mais ativa, tomando para si as rédeas da campanha *arenista* em Campina Grande. Em reunião com o comitê eleitoral na qual estiveram importantes membros do Diretório Municipal da Arena, designou jornalista e advogado Noaldo Dantas como responsável pelo comando geral da campanha e assumiu a necessidade de encontrar outros dois nomes para disputar a prefeitura pelo partido, compondo a chapa governista com Severino Cabral (Correio da Paraíba, 25 de set. de 1968, p. 8).

Não era fácil achar nomes competitivos pela Arena de Campina Grande para concorrer com a chapa do MDB. Por diversas vezes a convenção do partido teve de ser adiada em virtude de não terem sido definidos todos os candidatos do partido. O evento veio finalmente acontecer no dia 14 de outubro. No auditório da Faculdade de Ciências da Administração, o Diretório Municipal da Arena homologou três chapas para o pleito municipal: Arena-1 – prefeito: Severino Cabral, vice: Raimundo Asfora; Arena-2 – prefeito: Plínio Lemos, vice: Evaldo Gonçalves; Arena-3: prefeito: Stênio Lopes, vice: Amaury Vasconcelos.

Os perfis desses políticos eram diversos. Na Arena-1, Severino Cabral era oriundo das classes produtoras, Raimundo Asfora, era bacharel em Direito pela Faculdade do Recife, integrou as hostes do PSB e do PTB antes de filiar-se à Arena, e foi vereador de Campina Grande e secretário do município quando Plínio Lemos era o prefeito na década de 1950. Na Arena-2 Plínio Lemos tentava um novo mandato, formado em Direito pela UFMG, ocupou mandatos legislativos desde 1946 e foi chefe do Gabinete de José Américo quando esse foi ministro de Viação e Obras públicas, Evaldo Gonçalves, bacharel em Direito pela UFPB e em História e Geografia pela UFPE, foi professor secundarista e universitário, e desempenhou o cargo de secretário de Educação da administração de Newton Rique, quando prefeito de Campina Grande. E por fim, a Arena-3 tinha como candidato a prefeito Stênio Lopes, formado em Letras pela Universidade do Ceará, considerado um intelectual, autor de romances, assumiu cargo de secretário da administração de Newton Rique em Campina Grande, e Amaury Vasconcelos, foi formado em Direito pela Universidade de Alagoas e História e Geografia pela UFPB, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da mesma universidade, foi secretário de Administração da gestão de Plínio Lemos em Campina Grande (Diário da Borborema, 16 de nov. de 1968, p. 2).

O perfil do político *arenista* traçado sofreu uma pequena mudança nessa chapa da Arena. A exceção de Severino Cabral e Plínio Lemos, a maioria dos candidatos a prefeito e a vice não compartilhavam do perfil que prevalecia entre boa parte dos políticos do partido: pertencente às classes produtoras, com longa experiência ocupando cargos públicos. O que prevalece entre os candidatos do partido são pessoas com o perfil acadêmicos com trajetórias modestas na política pública. Diferentemente dos candidatos do MDB, políticos com longa experiência em disputas eleitorais, que ocuparam sucessivos cargos públicos.

A campanha eleitoral em Campina Grande foi bastante agitada, sendo noticiados comícios quase que diariamente. Na Arena destacava-se a atuação de João Agripino junto aos candidatos do partido. O governador fazia-se sempre presente no palanque *arenista*, assim como utilizava-se de inaugurações de obras de seu governo na região de Campina Grande para alavancar a campanha de seus correligionários. Por outro lado, o MDB era enfático nos discursos agressivos de seus candidatos, que regularmente condenavam o regime político ao qual o Brasil se encontrava. O curioso é que Vital do Rêgo, até então um apoiador do Estado autoritário, compartilhava do discurso de seus atuais companheiros. Apesar de sua crítica ser mais amena, era frequente sua presença ao lado dos mais vigorosos. Em um dos poucos comícios *emedebistas* nos quais são transcritas as falas dos candidatos, Vital estava ao lado de Figueiredo Agra quando esse afirmou que João Agripino confabulava com o marechal Cordeiro de Farias, militar da linha dura, para instaurar uma ditadura no país:

Segundo fontes do Palácio do Governo fora afirmado que o chefe do Executivo Estadual estaria tramando a queda do atual regime, para estabelecer no país uma ditadura abertamente fascista. [...] Dentro do processamento dessa [...] golpista e anti-democrática, o governador João Agripino tramou e continua tramando, sendo muito sintomática nesse sentido, a recente estada em nosso estado, do marechal Cordeiro de Farias, conhecido maquinador de golpes contra governos legitimamente constituídos no Brasil. (Diário da Borborema, 5 de out. de 1968, p. 8)

De acordo com as atas do TRE-PB, resultado das eleições em Campina Grande foi a vitória do candidato do MDB Ronaldo Cunha Lima, que conquistou 13.492 votos (33,02%), um número de votos menor que o de seu principal adversário, Severino Cabral, que recebeu 17.562 votos (43,27%). O que fez a diferença para a vitória do *emedebista* foi a votação obtida pelos demais concorrentes de seu partido no pleito:

Vital do Rêgo conquistou 8.415 votos (20,73%) e Osmar de Aquino 312 votos (0,77%), que somado à votação de Cunha Lima resultou em 22.219 votos. Superior à soma dos *arenistas*: Plínio Lemos recebeu 635 votos (1,56%) e Stênio Lopes 241 votos (0,59%), que somados à votação de Cabral deu 18.438 votos.

Entre as razões para mais uma importante derrota eleitoral da Arena na Paraíba, algumas podem ser apontadas. O artifício das sublegendas foi primordial, pois só com a soma dos votos das três chapas, o MDB superou a votação de Severino Cabral. Esse artifício, em tese, servia para benefício eleitoral do partido do governo, pois presumia-se que a Arena como um partido maior, dividindo-se em várias sublegendas conseguisse fazer disso uma vantagem. O desarranjo de mais uma campanha *arenista* devido questões internas influenciou novamente no desempenho do partido: a tentativa de “pacificação política” atrapalhou o andamento da campanha, bem como a demora para escolha dos candidatos que iriam compor as sublegendas do partido.

Mas, a principal causa que influenciou na derrota da Arena foi a dissidência de Vital do Rêgo. Essa justificativa acaba tendo relação com as demais, porém ela tem importância fundamental. A saída de Vital do Rêgo da Arena foi o desfecho da recorrente insatisfação da coalizão *gondinista* dentro do partido. Sua cisão gerou a saída de muitos de seus aliados, especialmente em Campina Grande, bem como levou Pedro Gondim, uma das principais lideranças do partido, a militar na campanha *emedebista*.

A dissidência de Vital do Rêgo acabou inclusive gerando uma disputa judicial posterior às eleições. Diante da derrota nas urnas, a Arena encaminhou ao juiz da Comarca de Campina Grande um documento no qual pede a impugnação dos votos do candidato Vital do Rêgo. O recurso baseava-se em dois artigos da Lei Eleitoral, um primeiro que prevê a anulação dos votos do candidato que promover sorteio de brindes, a qualquer título, e em outro que proíbe a eleição de parente de 3º grau de prefeito e governador. A Arena acusava Vital de realizar sorteios de máquinas de costura em seus comícios, bem como ele seria primo do prefeito do município de Queimadas, região metropolitana de Campina Grande. Abaixo, parte do documento encaminhado pelo partido à justiça eleitoral:

Na data de hoje chegaram ao conhecimento da ARENA fatos de extrema gravidade que, sem lugar a dúvidas, deformaram substancialmente o resultado do pleito de 15 do corrente. A documentação anexada na presente documentação é a prova testemunhal com a ARENA requer desde logo, irão demonstrar que o

candidato Antônio Vital do Rêgo, do MDB-2, utilizou em sua campanha meios de propaganda e aliciamento de votos expressamente proibidos por lei.

De fato, o candidato em apreço organizou, promoveu e comandou pessoalmente sorteios de máquinas de costura e outros produtos nas concentrações das sublegendas MDB-2. (Correio da Paraíba, 20 de nov. de 1968, p. 8)

O recurso não foi aceito pela justiça e Ronaldo Cunha Lima assumiu a prefeitura de Campina Grande no ano seguinte. Porém, vale mencionar que apelar à justiça em caso de derrota era prática corriqueira, basta lembrar que em 1965 a coligação encabeçada por Ruy Carneiro entrou na justiça contra o próprio Severino Cabral, em ação que terminou com a cassação de seu mandato. Contestar o resultado das urnas, dessa forma, era um recurso utilizado pela grande maioria dos grupos políticos locais, não apenas pelos membros da Arena.

Em todo caso, a eleição de Ronaldo Cunha Lima não significa uma manifestação direta contra o regime militar. Político popular em Campina Grande, apesar de seus posicionamentos progressistas, à época, compactuava de práticas políticas similares às de seus adversários. Aliado a figuras de forte tradição na Paraíba, como Argemiro de Figueiredo, tinha um eleitorado cativo no município em que atuava. Não obstante, sua vitória representou um grande revés para o esquema da Arena que almejava controlar os principais cargos políticos do Estado.

Indo além da eleição em Campina Grande, as atas eleitorais do TRE-PB dos demais pleitos municipais nos mostram uma série de outras informações importantes para analisar o desempenho eleitoral da Arena paraibana. Das 171 cidades onde houveram eleições nos anos de 1966 e 1968, as atas de nove delas não constam informações sobre a origem partidária de seus candidatos, portanto, só analisaremos os 162 municípios restantes. Desses, em 151 havia, pelo menos, uma representação da Arena concorrendo ao cargo de prefeito. Em 62, desses 151 municípios, haviam pelo menos duas sublegendas da Arena. E em 24, dessas 62 cidades apenas haviam sublegendas da Arena disputando a chefia municipal (Arena-1 contra Arena-2, por exemplo). E em 35 dos 151 municípios com representações *arenistas*, havia apenas uma única chapa do partido concorrendo no pleito⁹⁴.

⁹⁴ Nas atas de alguns municípios constavam apenas uma única chapa, algumas vezes da Arena, outras do MDB. O que causou questionamentos foi o grande número de abstenção do eleitorado. Como ilustração utilizaremos os dados do município de Tacima. Nas eleições de 1968, foi eleito para prefeito Jehová Lins Coelho (Arena). Em uma cidade com 2349 eleitores, ele teve 1103 votos. De acordo com a ata daquela

Olhando os dados eleitorais do MDB, nas 162 atas de eleições municipais, o partido tinha representações em 104 municípios. Desses, em 28 o MDB possuía mais de uma legenda, e só em um único município o partido disputou apenas contra ele mesmo (MDB-1 contra MDB-2). Em onze cidades o MDB lançou chapa única, não concorrendo com ninguém. Os números de Arena e MDB podem ser melhor visualizados na tabela abaixo:

TABELA 7 - Informações sobre os partidos nas eleições municipais de 1966 e 1968

	Arena	MDB
Cidades com ao menos uma representação do partido	151	104
Cidades com mais de uma representação do partido	62	28
Cidades em que apenas sublegendas desse partido disputaram a eleição	14	1
Cidades em que esse partido disputou as eleições em chapa única	35	11
Cidades com vitória desse partido	103	59

Fonte: Atas das eleições municipais dos anos de 1966 e 1968 do TRE-PB

A Arena conseguiu eleger prefeitos em um maior número de cidades: foram 103 candidatos *arenistas* eleitos, contra 59 candidatos *emedebistas*. Isso é fruto de uma maior quantidade de Diretórios Municipais do partido governista, assim como o maior número de sublegendas que ele dispõe, bem como o fato de, em muitas cidades, a Arena disputar apenas contra ela mesma. Não é possível afirmar que os eleitores desses municípios votaram na Arena em apoio ao governo militar, ou votaram no MDB por serem contra o novo regime político. A tradição política eleitoral paraibana era do voto controlado por práticas de troca de bens materiais e simbólicos feita pelas elites

eleição, deixaram de votar 1246 pessoas, 53,04% do eleitorado. Se comparada com as eleições para prefeito naquele mesmo município ocorridas em 1963, o candidato do PTB, Luís Pereira da Cruz, venceu o mesmo Jehová Lins Coelho, à época no PDC. O total apurado foi de 2162 votos entre 2308 eleitores, tendo 146 abstenções. O aumento no número de abstenções é algo curioso, pois, de acordo com Jairo Nicolau (2012, p. 113), o Código Eleitoral aprovado em 1965 promoveu uma mudança significativa na obrigatoriedade de alistamento e de voto. Os faltosos que não justificassem seu voto na Justiça deveriam pagar multa de 5-20% do salário mínimo, não poderiam se inscrever em concurso público, nem receber salário (valido apenas para funcionários públicos e de empresas estatais), não podiam obter empréstimo bancário, renovar matrícula em estabelecimento de ensino e obter passaporte ou carteira de identidade. Não há como esclarecer sobre os motivos esse fenômeno visto a falta de informações dispostas nas fontes pesquisadas. Sem informações não podemos afirmar se havia uma única chapa devido o impedimento de outras candidaturas. As hipóteses que podem ser lentadas são: problemas internos nos partidos que não lançaram candidatos, não haver Diretório Municipal do partido que não apresentou candidato, e o impedimento da candidatura do candidato do partido sem representação eleitoral por parte de denúncias de que este praticava ou identificava-se com ideologias subversivas. Essa última foi uma prática muito comum na época da ditadura. Alguns candidatos acusavam seus adversários de estarem envolvidos com o comunismo, por exemplo. Como não precisavam comprovar tal acusação, essa prática era realizada por muita gente. De toda forma, essa questão das eleições com partido único e alto número de abstenções pode ser vista por alguém que deseje fazer uma análise eleitoral mais aprofundada do período.

políticas de cada região do estado. As legislações eleitorais e mudanças na estrutura política realizadas pelo governo militar não traziam nenhum meio concreto de acabar com essas práticas, em muitos casos foram dadas condições para sua continuidade. Em vários desses recortes espaciais, votar na Arena ou no MDB não fazia diferença em relação à política nacional. Porém, esse é um aspecto que precisa ser melhor averiguado em relação à ditadura militar.

Terminada a análise da Arena paraibana nas eleições podemos apontar alguns aspectos que nos chamaram atenção no desempenho do partido nos processos eleitorais. A união de diversos grupos políticos tornou a Arena um partido grande, levando-o a se beneficiar em eleições proporcionais, ou em pleitos majoritários municipais. Porém, foi pouco eficiente no que diz respeito às eleições majoritárias de maior destaque, especialmente as duas ressaltadas nesse capítulo: na disputa pelo Senado em 1966 e pela Prefeitura de Campina Grande em 1968, o partido obteve resultados negativos em função das constantes disputas entre as alas divergentes.

Quando olhamos para as eleições para o Senado, na qual o candidato do MDB derrotou o da Arena, podemos enxergar uma série de problemas no partido. O primeiro e principal deles é a disputa interna entre os grupos políticos inseridos na Arena. Esse problema dividia o partido, fazendo com que não se optasse pelo candidato mais forte para aquelas eleições. A escolha de Aluísio Afonso Campos não era a que se esperava dentro de um partido com nomes disponíveis para candidatarem-se, como Pedro Gondim, Ernani Sátiro e Teotônio Neto. Além disso, a demora na escolha do candidato resultou em um atraso para que o partido iniciasse sua campanha e isso junta-se ao fato de Campos não ter grande prestígio político no estado.

O resultado dessas eleições protelou-se em um problema interno, fazendo com que os mesmos erros tornassem a se repetir no pleito de Campina Grande. Nele o partido abriu mão de organizar-se em função de um projeto de pacificação política organizado por João Agripino que foi rejeitado pelos demais membros do partido. E depois da derrota dessa proposta, esteve diante do resultado de anos de divergências internas, a dissidência de Vital do Rêgo, um de seus membros importantes, que foi disputar a eleição pelo outro partido, acompanhada de parte de seus correligionários e apoio de Pedro Gondim, um dos principais caciques políticos *arenistas*. O resultado foi mais uma derrota eleitoral do partido.

Cada coalizão política dentro do partido tinha um chefe o qual comandava suas ações. Esses grupos tinham como meta eleger seus companheiros para cargos no Estado afim de controlar os espaços de poder. Como haviam vários deles dentro de um mesmo partido, foram constantes as disputas internas entre esses grupos na disputa de quem indicaria o candidato do partido para determinado pleito. Isso ocasionou uma falta de coesão nos organismos partidários prejudicando o desenvolvimento eleitoral do partido. Nas duas eleições discutidas o partido pecou nesse aspecto, resultando num atraso nas realizações dos eventos eleitorais, como convenções partidárias ou comícios, a não escolha do candidato mais indicado para a disputa daquele pleito, ou até mesmo nas dissidências de seus membros.

CAPÍTULO 4 – A ARENA PARAIBANA ENTRE A SOCIEDADE CIVIL E O ESTADO AUTORITÁRIO

Nos capítulos anteriores analisamos a formação do Diretório Regional da Arena na Paraíba, entendemos sua participação nas eleições, como também a forma pela qual o desempenho eleitoral influenciou na organização interna do partido, especialmente na relação entre as correntes políticas que o compunha. A partir de agora nos dedicaremos a examinar o posicionamento dos *arenistas* paraibanos como intermediários políticos entre o Estado autoritário comandado pelos militares e a sociedade civil⁹⁵.

Logo, vale ressaltar o pensamento de Serge Bernstein (1996), que entende os partidos como um lugar no qual se opera a mediação política. São organizações formadas por indivíduos que traduzem o pensamento social – necessidades e aspirações, sejam materiais ou não – para uma linguagem apropriada ao Estado. Ao problematizar o comportamento político dos *arenistas* como intermediários da sociedade que os elegeram e o Estado autoritário o qual apoiam, abrimos possibilidades para compreender sua atuação vinculada as características da cultura política os quais são identificados.

Para o desenvolvimento desse capítulo selecionamos temas que, além de serem significativos para a compreensão do Estado autoritário, nos dão possibilidade de entender a atuação dos *arenistas* paraibanos nas diversas esferas de poder. Organizamos as temáticas de forma cronológica dentro do período recortado para a dissertação (1964-1969). Em 1966, ano de fundação do partido, destacamos as cassações de mandados eletivos pelo regime. O Congresso Nacional foi o principal alvo, sendo atingidos deputados federais do MDB. Na Paraíba, houve o impedimento do prefeito da cidade de

⁹⁵ Quando utilizamos o termo sociedade civil é preciso defini-lo de forma mais precisa para melhor utilizá-lo. Norberto Bobbio (1987) nos apresenta um conceito satisfatório para nossas pretensões nesse trabalho sobre o que é a sociedade civil. Essa seria o meio onde surgem e se desenvolvem os conflitos econômicos, sociais, ideológicos e religiosos, os quais as instituições estatais devem resolver, através da mediação ou repressão. De acordo com Bobbio, os sujeitos que formam a sociedade civil, contrapondo-se ao Estado, são as classes sociais, os grupos organizados, as organizações que representam classes profissionais, grupos de interesse, associações de gêneros com fins sociais, etc. A sociedade civil é formuladora das demandas que se dirigem ao poder público, as quais o sistema político tem o dever de responder. Nesse sentido, Bobbio relata que os partidos políticos estão tanto vinculados à sociedade civil, quanto às instituições públicas, e apesar de transitarem nesses dois campos, não reflete nenhum dos dois de forma nítida. Eles tem o poder de selecionar, agregar e transmitir as demandas provenientes da sociedade civil, tornando-as objetos de decisão política. (BOBBIO, 1987, 35-36).

João Pessoa, Domingos Mendonça Netto. Em 1967, enfatizaremos na promulgação da nova Constituição Federal, e a adaptação da Carta estadual, ambas outorgadas por suas casas legislativas correspondentes, a partir do que estava previsto no Ato Institucional nº4 (AI-4).

Já em 1968 analisaremos a cassação da autonomia de 68 municípios, considerados pelo governo federal como Zonas de Segurança Nacional, dentre os quais a cidade de Campina Grande foi cogitada a integrar. Outro ponto que será abordado é o movimento estudantil. Nesse ano houve a morte de Edson Luís, secundarista da Guanabara, assassinado pelo aparato repressivo do Estado. O fato inflamou estudantes e a sociedade em geral de várias partes do país, inclusive na Paraíba, contra a ditadura. Outros episódios que motivaram os estudantes a manifestarem-se foram a prisão do líder estudantil Vladimir Palmeira e a repressão ao XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), ocorrido de forma clandestina na cidade de Ibiúna, no interior de São Paulo, no qual lideranças estudantis paraibanas foram presas.

Ainda em 1968 um episódio marcou a ditadura militar: a tentativa de cassação do deputado federal Márcio Moreira Alves, do MDB da Guanabara. Em virtude de seus pronunciamentos, considerados uma afronta às Forças Armadas, o Executivo solicitou licença ao Congresso Nacional para cassar o mandato do *emedebista*, o qual foi negado pela ampla maioria dos votos dos deputados federais. Subsequente a esse episódio, foi decretado o Ato Institucional nº 5 (AI-5). E, por fim, em 1969, analisaremos as cassações dos mandatos políticos dos membros da Arena-PB.

Essa seleção de episódios nos ajuda a entender a atuação da Arena paraibana como partido de representação social dentro de um regime autoritário. Ao problematizarmos a ação dos membros do partido em cada um desses eventos compreenderemos não só o papel desses indivíduos dentro do regime, como seu posicionamento mediante a ação autoritária da ditadura. Intervenções antidemocráticas que, por vezes, atingiam as próprias prerrogativas de seus cargos políticos. Analisaremos o posicionamento daqueles que se mantiveram coesos com o governo instaurado em 1964, bem como aqueles que passaram a divergir das ações do Executivo, apesar de permanecerem filiados ao partido de apoio ao regime.

4.1. As cassações de 1966 e o caso de Domingos Mendonça Netto

O primeiro ano de funcionamento da Arena ficou marcado por alguns acontecimentos importantes no cenário político nacional. No mês de fevereiro foi decretado o Ato Institucional nº 3 (AI-3), que estabeleceu eleições indiretas para presidente e vice-presidente da República e para governadores e vice-governadores, tais cargos a partir de então seriam eleitos pelo Legislativo. O AI-3 versava também sobre a eleição dos prefeitos e vice-prefeitos das capitais dos estados, que passavam a ser nomeados pelos seus respectivos governadores. Outro importante acontecimento foram as eleições ocorridas no mês de outubro, nas quais foram escolhidos senadores, deputados federais, deputados estaduais e prefeito de uma grande parcela de cidades brasileiras. Essa eleição foi a primeira disputada com o novo modelo partidário⁹⁶.

No entanto, iremos destacar nesse tópico as cassações de mandatos eletivos ocorridas nesse ano. De acordo com Lúcia Grinberg (2009), o episódio dos expurgos contra os deputados federais que aconteceram em outubro foi o primeiro ponto de divergência entre *arenistas* e o governo militar. A autora destaca a atuação do deputado federal Adauto Lúcio Cardoso (Arena-GB), histórico bacharel da UDN⁹⁷, “revolucionário” de 1964, aderiu à Arena logo após sua fundação, porém no partido governista, “[...] tornou-se invisível. Não por falta de atuações espetaculares, ao contrário, porque sua atuação foi sempre dissociada da imagem da Arena”. (GRINBERG, 2009; p. 99)⁹⁸.

Através da atuação de Adauto Lúcio Cardoso, Grinberg discorre sobre o processo de cassação ocorrido em 1966. No dia 13 de outubro, o governo federal baixou um decreto baseado no Ato Institucional nº2 (AI-2), no qual suprimia os direitos

⁹⁶ O processo eleitoral de 1966 na Paraíba foi discutido no terceiro capítulo.

⁹⁷ De acordo com Maria Victória de Mesquita Benevides (1981) a alcunha “bacharel da UDN” surgiu para denominar os membros do partido que tinham um fetichismo pela lei, gosto pelo beletismo e pela retórica, mostrando que a UDN era herdeira de uma tradição política da “aristocracia togada” (BENEVIDES, 1981, p. 259).

⁹⁸ Ainda sobre o perfil de Adauto Lúcio Cardoso, Grinberg relata que ele foi apoiador das medidas previstas no AI-2, compôs o bloco parlamentar que até 1965 deu sustentação ao governo de Castelo Branco, corroborando com medidas inconstitucionais, como a suspensão das eleições presidenciais previstas para 1965 e prorrogação do mandato do presidente. Ao mesmo tempo a autora relata que, em entrevista concedida após o golpe de 1964, declarou que considerava um exagero à repressão às universidades e as prisões de intelectuais (GRINBERG, 2009; p. 99). O perfil de Adauto Lúcio Cardoso é semelhante com o de outros políticos *arenistas* paraibanos, os quais aparecerão na narrativa mais adiante. De identidade “revolucionária”, partidário do golpe, mas, por vezes, discordante das medidas geralmente repressivas e antidemocráticas tomadas pelo regime.

políticos de seis deputados federais⁹⁹. Cardoso, que era presidente da Câmara dos Deputados, não tomou conhecimento oficial das cassações e permitiu que eles continuassem em atividade. Através da imprensa Cardoso divulgou uma nota na qual reafirmava sua posição de apoio ao movimento de 1964, mas desejava garantir as prerrogativas do Legislativo em relação ao julgamento dos parlamentares (GRINBERG, 2009, p. 100).

Na sessão na qual votou-se a cassação dos seis parlamentares, a maioria da bancada *arenista* apoiou o governo, adotando a estratégia de esvaziamento do plenário, a qual apenas quatro parlamentares do partido não compactuaram. Logo após a sessão, o prédio do Congresso Nacional foi cercado por tropas do Exército, forçando Adauto Lúcio Cardoso a cumprir o decreto e efetuar as cassações. Após esse episódio, Castelo Branco determinou recesso do Legislativo e, em novembro, Cardoso renunciou ao cargo de presidente da Câmara (GRINBERG, 2009, p. 100).

Durante o ano de 1966, circulavam boatos na Paraíba de que políticos locais poderiam figurar na lista de cassações ocorridas em outubro. Os principais nomes especulados eram os de Pedro Gondim e de Severino Cabral, ambos filiados à Arena, reconhecidos pelo perfil populista¹⁰⁰, tradição política pouco tolerada pelo regime. O posicionamento dos principais membros da Arena paraibana sobre esses boatos é uma forma de entender a participação dos *arenistas* em atitudes autoritárias desse tipo. Em entrevista à Rádio *Tabajara*, o governador João Agripino comentou as especulações dizendo não crer em expurgos contra Gondim ou Cabral, declarou que iria se sentir ofendido caso ocorressem expurgos sem ele ter sido consultado:

Não creio nesse noticiário. Não acredito que o Presidente da República e o Ministro da Justiça tenham assinado atos de cassações do governador Pedro Gondim e do vice-governador Severino Cabral sem antes me informarem a respeito desses atos [...] Pode a Revolução ter motivos de fazer as cassações que quiser, pode a revolução me vencer até, mas entendo que é um dever elementar de correção que eu venha a ser consultado sobre essas cassações. Se isso realmente se verificar a Revolução estará sendo incorreta comigo. (O Norte, 10 de jul. de 1966, p. 8)

⁹⁹ Os políticos cassados foram Abrahão Moura (MDB-AL), Doutel de Andrade (MDB-SC), Cesar Prieto (MDB-RS), Humberto El-Jaick (MDB-RJ) e Sebastião Paes de Almeida (MDB-MG) e Antônio Adib Chammass (Arena-SP).

¹⁰⁰ O conceito de populismo é discutido no segundo capítulo, na nota de rodapé número 41.

O deputado federal Ernani Sátiro comentou os boatos, negando que houvessem personalidades locais na lista de expurgos. Uma notícia veiculada pelo *Correio da Paraíba* chegou a afirmar que Sátiro, em uma conversa com Mem de Sá, ministro da Justiça, teria sido comunicado que Pedro Gondim e Severino Cabral estariam na lista de cassações junto com Newton Brito, governador do Maranhão. Ao comentar a notícia, o deputado declarou:

A propalada cassação dos direitos políticos do Sr. Pedro Gondim e do Vice-Governador Severino Cabral não passa de uma onda de boatos [...] eu e o governador João Agripino temos informações da melhor fonte de que nem Pedro nem Severino Cabral serão cassados. E se isso acontecer será uma grande injustiça. Mas, aquietem-se nossos adversários políticos que isso não acontecerá. (*Correio da Paraíba*, 16 de jul. de 1966, p. 1)

Gondim e Cabral realmente não constavam na lista de cassações. Os políticos expurgados em outubro eram todos do MDB, mostrando a tolerância do regime com os membros da Arena menos benquistos, por assim dizer. Salienta-se a postura de Ernani Sátiro e de João Agripino, seguros em suas declarações: não eram apenas apoiadores da ditadura, mas nela exerciam influência, especialmente nos assuntos relativos à Paraíba.

Quando saiu a notícia da cassação dos mandatos dos seis deputados federais, os políticos paraibanos estavam envolvidos no processo eleitoral que se encontrava em reta final. À vista disso, foram poucos os que proferiram opiniões acerca do assunto, cabendo aos dois principais caciques políticos dos partidos paraibanos manifestarem-se. Do lado do MDB, Ruy Carneiro declarou-se contrário às cassações de seus companheiros de partido: “*Como membro do Congresso e do MDB, recebo com profunda revolta a notícia das novas cassações parlamentares. Com profunda revolta e apreensão quanto ao futuro da democracia brasileira*” (*O Norte*, 13 de out. de 1966, p. 8). A crítica de Ruy Carneiro foi eventual. Apesar de sua proximidade ao governo federal, o chefe do partido oposicionista paraibano preferiu seguir a linha de sua agremiação e repudiar a atitude do governo federal, visto que todos os atingidos pelo decreto foram companheiros de MDB.

João Agripino, por sua vez, recebeu a notícia das cassações quando voltava de viagem ao sul do país. De acordo com o jornal *A União*, ao descer do avião no aeroporto de Guararapes, na cidade do Recife, ele foi informado das cassações e demonstrou surpresa com o decreto. Apesar do espanto, disse que o governo estava no

direito de tomar tal atitude, visto os dispositivos do AI-2. Relatou ainda que as cassações não influenciariam de nenhuma forma no processo eleitoral em curso, bem como não seria uma forma de impedir a posse do presidente Costa e Silva (A União, 15 de out. de 1966, p. 8).

Dentro da Arena, Agripino foi o único a manifestar-se. Essa posição de omissão da Arena paraibana em relação às cassações dos deputados foi debatida pelo colunista do *O Norte*, Hélio Zenaide. Pensando a Arena como uma continuidade da UDN, o jornalista que era bastante crítico dos políticos *udenista*, especialmente de Agripino, ressaltou a posição reservada dos *arenistas* paraibanos em contrapartida à posição democrática e defensora das liberdades políticas do partido da tocha:

Onde [está] a antiga UDN, onde [estão] os homens da “eterna vigilância” que não trazem sequer uma coroa mortuária para colocar na tumba de nossa pobre democracia?

Ora, defender a democracia! Ora, defender a liberdade! Ora, defender os mandatos conferidos pelo povo! Isso não interessa mais a antiga UDN dos belos arroubos libertários de 1945! A antiga UDN é hoje o mais guloso comensal do banquete revolucionário, não tem mais tempo para perder com essas futilidades e velharias do passado.

Bom apetite, velha UDN, bom apetite: encha a pança, mas por amor de Deus não venha depois para a praça pública arrotar na cara do povo. (ZENAIDE. *O Norte*, 12 de nov. de 1966, p. 2)

João Agripino e Ernani Sátiro, membros da antiga UDN, eram por vezes consultados ou atuavam em ações do Estado autoritário. Ao justificar os expurgos citando o AI-2, Agripino servia ao governo naquilo que eles mais precisavam no momento de incertezas vivido pelo país: dar um perfil de legalidade as medidas repressivas, adotando uma postura governista que marcou a Arena.

Esse governismo dos ex-*udenistas* que integravam à Arena poderia ser justificado pela sensação de pertencimento ao movimento golpista de 1964, como também porque eles eram diretamente beneficiados em muitos dos casos em que haviam repressão política. Alguns expurgos de políticos durante a ditadura influenciavam no jogo político local, como no controle de cargos públicos que aumentavam o poder de influência de uma determinada liderança partidária. Como foi o caso da cassação do prefeito de João Pessoa, Domingos Mendonça Netto.

Eleito em 1963 pelo então PSB em aliança com o PSD, Domingos Mendonça Netto era um político jovem e pouco experiente quando assumiu a prefeitura da capital.

De acordo com Hélio Zenaide, sua eleição ocorreu mais em função da influência política de Ruy Carneiro, então chefe do PSD local, do que por suas próprias qualidades. À época, Janduhy Carneiro, seu irmão, havia perdido a eleição para governador do Estado para Pedro Gondim. Visando contrariar Gondim, Ruy Carneiro organizou uma chapa composta por Mendonça Netto como candidato a prefeito e Damásio Franca como candidato a vice para disputar contra a coligação UDN/PDC/PTB que tinha o *gondinista* Robson Duarte Espínola como candidato a prefeito e José Gomes de Lima como candidato a vice. Para Zenaide, no contexto de sua eleição “*Não se tratava de endeusar Domingos, mas de contrariar Pedro. Domingos apenas foi beneficiário das circunstâncias do momento*” (ZENAIDE. O Norte, 21 de abr. de 1966, p. 2).

Ainda de acordo com Hélio Zenaide, depois de eleito, Domingos Mendonça Netto passou a ser ignorado pelo PSD. Durante sua administração não contou com assistência dos *pessedistas*, sendo lembrado apenas para realizar favores políticos (ZENAIDE. O Norte, 21 de abr. de 1966, p. 2). José Octávio de Arruda Mello (2010; p. 61) considera sua atuação como prefeito “desastrada” em virtude dos sucessivos equívocos cometidos. Após o golpe de 1964, Mendonça Netto passou a ser visado pelo governo militar, no qual foi aberto um Inquérito Policial Militar (IPM) para investigar sua administração na prefeitura de João Pessoa. Ainda em 1964 esse processo foi arquivado pela Assembleia Legislativa, sendo reaberto um ano depois e encaminhado para o Ministério da Justiça.

No dia 20 de abril de 1966 o presidente Castelo Branco baixa um decreto, baseado no AI-2, que cassou o mandato de Domingos Mendonça Netto¹⁰¹. Com sua saída, quem assumiu o cargo foi Damásio Franca, que em 1966 encontrava-se afastado do cargo de vice-prefeito, desempenhando a função de secretário de Viação e Obras Públicas do governo do Estado. A solenidade de posse do novo prefeito aconteceu na Câmara Municipal, no mesmo dia da publicação do decreto de cassação de Mendonça Netto. Nela estavam presentes o governador João Agripino e seu secretariado. Em seu discurso, Franca reverenciou o governo militar e o prometido João Agripino à sua administração: “*Contarei, de certo, com o apoio do Exmo. Sr. Governador João Agripino Filho. E com o apoio igualmente das Forças Armadas, sediadas na Paraíba,*

¹⁰¹ No mesmo decreto também foram cassados o prefeito da cidade de Livramento, no Rio Grande do Sul além do prefeito, o vice-prefeito e três vereadores de São Vicente, em São Paulo.

guardiões da democracia, da honestidade e do trabalho a serviço do povo brasileiro” (O Norte, 21 de abr. de 1966, p. 8).

O *A União*, periódico oficial do Estado, porta voz do governador João Agripino, repercutiu a cassação de Domingos Mendonça Netto. De acordo com seu editorial, o fato não teve muita repercussão na opinião pública da capital, inclusive o próprio Mendonça Netto já esperava que fosse atingido pela repressão. Segundo o jornal, sua administração estava repleta de “desmandos administrativos” que não poderiam ser deixados de lado pelo novo governo federal. Ressalta-se que as críticas se focavam na administração municipal de Mendonça Netto, não na sua pessoa:

Não se tripudia sobre o caráter político do Prefeito da capital, no momento em que um Ato imperativo e indispensável da Revolução Democrática, empreendida contra corruptos e subversivos, tira-lhe todos os poderes do cargo. Deplora-se que não tenha querido servir ao povo da principal cidade paraibana, que de presente ofereceu-lhe para – talvez única – oportunidade na vida. Deplora-se o efeito negativo que um procedimento incorreto, incompatível com a alta dignidade do cargo, traz de certo modo para as gerações moças engajadas na vida política e administrativa do Estado. Deplora-se o prejuízo incalculável que a cidade sofreu em mais de dois correspondentes a sua presença no posto-chave de que acaba de ser apeado. (EDITORIAL. *A União*, 21 de abr. de 1966, p. 3)

Nos dias posteriores à cassação de Domingos Mendonça Netto, o editorial tratou sucessivamente sobre esse assunto, explicando os motivos pelos quais foi expurgado o mandato do prefeito de João Pessoa. Como principal periódico ligado ao governador, pode-se entender que a partir desses textos, João Agripino justifica essa cassação, tirando qualquer impressão de injustiça no afastamento de Mendonça Netto. Não há indícios de que João Agripino tenha participado de alguma articulação nesse sentido, mas a saída de Mendonça Netto abriu espaço para que fosse colocado seu correligionário, o secretário de Viação e Obras Públicas, no cargo de prefeito da capital.

Nos debates que ocorreram na Assembleia Legislativa sobre o assunto, o deputado Nivaldo de Brito (Arena), ex-integrante do PSD, declarou estar surpreso que apenas Domingos Mendonça Netto tenha sido atingido, uma vez que outros políticos do estado também estavam envolvidos em improbabilidades administrativas. Complementando seu pensamento, o deputado Sebastião Calixto (MDB) afirmou que a cassação de mandatos políticos na Paraíba era uma farsa organizada por João Agripino a

fim de ter cargos a sua disposição. Em contrapartida, Clóvis Bezerra (Arena) justificou os expurgos implementados pelo governo federal alegando:

Não é estranhável que surjam a qualquer momento cassações de mandatos em qualquer poder, pois ainda estamos no período revolucionário e basta que haja provas cabais de corrupção ou subversão, para que sejam banidos administrativamente inescrupulosos que ainda existem no país. (Correio da Paraíba, 23 de abr. de 1966, p. 3)

Cassações de mandatos eleitorais no período ditatorial foi uma forma autoritária do governo exercer controle sobre as instituições públicas, minando os cargos eletivos de opositores que pudessem ser uma afronta ao regime militar. Na análise de Grinberg (2009; p. 54), os expurgos ocorridos em 1966 foi o primeiro episódio no qual levantou-se dentro da Arena argumentos sobre a inviolabilidade dos mandatos parlamentares e da independência do poder Legislativo. A posição adotada por Aduino Lúcio Cardoso destoava da exercida pela grande maioria dos membros de seu partido. Outrora apoiador, agora, devido sua posição legalista, tornou-se um problema para o governo federal. Para essa situação adotou uma medida conciliatória, nomeou Aduino Lúcio Cardoso para o Superior Tribunal Federal (STF), afastando-o da vida parlamentar, evitando novos constrangimentos entre o Executivo e a Arena.

Aduino Lúcio Cardoso tinha trajetória política similar à dois dos principais caciques políticos da Arena paraibana: João Agripino e Ernani Sátiro. Assim como Cardoso, ambos também militaram nos quadros da UDN desde a criação do partido, bacharéis em Direito, ocuparam sucessivos cargos eletivos durante o período democrático iniciado em 1945 e encerrado em 1964. A defesa dos valores envergados nos tempos de democracia era o que diferenciava a postura de Cardoso da adotada pelos *arenistas* paraibanos.

Ocupando cargos eletivos importantes, João Agripino e Ernani Sátiro participavam, ou tinham no mínimo conhecimento, em medidas autoritárias do regime militar, especialmente nas que atingiam diretamente a Paraíba ou os políticos locais. Tais ações, a exemplo das cassações de mandatos eletivos, que atingiam seus adversários políticos, traziam benefícios políticos para seus grupos políticos. Os expurgos transformavam-se em oportunidades para que seus correligionários assumissem cargos, aumentando sua rede de influência política no estado. Devido isso,

eles apoiavam esse tipo de medidas, seja através de manifestações públicas, ou pela omissão.

O silêncio adotado por muitos membros da Arena paraibana tornou-se uma forma de apoio ao regime militar. A grande maioria dos *arenistas* locais muitas vezes “dançavam a música tocada pelo regime”, pois sabiam que esse não adotaria medidas repressivas que fossem atingi-los diretamente. Com os seus simpatizantes prevalecia a conciliação. O adesismo de alas da secção paraibana da Arena ocorria pela possibilidade de controle ou participação que a ditadura militar proporcionava aos setores políticos. O governismo, portanto, era uma forma de coparticipação, que dava oportunidade aos setores civis exercerem influencia ou beneficiarem-se com medidas autoritárias.

4.2. A nova Constituição de 1967 e a adaptação da Carta estadual

Em 1964, depois de instaurado o novo governo denominado “revolucionário”, iniciou-se uma política de “limpeza” nas instituições públicas. O plano era eliminar pessoas e organizações sociais que se configuravam como ameaça para as instituições democráticas, tendo como foco as ideologias consideradas subversivas e o combate a corrupção. Houve perseguição a todos que compartilhassem do projeto político que visasse a mudança da estrutura social brasileira, adversários políticos dos apoiadores civis do golpe de 1964, ou, por vezes, apenas políticos que atrapalhassem interesses dos golpistas. Também foi posto em prática um novo plano econômico voltado para o mercado externo, cortando leis trabalhistas para atrair empresas estrangeiras para o país. Um projeto político que precisava de medidas antidemocráticas para ser executado. Para isso, o regime militar governou através de Atos Institucionais e decretos-leis, mecanismos de legitimação das ações políticas da ditadura.

De acordo com Grinberg, o presidente Castelo Branco dava demonstrações de preocupação com os formalismos jurídicos de seu governo. Em virtude disso, pretendia em 1967 encerrar o período considerado “revolucionário” e retomar um regime constitucional, elaborando de uma nova Constituição. Para manter as aparências democráticas, o governo ditatorial precisava que o Congresso, em recesso forçado pelo próprio Executivo, discutisse e aprovasse a nova Carta Constitucional. Dessa forma, foi baixado em dezembro de 1966 o Ato Institucional nº4 (AI-4), convocando o Congresso e fixando as normas para a elaboração da nova Constituição. Posteriormente, Castelo

Branco convidou quatro juristas para elaborar um anteprojeto constitucional que seria apresentado ao Congresso, mas logo foi deixado de lado, sendo designado Carlos Medeiros Silva para ministro da Justiça, um conhecido antiliberal, incumbido de elaborar um projeto que incorporasse todas as medidas autoritárias vigentes desde 1964 (GRINBERG; 2009; p. 102).

A ideia de uma nova Assembleia constituinte não foi bem recebida pelo meio político e na imprensa. Criticava-se a predominância do Executivo e ponderava-se que era mais apropriado esperar o início da nova legislatura da Câmara, com a posse dos novos deputados em março de 1967 para iniciar os debates acerca da Constituição. Também haviam preocupações em realizar uma constituinte com a possibilidade de novas cassações. Em virtude disso, o ainda presidente da Câmara dos Deputados, Adauto Lúcio Cardoso, e o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, ambos da Arena, tentaram impedir que Castelo Branco obtivesse no Congresso a colaboração necessária enquanto não houvesse um reestabelecimento da autonomia e inviolabilidade do Legislativo. Porém, a maioria no Congresso Nacional consentiu com o Executivo, aprovando a elaboração de uma nova Constituição (GRINBERG, 2009, p. 103).

O senador e presidente da Arena, Daniel Krieger, foi um dos primeiros a receber o projeto elaborado pelo novo ministro da Justiça. Subsequentemente, o projeto foi repassado para análise dos demais membros do partido. “*No Congresso Nacional, a Arena organizou uma Comissão Mista para analisar o projeto, formada por alguns de seus parlamentares de formação jurídica, quadros históricos das alas dos “bacharéis” da UDN e do PSD*” (GRINBERG, 2009, p. 105). Comissão Mista que não era integrada por nenhum paraibano¹⁰².

De forma geral, como Grinberg bem relata, os líderes *arenistas* no Congresso, bem como a maioria silenciosa do partido apoiavam o projeto do governo, contudo, muitos membros do partido assumiam posição contra o Executivo, unindo-se à *emedebistas*. Um desses pontos de convergência foi o que versava sobre as garantias e direitos individuais na qual o projeto da Constituição apresentava apenas os direitos. Para o senador Afonso Arinos (Arena-MG), esse ponto deixava a liberdade dos

¹⁰² Entre os membros *arenistas* da Comissão estavam Pedro Aleixo (MG), Djalma Marinho (RN), Antônio Feliciano, Accioly Filho (PR), Oliveira Brito (BA), Tabosa de Almeida, Antônio Carlos Konder Reis (SC), Eurico Resende (ES), Heribaldo Vieira (SE) Wilson Gonçalves (CE), Manuel Vilaça (PE), Rui Palmeira (AL), Vasconcelos Torres (RJ) e Adauto Lúcio Cardoso (GB), este último, de acordo com Grinberg, aceitou entrar na comissão para “tentar salvar alguma coisa” (2009, p. 105).

brasileiros nas mãos de uma maioria do Congresso controlada pelo Executivo. Arinos elaborou uma emenda sobre esse tema, subscrita pelo senador Eurico Rezende (Arena-ES). Uma das poucas propostas que foram aceitas (GRINBERG, 2009, p. 106).

Outro ponto polêmico destacado pela autora foram as eleições indiretas. Os *arenistas* que eram contrários à essa medida baseavam-se nos próprios ideais proclamados pelo golpe de 1964. Já os membros do partido que votavam com o governo, justificavam seu posicionamento mostrando que essa era uma solução amparada nos “anseios do povo”. O senador Accioly Filho (Arena-PR) analisando o histórico das eleições indiretas no país, mostrou que essas não passavam de meros desdobramentos de um episódio revolucionário que buscavam a saída de uma crise política. Formado nas hostes do PSD (partido de forte apelo eleitoral), ele não via que tirar do povo do direito de eleger seu presidente era uma forma de afastar o governo de seus governados. A emenda contra a eleição indireta foi rejeitada por 178 contra 143 favoráveis, e 13 abstenções (GRINBERG, 2009, p. 107-108).

Outras emendas apresentadas ao projeto são destacadas pela autora, como a elaborada pelo deputado Humberto Lucena (MDB-PB) que buscava o reestabelecimento do equilíbrio entre os três poderes; e por Britto Velho (Arena-RS), suprimindo o artigo constitucional que dava ao presidente poder de emitir decretos-leis, pois tais procedimentos não eram compatíveis com o sistema presidencialista, e com a nova Constituição, o presidente se tornaria poderoso como nas Monarquias pré-constitucionais (GRINBERG, 2009, p. 109-111).

Posicionamentos similares aos de Britto Velho resultaram em uma das maiores manifestações realizadas pela Arena contrária ao governo militar. Segundo Grinberg, o deputado Herbert Levy (Arena-SP) levou ao Congresso uma declaração de voto subscrita por outros 105 parlamentares do partido – nenhum deles da Paraíba – na qual afirmava não compactuar com os erros encontrados no projeto constitucional. Apesar de reiterar o apoio aos princípios disseminados pela ditadura, Levy não concordou com os projetos-leis em relação aos decretos presidenciais e ao estado de sítio. O processo de discussão do projeto constitucional em 1967 fala muito sobre a relação da Arena com o Executivo:

O exame de votação do projeto da Constituição de 1967 evidencia que, de fato, só receberam o voto da maioria da Arena as emendas negociadas por lideranças do partido junto ao Executivo, como a dos direitos e garantias individuais. Outras emendas provocaram debate e

divisões no interior do partido. No entanto, por mais que fossem apoiadas por muitos arenistas, foram rejeitadas pelos mesmos nas votações, conforme desejava a liderança da Arena e o Executivo. (GRINBERG, 2009, p. 112)

A Constituição foi aprovada pelo Congresso Nacional na madrugada de 24 de janeiro de 1967¹⁰³. Auro de Moura Andrade, presidente do Senado, precisou mandar parar os relógios do plenário para conseguir cumprir o prazo e outras exigências legais estabelecidas pelo AI-4. Segundo Grinberg, após a aprovação, Moura Andrade confidenciou a um amigo: “- *Da Constituição você só vai guardar os remorsos*” (CASTELLO BRANCO *apud* GRINBERG, 2009, p. 114).

O papel desempenhado pelos *arenistas* paraibanos no Congresso fala muito sobre a posição da secção paraibana da Arena naquela legislatura. No final da legislação de 1966 os membros do partido que ocupavam cargos no Congresso era o senador Domício Gondim e os deputados Ernani Sátiro, Flaviano Ribeiro Coutinho, Luiz Bronzeado, Milton Cabral, Plínio Lemos, Raul de Góes e Teotônio Neto. Dos sete deputados, seis foram novamente candidatos ao cargo em 1966 e apenas três conseguiram se eleger. Como nenhum deles desempenhava função e liderança e alguns não teriam continuidade no cargo, não percebemos uma atuação mais enfática nem a favor nem contra o governo. Os *arenistas* da Paraíba preferiram seguir o que era indicado pelo governo e pelas lideranças do partido.

¹⁰³ Maria Helena Moreira Alves (2005) destaca alguns pontos da nova carta Constitucional. Em relação à separação dos poderes, ela limitava de forma significativa o Legislativo: fixava o prazo de 45 dias para aprovação de projetos de lei apresentados pelo Executivo com caráter de urgência, e 60 dias para os sem caráter de urgência. Passado esse período, eles seriam automaticamente aprovados; dava ao Executivo o poder de legislar matérias que envolvessem a segurança nacional e as finanças públicas, o Congresso ficava incumbido apenas de aprovar ou rejeitar a matéria legislada, não podendo apresentar emendas; dava o direito ao governo federal de intervir em estados e municípios, caso houvesse grave perturbação da ordem, ou fosse adotado planos financeiros que contrariassem as medidas estabelecidas pela União. Bem como dava ao Conselho de Segurança Nacional, órgão vinculado à presidência da República, o direito de enquadrar municípios como áreas de segurança nacional; No que se refere a institucionalização do modelo econômico, a partir da nova Constituição, a concepção de desenvolvimento econômico do governo Castelo Branco estava incluída na Doutrina de Segurança Nacional, a intenção era obrigar as gestões subsequentes a adotarem o mesmo plano; assim como retirou-se a autonomia dos estados e municípios, que deveriam obedecer à diretriz central; A nova Constituição alterou a concepção de segurança nacional, se na Constituição de 1946 essa tinha como definição a agressões externas, agora ela foi adaptada à Doutrina de Segurança Interna, incluindo questões ideológicas e não apenas territoriais, além disso a responsabilidade da segurança nacional não seria apenas das Forças Armadas, como de qualquer pessoa natural ou jurídica. Ou seja, qualquer cidadão poderia ser considerado um informante; E por fim, também foram incorporados à Constituição a Lei das Inelegibilidades e a regulamentação dos partidos políticos, influenciando diretamente nos direitos políticos e individuais (ALVES, 2005, p. 129-134)

Esse posicionamento discreto, marcado pelo governismo, além da identidade “revolucionária”, pode ser explicado pela dependência que esses políticos tinham do Estado para sua atuação. Representantes de um estado pobre como a Paraíba, dependente das verbas federais destinadas ao nordeste através de instituições como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), tinham receio de demonstrarem-se contrários ao governo. Dessa forma, temia-se que tomando posturas contrárias ao regime, esse adotasse uma postura repressiva como a perda de benefícios econômicos ou políticos, causados pelo distanciamento com o governo do qual eram dependentes.

Finalizado processo constitucional no Congresso Nacional, os governos estaduais passaram se articular para adequar suas respectivas Constituições à nova Carta federal. De acordo com Monique Cittadino (2006), na Paraíba, o governador João Agripino tomou a iniciativa, formando uma comissão de juristas para a elaboração do anteprojeto de adaptação da Constituição estadual¹⁰⁴.

Nessa época, a Assembleia Legislativa já contava com uma nova legislatura, composta pelos deputados eleitos em 1966¹⁰⁵. Os parlamentares oposicionistas demonstravam preocupação em relação ao controle que Agripino pudesse ter no processo constitucional. Segundo J. Soares Madrugá, colunista do *Correio da Paraíba*, a bancada do MDB no Legislativo estadual tentou persuadir Clóvis Bezerra (Arena), presidente da Assembleia Legislativa, a designar uma comissão de parlamentares para elaborar o anteprojeto de adaptação constitucional, ideia que tinha total apoio de alguns deputados da Arena. Dessa forma, o Executivo ficaria à margem do processo, podendo influenciar apenas através de sua representação na Assembleia. Porém, o líder do governo e da bancada da Arena na Assembleia, Sílvio Porto, interpelou o pensamento do governador, o qual entendia que a elaboração do anteprojeto constitucional era atribuição do Executivo, e o Legislativo estava incumbido de sua apreciação e votação (MADRUGA. *Correio da Paraíba*, 17 de fev. de 1967, p. 3).

¹⁰⁴ De acordo com a autora a comissão era composta por Agnelo Amorim Filho, José Medeiros Vieira, Aluísio Afonso Campos e Ivan Bichara Sobreira (CITTADINO, 2006, p. 322). Destaque para os dois últimos que tinham vínculos com a Arena. Campos foi candidato a senador pelo partido e Bichara Sobreira foi governador do estado pelo partido na década de 1970.

¹⁰⁵ A legislatura instaurada em 1967 contava com 14 parlamentares do MDB e 24 da Arena. Naquele ano, a mesa diretora da Assembleia foi composta apenas por *arenistas*: presidente: Clóvis Bezerra (Arena-1); primeiro vice-presidente: José Lacerda Neto (Arena-2); segundo vice-presidente: Agnaldo Veloso Borges (Arena-1); primeiro secretário: Francisco Souto (Arena-1); segundo secretário: Nivaldo Brito (Arena-2); terceiro secretário: Batista Brandão (Arena-1); quarto secretário: José Pereira Costa (Arena-1) (MARIZ, LEITÃO, 1987, p. 156)

Cittadino relata que o procedimento adotado por João Agripino foi considerado “individualista” por parte da bancada *arenista*, que se sentiu excluída do processo constitucional. Dessa forma, Agripino, passou a dar demonstrações de que o Legislativo teria participação na adaptação da nova Constituição, e logo as manifestações de protestos por parte dos membros da bancada governista, transformaram-se em apoio irrestrito (CITTADINO, 2006, p. 322).

No final de março, já havia sido elaborado o anteprojeto de adaptação da Constituição paraibana. O processo constitucional no estado baseou-se no que estava previsto no Ato Institucional nº 4, tendo como data limite para a aprovação das novas constituições estaduais o dia 15 de maio de 1967¹⁰⁶. Logo após ser entregue à Assembleia Legislativa, foi formada no dia 17/04 a Comissão Mista para dar o parecer ao anteprojeto, composta pelos deputados Sílvio Porto, Antônio Santiago, Otávio Mariz Maia, José Lacerda, Egídio Madruga e José Braz do Rêgo, da Arena; e Ronaldo Cunha Lima, José Gayoso, Miranda Freire, Mario Silveira e José Soares de Figueiredo, do MDB (Correio da Paraíba, 18 de abr. de 1967, p. 3). O anteprojeto da Constituição foi aprovado em primeira discussão numa sessão ocorrida no dia 25 de março na Assembleia Legislativa, por 20 votos a favor e 14 votos contra, retomando para a Comissão Especial para apresentação de emendas.

O anteprojeto de adaptação constitucional elaborado pelo governador tinha vários pontos que merecem ser discutidos, sendo alvos de críticas de parlamentares e da imprensa. O primeiro deles foi a criação do Tribunal de Contas do Estado, um órgão voltado para a fiscalização financeira estadual e municipal. Alegava-se que esse teria um caráter mais político que jurídico, devido sua prerrogativa de intervenção nos municípios, assim como os sete membros que compô-lo-iam seriam indicados pelo governador e aprovados pela Assembleia, transformava-o em um meio de negociata política do governo estadual.

¹⁰⁶ O processo ocorreria da seguinte maneira: 1) recebimento do anteprojeto elaborado pelo Executivo e formação de Comissão Especial Mista pela Assembleia Legislativa; 2) eleição de presidente e vice da comissão, e escolha de um relator pelo presidente eleito; 3) após a análise da Comissão, o relator dará o parecer pela aprovação ou rejeição do anteprojeto constitucional, sendo votado pelos membros da Comissão; 4) discussão e votação do projeto no plenário da AL num prazo de quatro dias, e, depois de aprovado, ele é reenviado à Comissão Especial para a apresentação de emendas; 5) apresentação de emendas à Constituição terá um prazo de cinco dias, as quais devem ser aprovadas por ¼ dos membros da Comissão; 6) de volta ao plenário, há um prazo de doze dias para a discussão dessas emendas, seguindo-se em votação em turno único; 7) aprovado o projeto e as emendas, esses receberão redação final para a sua publicação. (Correio da Paraíba, 31 de mar. de 1967, p. 12)

Os parlamentares *emedebistas* também apontavam a falta de clareza do documento na parte relativa ao Tribunal de Contas. Nela continha um dispositivo estabelecendo que, caso o prefeito de alguma cidade deixasse de encaminhar as contas municipais dentro do prazo fixado por lei, o fato seria destinado ao governador “*Para efeito da alínea 6 do art. 90*”. Entretanto, essa alínea não constava no artigo 90, nem em nenhuma outra parte do projeto, podendo transformar-se em uma forma inconstitucional do governador intervir nos municípios (O Norte, 26 de abr. de 1967, p. 8). Assim como criticavam a não realização de concurso de títulos como pré-requisito para nomeação dos ministros, sendo considerada uma forma de afrouxar a escolha de seus membros (O Norte, 11 de mai. de 1967, p. 8).

Dessa forma o Tribunal de Contas poderia se transformar num problema para o próprio governador. Os atrativos do cargo de ministro seriam um fator adicional para aumentar a instabilidade dentro da Arena paraibana, que já era alta em 1967, devido a disputa que envolvia as alas que compunha o partido. Na análise de J. Soares Madrugá, a situação no partido *governista* era a seguinte:

Os agripinistas afirmam que tem sofrido como boi de canga, sem gemer. Querem as compensações do sacrifício, as quais faz jus a sublegenda do deputado Teotônio Neto, pela sua conduta desinteressada dentro do oficialismo [...] Os gondinistas veem no Tribunal a oportunidade de o governo demonstrar seu afeto ao grupo liderado pelo Sr. Pedro Gondim. A sustação da crise Agripino-gondinista teve a garantia, pelo menos implícita, de uma reformulação de tratamento, a ser dispensado pelo Palácio aos ex-pedecistas, esperando eles que a boa-fé governamental se efetive com a participação do bloco no órgão em questão. (MADRUGA. Correio da Paraíba, 6 de abr. de 1967, p. 3)

Outro ponto que recebeu críticas foi a eleição indireta para vice-governador. A forma como estava proposto no anteprojeto era distinta do que o que estava determinado pela Constituição federal. Além disso, quem ocupasse o cargo também assumiria a função de presidente da Assembleia, exercendo o poder de voto de desempate, bem como outras atribuições a serem designadas por lei complementar. (O Norte, 31 de mar. de 1967, p. 3). O Estado estava sem vice-governador desde o afastamento de Severino Cabral, ocorrido em 1966. A escolha feita de forma indireta beneficiaria João Agripino, que contando com a maioria na Assembleia, teria maior facilidade de eleger algum correligionário, a qual aumentava as chances de vitória do MDB.

Haviam críticas também nos pontos relativos à Assembleia Legislativa. Se por um lado o anteprojeto mantinha o atual número de deputados e estabelecia que o aumento do quórum somente verificar-se-ia na proporção de um parlamentar para cada 100 mil habitantes (alteração que só irá vigorar a partir de 1974), por outro mudavam as regras para conceder licença para a cassação de parlamentares. Baseando-se na Constituição Federal, o anteprojeto indica que:

[...] se no prazo de noventa dias, a contar do recebimento, a Assembleia não deliberar sobre o pedido de licença [...] será esse incluído automaticamente na ordem do dia e nela permanecerá durante quinze sessões ordinárias consecutivas, tendo como concedida a licença se nesse prazo não ocorrer deliberação. (Correio da Paraíba, 31 de abr. de 1967, p. 12)

No anteprojeto da Constituição estadual, assim como a nova Carta federal, prevalecia o poder do Executivo. Porém, aumentava-se a influência do governador não de forma autoritária, mas através de concessão de poder de barganha clientelista, como, por exemplo, no controle de nomeação de cargos.

Após a análise da Comissão Especial da Assembleia para apresentação de emendas, o agora projeto de adaptação da Constituição estadual voltou ao plenário do Legislativo para discussão e votação das mesmas. A primeira sessão ocorreu no dia 08/05 e durou 14 horas seguidas, sendo seis delas dedicadas a votação de requerimento do deputado Sílvio Porto que pedia a votação global das emendas apresentadas ao projeto. A atitude do *arenista* foi tomada em virtude de um requerimento apresentado pelo deputado Ronaldo Cunha Lima (MDB) que pedia destaque para todas as emendas discutidas pela Comissão Especial, tanto as aprovadas, como as rejeitadas (A União, 9 de mai. de 1967, p. 8).

No intuito de obstruir a votação do requerimento de Sílvio Porto, a bancada do MDB passou a ocupar a tribuna da Assembleia por mais de seis horas, gastando o tempo de 20 minutos, o qual tinha direito cada parlamentar, criticando o projeto constitucional e o requerimento de Sílvio Porto, alegando que a bancada da Arena estava “teleguiada” pelo governador João Agripino. Quando se esgotou a estratégia *emedebista*, e submetido a votação, o requerimento do líder governista acabou aprovado (A União, 9 de mai. de 1967, p. 8).

Ao iniciar discussão global das emendas, o deputado Ronaldo Cunha Lima voltou a protestar, afirmando que:

[...] a atitude do líder governista é um absurdo, pois com isso a bancada majoritária estava impondo sua vontade ditatorial, impedindo que a oposição discutisse democraticamente as emendas uma a uma. Disse ainda que com aquela atitude a bancada da ARENA fazia uma confissão antecipada de sua subserviência ao Governador, que desde os primeiros instantes interferiu no sentido que seria aprovada uma Constituição serviu aos seus objetivos. (A União, 9 de mai. de 1967, p. 8)

Na opinião de Cunha Lima, todo aquele processo de votação era uma farsa. Intencionado a comprovar suas acusações, o *emedebista* relatou uma fala do deputado Egídio Madruga (Arena), dita durante os trabalhos da Comissão Especial, na qual demonstrou-se ser favorável a uma emenda que beneficiava a magistratura, mas tinha de votar contra, pois era do desejo do governador. Em sua justificativa, Madruga afirmou que aquele comentário havia sido feito em tom de brincadeira, e estranhava que fosse levado à tribuna coisas desse tipo (Correio da Paraíba, 9 de mai. de 1967, p. 8).

Ao final de sua fala, Cunha Lima declarou que a bancada de seu partido se retiraria do plenário em protesto contra a forma como estava sendo conduzida a votação do projeto constitucional:

Desejamos dar nossa colaboração ao anteprojeto de reforma constitucional. Infelizmente os nossos colegas da bancada arenista não desejam essa colaboração. Não temos outro recurso, portanto, senão nos retirarmos do plenário, porque não podemos votar o anteprojeto sem discutir as emendas a ele apresentadas e através das quais se procura escoimá-lo de erros e vícios.

[...] Deixemos que os companheiros da ARENA votem sozinhos o anteprojeto e sozinhos assumam a responsabilidade de dar à Paraíba uma Constituição eivada de vícios, de defeitos e de inconstitucionalidades. (Correio da Paraíba, 9 de mai. de 1967, p. 8)

Em defesa dos parlamentares da Arena, o deputado Antônio Santiago afirmou não haver subserviência da bancada do partido em relação ao governador:

Nós da ARENA somos todos homens com responsabilidades para com o povo. Somos fieis e solidários com o nosso partido, mas nunca subserviente à vontade ou aos interesses do governador [...] Vossa Excelência pode ficar certo que nós votaremos conscientemente uma Constituição para o povo. (A União, 9 de mai. de 1967, p. 8).

Outro que defendeu o partido foi o deputado Otávio Mariz Maia, primo de João Agripino, afirmando que se houvesse alguma interferência do governador na tramitação do projeto constitucional na Assembleia, ele próprio seria o vínculo, não o deputado Sílvio Porto, pois:

[...][Eu] havia discutido longamente com o Chefe do Executivo os dispositivos do anteprojeto constitucional, antes de ser o mesmo remetido à Assembleia. No entanto, não dera conhecimento dessas discussões sequer aos representantes da Arena na Comissão Mista. (A União, 9 de mai. de 1967, p. 8).

A atuação de Sílvio Porto foi decisiva para manter a integridade do pensamento do governo no processo constitucional. Ao defender-se das acusações de Ronaldo Cunha Lima, o parlamentar *arenista* condenou a atitude da bancada do MDB e depreciou as emendas constitucionais apresentadas pelo partido, as quais faziam tanta questão de discutir. Para o líder do governo:

[As emendas apresentadas pelo MDB] São de ordem puramente estéticas, colocando melhor um pronome relativo ou dando a cada frase uma sonoridade para a qual o redator original não teve bastante sensibilidade.

Entretanto, nenhuma delas traduz o mal-estar social; em nenhuma delas se encontra um traço sequer quanto ao que diz respeito à estrutura social, política e econômica da Paraíba. Houve apenas uma preocupação de joalheiro. (Correio da Paraíba, 9 de maio de 1967, p. 8)

Na segunda sessão de discussão e votação das emendas, ocorrida dia 09/05, Sílvio Porto justificou o motivo pelo qual apresentou o requerimento para votação global. Disse o líder governista que a ideia de sua bancada era discutir as emendas aprovadas, uma a uma no plenário, mas foram surpreendidos pelo deputado Ronaldo Cunha Lima que pediu destaque para todas as emendas, incorporando as rejeitadas pela Comissão Especial. Na sua opinião, essa foi uma maneira de obstruir a votação:

Com isso a bancada da ARENA, se viu numa encruzilhada: ceder aos caprichos da oposição, deixando que a matéria não fosse aprovada dentro do prazo estipulado pelo Ato Institucional nº 4, ou pedir a votação global das emendas, como único recurso regimental de que dispunha para não permitir o atraso na votação da matéria. É preciso ver que se a matéria não fosse aprovada dentro do prazo legal, a Paraíba poderia sofrer intervenção federal. A nossa bancada, portanto,

tinha grande responsabilidade, por ser majoritária. Diante dessa situação dramática, preferimos a segunda alternativa, certos de que, assim fazendo, estamos defendendo a autonomia de nosso Estado e os brios do povo paraibano. (A União, 10 de mai. de 1967, p. 8)

A bancada do MDB mais uma vez tentou impossibilitar a votação das emendas, mas um pedido de questão de ordem, solicitado por Sílvio Porto, impediu que os *emedebistas* utilizassem a mesma tática da sessão anterior. Dessa forma, o projeto constitucional conseguiu ser aprovado em tempo recorde (menos de 48 horas). Das 84 emendas apresentadas ao documento, apenas 14 foram incorporadas pela Comissão Especial (Correio da Paraíba, 10 de mai. de 1967, p. 8).

O deputado Ronaldo Cunha Lima, no final da sessão, concedeu entrevista criticando a forma como foi aprovado o projeto constitucional, atribuindo a derrota da oposição a interesses partidários:

Assistimos, para tristeza de nossas tradições democráticas, a um ineditismo legislativo que haverá de enodoar a história do Direito na Paraíba.

Ao sabor de uma maioria eventual, um dilúvio de negativismo, integrado de vícios, falhas, irregularidades e deformações, tomou de cambulhada o processo de tramitação de adaptação da Carta Constitucional. A partir da fase embrionária do andamento do texto a ser adaptado, ou seja, na Comissão Mista, a oposição foi alijada pelo comportamento inteiramente despido de espírito público, de patriotismo, e até de altivez de alguns dos ilustres membros da ARENA, os quais pareciam manteados à vontade governamental, ao caudilhismo Executivo, não tendo outro caminho a seguir, senão o de sobrepor aos interesses da Paraíba a silhueta da facção partidária. (Correio da Paraíba, 10 de mai. de 1967, p. 8)

No processo de discussão e votação do projeto de adaptação da Constituição estadual, podemos destacar a posição do líder do governo e da Arena na Assembleia, o deputado Sílvio Porto. Durante as duas sessões defendeu que a forma como tramitou o documento constitucional foi legal, dentro do que estava previsto no AI-4, um decreto autoritário que previa que a alteração de um documento constitucional fosse feita em um espaço de tempo de quatro meses, e caso não fosse cumprido, o Estado estava sujeito a sofrer intervenção federal.

Sílvio Porto, ao apresentar requerimento pedindo a votação global com a intenção de dinamizar e acelerar a votação, tirou a oportunidade da discussão do projeto pelos deputados da Assembleia. Assim como Porto, a bancada da Arena – o “rolo

compressor”, como passou a ser chamada –, atuou de forma conivente, não apenas com os interesses do governador do Estado, o qual, desde o início, exerceu controle sobre o processo constitucional, mas com o Estado autoritário.

Em 1967, a secção da Arena paraibana, vivia uma crise interna, na qual alas do partido não se sentiam contempladas em seus anseios pelo governador e chefe estadual da legenda, João Agripino. Apesar disso, houve o consentimento de toda a bancada do partido em colaborar com o projeto do governador. Dessa forma, podemos compreender que a convivência da bancada *arenistas*, mesmo entre os pertencentes a alas insatisfeitas no partido, tem duas explicações: a primeira é em função da concordância com as medidas autoritárias propostas no projeto de adaptação constitucional; a segunda é a de haver esperança em ser agraciados no futuro benefícios por parte do governador.

O que é interessante notar, é que pouco mais de um mês após a votação, J. Soares Madrugá relatava em sua coluna o afastamento que parte da bancada *arenista* passava a ter do Executivo estadual. De acordo com o colunista do *Correio da Paraíba*, alguns parlamentares do partido relatavam a indiferença que o governador passou a trata-los após estar munido com os benefícios da nova Constituição:

A conclusão é que o bloco da ARENA é chamado para funcionar como rolo compressor em assuntos de grandes controvérsias. E não há reconhecimento a esse apoio. Aprovada a matéria, o mérito da ação desaparece com a indiferença governamental, como se houvesse obrigação unilateral e não recíproca. (MADRUGA. *Correio da Paraíba*, 1 de jun. de 1967, p. 8)

A relação do governador com a bancada de seu partido na Assembleia Legislativa era oscilante, pois os membros do partido agiam por interesse nos assuntos relacionados ao Estado da Paraíba. Não há condições de afirmar que houve negociação entre João Agripino e seus representantes em relação à Constituição estadual, mas é significativo ver que uma falta de coesão do partido transformou-se em uma concordância da bancada com o governador e, porém, posteriormente houve afastamento.

É interessante notar que se olharmos por um lado, o governador mostrava não se submeter as pressões exercidas por sua legenda, estando alheio ao jogo de troca de cargos públicos por apoio político. Por outro lado, é interessante ressaltar que a Arena era composta por diversas correntes, cada qual capitaneada por um influente político. Dessa forma, Agripino restringia-se a contemplar seus correligionários mais próximos,

subjugando os demais grupos dentro do partido. Com isso, o governador reforçava seu poder dentro da secção paraibana, consolidando uma oligarquia formada por antigos *udenistas* no partido.

A nova Constituição foi oficializada em sessão solene na Assembleia, na qual estavam presentes o governador João Agripino e seu secretariado, o gal. Vinícius Nazareth Notare, comandante da Guarnição Federal na Paraíba, o ex-ministro José Américo de Almeida, e o prefeito de João Pessoa, Damásio Franca. Entre os parlamentares, apenas a bancada da Arena estava presente, pois os *emedebistas* boicotaram a solenidade em forma de protesto. O presidente da Assembleia, Clóvis Bezerra, em seu discurso, ressaltou o pioneirismo da Paraíba nesse novo debate constitucional, o estado foi um dos primeiros a adaptarem sua Constituição. Membro mais atuante do partido nesse aspecto, Sílvio Porto, ignorando a forma unilateral – de cima para baixo – a qual a adaptação constitucional desencadeou-se, afirmou em discurso na sessão solene que a nova Constituição é um “[...] *estatuto sensível, cheio de calor humano, que reflete as tendências, o comportamento e as reivindicações do povo*” (Correio da Paraíba, 13 de mai. de 1967, p. 7). Por fim, a nova Constituição estadual recebeu a assinatura de todos os parlamentares presentes, uma forma de atestar sua participação e colaboração na formulação desse documento.

No mesmo dia da promulgação da Constituição, o MDB divulgou manifesto contra as arbitrariedades do processo constitucional, apresentando suas razões para a repulsa demonstrada pelo partido em relação à nova Carta estadual. Repetindo todas as críticas aqui já apresentadas, o documento falava ainda sobre a ausência de um projeto de resolução, que disciplinasse o processo constitucional no Legislativo. Bem como criticaram o requerimento apresentado por Sílvio Porto, considerando-o um eventual descumprimento de um artigo do AI-4, em que todas as emendas apresentadas deveriam ser submetidas ao plenário¹⁰⁷ (O Norte, 12 de mai. de 1967, p. 8).

Em virtude da repercussão da nova Constituição estadual, João Agripino fez um pronunciamento, difundido pela rádio *Tabajara*, posteriormente transcrito pelo *O*

¹⁰⁷ Em julho, o MDB paraibano entrou com uma ação no Superior Tribunal Federal (STF) recorrendo contra a Constituição estadual da Paraíba. O advogado Cláudio Santa Cruz, representante do partido, relatou que a intenção é invalidar alguns artigos considerados esdrúxulos e inconstitucionais, e um deles é o que se refere à eleição indireta para vice-governador, que era incompatível com o que constava na própria Constituição federal. Entre outros fatores, o processo aberto pelo MDB relata que não houve tempo hábil para a tramitação constitucional, como também nela constavam inovações criadas sem margem dentro da estrutura federativa, e a possibilidade de nomeação de deputados para o cargo de prefeito em municípios onde não haja eleições (Correio da Paraíba, 1 de jul. de 1967, p. 8).

Norte, explicando como ocorreu o processo constitucional no estado e os pontos mais criticados pela oposição. Primeiramente, o governador respondeu ao julgamento da atuação da bancada governista na Assembleia e ao tempo em que foi votada a nova Constituição, utilizando como defesa os prazos estabelecidos pela ditadura para votação da matéria, os quais elogiou como “*uma das inovações mais salutares*” do governo pós-golpe:

Já não permite que problemas nacionais ou estaduais de grande magnitude possam pernoitar anos seguidos nas Casas Legislativas sem solução. Esse princípio, ao invés de poder ser entendido como uma restrição ao Legislativo, e ao contrário, considerado um fator decisivo para o prestígio da função legislativa. Prazo final para rejeitar ou aprovar impede, sem dúvida, que a maioria do Legislativo possa procrastinar, retardar ou engavetar projetos de lei porque, não tendo força para rejeitá-los, tenha recursos regimentais para impedir que o mesmo seja submetido a decisão da minoria. (O Norte, 17 de mai. de 1967, p. 8)

João Agripino criticou a bancada do MDB, acusando-a de “procrastinar” o andamento da discussão e votação da Constituição, bem como reprovou a atitude dos parlamentares *emedebistas* em não assinarem a Carta constitucional:

Negar a assinatura à Lei maior sem que se possa invocar motivo que, de tal relevância, seja convincente, é comportamento que não está à altura da inteligência dos paraibanos, nem da boa conduta política, que sempre presidiu as relações entre governo e oposição. (O Norte, 17 de mai. de 1967, p. 8)

A posição em que João Agripino fala é de alguém inteiramente vinculado aos dispositivos autoritários da ditadura, confundindo cumprimento de prazos com ausência de debates sobre a matéria em questão. A forma como desenrolou-se o processo constitucional, especialmente o requerimento de votação global das emendas, mostra que, sob a justificativa de prazo, privou-se um debate profundo. O suposto dinamismo implementado pelo regime militar, na verdade, é um instrumento para a ditadura instaurar pautas autoritárias utilizando procedimentos usuais em regimes democráticos.

Em relação aos pontos polêmicos que constavam no anteprojeto elaborado por João Agripino, esse mais uma vez justificou-se utilizando o que estava previsto nos decretos baixados pelo Executivo federal. Especificamente sobre a criação do Tribunal de Contas, declarou:

Levantou-se celeuma contra a criação do Tribunal de Contas sem se atentar para o art. 13, inciso VI, da Constituição Federal, que atribuiu ao Estado a fiscalização financeira e aplicação dos recursos da União atribuídos aos municípios ou aos princípios estabelecidos no art. 71 que obriga controle financeiro externo e interno do poder Executivo com auxílio do Tribunal de Contas a criação de um órgão de controle era imperativo da Constituição federal. (O Norte, 17 de mai. de 1967, p. 8)

O outro ponto apreciado pelo governador em seu pronunciamento foi a eleição indireta para vice-governador. João Agripino assumiu que esse ponto da Constituição estadual foi obra sua, e o justificou mencionando as constituições anteriores (1934 e 1946), que previam que quando vago o cargo durante um mandato, a escolha do vice-governador deveria ser feita de forma indireta: “[...] *se quiséssemos eleger o vice-governador pelo processo direto, teríamos que convocar eleições para o sufrágio de um só candidato. Não tem sentido a eleição direta quando concorre um só candidato*” (O Norte, 17 de mai. de 1967, p. 8).

Como principal chefe político da Arena paraibana, João Agripino demonstrava conivência com autoritarismos praticados pela ditadura. Inclusive, utilizava-se de medidas desse tipo para aumentar seu poder e sua influência política dentro do estado. Democratas de ocasião, *ex-udenistas*, *ex-pessedistas*, *ex-pedecistas*, etc., os membros da Arena demonstram que compactuavam com o Estado autoritário, seja através do silêncio da bancada federal da Arena paraibana, no anteprojeto elaborado pelo governador, ou no acolhimento da bancada do partido na Assembleia, mostra que estão se beneficiando com a ditadura, que é militar, mas atende aos interesses conservadores dos grupos civis.

4.3. A cassação da autonomia política dos municípios em 1968

Terminado o debate constitucional em 1967, o ano de 1968 começou com um novo decreto do governo federal que inquietou o meio político: um projeto que previa a cassação da autonomia dos municípios considerados zonas de segurança nacional. As cidades que perdessem sua autonomia deixavam de ter eleições diretas para prefeito, cargo que passaria a ser nomeado pelo governador do Estado. Transformado em uma

nova crise de relações entre o Executivo e a Arena, mais uma vez uma série de parlamentares do partido posicionaram-se contrários ao regime – inclusive paraibanos.

Grinberg relata os parlamentares *arenistas* demonstravam-se contrários à cassação da autonomia dos municípios. O exemplo do deputado federal Flores Soares (Arena-RS) é citado pela autora. Para ele, dois pontos desse projeto são polêmicos: discordava do fato de um prefeito escolhido pelo povo fosse entendido, *a priori*, como incapaz e desonesto, ao contrário de um nomeado indiretamente; assim como defendia que as Forças Armadas é quem deva defender a segurança nacional, não administrações municipais (GRINBERG, 2009, p. 115).

Como foi discutido no terceiro capítulo, essa proposta de mudança poderia atingir a Paraíba, pois o município de Campina Grande inicialmente constava na lista divulgada com 234 cidades, sendo posteriormente retirada da lista final¹⁰⁸. Entre os *arenistas* paraibanos que assumiram posição alinhada ao Executivo destaca-se Ernani Sátiro, líder do governo na Câmara dos Deputados. Em virtude das manifestações de integrantes da Arena em não votar a favor do governo nessa questão, tentou evitar a votação no Congresso para que o Executivo não fosse surpreendido com os votos da Arena (GRINBERG, 2009, p. 116-117).

Entre os parlamentares da Arena-PB contrários ao projeto que enquadrava cidades como zonas de segurança nacional estavam os deputados Vital do Rêgo e Pedro Gondim. De acordo com transcrições de discursos presentes no Diário do Congresso Nacional, o primeiro utilizou como argumento a defesa da democracia, considerando tal decreto como um “golpe”. Vital do Rêgo relatou a repercussão negativa dessa atitude perante a opinião pública e afirmou que barreiras partidárias não iriam impedir a união dos parlamentares para que esse projeto fosse rejeitado. Ao concluir, Vital do Rêgo declarou que:

Esta vista, Srs. Deputados, que a anunciada medida de restrição – antipática e odiosa em si mesma – comprometendo a soberania de quase três centenas de comunas brasileiras, vem sendo uma manifestação de prepotência e, perigosamente, um passo de gigante

¹⁰⁸ A possibilidade de cassação da autonomia política da cidade de Campina Grande não teve boa repercussão no meio político paraibano. Parlamentares do MDB, especialmente Ronaldo Cunha Lima, candidato à prefeito campinense nas eleições, criticaram a postura do governo militar, afirmando que tratava-se de um golpe à democracia. Após semanas de incertezas, em reunião com Rondon Pacheco, ministro chefe da Casa Civil e o vice-presidente Pedro Aleixo, João Agripino foi informado que Campina Grande não seria enquadrada como zona de segurança nacional.

caminho das crescentes reduções do poder civil de que tanto temos falado, na escala das limitações do povo na solução de seus maiores problemas. (Diário do Congresso Nacional, 7 de fev. de 1968, p.628)

Pedro Gondim, por sua vez, defendeu as eleições diretas como forma de escolha de representantes. Parabenizando os parlamentares que assumiam posição contra a medida do governo, Gondim relatou o período em que esteve no governo do Estado, ressaltando sua conduta no comando dos pleitos locais:

Sempre tive o exercício do voto como elemento mais válido no aprimoramento do processo democrático. Afinal, todos dizem assim. O importante é que todos assim pratiquem. À frente do Governo da Paraíba presidi inúmeros pleitos de caráter majoritário ou proporcional, e no final de todos contei sempre com o voto de congratulações do Tribunal Regional [Eleitoral] pela boa colaboração dada às autoridades e ao serviço eleitoral. O exemplo da conduta e palavra de orientação nunca me faltaram em favor da verdade das urnas. Não fazia com isso nenhum favor ou concessão à democracia. Apenas cumpria, como cidadão e governante, o mais elementar direito dentro da comunidade política. (Diário do Congresso Nacional, 10 de fev. de 1968, p. 752)

O posicionamento dos deputados pode ser considerado digno de democratas, mas tem uma explicação mais complexa. Igualmente aos demais parlamentares *arenistas* contrários ao projeto, Vital do Rêgo e Pedro Gondim partilham do “localismo” ressaltado por Grinberg em seu livro. Caso a autonomia dos municípios fossem cassadas, não haveria a possibilidade do jogo eleitoral para eleição de prefeitos: utilização de influência para formação de alianças, trocas de favores políticos, distribuição de cargos, etc. organizados pelas oligarquias locais.

[...] neste caso, a pressão contra a inclusão de municípios em área de segurança nacional indica a incorporação dos mecanismos da competição eleitoral pelas oligarquias locais, sustentando seu interesse na manutenção de práticas eleitorais da democracia representativa. Ou seja, eram os políticos municipais, numerosos e diferenciados, um grupo social com experiência organizacional partidária que confrontava o governo. Dessa forma e talvez paradoxalmente, para muitos, foi da política municipal que emergiu uma forte resistência à supressão de procedimentos que garantiam práticas eleitorais mais ampliadas. (GRINBERG, 2009, p. 117)

No caso específico de Campina Grande, Vital do Rêgo já era candidato declarado, apoiado por Pedro Gondim e da ala *arenista* da qual era líder. O já ressaltado

embate entre *gondinistas* e o governador João Agripino reaparece como explicação. Caso houvesse a cassação da autonomia política campinense, Agripino escolheria o novo prefeito, possivelmente um de seus correligionários. O que almejavam Vital do Rêgo e Gondim era manter a possibilidade de disputa aberta em Campina Grande para, na tentativa de conquistar a prefeitura, ganhar força dentro do partido.

4.4. As manifestações estudantis de 1968 e o caso Marcio Moreira Alves

O ano de 1968 é significativo para entender o desenrolar da ditadura militar. Foi nele que foi decretado o Ato Institucional nº5 (AI-5), documento que escancarou o regime de repressão até então mascarado numa política de negociações, por vezes conflituosa, entre os militares e as instituições públicas, tendo como uma de suas conexões a Arena.

Nesse ano houveram relevantes embates envolvendo o Estado autoritário, a sociedade civil e a classe política. Nós destacamos dois eventos ocorridos em 1968 para representar o conflito entre ditadura, a sociedade e seus representantes. O primeiro deles, repercutido em todo o país, foi um crime ocorrido na cidade no Rio de Janeiro, no qual um estudante secundarista, Edson Luís de Lima Souto, foi assassinado pela Polícia Militar. O segundo é processo de cassação do deputado federal Márcio Moreira Alves, do MDB da Guanabara. Ambos são importantes para entender a relação da sociedade e do parlamento com o regime autoritário. É interessante entender nesses dois casos o posicionamento da Arena paraibana no Congresso Nacional, na Assembleia Legislativa e do governador João Agripino, responsável pela Polícia Militar do Estado da Paraíba, a qual agiu de forma repressiva contra as manifestações estudantis ocorridas no estado.

Para Maria Helena Moreira Alves (2005, p. 141), as manifestações estudantis de 1968 estão inseridas em um amplo movimento que envolveu outros setores da sociedade. Eles são resultado do descontentamento da sociedade civil com o aperfeiçoamento do modelo econômico liberal e da política de repressão implantada pelos governos subsequentes ao golpe civil militar de 1964. Apesar de desde 1967 o regime apontar para uma abertura política, suas atitudes não convenciam os grupos estudantis mais engajados. Através de manifestações de rua, como passeatas ou comícios, ou no Congresso Nacional, esses setores sociais exerceram considerável pressão contra a ditadura militar.

De acordo com Alves, União Nacional dos Estudantes (UNE), que desde o golpe foi perseguida pelos órgãos de repressão, patrocinou atividades e mobilizou estudantes mesmo na clandestinidade¹⁰⁹. Da mesma forma que haviam grandes manifestações contra a ditadura, os estudantes também protestavam contra o descaso e as injustiças do governo em relação ao seu cotidiano. Uma dessas campanhas buscava melhorar da alimentação fornecida pelo restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, que em virtude do corte de subsídios pelo governo, passou a ser gerido por uma empresa privada. De acordo com Alves, no dia 28 de março um grupo de estudantes realizavam uma dramatização da precária situação a qual se encontrava o restaurante, quando um batalhão da Polícia Militar chegou ao local e disparou tiros de metralhadora contra os estudantes. O secundarista Edson Luís de Lima Souto, de 16 anos, foi atingido e morreu na hora. Seguindo a narrativa da autora:

A morte de Edson Luís catalisou a indignação popular reprimida e resultou em demonstrações de massa que assumiram proporções de verdadeira rebelião social. Uma coisa levava a outra. Colegas enfurecidos carregaram o corpo do estudante até a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, onde permaneceu exposto sob a guarda de representantes políticos e líderes estudantis. A notícia espalhou-se rapidamente, e uma pequena multidão em frente ao prédio da assembleia convocou a população a comparecer aos funerais no dia seguinte (ALVES, 2005, p. 143)

O cortejo fúnebre do estudante Edson Luís foi comparado pelos jornais da época ao de Getúlio Vargas. Os estudantes foram à Assembleia Legislativa, de onde sairia o caixão, mas foram retirados por policiais militares armados. Houve confronto, resultando numa série de feridos e estudantes presos. Na trajetória da Assembleia ao cemitério, lenços brancos pendurados nas sacadas, luz de velas ou abajures e papel carbono picado jogado pelas janelas foram utilizados pelos moradores de apartamentos e funcionários de escritórios como forma de luto e apoio aos estudantes.

¹⁰⁹ A autora relata táticas utilizadas pelos estudantes. Primeiramente foram feitos “comícios relâmpagos”, para mostrar à população que o movimento estudantil ainda resistia. Com o aumento do número de militantes, as táticas foram se alterando. Os estudantes passaram a realizar grandes passeatas e comícios com o objetivo de conquistar a simpatia de outros setores sociais. A autora destaca que as demissões arbitrárias de professores e as restrições impostas à autonomia universitária; e a reforma universitária promovida pelo governo através do acordo MEC-USAID foram os impulsos que levaram o movimento estudantil a saírem as ruas contra o regime. (ALVES, 2005, p. 142).

A morte do estudante também arrancou uma resposta emocional do resto da população, criando um clima de tensão e protesto na cidade do Rio de Janeiro. As circunstâncias de sua morte e a brutalidade da polícia em geral foram objeto de ampla atenção da imprensa, levantando sérias questões sobre o processo oficial de liberalização em andamento. (ALVES, 2005, p. 144)

A polícia militar do Rio de Janeiro voltou a protagonizar ações de violência, dessa vez na missa fúnebre em homenagem a Edson Luís, realizada na Igreja da Candelária. Quando deixavam o local, os cerca de 30 mil presentes foram atacados pela cavalaria da PM em uma operação conjunta com o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Houve correria, espancamento e prisões. Usando cassetetes e espadas, os policiais agrediam não só estudantes, mas idosos, mulheres e crianças que compareceram à cerimônia. Foi preciso que os padres interferissem naquela situação para proteger as pessoas. A hostilidade policial repetiu-se na missa da tarde (ALVES, 2005, p. 144-145). A repressão às missas, resultou numa tomada de posição da Igreja Católica pelos grupos de oposição à ditadura, na qual vários bispos passaram a apoiar abertamente a causa estudantil.

No Congresso Nacional os acontecimentos foram temas de debates. Entre os parlamentares paraibanos, Ernani Sátiro, na sua posição de líder do governo no Congresso, lamentou os acontecimentos e encaminhou voto de pesar pelo falecimento do estudante secundarista. Porém, Sátiro repudiou aqueles considerados “subversivos”, infiltrados nas manifestações estudantis, tendenciosos a comprometer a ordem do país.

Mas é preciso não confundir as situações. Todos nós fomos estudantes, todos nós temos ou tivemos filhos, parentes, estudantes, mas é necessário não confundir a situação dos estudantes que estudam, dos estudantes quando lutam pelos seus direitos, pelas suas prerrogativas, com a agitação que procura perturbar o País, estabelecer o crime e a desordem. Contra isso o Governo tomará as providências compatíveis com os instrumentos constitucionais de que dispõem. A ordem pública será mantida sem violência, a ordem pública será mantida sem violarmos a Constituição mas esses agitadores que se infiltram entre os estudantes, que envolvem os estudantes, esses serão punidos de acordo com a lei, de acordo com a Justiça. [...] Nós não temos interesse em jogar mais lenha nesta fogueira, mas nossa posição é firme em defesa do regime, em defesa da Constituição, contra o crime e contra a desordem. (Diário do Congresso Nacional, 3 de abr. de 1968, p. 1173-1174)

Apesar de solidária, a fala de Sátiro mostra a intolerância com as manifestações públicas contra o governo. Ao diferenciar os estudantes de “subversivos”, o deputado remete-nos ao período do golpe civil-militar de 1964, quando se desconstruía a imagem das organizações sociais e justificava a violência aplicada contra elas sob o discurso do inimigo infiltrado perturbador da ordem. Essa é uma tática dos conservadores, a partir uma falsa imagem democrática, defende a violência como forma de manutenção de uma estrutura social elitista.

Outro *arenista* paraibano que se posicionou acerca dos protestos estudantis no Rio de Janeiro foi Vital do Rêgo. O deputado afirmou que manifestações desse tipo estão ocorrendo em todo o mundo, e que esse é o papel dos jovens na sociedade: “*Caracteriza a juventude o sagrado desejo de renovar*” (Diário do Congresso Nacional, 3 de abr. de 1968, p. 1061). Comentando o assassinato de Edson Luís, Vital lembrou uma tragédia ocorrida em 1946, quando um estudante foi fuzilado numa praça no Recife na luta pela redemocratização do país:

Ontem era a luta contra a ditadura; o regime de exceção imperava. Hoje, a história se repete, no arrepio de uma democracia que já se pode dizer periclitante. Mas os soldados também estão morrendo. Quer dizer, morre a mocidade inconformada e tombam, também, os agentes do Governo. É o luto que cobre as almas dilaceradas das famílias dos estudantes, e que em nada difere do crepe que veste o coração partido das famílias dos policiais. (Diário do Congresso Nacional, 3 de abr. de 1968, p. 1061)

A imagem do passado e do presente do deputado Vital do Rêgo merece ser problematizada: reconhecia o governo de Getúlio Vargas entre 1937 e 1945 como uma ditadura, devido à repressão imposta por toda a sociedade, mas considerava o período em que vivia como uma democracia “periclitante”. Apesar de afastado da ala *udenista* da Arena paraibana, Vital mostrava que ainda compartilhava da ideologia do extinto partido que dava sustentação ao regime.

O movimento estudantil também se mostrava atuante na Paraíba¹¹⁰. Em primeiro de abril, houveram protestos em João Pessoa contra o assassinato de Edson

¹¹⁰ Já em 1967, ocorreu no estado o primeiro embate entre estudantes e a Polícia. Cittadino relata que um grupo de alunos da Escola de Enfermagem Santa Emília de Rodat realizaram uma manifestação em frente ao Palácio da Redenção. Foram queimados esquifes com as frases “este brasileiro morreu de fome, sífilis e tuberculose” e “o Brasil ia devagar de frente, imagine de Costa”. Em meio ao protesto, um dos guardas do Palácio disparou para o ar dispersando os estudantes. De acordo com o serviço de imprensa do Palácio, João Agripino teria demitido o chefe da guarda, coronel Belarmino Feitosa. Segundo o assessor de

Luís. Nesse dia os estudantes saíram às ruas em passeata sem a interferência policial. Porém, no dia 02/04, devido a radicalização das manifestações no sul do país, o secretário de Segurança Pública do Estado, brigadeiro Firmino Ayres de Araújo, acatando ordens do governo federal, publicou nota comunicando a proibição de quaisquer concentrações públicas, passeatas ou comícios, a partir do dia três de abril:

A Secretaria de Segurança Pública, em face das comunicações recebidas do sul do país, no sentido de que elementos estranhos à classe estudantil aproveitando-se do seu estado emocional decorrente da morte do colega da Guanabara, para a prática de desordens, afronta a autoridade e atentado ao regime, faz ciente que não permitirá concentrações, passeatas e comícios, neste estado, a partir de hoje até novas instruções e manterá a ordem pública que permita normal funcionamento do comércio, da indústria, dos estabelecimentos de ensino e demais atividades da sociedade. [...] Compreendo a justa revolta dos estudantes, face ao injustificável crime de que foi vítima o colega, a Secretaria de Segurança Pública permitiu que no dia primeiro levassem o seu protesto às ruas desta cidade e de Campina Grande, em passeatas que se processaram sem qualquer incidente. O governo do Estado espera contar com a idêntica compreensão dos paraibanos e lhes solicitar ajuda para que a ordem pública não se perturbe neste estado, como vem ocorrendo em outras cidades da federação. (Correio da Paraíba, 3 de abr. de 1968, p. 8)

Os estudantes não aceitaram a proibição e no dia 03/04 realizaram uma série de comícios relâmpagos em João Pessoa e, em Campina Grande, os dois mil estudantes que participaram de uma missa pela memória de Edson Luís seguiram em passeata pelas ruas da cidade após a celebração¹¹¹. Nas duas cidades houve confronto com a Polícia Militar (PM) resultando em seis prisões (CITTADINO, 2006, p. 325-326).

Os mais graves embates entre o movimento estudantil e a Polícia ocorreram no dia 04/04. Em João Pessoa, após a celebração da missa de sétimo dia da morte de Edson Luís, secundaristas e universitários seguiram em passeata pelas ruas do centro da cidade quando um contingente de policiais desembarcou de caminhões portando baionetas e bombas de gás para dispersar a manifestação. Os estudantes reagiram à violência policial com vaias e pedradas. No meio da confusão um investigador foi espancado pela Polícia ao ser confundido com um estudante. Oito manifestantes foram presos, e, além deles, um oficial da reserva do Exército e um comerciante foram detidos por

imprensa do governo estadual, Agripino condenou a ação contra os estudantes e declarou que não tinha interesse em criar problemas com a classe estudantil (CITTADINO, 2006, p. 325)

¹¹¹ O movimento estudantil em Campina Grande teve intensa atuação nesse período. Sobre o tema ver a dissertação de mestrado de Érica Lins Ramos (2013).

protestarem contra a atitude da PM. Nesse mesmo dia ocorreu um novo confronto entre a Polícia e estudantes secundarista, no qual três estudantes foram atingidos por balas (CITTADINO, 2006, p. 326-327).

A violência praticada pela PM do Estado somou-se como mais um motivo de revolta para a classe estudantil. Cittadino relata que, sob o slogan de “o luto e a luta”, no dia 06/04 foram proferidos discursos no Restaurante Universitário (RU), localizado no parque Solón de Lucena, no centro de João Pessoa. O local foi interditado pela PM e o Centro dos Estudantes Universitários (CEU), foi ocupado por militares. Essa ação repreensiva resultou em novos conflitos com os estudantes. Acuados, os estudantes retiraram-se para o Palácio da Redenção, localizado há poucos quarteirões de distância do RU, o qual tentaram invadir, sem sucesso, passando a depredá-lo. A Polícia interveio com tiros, chegando a atingir pessoas que se encontravam próximas ao confronto. O centro da cidade ficou sitiado pelas tropas da PM, instaladas em prédios das universidades da região (CITTADINO, 2006, p. 329).

Esses episódios tiveram repercussão negativa na opinião pública local. Os jornais noticiaram os acontecimentos ressaltando a desmedida violência da PM no controle das manifestações, atribuindo a responsabilidade ao governo estadual. A Igreja Católica posicionou-se ao lado dos estudantes. O arcebispo metropolitano da Paraíba, Dom José Maria Pires interveio em alguns momentos como mediador entre o Estado e o movimento estudantil, negociando a libertação de estudantes presos em manifestações.

Em quase uma semana de protestos estudantis e conflitos com a PM, o governador João Agripino mudou de posicionamento de forma drástica. Se no primeiro momento tolerou as manifestações estudantis, posteriormente reafirmou seus vínculos com o Estado autoritário, reprimindo todo e qualquer protesto estudantil. Agripino inclusive, comunicou-se através de telegramas com o ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, informando-o sobre os acontecimentos no estado. No primeiro, enviado dia 05/04, o governador informa de que está cumprindo as ordens recebidas:

Ministro Gama e Silva – Governo Estado permitiu passeatas de estudantes em primeiro abril que decorreu clima mais absoluta ordem. Em face das notícias recebidas do sul do país de que movimentos estudantis caminhavam para agitação com participação de elementos estranhos classe, Secretaria de Segurança expediu nota proibindo novas manifestações de rua. Hoje nesta capital após realização missa sufrágio alma estudante Edson Lima Souto, estudantes organizaram passeata entrando conflito com polícia militar resultando feridos sem

gravidade três elementos polícia, dois estudantes e um popular. Foi efetuada prisão de outros estudantes já postos liberdade estando situação sob total controle e segurança ordem pública. (Correio da Paraíba, 5 de abr. de 1968, p. 8)

Cittadino transcreve o segundo, enviado no dia 06/04, no qual João Agripino, apesar de omitir a truculência policial, descreve pormenorizadamente os conflitos ocorridos no estado:

Em aditamento meu telegrama anterior venho informar Vossa Excelência ontem estudantes concentraram-se durante dia restaurante universitário [...] instalaram amplificadora através da qual concitavam demais colegas reunirem-se aquele local pt procuraram espancar dois americanos transitavam imediações quais escaparam perseguição refugiando-se secretaria de segurança pt logo depois grupo estudantes invadiu pensão senhora Carmem Siqueira a procura seus hóspedes americanos et anunciando propósito de linchá-los pt depredaram também residência situada na avenida João Machado 892 que fora seis meses antes residência de americanos pt realizava-se ontem procissão senhor passos et apesar solicitação seus dirigentes presença policiais vg recomendamos não atender fim evitar incidentes virtude informação estudantes participariam ato religioso intuito exibir cartazes insultosos corporação militar pt [...] ali chegando [ao Palácio da Redenção] iniciaram comício atirando pedras contra vidraças palácio e depredando parcialmente iluminação praça pt elementos estranhos fizeram disparos arma fogo contra sentinela palácio havendo projéteis alojado parede ao lado aquele militar pt soldado guarda palácio fez disparos para ar et com aproximação choque polícia militar estudantes dispersaram sem que houvesse vítimas pt [...] (AGRIPINO *apud* CITTADINO, 2006, p. 329)

No domingo após a semana de conflitos, João Agripino, através de cadeia de rádio, proferiu pronunciamento explicando à sociedade os acontecimentos envolvendo o movimento estudantil e a Polícia Militar na Paraíba, e expondo sua postura em relação ao ocorrido. Em sua fala, transcrita pelo jornal *O Norte*, o governador lamentou o assassinato do secundarista na Guanabara, afirmando ser legítimo o protesto estudantil pela morte do companheiro. Porém, reprovou a conduta dos estudantes ao criticarem as Forças Armadas, o presidente da República e o governador do Estado. Narrando os acontecimentos, Agripino mais uma vez omitiu a violenta intervenção policial, e fazendo menção a possíveis “infiltrados”, culpou os estudantes pela confusão causada nessas manifestações:

Se o governo do Estado corre riscos quando dá instruções para que a polícia reprima atentados à ordem, o risco é que a polícia possa se exceder, os estudantes correm o mesmo risco de que no seu seio se abriguem outros que não tenham nenhum interesse na reivindicação estudantil, mas tem outros interesses inconfessáveis que os estudantes nem sempre podem perceber. Não sei se vocês me entendem na hora em que depredam residências, invadem pensões, se atiram contra policiais, na hora em que recrutam barras de ferro para enfrentar a polícia através de violências. Não sei se me entendem que esta é a maior violência do que todas as outras e que destas violências quem pode aproveitar não é o estudante, mas outros que estão com uma preocupação diferente: querem levar o país à desordem, à anarquia, à desmoralização dos poderes constituídos. (O Norte, 9 de abr. de 1968, p. 8)

No final da transcrição do discurso, o jornal destaca um telegrama enviado pela Federação das Indústrias da Paraíba, solidarizando-se com o posicionamento do governador, interprete do “*pensamento unânime das classes produtoras*” (O Norte, 9 de abr. de 1968, p 8).

Ao longo de todos os seus pronunciamentos, tanto o governador como os demais *arenistas* mencionados no texto, buscam desvincular o assassinato de Edson Luís do regime autoritário ao qual o país estava submetido. Outro ponto interessante é a delação de supostos agentes “infiltrados” nas manifestações, que seriam responsáveis por incitar os estudantes à “anarquia” e a “desordem”. Esse discurso assemelha-se àquele do período anterior ao golpe, o qual culpava os comunistas pela inquietação social do trabalhador. Como muitos políticos da Arena são oriundos das classes produtoras do estado, mais uma vez o aparato repressivo do Estado mostra-se eficiente, mantendo a ordem e a estrutura social excludente.

Os conflitos envolvendo a Polícia e os estudantes também movimentou a Assembleia Legislativa. No dia 05/04, os deputados *emedebistas* tentaram convocar uma sessão extraordinária para debater a crise estudantil instaurada no estado. Nesse dia, ocorreu uma sessão especial em virtude da morte de Assis Chateaubriand e, após seu encerramento, toda a bancada da Arena, a exceção do deputado Francisco Souto, deixou o plenário, não dando quórum para aprovação da sessão. Após a sessão, os *emedebistas* emitiram uma nota repudiando a atitude violenta da polícia contra os estudantes e criticando a postura da bancada da Arena:

[...] a) Tão logo chegou ao conhecimento da direção dessa agremiação partidária, o fato de que a Polícia Estadual havia dissolvido a bala

concentrações estudantis que se realizavam no centro dessa cidade, além de efetivado prisões de estudantes e praticado outros atos de violência, deliberou manifestar sua solidariedade aos estudantes paraibanos e, ao mesmo tempo, condenar com veemência a atitude brutal, violenta e antidemocrática da polícia local, abatendo com tiros estudantes em plena via pública.

b) A bancada do MDB na Assembleia Legislativa [...] procurou convocar sessão extraordinária para apreciar os últimos acontecimentos ligados a vida estudantil, não conseguindo, entretanto, seu intento, ante a recusa dos integrantes da bancada do governo (com a honrosa exceção do eminente Deputado Francisco Souto) que negaram apoio ao nosso requerimento, conseguindo, assim, com maioria parlamentar com que conta naquela casa Legislativa, impedir que nossos representantes pudessem apreciar esses acontecimentos.

c) A atitude dos integrantes da bancada governista (com a exceção citada), em não permitindo realização de uma sessão para analisar esses fatos, parece demonstrar a culpa do Governo nesses acontecimentos. (Correio da Paraíba, 6 de abr. de 1968, p. 3)

O deputado Francisco Souto já havia dado demonstrações de que não compactuava com esse tipo de violência praticada pela Polícia. Na sessão do dia 03/04 o parlamentar ocupou a tribuna da Assembleia para protestar contra a polícia do Estado de Goiás, que invadiu uma Igreja Católica para dispersar estudantes refugiados. Em sua fala, o *arenista* criticou o governo pela violência praticada de seu aparato repressivo que não poupava nem mesmo templos religiosos:

O governo atual que não foi eleito pelo povo, vez de procurar dialogar com a juventude estudantil para saber quais são as causas de sua inquietação, prefere jogar os militares nas ruas para sufocar as manifestações dos jovens. E não satisfeitos com isso, arremete agora contra a Igreja, humilhando os nossos bispos, notadamente os do nordeste, pelo único crime de estarem pondo em práticas as elevadas diretrizes estabelecidas pelo Vaticano II. (A União, 4 de abr. de 1968, p. 8)

O posicionamento de Francisco Souto destoa do restante da bancada da Arena. Mesmo com as disputas dentro da secção paraibana, conflito que afastava parte da bancada *arenista* do governador, os parlamentares do partido mantiveram-se coesos para blindá-lo da responsabilidade pela violência implementada pela Polícia, poupando-o de críticas.

Já os *arenistas* próximos a João Agripino saíram em defesa do governador contra as acusações da bancada do MDB na Assembleia Legislativa. Na sessão ocorrida no dia 08/04, logo após o pronunciamento feito em cadeia de rádio por Agripino, o

deputado *emedebista* Ronaldo Cunha Lima reprovou a fala do governador, considerando-a incoerente: “*Quer dizer que o Sr. João Agripino acha condenável a polícia espancar estudantes [na Guanabara], entretanto acha certo que a polícia da Paraíba proceda da mesma maneira*” (O Norte, 9 de abr. de 1968, p. 2). Ronaldo Cunha Lima listou uma série de contradições em seu pronunciamento:

- 1 – O Governador disse que era justo o protesto dos estudantes da Guanabara pela morte do colega Edson Lima Souto, mas proibiu manifestações estudantis na Paraíba.
- 2 – O Governador disse que reconhecia a existência de elementos estranhos infiltrados no meio dos estudantes: então porque não tomou a iniciativa de mandar prender esses elementos estranhos, ao invés de mandar a polícia às ruas para reprimir a manifestação.
- 3 – O Governador disse que os estudantes começavam a errar quando apedrejaram o Palácio da Redenção; logo, reconhece que antes disso o movimento estudantil era justo. Então porque a polícia nas ruas?
- 4 – O Governador disse que os tiros contra estudantes foram disparados por soldados revoltados com punições impostas a parentes e amigos de farda; mas o comandante da polícia militar declarou que nenhum soldado atirou em estudante.
- 5 – O Governador disse que assumia a responsabilidade de tudo quando ocorreu. Depois disse que vai abrir inquérito para apurar a responsabilidade dos disparos contra os estudantes. Para que inquérito, se ele mesmo já assumiu a responsabilidade de tudo? (A União, 9 de abr. de 1968, p. 3)

Intercedendo por João Agripino, Sílvio Porto afirmou que o governador era solidário tanto aos estudantes da Guanabara como com os da Paraíba, justificando que a primeira manifestação estudantil ocorreu sem intervenção da Polícia. Porém, Porto ponderou que, desde que a Secretaria de Segurança emitiu nota proibindo manifestações públicas, a causa de todo o tumulto foi dos estudantes que desobedeceram a determinação do governo federal:

Daí vieram os choques. A presença do público gerou uma reação dos estudantes. O que aconteceu em seguida foi a soma de vários componentes. A reação gerando reação, violência gerando violência. Os ânimos exaltados são incontroláveis. O mundo passa por uma fase de transição. O que ocorre atualmente em todos os países é uma luta de gerações. As novas gerações lutando para modificar as estruturas arcaicas criadas pelas gerações mais velhas. A juventude brasileira não pode fugir a essa contingência. Não nego que tenha havido excessos dos policiais paraibanos. Nego que se queira imputar esses somente aos policiais da Paraíba. E que se queira dar a um homem público [João Agripino] a responsabilidade de um fenômeno que é universal. (A União, 9 de abr. de 1968, p. 3)

O líder do governo na Assembleia Legislativa relatou ainda que a Polícia não cumpria ordens de João Agripino, mas do ministro da Justiça, dessa forma, criando uma generalização para toda a repressão instaurada pelo país: “[...] *o que se verificou na Paraíba não foi um fato unicamente paraibano, pois ocorreu em todo o Brasil. A polícia foi a rua e até sem ordem do governador, pois decorreu de uma determinação do Ministro da Justiça*” (O Norte, 9 de abr. de 1968, p. 2).

Outro *arenista* que comentou a violência policial foi Otávio Mariz Maia. Para ele, o que houve no estado pode ser comparado a um desastre: “*O que houve na Paraíba foi um tumulto infeliz e lastimável. Tão infeliz e lastimável como um desastre de automóvel, provocado por uma manobra inesperada*” (A União, 9 de abr. de 1968, p. 1). Compactuando com o discurso que culpava os estudantes, o Mariz Maia buscou eximir a responsabilidade de João Agripino pela violência desmedida da Polícia:

No momento, o que se verifica é que houve erro da polícia e do Governo. Excesso de uma parte e de outra. Ambos merecem protesto e, da junção destes protestos surge uma proclamação dos homens para que ajudem o Brasil a crescer, respeitando a juventude brasileira [...] o que houve, foi um acontecimento infeliz e lastimável, advindo de uma manobra mal dirigida. Mas não se venha dizer que o governo mandou espingardear estudantes. (O Norte, 9 de abr. de 1968, p. 2)

As críticas à Polícia Militar da Paraíba e ao governador João Agripino não se restringiram aos *emedebistas* na Assembleia Legislativa. O deputado federal Humberto Lucena ao tomar conhecimento do ocorrido afirmou que iria denunciar Agripino na Câmara dos Deputados pela violenta repressão aos estudantes (O Norte, 14 de abr. de 1968, p. 8). Quando aberta a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso para investigar a morte do estudante Edson Luís e as ações da Polícia na Guanabara, Lucena solicitou que a Paraíba fosse inclusa nos estados que seriam investigados pela CPI (O Norte, 18 de abr. de 1968, p. 8).

Manifestações estudantis contra o governo tornaram a ocorrer na Paraíba nos meses de agosto e outubro. Segundo Cittadino, em João Pessoa ocorreram protestos contra a prisão de Wladimir Palmeira, um dos principais líderes estudantis do país, e contra a política educacional do governo federal. Os estudantes ocuparam o prédio da Faculdade de Filosofia (FAFI) e realizaram uma série de comícios relâmpagos pela cidade. A Polícia entrevistou com brigadas em pontos considerados estratégicos. A autora

relata que circulavam boatos de que o reitor da Universidade Federal da Paraíba, Guilardo Martins iria solicitar tropas do 15º Regimento de Infantaria (15ºRI) para expulsar os estudantes do prédio, o que não chegou a ocorrer. Após seis dias, houve a desocupação voluntária da FAFI (CITTADINO, 2006, p. 331).

Nessas manifestações o governador procurou manter o diálogo com os estudantes. Apesar de demonstrar-se contrário a qualquer tipo de violência policial, expulsando da corporação soldados que desobedecessem suas ordens, ao mesmo tempo enfatizava sua intenção de manter a Polícia nas ruas para coibir qualquer tipo de manifestações estudantis (CITTADINO, 2006, p. 331).

Os estudantes voltaram a se manifestar em outubro, em virtude da prisão dos integrantes da delegação paraibana que compareceram ao XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado clandestinamente na cidade de Ibiúna, interior de São Paulo¹¹². Cittadino narra que no dia 23/10, após tomarem conhecimento dos acontecimentos em São Paulo, os estudantes organizaram uma passeata em João Pessoa, interrompida pela Polícia e por tropas do Exército. Os dias que se seguiram foram de violentos choques entre estudantes e policiais na capital: enquanto a Polícia sitiava os principais pontos do centro da cidade, os estudantes organizavam comícios relâmpagos e respondiam à violência policial apedrejando soldados. O Hospital Pronto Socorro, para onde eram levados os manifestantes feridos, chegou a ser invadido pela Polícia para retirar os estudantes ali abrigados. Segundo a autora, a truculência da polícia atingia não só os estudantes, mas jornalistas que cobriam os acontecimentos e demais pessoas presentes ao local (CITTADINO, 2006, p. 332).

Mais uma vez a ação da Polícia repercutiu mal perante a opinião pública, caindo para João Agripino a responsabilidade pelos atos de violência. O governador tentou melhorar sua imagem assumindo a responsabilidade pela libertação dos representantes paraibanos presos em Ibiúna. De acordo com Cittadino, o governador enviou o secretário de Segurança para São Paulo com a missão de acompanhar a libertação dos estudantes, bem como providenciar o retorno para a Paraíba. No entanto, o movimento estudantil deu versão diferente, não atribuindo ao governador a responsabilidade pela liberação dos presos políticos (CITTADINO, 2006, p. 333).

¹¹² Esse foi um evento organizado clandestinamente pela UNE em um sítio na cidade de Ibiúna, interior de São Paulo. Reunindo as principais lideranças estudantis do país, o Congresso foi descoberto pelas agências de inteligência do Estado, como o DOPS, sofrendo intervenção da polícia na qual todos os participantes foram presos.

Diante de mais um conflito entre estudantes e a Polícia, o governador voltou a fazer pronunciamento em cadeia de rádio, posteriormente transcrito pelo *Correio da Paraíba*, explicando a situação para a sociedade. O governador inicialmente rememorou os propósitos declarados pelo golpe de 1964, exaltando as medidas do governo militar no setor educacional. Em um segundo momento, Agripino criticou os comunistas, na sua opinião, responsáveis por um suposto desvio de finalidade das manifestações. Para ele o movimento estudantil não tem mais interesse em reivindicar melhorias para a educação, mas apenas subverter a autoridade de quem está no poder. Com isso, eles foram responsáveis pelo confronto com a PM, que teve sua autoridade desmoralizada:

A esquerda democrática, os comunistas se lançaram também no combate. Misturaram-se todos e terminaram por radicalizar a luta. As reivindicações, muitas delas justas, sem dúvida, passam a ser mero pretexto para que se constituísse um desafio ao governo. Ir à rua na “marra”, expor as Forças Armadas ao ridículo e à humilhação, atacar violentamente o presidente da República e demais autoridades constituintes foram as metas principais que deveriam ser as únicas que pudessem levar o governo à queda. [...] Quem quiser ouvir os discursos de estudantes ou não que participam dos comícios relâmpagos que conseguem fazer em qualquer cidade, burlando a vigilância da polícia, há de verificar que a tonalidade de seus pronunciamentos não é mais de reivindicação de classe e, sim, insultos os mais violentos às Forças Armadas, ao Governo Federal e ao Governo Estadual. E isso tem um objetivo determinado que é provocar a repressão. (*Correio da Paraíba*, 25 de out. 1968, p. 8)

Ao longo de seu pronunciamento, o governador falou sobre as formas de agir do movimento estudantil, distinguindo o estudante comum do militante comunista, o qual, mesmo sendo minoria, consegue desvirtuar o propósito das manifestações. Para Agripino essa radicalização à esquerda é a responsável pela repressão implementada pela direita: “*É preciso notar que sempre que a esquerda se radicaliza surge a reação da direita ou do poder econômico, a mais perigosa de todas as reações. Já está na imprensa o movimento denominado CCC, Comando de Caça aos Comunistas*” (*Correio da Paraíba*, 25 de out. 1968, p. 8).

Em meio ao seu discurso anticomunista, João Agripino fez menção às Ligas Camponesas para explicar como as organizações sociais podem servir aos interesses políticos de comunistas.

Será que os estudantes pensam que, se por ventura, derrubarem o governo, algum deles chegaria ao poder? Será que não percebem que chegariam ao poder aqueles que foram apeados dele por corrupção? Lembremo-nos das Ligas Camponesas. Havia políticos Na Paraíba que estimulavam os camponeses a invadir as propriedades, botando proprietários para fora contra a lei. Depois o proprietário invocava a lei, e o Judiciário os restituía a propriedade, e os camponeses eram expulsos perdendo a lavoura com todo o seu trabalho. Muitas vezes, houve incidentes e mortes, mas nunca, em nenhum dos casos, os trabalhadores rurais saíram vencendo. Esses [os comunistas] nunca foram amigos dos trabalhadores rurais. (Correio da Paraíba, 25 de out. 1968, p. 8)

João Agripino terminou seu discurso de forma enfática, proibindo a baderna no intuito de garantir a ordem, receoso que houvesse a instauração de uma ditadura:

E baderna não! Enquanto governar a Paraíba não permitiremos baderna. Respeitaremos a ordem pública, garantiremos os direitos de todos e continuaremos a apoiar as reivindicações justas de todas as classes, especialmente dos estudantes. Não sobreviveremos sem ordem, pois sem a ordem não haverá regime democrático, nos caminharemos para uma ditadura. (Correio da Paraíba, 25 de out. 1968, p. 8)

As atitudes e o posicionamento autoritário de João Agripino mostram que o governador estava em sintonia com o governo federal. Mantendo a ordem, hierarquia e o respeito às instituições que estavam no poder, Agripino conduzia a Paraíba da forma coerente com a qual os militares queriam.

Ainda no segundo semestre de 1968, aconteceu um fato que abalou as Forças Armadas e o Estado autoritário: a tentativa de cassação do deputado Márcio Moreira Alves, do MDB da Guanabara. Ao longo da ditadura, o Congresso Nacional foi perdendo suas competências para o poder Executivo, não possibilitando aos deputados e senadores o mais amplo exercício de seus cargos. Limitado, o Legislativo tornou-se um meio para denúncias de abusos políticos cometidos pelo Executivo, refletindo a inquietação social da época.

Em um discurso, Márcio Moreira Alves criticou a invasão da Universidade de Brasília, pediu para a população boicotar a parada militar de 7 de setembro, bem como sugeriu às mulheres que, em resistência ao governo autoritário, não namorassem com oficiais militares envolvidos na repressão política. Apesar do discurso ter passado despercebido pela imprensa, afetou a honra da instituição e dos oficiais das Forças Armadas. Segundo Grinberg, o gal. Emílio Garrastazu Médici, à época chefe do Sistema

Nacional de Informações (SNI), distribuiu cópias do discurso em todas as unidades do Exército, aumentando a revolta dos oficiais. Assim como ministro do Exército, Aurélio Lira Tavares, encaminhou ofício ao presidente Costa e Silva pedindo que providências fossem tomadas (GRINBERG, 2009, p. 123).

Devido à pressão dos militares, Executivo encaminhou um pedido de licença ao Legislativo para processar Márcio Moreira Alves. Grinberg relata que o presidente do Senado, Daniel Krieger, tentou fazer com que Costa e Silva desistisse desse caminho, usando como argumento a inviolabilidade parlamentar. Por outro lado, o ministro da Justiça, Luís Antônio Gama e Silva, conduziu, junto ao deputado Geraldo Freire (Arena-MG), a articulação da votação da pauta de forma que o Executivo saísse vitorioso. Gama e Silva e Freire, quebrando o regimento da Câmara, substituíram todos os deputados contrários à concessão de licença para processar Moreira Alves na comissão de Constituição e Justiça (GRINBERG, 2009, p. 123-124).

O deputado Geraldo Freire desempenhava o cargo de líder da Arena na Câmara dos Deputados devido a problemas de saúde de Ernani Sátiro. Quando a crise no Congresso estourou, o *arenista* paraibano encontrava-se de licença médica. Afastado das atividades parlamentares, Sátiro concedeu entrevista em sua residência afirmando que, por recomendações médicas, permaneceria alheio aos assuntos da Câmara até o final do mês de janeiro de 1969 (O Norte, 5 de nov. de 1968, p. 1).

As negociações entre Costa e Silva e o Congresso prolongaram-se até o dia da votação. Devido ao alto número de deputados da Arena que se posicionaram contra a licença para a cassação, Ernani Sátiro viu-se obrigado a deixar de lado a licença médica e comparecer ao Congresso para votar. Nas sessões manteve-se discreto para não gerar complicações em seu quadro clínico e quando perguntado sobre o caso Márcio Moreira Alves, Sátiro respondeu que seguiria as instruções da liderança partidária: *“sou agora um liderado do deputado Geraldo Freire. E nessa condição aqui me recolho”* (O Norte, 11 de nov. de 1968, p. 1).

O esforço governista de Ernani Sátiro não se repetia em Pedro Gondim, outro importante representante da Arena paraibana no Congresso. Enquanto Sátiro seguia as indicações do líder do governo e votava favorável à licença para cassar Márcio Moreira Alves, Gondim posicionava-se junto ao presidente da Arena e do Senado, Daniel Krieger. Durante todo o processo de negociação e votação, Gondim declarou que

votaria contra a licença para cassar o *emedebista* carioca por respeito ao que estava previsto na Constituição. Em entrevista concedida ao *O Norte*, disse:

O que deve preocupar a cada um e a todos os deputados é a preservação da prerrogativa constitucional do artigo 34, em função da qual o parlamentar é absolutamente livre no seu direito de palavra e voto. [...] Felizmente a essa hora já se vai consolidando uma convicção nova, a de que não se visa votar em favor de um deputado contra as Forças Armadas, ou a favor das Forças Armadas contra um deputado, mas só exclusivamente com o intuito de defender a integridade da Constituição. Isso, em última análise, significa defender a ordem pública e democrática para todos os brasileiros. (*O Norte*, 8 de nov. de 1968, p. 1)

Gondim procurou em suas declarações deixar claro que seu posicionamento era pelo cumprimento da Constituição e o respeito da liberdade parlamentar, mas que em nenhum momento endossar as palavras de Moreira Alves: “*Votarei contra o pedido para processar aquele representante da Guanabara, sem endossar o seu pronunciamento a respeito das Forças Armadas*” (*O Norte*, 20 de out. de 1968, p. 8).

A votação da licença para cassar Márcio Moreira Alves teve grande repercussão. No dia da sessão, 12 de dezembro, Grinberg relata que eram promovidos bolões com apostas para o resultado da votação. A autora relata que os palpites refletiam as expectativas da votação: a incerteza de um amplo campo de possibilidades. O resultado da votação foi: 216 deputados votaram contra a licença, 141 votaram a favor da licença e 12 votaram em branco. 94 foram os *arenistas* contrários à concessão da licença. O desfecho foi comemorado ao som do hino nacional, no mesmo dia em que foi finalizado o Ato Institucional nº 5 (AI-5) (GRINBERG, 2009, p. 125).

Arena paraibana contava com sete deputados (Vital do Rêgo já havia se transferido para o MDB). Desses, apenas dois deputados, Pedro Gondim e Wilson Braga votaram contra a cassação, mostrando uma ampla convivência dos *arenistas* paraibanos com o Estado autoritário, ignorando todas violações das normas do Legislativo, inclusive direitos dos parlamentares (RODRIGUES. *O Norte*, 13 de dezembro de 1968, p. 2).

Rememorando esse episódio alguns anos depois em entrevista ao projeto conjunto do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC) e do Núcleo de Documentação e Informação Histórico e Regional (NDIHR) da UFPB, acerca da memória das personalidades políticas paraibanas, os dois deputados da Arena

paraibana mencionados expuseram suas impressões. Pedro Gondim relatou que em conversa com José Américo de Almeida, recebeu a sua aprovação pelo posicionamento favorável à manutenção das prerrogativas constitucionais:

Mais tarde, comentando esta forma de comportamento, comentando essa orientação de voto com o ministro José Américo, ele disse: “Ora, sua posição foi muito correta. Era uma posição que valia até como subsídio para uma revisão de cassação”. (Entrevista: Pedro Gondim. Acervo NDIHR, 1978, p. 182)

Ernani Sátiro ao recordar a votação ressaltou sua condição de saúde como forma de explicar seu discreto posicionamento, porém, acentuou que os deputados não tinham noção da gravidade do momento:

Não tinha condições de saúde, naquele momento, para liderar a bancada, mas fui votar e empregar o esforço possível para que a Câmara concedesse a licença para processar esse deputado. O resultado todo mundo sabe. O governo foi derrotado. A Câmara não compreendeu a gravidade do momento. Pessoas de maior responsabilidade no partido ficaram claramente contra o ponto de vista do governo, e o resultado é o que aí ainda hoje se encontra. (Entrevista: Ernani Sátiro. Acervo NDIHR, 1977, p. 103)

O resultado ao qual Sátiro se refere foi o AI-5, decreto que, entre outras determinações, fechou por tempo indeterminado as casas legislativas e fornecia ao Executivo o direito de cassar mandatos eletivos¹¹³. Na análise de Grinberg, o AI-5 é resultado direto da votação da licença para cassar Márcio Moreira Alves. Esse episódio, além de ser um exemplo de negociata entre o Executivo e o Legislativo, mostra uma mudança de postura da Arena. Antes, quando a bancada queria boicotar alguma pauta do governo, a estratégia era não comparecer ao plenário, no caso Moreira Alves a quantidade de *arenistas* comparecendo e votando contrários ao Executivo pode ser considerada uma afronta imperdoável do partido que tinha como principal função sustentar o governo no Congresso Nacional (GRINBERG, 2009, p. 126).

¹¹³ As outras principais prerrogativas do AI-5 são: 1) direito de demitir, remover ou aposentar funcionários do serviço público federa pelo Executivo; 2) direito de demitir, remover ou aposentar juízes, bem como suspensão das garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade do Judiciário; 3) poder de decretar estado de sítio, independente dos impedimentos fixados pela Constituição; 4) direito de confiscar bens como punição pelo crime de corrupção; 5) suspensão da garantia de *habeas corpus* em todos os casos de crimes contra a Segurança Nacional; 6) direito do Executivo legislar por decretos e baixar outros atos institucionais ou complementares; 7) proibição de apreciação pelo Judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do AI-5. (ALVES, 2005, p. 161)

Após a decretação do AI-5, poucas foram as manifestações de *arenistas* paraibanos. Apenas João Agripino, em nome do governo do Estado, posicionou-se oficialmente, demonstrando solidariedade ao presidente Costa e Silva (O Norte, 17 de dez. de 1968, p. 1). Apesar do episódio Márcio Moreira Alves e a decretação do AI-5 ser considerada uma crise na relação da Arena com Executivo, em relação à maioria dos políticos paraibanos do partido não há adversidades evidentes com o governo federal.

O que se percebe ao longo de todo o período analisado nesse tópico é uma subserviência e cooperação dos *arenistas* em relação ao Estado autoritário. No Congresso, a maioria dos parlamentares do partido mantiveram-se coerentes com as orientações do governo federal, e, quando assumiram posição contrária, buscaram fazer de forma mais sutil, sem causar grandes atritos com as Forças Armadas. Da mesma forma, o governo estadual sempre se mostrou solícito para reprimir qualquer manifestação contra o governo ditatorial. E mesmo quando as atitudes do governador tinham repercussão negativa perante a opinião pública, havia o consentimento da maioria da bancada *arenista* na Assembleia, seja poupando-o de críticas ou defendendo-o de acusações de deputados de oposição.

Vale ressaltar ainda que no plano estadual, apesar do partido estar rachado, com grande parte de seus membros insatisfeita, queixando-se de exclusão do governo de João Agripino, em questões que envolviam o governo federal e a preservação de uma suposta ordem social, a bancada da Arena na Assembleia permanecia coesa em torno das medidas autoritárias. A quebra dessa ordem e a derrota do governo dos militares significaria o rompimento de privilégios adquiridos pelos membros do partido após o golpe de 1964, consentidos para a elite econômica, refletido na classe política, visto que muitos dos *arenistas* eram oriundos desse estrato social.

De forma geral, excluindo-se alguns exemplos citados ao longo do texto, os membros da secção paraibana da Arena cumpriram seu papel, seguindo a cartilha do “sim, senhor”, sendo coniventes ou até mesmo participando de forma mais ativa da ditadura. Tal postura, como pode ser percebida ao longo de todo o texto, é fruto da tradição política carregada por esses indivíduos: membros da elite econômica, que ocupa os espaços de poder no Estado para benefício próprio ou de seus aliados, num esquema político baseado em práticas políticas de uma cultura política brasileira a qual o golpe civil-militar e a ditadura militar preservaram.

4.5. As cassações dos *arenistas* em 1969

O AI-5 marca o fim da primeira fase da ditadura militar, para Alves (2005, p. 1965) esse período é o estágio de institucionalização do Estado autoritário. Nos anos que sucederam-se à sua promulgação, houve o “milagre econômico”, que apesar de gerar um amplo desequilíbrio econômico, tanto regional, como entre as classes sociais, devido à concentração de renda, foi propagandeado como uma das benfeitorias do governo pós-golpe de 1964. Porém, esse também foi um período de dúvidas e incertezas. A repressão política e social tomou formas concretas, intensificou-se a censura à imprensa, as organizações clandestinas de luta armada impulsionaram suas ações, sendo duramente reprimidas, setores sociais recuaram na oposição ao regime, houve o fechamento do Congresso Nacional e uma nova rodada de cassação de mandatos políticos.

No ano de 1969, imediatamente após a promulgação do AI-5, aconteceram uma série de expurgos no meio político. Um grande número de pessoas foi cassado de seus cargos eletivos e tiveram seus direitos políticos suspensos. Essas cassações atingiram em sua maioria políticos vinculados ao MDB, porém, dessa vez, o governo não poupou nem mesmo os membros da Arena.

Na Paraíba, as cassações atingiram o prefeito de Campina Grande, Ronaldo Cunha Lima, os deputados estaduais Mário Silveira e José Maranhão e os deputados federais Osmar de Aquino e Vital do Rêgo, todos do MDB (este último era da Arena, mas em outubro de 1968 transferiu-se para a oposição); na Arena foram cassados o deputado federal Pedro Gondim e os deputados estaduais Sílvio Porto, Robson Espínola, Francisco Souto e Romeu Abrantes¹¹⁴. Mas o que levou o regime a cassar mandatos dos políticos da Arena paraibana? Os motivos apresentados foram vários. Na análise das Atas das reuniões do Conselho de Segurança Nacional (CSN), encontramos a listagem da conduta dos políticos cassados que serviram de embasamento para os expurgos¹¹⁵.

O CSN é um órgão consultivo da presidência da República para assuntos envolvendo segurança nacional. Além do presidente, era composto por membros das Forças Armadas brasileiras. Durante a ditadura, em suas reuniões, foram utilizadas

¹¹⁴ Sobre as cassações de políticos na Paraíba ver também Paulo Giovani Antonino Nunes (2014b).

¹¹⁵ As atas do CSN foram utilizadas a partir do acervo da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba (CEV-PB), porém, elas, assim como toda a documentação do Serviço Nacional de Informações (SNI) estão sob a guarda do Arquivo Nacional, e digitalizadas para consulta pública.

informações colhidas pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão criado imediatamente após o golpe civil-militar de 1964. De acordo com Carlos Fico (2001), o SNI era um órgão central do Sistema Nacional e Informações (SISNI), e sua competência era coordenar as atividades de informações de todo o território nacional. Nas atas do CSN que serão analisadas daqui para frente constam informações colhidas por esse órgão através de outros, como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informações do Exército (CIE) ou em Inquéritos Policiais Militares (IPM).

Começando por Pedro Gondim, em seu processo, o secretário-geral do CSN lista uma série de discursos proferidos no Congresso Nacional durante seu mandato de deputado federal. Em geral eram falas nas quais fazia críticas ao governo: em 15/09/67 protestou contra a saída forçada de cientistas do país; em 16/09/67 defendeu o mandato de deputados comunistas; em 14/11/67 criticou a forma como o governo federal distribui as verbas para a educação; em 15/02/68 protestou contra a reforma administrativa do governo, na qual foram prejudicados os produtores de sisal da Paraíba; em 10/02/68, 26/04/68 e 23/05/68, criticou a proposta do governo de enquadrar novos municípios como Zonas de Segurança Nacional; em 14/02/68 criticou a censura imposta pelo regime ao teatro; em 21/05/68 criticou o projeto do governo para regulamentação das sublegendas; em 30/08/68 protestou contra a ação do regime em relação às manifestações estudantis, posicionando-se favorável à concessão de anistia aos membros do movimento estudantil envolvidos em confrontos com a Polícia (Ata 46 do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba).

Na lista também constam atividades de Pedro Gondim na época em que era governador do Estado, antes do golpe civil-militar de 1964: desvio de verbas da Comissão do Centenário de Campina Grande; relação do então governador com movimentos considerados subversivos no meio camponês (citação da tragédia de Marí), criação da Campanha de Educação Popular (CEPLAR)¹¹⁶ e distribuição da “cartilha popular”, apoio às reformas de base elaboradas por João Goulart e crítica ao Exército

¹¹⁶ De acordo com Maria das Dores Paiva de Oliveira Porto e Iveline Lucena da Costa Lage (1995) a CEPLAR era uma organização educacional baseada no método Paulo Freire de alfabetização, similar a outras organizações de educação popular. Fundada pela Juventude Universitária Católica (JUC), contava com o apoio financeiro do governo do Estado da Paraíba, e com a colaboração de setores da Igreja Católica. Ao longo de sua existência atuou junto à classe trabalhadora, desempenhando através da educação uma conscientização política nesse meio social.

em função de sua intervenção nos conflitos na zona rural. Há ainda a relação de processos contra Pedro Gondim por crimes de subversão e corrupção. (Ata 46 do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba).

Por fim, há um extrato de seu prontuário no SNI, no qual Pedro Gondim é considerado:

Corrupto e corruptor. - Subversivo, ligado aos comunistas e atuante nas Ligas Camponesas. - Quando Governador da Paraíba, sempre apoiou os vermelhos mas nunca apoiou a Revolução; apenas acomodou-se e aderiu a mesma para não ser cassado. - Fez inúmeras nomeações de comunistas, corruptos e anti-revolucionários. - Tentou fazer desaparecer todo o arquivo do Departamento dos Serviços Elétricos da Capital (DSEC), para encobrir irregularidades praticadas no seu governo. - Conseguiu que o Legislativo Paraibano convertesse em Lei a criação de um "Corpo de Inspetores Fiscais", com seis cargos bem remunerados, permitindo gratificações desonestas a esses inspetores, que agiram em vários municípios. - O final do seu governo marcou uma corrupção desenfreada, com milhares de nomeações e a utilização de automóveis, caminhões e até aviões do Estado em campanha política.

[...] Deu integral apoio às Ligas Camponesas e ao Partido Comunista, chegando a manter uma conferência com LUIZ CARLOS PRESTES, no Palácio do Governo, de madrugada (SNI). - Em 19 de maio de 1962, compareceu ao comício do Dia do Trabalhador, que nada mais foi que uma verdadeira festa comunista (SNI). - Logo após a Revolução de 64, foi indiciado em IPM por desvio de verbas da Comissão do Centenário de Campina Grande. - Em 1965 - Nomeou o bacharel AGNELO AMORIM SOBRINHO, ex-tesoureiro do PCB de Campina Grande, para o cargo de Promotor Público da Comarca de Bonito da Santa Fe (SNI). Ainda em 1965, nomeou, como funcionários do Estado, da Paraíba, vários comunistas, corruptos, parentes seus e um ex-funcionário do DCT demitido anteriormente, a bem do serviço público. Em 1966 Recebeu no Palácio do Governo alguns líderes comunistas, destacando-se entre eles o conhecido e perigoso agitador das Ligas Camponesas PEDRO FAZENDEIRO. Recebeu, também, no Palácio, com homenagens, dez estudantes russos e a mãe de CHE GUEVARA. Em 1968 Como deputado da ARENA, votou contra a orientação do Partido Governista, nos seguintes projetos de interesse do Governo Revolucionário: Projeto das sublegendas; Anistia para estudantes e trabalhadores; licença para processar o ex-deputado MÁRCIO MOREIRA ALVES. (Ata 46 do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba)¹¹⁷

¹¹⁷ Vale ressaltar que algumas datas de acontecimentos que constam em todos os processos que serão citados nesse capítulo estão erradas. Só para exemplificar, o encontro de Pedro Gondim com o militante das ligas camponesas, Pedro Fazendeiro, com os estudantes russos e a mãe de Che Guevara não ocorreu em 1966, mas em 1961.

Ainda na ata de seu processo no CSN, há uma fala do próprio presidente Costa e Silva, na qual ele relata que investigando as ações de Pedro Gondim, foi à Paraíba com mais dois oficiais do Exército e assistiram, à paisana, um comício do então governador com João Goulart. Costa e Silva relata que a fala de Gondim foi feita: “[...] *nos mesmos termos dos comunistas*” (Ata 46 do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba).

Contra Pedro Gondim pesou sua afeição e atuação junto aos movimentos sociais no início da década de 1960 e sua aproximação à João Goulart, apesar dessa orientação política ter mudado ao longo de seu mandato de governador em virtude de aliança com políticos da UDN. Apoiador de última hora do golpe civil-militar, Gondim manteve-se ligado ao novo regime político devido as alianças político-eleitorais, em função disso, filiou-se à Arena, mas não se sentiu completamente à vontade, seja por questões de organização interna ou na relação com a ditadura. No partido governista, Gondim perdeu espaço em relação a outras lideranças políticas locais mais inclinadas ao governo militar. Sua atuação não coesa com as diretrizes do Executivo, apesar da maioria de suas críticas serem pontuais, seu apego às liberdades políticas e às legalidades constitucionais criaram entraves na sua relação com o regime autoritário.

Sua cassação não foi bem recebida entre alguns setores do governo federal. Em suas memórias, Pedro Gondim narra um encontro com o ministro da Educação, Jarbas Passarinho (Arena-PA), ocorrido após sua punição. Nessa reunião, Gondim procurava resolver assuntos burocráticos sobre seus vencimentos como professor da UFPB, suspensos devido a perda de seus direitos políticos. Na presença de dois de seus correligionários, os deputados federais Monsenhor Manoel Vieira e Wilson Braga, e de um coronel do Exército, chefe de gabinete de Passarinho, o ministro disse que o governo cometeu um “equivoco” em cassá-lo.

Quando cheguei lá, me dirigi ao ministro com o devido respeito e a devida distância, e ele observou e ponderou, advertiu sobre isto: "Pedro, eu não admito este tratamento, você é meu amigo, foi um meu contemporâneo de governo, por isto você tem de tratar comigo de igual para igual". E eu respondi: "Ministro, eu lhe agradeço a deferência ...". Ele arrematou dizendo, na presença deles dois [os deputados Vieira e Braga] e de um coronel do Exército, que era o seu chefe de gabinete: "A sua cassação constitui-se num dos equívocos da Revolução, que mais cedo ou mais tarde ela terá de reparar". Sou muito grato ao ministro Passarinho por esse conceito publicamente feito. Uma coisa é ter o conceito reservado a respeito de alguém, outra coisa é fazer questão de registrar e publicar este

conceito. Ele fez questão de registrar e publicar o conceito. (Entrevista: Pedro Gondim. Acervo NDIHR, 1978, p. 186)

Jarbas Passarinho manteve-se atrelado ao governo federal durante a ditadura. Sua posição contrária em relação à cassação de Pedro Gondim pode ser entendida como respeito a alguém com quem tem identificação, especialmente em relação à sua carreira política. Porém, apesar da observação de deferência, Passarinho não manifestou-se publicamente contra as cassações, mesmo a de seus colegas de partido.

O processo de Vital do Rêgo seguiu o mesmo esquema. Apesar de, na época de sua cassação, integrar os quadros do MDB, Vital permaneceu a Arena da fundação do partido, em março de 1966, até o mês de outubro de 1968, quando mudou para a oposição para candidatar-se a prefeitura de Campina Grande. Essas trocas partidárias, inclusive, geraram comentários do ministro da Justiça durante a avaliação de seu processo pelo CSN: “[...] *é um homem à mercê das injunções do momento*” (Ata 46 do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba).

Em seu processo estão listados discursos feitos na Câmara dos Deputados, nos quais: no dia 02/07/67 proferiu discurso criticando o acordo MEC-USAID; em 30/09/67 criticou a postura do Executivo federal em relação ao Legislativo; em 15/11/67 protestou contra atitudes autoritárias do comandante da guarnição do Exército de Campina Grande; em 23/11/67 defendeu o chamado “clero progressista”, lendo a carta considerada subversiva, escrita pelo arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires; em 25/04/68 protestou contra a cassação de deputados comunistas feita pelo poder Judiciário; em 03/04/68, analisando o movimento estudantil, declarou-se favorável às suas reclamações, inclusive criticando o convenio MEC-USAID; em 22/05/68, ao falar da crise estudantil, leu manifesto da União Estadual dos Estudantes da Paraíba (UEEP) na tribuna da Câmara. O relatório ainda cita participações de Vital em eventos considerados subversivos pela ditadura: entre os anos de 1961 e 1962, participou como orador ou na direção dos trabalhos de conferências de caráter comunista em universidades paraibanas; em 1963 participou como orador do Congresso Nacional de Solidariedade a Cuba; e em 1968 discursou em vários comícios de sua campanha eleitoral em Campina Grande atacando a ditadura (o documento pondera que sua postura não era tão violenta quanto a de seus correligionários), mas ressalta que seus discursos focavam-se na política de arrocho salarial, acordo MEC-USAID e o período

em que foi preso em Fernando de Noronha após o golpe de 1964 (Ata 46 do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba).

Na ata, constam ainda menções sobre os processos que Vital do Rêgo respondeu ao longo da ditadura: menciona um IPM de 1961, o qual solicita licença à Assembleia Legislativa para processá-lo em virtude da posse de uma arma de guerra (um mosquetão 1908); relata o IPM de julho de 1964 sobre desvio de verbas do centenário de Campina Grande no qual também estava envolvido Pedro Gondim, seu sogro; fala sobre uma fraude eleitoral cometida por Vital, que foi confirmada pelo TRE-PB em 1967. Por fim, há um extrato do seu prontuário no SNI:

É oportunista, comunista e agitador muito atuante. - Corrupto e corruptor. - Transmitiu orientação comunista a estudantes de escolas superiores na Paraíba. - Pertence ao grupo político do ex-governador Pedro Gondim, de quem é genro e utiliza-se do mandato de deputado para usufruir benefícios pessoais e gozar das suas imunidades. Em abril de 1962 desenvolveu intensa atuação comunista nos meios estudantis da Paraíba e, juntamente com outros elementos extremistas, induziu populares a promoverem agitações (SNI). - Participou de uma conferência com Luiz Carlos Prestes e Pedro Gondim, no Palácio do Governo da Paraíba. - Em 1961 - Representando o Governador do Estado, presidiu a I Conferência Estadual de Trabalhadores Agrícolas, da Paraíba, na qual foi lida uma mensagem de Francisco Julião, aos camponeses (CENIMAR) - Em Mar 63 - Participou do Congresso Nacional de Solidariedade a Cuba (CENIMAR) - Em Abr 64 - Foi preso e remetido a Fernando de Noronha, juntamente com os principais comunistas do Nordeste (CIE). Em Jul 64 - Foi enquadrado no Código Penal, como corrupto, incurso em crimes de peculato, emprego irregular de verbas, malversação de dinheiros públicos e danos ao patrimônio estadual (SNI). Em Jan 66 - Foi acusado publicamente, de haver sido reeleito graças à prática de fraude na contagem de votos, como reconheceu, unanimemente, o Tribunal Regional Eleitoral (SNI). [...] Em dez 67 - votou contra a orientação partidária do Governo, pleiteando o restabelecimento de eleições diretas (SNI). Em Fev 68 - Fez severas críticas à Política do Ministério da Educação (SNI). Em Abr 68 - Fez críticas ao Governo, no caso dos municípios de interesse da Segurança Nacional, votando contra o projeto e conclamando os demais parlamentares a uma enérgica reação (SNI). Em Set 68 - Passou para o MDB para melhor situar-se na política do seu Estado e para concorrer a eleição para a Prefeitura de Campina Grande (SNI), Em Set 68 - O SNI anotou a informação de que o Deputado Vital do Rego vem utilizando a JAMESA, autarquia dirigida por seu pai, em benefício de sua campanha política. - Em Out 68 - "Foi candidato a Prefeito, agora pelo MDB. Era candidato pela ARENA mas renunciou. Candidato vivo, astuto, inteligente, mudou de partido para ficar numa situação melhor, segundo os comentários. Possui mais recursos financeiros que o

candidato Ronaldo Cunha Lima, pois metade da programação radiofônica está sob seu controle. Sua linguagem não é tão violenta como a de Osmar de Aquino, mas nota-se nele um pouco de esquerdismo" [...] Durante o ano de 1968, enquanto pertenceu a ARENA, votou contra a orientação do Partido Governista em todos os projetos de interesse do Governo Revolucionário (Ass. Parlamentar). (Ata 46 do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba)

Assim como no processo de Pedro Gondim, contra Vital do Rêgo pesaram sua atuação no período anterior ao golpe de 1964 e seus posicionamentos contrários ao regime ditatorial. São destacados participações em eventos de movimentos sociais e vinculados ao comunismo, especialmente à Cuba. São relatados posicionamentos contrários ao Executivo federal durante a ditadura, em geral, críticas à repressão social e a intervenções antidemocráticas do governo enquanto estava na Arena. Quando mudou-se para o MDB pesaram as críticas sobre o oportunismo da troca de partido e sua postura contrária ao regime durante a campanha, apesar de sempre ressaltarem que suas críticas não eram tão violentas como as de seus correligionários do MDB.

Ser aliado de Pedro Gondim foi um ponto de convergência entre a maioria os políticos da Arena que foram cassados em 1969. O primeiro da lista de deputados estaduais é Sílvio Porto. O político da cidade de Guarabira foi secretário quando Gondim era o governador, e desse período seu processo consta: a recepção ao deputado estadual de Pernambuco Francisco Julião quando esse visitou a Paraíba em 1961, no qual pronunciou-se favorável às ligas camponesas; ainda nesse ano, assistiu palestras proferidas pelo professor Germano Coelho e pelo deputado federal Josué de Castro sobre o Movimento de Cultura Popular e reforma agrária, respectivamente; em 1962 acompanhou Luís Carlos Prestes em sua visita à Paraíba, manteve contato com Jacob Gorender quando esse veio palestrar no estado sobre ligas camponesas e reforma agrária e fez monção ao STF pedindo o registro do PCB; em 1964, antes do golpe, é achacado de proteger os camponeses após a “Tragédia de Mari”, após o golpe, quando presidiu a Comissão de Investigação da Paraíba, é acusado de não se empenhar para expurgar os subversivos e corruptos da administração estadual (Ata 46 do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba).

Durante o governo de João Agripino, desempenhou a função de líder do governo na Assembleia. Nesse cargo, Sílvio Porto sempre mostrou-se alinhado ao posicionamento de Agripino, representando os interesses do governo estadual no

legislativo. Em muitas ocasiões, defendeu o governador das denúncias da oposição em casos como a violenta repressão da Polícia aos estudantes, ou na adaptação da Constituição estadual, ações moldadas aos interesses do governo federal. Ainda assim, há acusações contra Porto nesse período: em 1967, propôs um substitutivo contra artigo que versa sobre interventores municipais. Em seu extrato do SNI consta:

Agitador. Desenvolveu campanha impatriótica de agitação das massas camponesas, particularmente nos municípios de Sape, Rio Tinto, Mamanguape e Guarabira. Foi assistente jurídico das referidas ligas e quando Secretário de Segurança era o introdutor no Palácio de líderes camponeses. - Facilitou a fuga de elementos comunistas. - Ataca sistematicamente as Forças Armadas. - Corrupto. Quando Secretário de Segurança, visando fins eleitoreiros, determinou aos seus subordinados que não tomassem providências contra os camponeses, mesmo naqueles conflitos dos quais resultaram mortos e feridos. - Como Presidente da I Comissão de Investigações não se empenhou para expurgar os corruptos e subversivos da administração pública. Comunista. Estabelecia contatos com altos dirigentes comunistas, prestigiou todas as conferências realizadas por comunistas, além de assinar manifestos que pregavam a legalização do PC. Anti-revolucionário. Atacou o Exército classificando seus componentes de venais por ocasião da repressão de agitações camponesas em Sapé. Quando Presidente da Comissão Especial de Reforma da Constituição, foi um dos responsáveis pelo substitutivo que continha comentários altamente desairosos à Revolução. (Ata 46 do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba)

Francisco Souto foi um dos *arenistas* paraibanos que mais se distanciou do posicionamento de seu partido em relação ao governo ditatorial. Em sua atuação como deputado estadual durante o Estado autoritário são listados em seu processo no CSN os seguintes casos: em 1965 teve sua esposa nomeada pelo governador Pedro Gondim para funcionária pública estadual; em 1966 foi indiciado no IPM realizado na cidade de João Pessoa; quando da Comissão de Reforma constitucional, em 1967, posicionou-se contra a nomeação de interventores municipais; e em 1968 apoiou o movimento estudantil na época dos protestos pela morte do secundarista Edson Luís (Ata 46 do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba).

Antes do golpe sua atuação era mais acentuada em prol das organizações consideradas pelo governo militar como subversivas: em 1959 protestou contra explosões atômicas realizadas por norte-americanos na região nordeste, contribuiu financeiramente para o VII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes Pela Paz e Amizade, evento simpático à ideologia socialista; em 1961 ajudou em atividades

internas no PCB, constantemente viajando para São Paulo e Guanabara para manter contato com lideranças comunistas, como Luís Carlos Prestes, e dirigiu os trabalhos em um evento realizado na Faculdade de Direito de João Pessoa que contou com a presença de Célia de La Serna Guevara, mãe de Ernesto “Che” Guevara (Ata 46 do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba). No seu prontuário do SNI consta:

Agitador. Protestou contra as explosões atômicas realizadas por Norte-americanos no Nordeste. - Atuou de forma marcante no movimento estudantil de protesto quando da morte do estudante EDSON LUIZ nas agitações estudantis de 1968. - Comunista ou simpatizante. - Contribuiu com importância em dinheiro para a realização do VII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes pela Paz e Amizade. - Desempenhou tarefas de grande importância no PC. - Estabelecia contatos com altos dirigentes comunistas na Paraíba inclusive com LUIZ CARLOS PRESTES. - Defensor das "Ligas Camponesas". - Participou da mesa que dirigiu os trabalhos da Conferência da comunista argentina CÉLIA DE LA SERNA DE GUEVARA, em 20 de maio de 1961, na Faculdade de Direito de João Pessoa. Foi um dos que mantiveram contato com o dirigente comunista JACOB GORENDER em JOÃO PESSOA, em 27 de março de 1962. - Assinou manifesto da Frente Parlamentar Nacionalista, publicado no "Correio da Paraíba", de 5 de maio de 1963. Documento que caracteriza a orientação comunista do marginado, bem como sua atuação subversiva. - Oportunista. - Eleito Deputado Estadual em 1966 pela ARENA/PB. - Obteve do Governador PEDRO GONDIM a nomeação de sua esposa para um cargo no funcionalismo estadual da PB, Anti-revolucionário, como Vice-Presidente da Comissão Especial da Reforma da Constituição da Paraíba assinou ou melhor, propôs o substitutivo publicado no DO/PB nº 1.304 de 15 de julho de 1966, em que condena enfaticamente o Governo Revolucionário. (Ata 46 do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba)

Contra Robson Espínola prevaleceram acusações de irregularidades administrativas em relação a qualquer tipo de aproximação com ideologias consideradas subversivas, que sobressaíram-se no processo de Romeu Abrantes. No processo de Espínola consta: que sua nomeação para secretário de Viação e Obras Públicas do governo Pedro Gondim, em 1961, ocorreu devido negociata política, pois ele não teria a mínima condição para exercer o cargo; enquanto foi secretário, mudou completamente seu padrão de vida, adquirindo imóveis na cidade de João Pessoa, ou favorecendo economicamente terceiros através da influência de seu cargo, e patrocinou transporte de membros das ligas camponesas; ainda em 1961 assistiu a palestra do deputado Josué de

Castro; é considerado autor intelectual de atentados a bombas na casa de adversários políticos em virtude da vitória de João Agripino no pleito de 1965 (Ata 46 do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba).

[Robson Espínola] Corrupto. – Empregou desonestamente dinheiros públicos. - Enriqueceu no exercício do cargo de Secretário de Viação e Obras Públicas da Paraíba. [...] Em jul 61 – Como Secretário da Viação e Obras Públicas do Estado da Paraíba, foi protagonista de uma negociata administrativa. Ordenou a construção de calçamentos sem concorrência e com diversas irregularidades [...] Em ago 61 – Assistiu conferência proferida pelo Deputado JOSUÉ DE CASTRO, sobre reforma agrária. Em out 61 – Como titular da Secretaria de Viação e Obras Públicas da Paraíba, patrocinou o transporte de camponeses a fim de comparecerem ao "Congresso dos lavradores Paraibanos", que contou com a presença dos defensores das Ligas Camponesas e conhecidos integrantes do PCB. Em out 65 – Com seu beneplácito, foi realizada sem concorrência e sem autorização, a venda de trilhos e bondes das linhas Mandacaru e Tambaú, por preço muito abaixo do normal. O comprador, homem bastante conhecido nos meios contrabandistas, e muito ligado a sua pessoa.

Realizou despesas, por conta dos cofres públicos de sua Secretaria, na campanha eleitoral do Senador JOÃO AGRIPINO FILHO. Quando da vitória do Senador JOÃO AGRIPINO FILHO, foi o autor intelectual dos atentados a bombas de grande e feito moral, contra as residências de seus adversários políticos. - Vendeu uma camioneta pertencente ao patrimônio do Estado, como se fosse de sua propriedade e embolsou o dinheiro da venda. (Ata 46 do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba)

[Romeu Abrantes] Promotor Substituto. – Ligado a elementos do PSB, comunistas e ligas camponesas na cidade de Souza/PB. - Indiciado no IPM/PB 21, como incurso na Lei de Segurança Nacional, por haver subscrito um manifesto da "Frente Parlamentar Nacionalista" (Correio da Paraíba, 5 Mai 63) em que se propõe a contribuir eficazmente para a unidade das forças nacionalistas, aglutinadas em seus órgãos de arregimentação (CGI, UNE, UBES, etc), e intercâmbio com estes organismos. - Quando integrante da Comissão Especial do Poder Legislativo, criada para julgar prefeitos, inexplicavelmente, protelava repetidamente os trabalhos iniciais e os estudos do processo em que se achavam envolvidos vários, inclusive o prefeito de João Pessoa, tentando iludir as autoridades militares que estavam vivamente interessadas nesse julgamento. - Anti-revolucionário. - Mantinha relações com elementos subversivos. (Ata 46 do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba)

A predominância de *arenistas* cassados em 1969 foi justificada pelo presidente Costa e Silva ao final do processo de Romeu Abrantes, último paraibano a ser cassado:

“Chamo a atenção dos Senhores para o fato de que na Paraíba os cassados são todos da ARENA, e não podia ser de outra forma, pois o MDB não tem representação na Assembleia Legislativa daquele Estado” (Ata 46 do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba).

“Comunista”, “agitador”, “subversivo”, “corrupto”, “corruptor” e “oportunista”, esses são os rótulos utilizados para classificar os políticos da Arena cassados em 1969. Pedro Gondim é figura chave para entender essas cassações, pois foi na esteira de sua ascensão política que cresceram os demais nomes expurgados. Apesar de ser uma personalidade com forte apelo popular, Gondim nunca desvencilhou-se da cultura política partilhada pelos partidos brasileiros. No entanto, no início da década de 1960, quando foi eleito governador, conseguiu atrelar em torno de si a força das organizações sociais de base junto às alianças com políticos que representavam a classe produtora. Durante todo o seu governo transitou entre os dois meios, no progressismo dos movimentos sociais e no conservadorismo dos latifundiários da UDN.

Durante parte de governo de Pedro Gondim houve diálogo com a esquerda. Participaram de eventos, ajudaram financeiramente ou utilizaram a máquina administrativa estadual em benefício dos grupos progressistas. Mas quando houve a radicalização dos embates no período pré-golpe de 1964, principalmente na zona rural, onde atuavam as ligas camponesas, a pressão dos grupos políticos conservadores – especialmente os latifundiários – o fizeram mudar de postura. Quando veio o golpe civil-militar, Gondim e seus correligionários aderiram para não sofrer repressão. E, por motivos de alianças políticas, filiaram-se a Arena quando instaurado o bipartidarismo.

Cabe a nós mencionar também que a acusação de “corrupção” pode ser entendida como uma tática para desqualificar o político cassado. Entre os deputados que sofreram expurgos, as acusações são feitas de forma genérica, citando desvio de verbas ou enriquecimento ilícito de alguns. Nos documentos analisados não há maiores relatos que comprovem essas acusações, nem temos fontes o suficiente para maiores problematizações.

Com tantas provas de atuação considerada subversiva antes mesmo do golpe, por que não houve a cassação desses políticos logo após a tomada do poder pelos militares? Primeiro porque as cassações de parlamentares da Assembleia Legislativa ocorridas imediatamente após o golpe foram orquestradas pelos próprios deputados estaduais, o que acabou restringindo bastante os políticos cassados. Já no decorrer da

ditadura os expurgos passaram a ser feitos pelo governo federal, através da concessão de licença pelas casas legislativas, ou por decretos. A conclusão à qual chegamos é que esses expurgos eram eventuais, consequências da conjuntura do momento. Ao longo da ditadura os indivíduos expurgados foram afastando-se dos ideais do regime, resultando em um incômodo para a ditadura. Quando veio a nova rodada de expurgos não houve proteção. Portanto, os militares, que toleraram esses indivíduos em troca de apoio político, revisaram todas as acusações, os rótulos, que classificaram os “inimigos da pátria” no golpe, só que agora para políticos que até então integravam as fileiras dos apoiadores do regime. Em um primeiro momento, o próprio regime tolerou aqueles que eles consideravam comunistas e corruptos.

Outro aspecto em torno da cassação dos *arenistas* paraibanos é a participação dos demais membros do partido nesses expurgos. Ao longo do período analisado podemos constatar que havia um diálogo entre os militares no governo federal e as principais lideranças da Arena local, quando o assunto era a repressão aos políticos e às instituições públicas paraibanas. Porém, no caso das cassações de 1969, ocorreu de forma diferente. Pelo menos em relação a João Agripino. Em entrevista concedida em 1978, Agripino comentou as cassações afirmando que participou delas:

Algumas cassações na Paraíba foram atribuídas a mim, sobretudo a de Ronaldo Cunha Lima. Em verdade, me rebelei contra todas. [...] Nunca fui um homem de tomar uma atitude nos bastidores e ter outra publicamente. Minha atitude sempre foi muito aberta. É evidente que o meu prestígio foi profundamente abalado com essas cassações. Eram atingidas o meu líder, Romeu Abrantes, o Chico Souto, o Pedro Gondim e o Vital do Rêgo, todos correligionários meus. (Entrevista: João Agripino. Acervo NDIHR, 1978, p. 257)

João Agripino narra a forma como descobriu que Pedro Gondim ia ser cassado. Em reunião com o ministro da Justiça, Gama e Silva, falava-se sobre a possível cassação de políticos da Arena, como Milton Campos (Arena-MG) e Daniel Krieger (Arena-RS), que assinaram manifesto contra o AI-5. Em uma acalorada discussão, Agripino argumentava que a cassação desses *arenistas* não seria boa para a imagem do regime, Gama e Silva manteve-se firme pela cassação daqueles *arenistas* e, na narrativa de Agripino, acrescentou que iria cassar um membro da Arena paraibana: “[...] ‘E, da sua terra, tem um que vou levar’. Perguntei: ‘Quem é?’ Ele respondeu: ‘O Pedro

Gondim. Eu argumentei: ‘*Outra injustiça que o senhor vai cometer*’” (Entrevista: João Agripino. Acervo NDIHR, 1978, p. 258).

Posteriormente, Agripino escutou do próprio Costa e Silva que Gondim não era bem quisto pela ditadura. E afirmou ao presidente que levaria provas de que Gondim não merecia a cassação:

Sugeri então que, a pretexto de uma inauguração qualquer que eu fizesse, ele [Gondim] comparecesse e pronunciasse um discurso e elogiasse a Revolução sob qualquer de seus aspectos. [...] mas ele disse que não tinha condições de fazê-lo, porque Vital tinha sido cassado. Sugeri que ele desse uma entrevista e fizesse um elogio qualquer. Eu queria, afinal de contas, uma publicação, uma divulgação qualquer para levar ao presidente e mostrar que era injusta sua convicção. (Entrevista: João Agripino. Acervo NDIHR, 1978, p. 259)

Apesar de não influenciar nas cassações de políticos, João Agripino participou ativamente do expurgo de magistrados paraibanos em 1969. Nesse ano, o Tribunal de Justiça da Paraíba o enviou um ofício, acompanhado de relatório que concluíam que oito juízes paraibanos não tinham condições de exercer o cargo (Ofício Tribunal de Justiça. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade, 29 de jan. de 1969). Posteriormente Agripino encaminhou novo processo, acrescentando o nome de mais três magistrado à lista de cassação¹¹⁸ (Ofício João Agripino. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade, 10 de fev. de 1969). Sobre esses expurgos Agripino afirmou: “[...] *Dessas assumo a responsabilidade e nunca disse de público que tinham sido provocadas pelo Tribunal*” (Entrevista: João Agripino. Acervo NDIHR, 1978, p. 263).

Portando, podemos afirmar que, como principal liderança política paraibana, João Agripino exercia influência na repressão política no estado. Apesar de predominantemente militar, o regime autoritário precisava das lideranças políticas civis para imprimir arbitrariedades e desmandos políticos em todo o país. Dessa forma, os membros da Arena-PB participaram do regime, não só como apoiadores, mas como controladores de ações repressivas.

¹¹⁸ Na lista encaminhada por João Agripino ao ministro da Justiça, constam os nomes dos magistrados: Luíz Gomes de Araújo, Alceu Alves Maciel Feitosa, Paulo Walker da Silva, Manoel Augusto de Souto Lima, Severino Ramos Pereira, João de Deus Melo, Humberto Melo, Boanerges Chaves Maia, João Stélio Pimentel, Helena Alves de Sousa, Ijaime Leite Gomes (Ofício João Agripino. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade, 10 de fev. de 1969).

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desse trabalho a primeira palavra que nos vem à cabeça é a continuidade. Mesmo com todas as mudanças implantadas pela ditadura militar, houve a conservação de um conjunto de práticas conservadoras no sistema político brasileiro. Assim como, mesmo com a extinção dos antigos partidos, houve a adaptação dos indivíduos à nova realidade bipartidária brasileira.

Para obter a melhor análise da Arena na Paraíba foi preciso fazer um recuo no tempo e entender a organização dos partidos que a precederam. A política partidária paraibana pós-1945 seguiu o perfil nacional, mantendo-se fundada em oligarquias, identificadas como grupos de indivíduos que respondiam a uma liderança política. Elas eram formadas no âmbito municipal e relacionavam-se com as demais oligarquias locais através dos partidos políticos. Esses grupos eram subordinados a uma personalidade política de reconhecimento estadual e/ou federal, comumente chamado de cacique.

Os partidos políticos eram meios pelos quais oligarquias e caciques disputavam eleições, almejando ocupar os espaços de poder no Estado. Os políticos paraibanos com longa experiência em cargos públicos eram, de forma geral, oriundos da classe produtora, pertencentes a elite econômica local. Como a principal matriz da economia paraibana era a agricultura e a pecuária, o latifúndio tornou-se o principal meio de produção. Porém, porém, ao longo da segunda metade do século XX surgiu setor industrial embrionário no estado, diversificando a elite política.

Dessa forma os partidos políticos representavam os interesses dessa elite econômica e política, empenhada em conservar seu *status quo*. Eles agiam politicamente através do controle eleitoral, das práticas clientelistas e política de patronagem. Com pouca margem para a inserção da classe trabalhadora na política partidária, cresceu a participação política desse estrato social através dos movimentos sociais. Na década de 1960 a principal organização de classe que lutava contra essa situação econômica e política eram as ligas camponesas, um movimento progressista de trabalhadores rurais que almejam a reforma da estrutura elitista e excludente da zona rural.

Foi contra as ligas camponesas que a classe conservadora motivou suas ações nos primeiros anos da década de 1960. Seja através da imprensa, organizações sociais ou partidos e políticos, eles adotaram um discurso anticomunista para barrar o

crescimento dos trabalhadores ansiosos por reformas na estrutura econômica e política na qual estavam inseridos. Essa foi a principal motivação da classe política paraibana para apoiar o golpe civil-militar de 1964. A deposição de João Goulart e a instauração do novo regime político favoreceu os interesses das elites conservadoras, motivando a classe política a assumirem sua identidade com aquele movimento golpista, interpretado como “revolução”.

De modo geral, os principais partidos paraibanos à época do golpe de 1964 eram a UDN e o PSD. As demais legendas existentes tinham seu protagonismo político quando aliadas a esses grandes dois partidos: PDC, PL e PSP coligados à UDN, e PTB, PR e PSB ao PSD. Porém, esse desenho não era completamente verdadeiro. Nas entrelinhas da política local, por variados motivos haviam dissidências nas coligações, e uma determinada oligarquia política poderia apoiar a coligação rival de seu partido. Vimos isso acontecer nas eleições para governador do estado em 1965 (a última com esse sistema partidário). Disputaram essa eleição os dois principais caciques políticos da época: João Agripino pela UDN, e Ruy Carneiro pelo PSD.

Vencido pelo *udenista* João Agripino, o pleito de 1965 serviu como forma de mapear as oligarquias locais antes do AI-2 e da formação da Arena. O decreto que extinguiu o sistema pluripartidário pegou os políticos paraibanos de surpresa, pois apesar de serem pouco significativos em fatores ideológicos, os partidos políticos eram os meios utilizados para firmarem-se as alianças políticas. Após a publicação das normas para a formação do sistema bipartidário houve muita especulação na imprensa local. Uma das ideias mais difundidas pelos jornais que desde o início apoiaram o golpe, era de que o novo sistema partidário renovaria os ares à política local, inserindo novos indivíduos no cenário político, mas isso acabou não acontecendo.

No estado, a maioria dos políticos identificavam-se com o governo militar, gerando um impasse, a começar pelas principais lideranças: João Agripino, governador eleito, foi convidado pelo presidente Castelo Branco para organizar a Arena na Paraíba; restando a Ruy Carneiro aderir ao partido situacionista sob a tutela política de Agripino, ou integrar a oposição a contragosto. O *ex-pessedista* entra em acordo com o presidente da República e filia-se a oposição, não comprometendo seus laços com o regime autoritário.

A Arena paraibana foi formada pela base da coligação que elegeu João Agripino governador em 1965, somando-se às dissidências dos demais partidos. À eles,

juntaram-se um grupo de *ex-pessedistas* liderados pelo deputado federal Teotônio Neto, que iriam compor à Arena através do esquema de sublegendas. Essa foi uma importante ferramenta para a logística *arenista*, que agrupou grupos políticos rivais, sem interferir no esquema oligárquico fundado na esfera regional. Quando analisamos a formação da Arena, geralmente criam-se modelos e esquemas para explicar a organização do partido, mas as entrelinhas das conjunturas municipais derrubam qualquer modelo pré-estabelecido.

Nos anos de 1966 a 1969 conviveram na Arena quatro lideranças políticas do estado, distribuídas em duas sublegendas oficiais: na Arena-1 João Agripino e Ernani Sátiro, oriundos da UDN e Pedro Gondim proveniente do PDC; e na Arena-2 Teotônio Neto do PSD. As disputas entre essas lideranças interferiam diretamente no desempenho eleitoral do partido nas eleições mais importantes. Na eleição para o Senado em 1966, a disputa entre Pedro Gondim e Ernani Sátiro pela vaga como candidato ao Senado resultou em impasse dentro do partido, na qual houve a escolha de um terceiro nome que não era o mais favorável para concorrer àquele cargo. E na eleição para prefeito de Campina Grande, em 1968, o impasse dentro do partido resultou na primeira dissidência *arenista*.

O processo eleitoral para a Arena foi um termômetro para sua instabilidade interna. Tanto a escolha dos candidatos, como os resultados das eleições, mexeram na relação entre as coalizões existentes dentro da Arena. Em números gerais, a legenda foi superior eleitoralmente ao MDB, porém isso é fruto do maior número de Diretórios Municipais e candidatos disputando eleições pelo partido. O esquema das sublegendas, se por um lado favoreceu a Arena nos pequenos domicílios eleitorais e nas eleições proporcionais, prejudicou o partido em algumas eleições primordiais, como foi o caso de Campina Grande em 1968.

A relação do partido paraibano com o regime militar foi marcada pela fidelidade. Os grupos políticos que compuseram o partido nessa primeira fase de modo geral tinham forte identificação com o Executivo, dando o suporte necessário para seus interesses no Legislativo federal e nos assuntos que diziam respeito à Paraíba. No Congresso Nacional poucas foram as manifestações contra a ditadura, e quando houveram foram bastante discretas. Mesmo quando o partido rebelava-se, os representantes da Paraíba mantinham seu apoio ao regime, não compactuando com as táticas da bancada *arenista*.

Entre os representantes estaduais, o governador João Agripino, apesar de apresentar uma postura democrática, quando necessário usou o aparato repressivo do Estado para controlar quaisquer manifestações contrárias à ditadura. Tais medidas de João Agripino eram respaldadas pela bancada do partido na Assembleia. Parte dos *arenistas* que exerciam cargos de deputado estadual viviam em constantes conflitos com o governador, porém, quando era necessária a manutenção de uma ordem prevista pelo regime militar, havia a concordância entre as partes e a bancada *arenista* dava o respaldo necessário para tais ações.

Quando em 1969 foram cassados os mandatos e suspensos os direitos políticos de *arenistas* paraibanos, o governo expurgou indivíduos de uma coalizão interna específica daquele partido: a ala *gondinista*. Os liderados de Pedro Gondim (que também foi cassado), foram atingidos, em grande parte, por sua atuação política antes do golpe civil-militar de 1964. Naquela época, Gondim tinha perfil vinculado aos movimentos sociais, mas sua coligação política com a UDN e a pressão exercida pelos conservadores que compunham sua chapa fez com que ele mudasse de perfil. Dessa forma, em 1964 Gondim apoiou o golpe e posteriormente filiou-se à Arena.

Nesses primeiros anos em que pesquisamos a Arena paraibana percebemos um partido atrelado às mesmas práticas políticas de seus antecessores. Nele se reorganizaram as antigas oligarquias identificadas com o movimento golpista de 1964. A secção paraibana, através de parte de suas lideranças, serviram como “braço civil” do regime militar, especialmente nos assuntos que dizem respeito ao nosso estado. As lideranças *arenistas* mais atreladas ao esquema militar, por vezes se beneficiavam com as intervenções do governo no Estado, em cassações de mandatos eletivos ou na preservação de uma estrutura política, por exemplo. Entre os *arenistas* paraibanos prevaleceu a coesão com os militares, reforçando o estigma da Arena de partido do “sim, senhor”.

O estudo da Arena não se esgota nessa dissertação. Indicamos para um trabalho futuro a pesquisa acerca do partido na década de 1970: a organização interna da secção paraibana após a cassação de uma de suas lideranças, além da ascensão de novas lideranças no estado; o estudo eleitoral do partido, desde o desempenho nas eleições diretas, até a maneira como procederam-se os pleitos indiretos na Paraíba; o desempenho dos *arenistas* nessa nova fase da ditadura militar que foi a década de 1970,

os chamados “anos de chumbo”; bem como a transição em 1979 para o novo sistema partidário brasileiro.

VI – REFERENCIAS

6.1. Acervos

Arquivo da Biblioteca Atila Almeida.

Arquivo da Câmara dos Deputados.

Arquivo da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba.

Arquivo do Congresso Nacional.

Arquivo do Correio da Paraíba.

Arquivo do Diretório Nacional da Arena.

Arquivo da Fundação Casa de José Américo.

Arquivo Histórico do Estado da Paraíba.

Arquivo do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR)

Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB)

6.2. Documentos

Ata 46 do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

Ata de Reunião. Acervo do Diretório Nacional da Arena, CPDOC/FGV, 1 de mai. de 1966.

Diário do Congresso Nacional. Brasília: 7 de fevereiro de 1968.

Diário do Congresso Nacional. Brasília: 10 de fevereiro de 1968.

Diário do Congresso Nacional. Brasília: 3 de abril de 1968.

Normas Gerais. Acervo do Diretório Nacional da Arena, CPDOC/FGV.

Ofício João Agripino. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade, 10 de fev. de 1969.

Ofício Tribunal de Justiça. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade, 29 de jan. de 1969.

6.3. Entrevistas

AGRIPINO, João. **João Agripino (depoimento 1978)**. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC.

CAMPOS, Aluísio Afonso. **Aluísio Afonso Campos (depoimento 1977-78)**. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC.

CARNEIRO, Rui. **Rui Carneiro (depoimento 1977)**. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC.

GONDIM, Pedro. **Pedro Gondim (depoimento 1978)**. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC.

SÁTIRO, Ernani. **Ernani Sátiro (depoimento 1977)**. Rio de Janeiro FGV/CPDOC.

3. Hemerográficas

Acontecimentos na Faculdade de Direito agitaram sessão de ontem. **A União**, 5 de março de 1964, p. 8.

Agripino apoio Cabral e denuncia complô. **Diário da Borborema**, 1 de outubro de 1968, p. 8.

Agripino: as divergências devem desaparecer para que haja integração absoluta. **A União**, 20 de março de 1966, p. 4.

Agripino: Constituição da Paraíba entre as mais democráticas do país. **O Norte**, 17 de maio de 1967, p. 8.

Agripino decidiu ontem ir à Campina para a luta. **Correio da Paraíba**, 25 de setembro de 1968, p. 8.

Agripino diz que não mudou. **O Norte**, 9 de abril de 1968, p. 8.

Agripino ouviu gondinismo sobre motivo das mágoas. **Correio da Paraíba**, 28 de março de 1967, p. 1.

Agripino proíbe manifestações estudantis. **Correio da Paraíba**, 3 de abril de 1968, p. 8.

Agripino não acredita em cassação. **O Norte**, 10 de julho de 1966, p. 8.

Agripino: não vejo razão para inclusão de Campina Grande. **Correio da Paraíba**, 11 de fevereiro de 1968, p. 8.

Agripino vai pedir a nomeação de 106 interventores. **O Norte**, 10 de fevereiro, p. 8.

Ante-projeto da Constituição será aprovado hoje. **A União**, 10 de maio de 1967, p. 8.

Argemiro e Agripino: pacificação é difícil, mas não impossível. **O Norte**, 17 de julho de 1968, p. 8.

Argemiro lança manifesto e anuncia encontro com Agripino. **O Norte**, 14 de julho de 1968, p. 8.

Argemiro vê vitória certa e espera governo equidistante. **O Norte**, 17 de setembro de 1968, p. 8.

Argemiro vem com lista mas Ronaldo e Cabral não desistem. **O Norte**, 16 de julho de 1968, p. 8.

ARENA-3 já conta com Braga e Plínio pode ir. **O Norte**, 24 de setembro de 1967, p. 8.

ARENA jovem entregará manifesto ao pres. Humberto Castelo Branco. **A União**, 1 de maio de 1966, p. 8.

ARENA-PB indica nomes e sugere programa de governo. **A União**, 26 de abril de 1966, p. 3.

ARENA pede anulação dos votos de Vital. **Correio da Paraíba**, 20 de novembro, p. 8.

Assembleia aprovou anteprojeto da nova Carta sem votos da oposição. **Correio da Paraíba**, 10 de maio de 1967, p. 8.

Assembleia deliberou por unanimidade cassar mandatos de 4 parlamentares. **O Norte**, 11 de abril de 1964, p. 8.

Assembleia esteve reunida ontem 14 horas seguidas votando nova carta. **A União**, 9 de maio de 1967, p. 8.

Assembleia: Problema agrário foi assunto principal da sessão de ontem. **A União**, 22 de janeiro de 1964, p. 8.

Assembleia promulgou nova Constituição da Paraíba. **Correio da Paraíba**, 13 de maio de 1967, p. 7.

Assembleia: Joacyl explicou participação nos acontecimentos da Fac. de Direito. **A União**, 11 de março de 1964, p. 8.

Braga explica porque e quando via a ARENA-3. **Correio da Paraíba**, 30 de setembro de 1967, p. 8.

Cabral conta com o apoio de Plínio e Gaudêncio. **O Norte**, 18 de setembro de 1968, p. 8.

Cabral diz que saída de Vital reforçou seu esquema. **Correio da Paraíba**, 20 de setembro de 1968, p. 8.

Campina terá prefeito nomeado. **Correio da Paraíba**, 3 de fevereiro de 1968, p. 8.

Candidatura de Sátiro ainda duvidosa: JA manda chama-lo. **Diário da Borborema**, 24 de agosto de 1966, p. 8.

CARVALHO, João Manoel de. Política. **O Norte**, 14 de julho de 1968, p. 2.

“Cassação” não atinge municípios paraibanos. **O Norte**, 19 de março de 1968, p. 8.

Castelo e Costa desaprovam a degola de Ernany. **O Norte**, 5 de outubro de 1966, p. 8.

Clóvis: quem não estiver satisfeito na ARENA que se retire. **O Norte**, 23 de setembro de 1967, p. 8.

Constituição na Assembleia tem Comissão Especial para estudos. **Correio da Paraíba**, 18 de abril de 1967, p. 3.

Dados biográficos dos postulantes à Prefeitura Municipal de Campina Grande. **Diário da Borborema**, 16 de novembro de 1968, p. 2.

Deputados brigam na porta da Assembleia. **Correio da Paraíba**, 12 de março de 1965, p. 8.

Deputados consideram golpe contra a democracia a cassação dos municípios. **Correio da Paraíba**, 6 de fevereiro de 1968, p. 8.

Deputados debatem crise estudantil. **A União**, 9 de abril de 1968, p. 3

Deputados da ARENA querem ficar a distância do Planalto. **Correio da Paraíba**, 1 de junho de 1967, p. 8.

Deputado oposicionista elogia atuação do coronel Luís de Barros. **A União**, 26 de fevereiro de 1964, p. 8.

Deputado protesta contra a invasão de uma Igreja pela polícia de Goiás. **A União**, 4 de abril de 1968, p. 8.

Diretório da UDN, reunido ontem, lançou a candidatura de João Agripino para governador. **A União**, 8 de junho de 1965, p. 8.

Dissidência de Vital provoca a saída de mais 15 candidatos da ARENA. **Correio da Paraíba**, 15 de setembro de 1968, p. 2.

Domingos já foi cassado, Damásio já é prefeito. **O Norte**, 21 de abril de 1966, p. 8.

Editorial. **A União**, 21 de janeiro de 1964, p. 3.

_____. **A União**, 5 de março de 1966, p. 3.

_____. **A União**, 24 de abril de 1966, p. 3.

_____. **A União**, 29 de abril de 1966, p. 3.

Encontro de Teotônio e Agripino ontem. **O Norte**, 26 de janeiro de 1965, p. 1.

Ernani mandou dizer que não saiu da vida pública. **O Norte**, 18 de setembro de 1966, p. 8.

Ernani não concorrerá à presidência da Câmara. **A União**, 3 de fevereiro de 1967, p. 1.

Ernani Sátiro confirma candidatura ao Senado. **O Norte**, 5 de julho de 1966, p. 8.

Ernany assegura que nem Pedro nem Cabral serão cassados. **Correio da Paraíba**, 17 de julho de 1966, p. 1.

Ernany diz que é candidato e defende eleições diretas. **Correio da Paraíba**, 25 de maio de 1966, p. 8.

Ernany só aceita líder do governo com a ARENA. **O Norte**, 22 de fevereiro de 1967, p. 8.

Gondim disputará senado e diz que candidatura nasceu na rua. **Correio da Paraíba**, 22 de março de 1966, p. 8.

Gondinismo está fadado a “ficar no sereno”: Souto. **O Norte**, 20 de janeiro de 1967 p. 8.

Gondinismo funcionará como partido para proteger Pedro. **Correio da Paraíba**, 22 de janeiro de 1967, p. 12.

Gondinismo reuniu para saber se estava unido. **O Norte**, 33 de março de 1967, p. 8.

Governador informado sobre o Ato telegrafa ao presidente. **O Norte**, 28 de outubro de 1965, p. 8.

Governador regressou dizendo-se surpreso com novas cassações. **A União**, 15 de outubro de 1966, p. 8.

Governadores aplaudem decisão do presidente. **O Norte**, 17 de dezembro de 1968, p. 1.

Humberto vai pedir que CPI venha a Paraíba. **O Norte**, 18 de abril de 1968, p. 8.

Joacil pede cassação de mandatos de deputados comunistas. **A União**, 8 de abril de 1964, p. 8.

João Agripino comunica controle da situação. **Correio da Paraíba**, 5 de abril de 1968, p. 8.

João Agripino diz que garantirá a ordem pois “sem ordem caminharemos para uma ditadura”. **Correio da Paraíba**, 25 de outubro, p. 8.

João confessa fracasso da pacificação e lança Vital e Cabral. **O Norte**, 2 de agosto de 1968, p. 8.

Legisladores paraibanos aplaudem atuação dos Chefes Militares, **O Norte**, 4 de abril de 1964, p. 8.

MADRUGA. José Soares. Diário da Política. **Correio da Paraíba**, 24 de junho de 1965, p. 3.

_____. Diário da Política. **Correio da Paraíba**, 24 de junho de 1965, p. 3.

_____. Diário da Política. **Correio da Paraíba**, 17 de julho de 1965, p. 3.

_____. Diário da Política. **Correio da Paraíba**, 12 de novembro de 1965, p. 3.

_____. Diário da Política. **Correio da Paraíba**, 3 de dezembro de 1965, p. 3.

_____. Diário da Política. **Correio da Paraíba**, 30 de março de 1965, p. 3.

_____. Diário da Política. **Correio da Paraíba**, 2 de abril de 1965, p. 3.

_____. Diário da Política. **Correio da Paraíba**, 2 de fevereiro de 1965, p. 3.

_____. Diário da Política. **Correio da Paraíba**, 25 de março de 1965, p. 3.

_____. Diário da Política. **Correio da Paraíba**, 19 de março de 1966, p. 3.

_____. Diário da Política. **Correio da Paraíba**, 17 de fevereiro de 1967, p. 3.

_____. Diário da Política. **Correio da Paraíba**, 30 de março de 1967, p. 3.

_____. Diário da Política. **Correio da Paraíba**, 6 de abril de 1967, p. 3.

_____. Diário da Política. **Correio da Paraíba**, 30 de janeiro de 1968, p. 3.

Márcio: Comissão da licença e Djalma renúncia. **O Norte**, 11 de novembro de 1968, p. 1.

Mario: MDB desconhece posição de Argemiro. **O Norte**, 18 de julho de 1968, p. 8.

Mata e Arthur renunciam candidatura em Campina. **O Norte**, 10 de setembro de 1968, p. 8.

MDB acha que João quer nomear amigos. **O Norte**, 11 de maio de 1967, p. 8.

MDB e ARENA tendem para a prorrogação de prefeitos. **O Norte**, 11 de fevereiro, p. 8.

MDB contra a violência e solidário com os estudantes. **Correio da Paraíba**, 6 de abril de 1968, p. 3.

MDB não conseguiu evitar aprovação global das emendas da constituição. **Correio da Paraíba**, 9 de maio de 1967, p. 8.

MDB vai ao Supremo contra nova Carta. **Correio da Paraíba**, 1 de julho de 1967, p.8.

Mesmo havendo falhas AL aprova carta de primeira. **O Norte**, 26 de abril de 1967, p. 8.

Min. José Américo poderá sair candidato pela ARENA. **Correio da Paraíba**, 11 de maio de 1966, p. 8.

Não há política na escolha dos municípios de segurança nacional. **O Norte**, 24 de fevereiro de 1968, p. 8.

Novas cassações são atos de violência, afirma Ruy. **O Norte**, 13 de outubro de 1966, p. 8.

Nivaldo estranha que apenas Domingos tenha sido cassado. **Correio da Paraíba**, 23 de abril de 1966, p. 3.

Oposição denuncia arbítrio na Constituição. **O Norte**, 12 de maio de 1967, p. 8.

Otávio diz que violência não é do feitio de João Agripino. **A União**, 9 de abril de 1968, p. 8.

Pacificação: Humberto é contra e cita coerência. **O Norte**, 12 de julho de 1968, p. 8.

Pedido para processar Márcio Moreira Alves será enviado hoje para Câmara. **O Norte**, 5 de novembro de 1968, p. 1.

Pedro ainda surpreso com a pacificação em Campina. **O Norte**, 6 de julho de 1968, p. 8.

Pedro diz que a ARENA não pode ter luxo. **Correio da Paraíba**, 26 de setembro de 1967, p. 8.

Pedro é contra a licença e fala hoje em Campina. **O Norte**, 20 de outubro de 1968, p. 8.

Pedro Gondim apoia candidatura de Vital contrariando a ARENA. **Correio da Paraíba**, 25 de setembro de 1968, p. 8.

Pedro ingressou na Frente Ampla: ARENA surpresa. **O Norte**, 6 de setembro de 1967, p. 8.

Pedro vota contra para defender constituição. **O Norte**, 8 de novembro de 1968, p. 1.

Por que vital renunciou. **O Norte**, 17 de setembro de 1968, p. 8.

Povo consagrou os nomes de Ruy e Argemiro na convenção do PSD. **Correio da Paraíba**, 6 de julho de 1965, p. 8.

PSD deu partida para a luta: Ruy, o candidato. **Correio da Paraíba**, 11 de junho de 1965, p. 8.

Pronta a comissão para adaptar a Constituição paraibana. **O Norte**, 29 de outubro de 1965, p. 8.

Pronto o esboço da nova Constituição com o vice-governador presidindo a Assembleia. **Correio da Paraíba**, 31 de março de 1967, p. 12.

RODRIGUES, Gonzaga. Política. **O Norte**, 9 de maio de 1968, p. 2.

_____. Política. **O Norte**, 29 de setembro de 1968, p. 2.

_____. Política. **O Norte**, 13 de dezembro de 1968, p. 2.

Rompimento de Vital gera divergências no gondinismo. **O Norte**, 25 de setembro de 1968, p. 8.

Ronaldo diz que segurança nacional nada tem a temer de Campina Grande. **Correio da Paraíba**, 9 de fevereiro de 1968, p. 8.

Renato seria vice dando a deputação à Ernani. **O Norte**, 11 de outubro de 1966, p. 8.

Ronaldo repudia projeto que põe Campina na “Segurança”. **Correio da Paraíba**, 8 de fevereiro de 1968, p. 8.

Ruy se nega a admitir pacificação por João. **O Norte**, 26 de junho de 1968, p. 8.

Sátiro fará contatos para criar um partido. **O Norte**, 30 de outubro de 1965, p. 8.

Senador Agripino afirma: posição do governador é correta. **A União**, 28 de janeiro de 1964, p. 8.

Senador Agripino não falou, mas foi consultado sobre o Ato Institucional. **O Norte**, 29 de outubro de 1965, p. 8.

Setenta e oito prefeitos aderem à ARENA. **O Norte**, 18 de fevereiro de 1966, p. 8.

Sílvio diz que sai de federal para estadual. **O Norte**, 14 de outubro de 1966, p. 8.

Souto diz que sub-legenda de Pedro visa fortalecer o governo. **Correio da Paraíba**, 30 de setembro de 1967, p. 8.

SOUTO, José. Ronda Política. **O Norte**, 3 de abril de 1964, p. 2.

_____. Ronda Política. **O Norte**, 29 de outubro de 1965, p. 2.

_____. Ronda Política. **O Norte**, 30 de outubro de 1965, p. 2.

_____. Ronda Política. **O Norte**, 7 de dezembro de 1965, p. 2.

_____. Ronda Política. **O Norte**, 19 de fevereiro de 1966, p. 2.

Sub-ARENA apoia Ruy, Sátiro admite sair e Pedro diz que não. **O Norte**, 14 de setembro de 1966, p. 8.

Teotônio de volta: Arena pode abrigar todos respeitando a política regional. **Correio da Paraíba**, 12 de dezembro de 1965, p. 1.

Teotônio pede reformulação do secretariado. **O Norte**, 9 de julho, p. 8.

UDN solidária com a atitude democrática do governador. **A União**, 7 de abril de 1964, p. 1.

Vital fica na ARENA se não sofrer represália. **O Norte**, 17 de setembro de 1968, p. 8.

Vital do Rêgo: Paraíba unida com Pedro Gondim para defesa das instituições. **A União**, 2 de abril de 1964, p. 8.

Vital renúncia e diz para onde vai. **O Norte**, 15 de setembro de 1968, p. 8.

Vital responde JA e Plínio chega a JP. **Diário da Borborema**. 4 de outubro de 1968, p. 8.

Vital rompe com a ARENA e vai para o MDB. **Diário da Borborema**, 24 de setembro de 1966, p. 8.

Votos de aplausos ao gov. Pedro M. Gondim. **A União**, 2 de abril de 1964, p. 1.

ZENAIDE, Hélio. Política. **O Norte**, 20 de agosto de 1966, p. 2.

_____. Política. **O Norte**, 26 de março de 1966, p. 2.

_____. Política. **O Norte**, 21 de abril de 1966, p. 2.

_____. Política. **O Norte**, 8 de novembro de 1966, p. 2.

_____. Política. **O Norte**, 12 de novembro de 1966, p. 2.

_____. Política. **O Norte**, 12 de setembro de 1967, p. 2.

_____. Política. **O Norte**, 19 de setembro de 1967, p. 2.

6.4. Bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: EDUSC, 2005.

ARAÚJO, Fátima; **Imprensa e ideologia na Paraíba**. João Pessoa: A União, 1983.

ARAÚJO, Railane Martins. **O governo de Pedro Gondim e o Teatro do poder na Paraíba**: imprensa, imaginário e representações (1958-65). João Pessoa: Dissertação de mestrado – UFPB, 2012.

BARROS, José de Assunção. História Social e retorno do Político. In: MATOS, Júlia Silveira; SCHURSTER, Karl; SILVA, Giselda Brito (Orgs). **Campos da política**: Discursos e práticas. São Paulo, LP Books, 2012, p. 10-47.

BENEVIDES, César. **Camponeses em marcha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o udenismo**: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003, p. 57-98.

_____. “A Cultura Política”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

BLONDEL, Jean. **As condições da vida política no Estado da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1994.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Direita e esquerda**: Razões e significados de uma distinção política. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, vol. 12, N. 23/24, 1991/1992, p. 7-18.

CARNEIRO, Renato César. **Casos eleitorais célebres - vol. II**. João Pessoa: Sal da Terra, 2014.

CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)**. João Pessoa: Editora Universitária/Ideia, 1998.

_____. **Poder local e ditadura militar**: O governo de João Agripino – Paraíba (1965-1971). Bauru: Edusc, 2006.

COELHO, Nelson. **A tragédia de Mari**. João Pessoa: Ideia, 2004.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DA PARAÍBA. **Relatório Parcial**. João Pessoa, A União, 2014.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1957.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História**. Ensaios de Teoria. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida N. (Orgs) **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013a, p. 13-46.

_____. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. **O populismo e sua história**: debate e crítica. FERREIRA, Jorge (Org). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013b, p. 59-124.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **O golpe de 1964**: Momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

GADELHA, Paulo. **História política de Sousa** (1945-2004). Recife: Ed. do autor, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. In: **Estudos Históricos** – Historiografia. Rio de Janeiro: v.9, nº 17, 1996, p. 59-84.

_____. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rache; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs). **Culturas políticas**: Ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-41.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GRIMBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório**: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

HIPPÓLITO, Lúcia. **De raposas e reformistas**: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs). **História: Novas Abordagens**. Tradução: Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 180-195.

KINZO, Maria D'alva Gil. **Oposição e autoritarismo**: Gênese e trajetória do MDB (1966/1979). São Paulo: Vértice, 1988.

LAGE, Iveline Lucena da C; PORTO, Dorinha de Oliveira. **CEPLAR: História de um sonho coletivo**. Brasil: Conselho Estadual de Educação, 1995.

LAVAREDA, Antônio. **A democracia nas urnas**: O processo partidário-eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LE GOFF, Jacques. "A política será ainda a ossatura da história?". In LE GOFF, Jacques (Org). **O maravilhoso cotidiano no Ocidente Medieval**. Tradução: José Antônio Pinto Ribeiro. Lisboa/Edições 70: 1983, p. 221-242.

LIMA, Damião de. **Campina Grande sob intervenção**: a ditadura de 1964 e o fim do sonho regional/desenvolvimentista. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

LUCCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

MARIZ, Celso; LEITÃO, Deusdedit. **Memória da Assembleia Legislativa**. João Pessoa: Assembleia Legislativa, 1987.

MATOS, Eilzo. Sousa, nos estertores da ordem constituída. In: MELLO, José Octávio de Arruda (Org). **No cinquentenário de 1964**: origens, assalto ao poder e repressão. Campina Grande: mimeog., 2014, p. 63-68.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Da resistência ao poder: O (P)MDB na Paraíba (1965-1999)**. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

MOREIRA, Márcio Macêdo. **Entre Britos e Gaudêncios: cultura política e poder familiar nos cariris velhos da Paraíba (1930-1960)**. João Pessoa: Dissertação (mestrado) - UFPB, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**, Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 13-38.

_____. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. In: ABREU, Luciano Aronne; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre, FGV/Edipucrs: 2013, p. 9-33.

NADER, Ana Beatriz. **Os autênticos do MDB: História oral e vida política**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Golpe civil-miliár: repressão e legitimação. In: DANTAS, Éder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e (Orgs.). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: UFPB, 2014a, p. 78-118.

_____. “Ataque ao Parlamento: As cassações de mandatos durante a ditadura militar no estado da Paraíba (1964-1969)”. In: **Saeculum – Revista de História**. João Pessoa: nº 31, 2014b, p. 285-304.

_____. “As experiências de “luta armada” na Paraíba”. In AVELINO, Nildo.; FERNANDES, Telma Dias.; MONTÓIA, Ana (Orgs.). **Ditaduras: A desmesura do poder**. São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes, 2015, (Coleção Contrassensos). p. 29-50.

PANEBIANCO, Ângelo. **Modelos de partidos**: Organização e poder nos partidos políticos. Tradução: Denise Agostinetti. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PORFÍRIO, Waldir. **Bandeiras vermelhas**: A presença dos comunistas na Paraíba (1900-1960). João Pessoa: Textoarte, 2003.

RAMOS, Érica Lins. **Da convivência ao despertar militante**: O movimento universitário na cidade de Campina Grande-PB (1964-1968). João Pessoa: Dissertação (mestrado) - UFPB, 2013.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003a, p. 13-36.

_____. As eleições. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003b, p. 37-56.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. “Memória História e Autoritarismos”. In: **A construção social dos regimes autoritários**: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX (Brasil e América Latina). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história conceitual do político**. Tradução: Christian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda, 2010.

SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. **Os Comunistas e a Democracia**: A “Nova Política” do Partido Comunista Brasileiro na Paraíba (1954 – 1964). Recife: Dissertação de mestrado – UFPE, 2002.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.

SYLVESTRE, Josué. **Meio século de vida pública sem mandato ou com?** – Fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba. Vol. I (1950-2000). Campina Grande: Latus, 2013.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UNB, 1999.